

MEMÓRIA DE UM PROJECTO

JOÃO CARLOS CORREIA
(COORDENADOR)

JOÃO CANAVILHAS
JOSÉ RICARDO CARVALHEIRO
GIL BAPTISTA FERREIRA
RICARDO MORAIS
JOÃO CARLOS SOUSA

JOÃO NUNO SARDINHA
(DESIGNER DO PROJECTO)

 livros
LABCOM
books

AGENDA DOS CIDADÃOS

JORNALISMO E PARTICIPAÇÃO CÍVICA NOS MEDIA PORTUGUESES





João Carlos Correia (Coord.)

João Canavilhas

José Ricardo Carvalheiro

Gil Baptista Ferreira

Ricardo Moraes

João Carlos Sousa

João Nuno Sardinha (Designer do Projecto)

Agenda dos Cidadãos:

jornalismo e participação cívica nos *media* portuguesas
memória de um projecto

LabCom Books 2014





Livros LabCom
Covilhã, UBI, LabCom, Livros LabCom
www.livroslabcom.ubi.pt

SÉRIE

Pesquisas em Comunicação

DIREÇÃO

José Ricardo Carvalho

DESIGN DE CAPA

Cristina Lopes

PAGINAÇÃO

Filomena Matos

ISBN

978-989-654-187-3 (Papel)

978-989-654-189-7 (pdf)

978-989-654-188-0 (epub)

DEPÓSITO LEGAL

385608/14

TIRAGEM

Print-on-demand

TÍTULO

Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos *media*
portugueses memória de um projecto

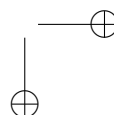
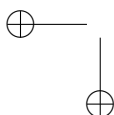
AUTORES

João Carlos Correia (Coord.), João Canavilhas, José Ricardo Carvalho, Gil
Baptista Ferreira, Ricardo Moraes & João Carlos Sousa

João Nuno Sardinha (Designer do Projecto)

ANO

2014



Índice

Introdução	1
1 Enquadramento teórico	7
1.1 As práticas jornalísticas e o compromisso dos cidadãos com a comunidade: o jornalismo público	8
1.2 A imprensa regional e a introdução de práticas de jornalismo público	13
2 Enquadramento e desenho metodológico	19
2.1 Análise de Conteúdo dos Jornais	22
2.2 Inquérito aos Jornalistas	24
2.3 Entrevistas aos Directores dos Jornais	26
2.4 Estudo de Opinião Longitudinal: Sondagens e Período Experimental	28
2.4.1 Constrangimentos na Identificação da “agenda dos cidadãos”	33
2.5 Grupos de Foco	34
2.6 O percurso metodológico e as técnicas de recolha de dados . .	36
3 Apresentação dos principais resultados	39
3.1 As práticas de construção noticiosa dos jornais regionais . . .	40
3.2 Jornalistas, princípios e critérios de produção noticiosa	50
3.3 Entre as administrações e as redacções: o papel dos directores	63
3.4 Da “agenda dos <i>media</i> ” à “agenda dos cidadãos”	70
3.4.1 Identificação das questões de interesse coletivo: a “agenda dos cidadãos”	71

3.4.2	O desenvolvimento de trabalhos jornalísticos em função da “agenda dos cidadãos”	82
3.4.3	A agenda ditada pelos interesses dos cidadãos e os trabalhos jornalísticos: a percepção dos leitores	92
3.5	A participação dos cidadãos no debate público: o caso da introdução de portagens nas SCUTS	102
Considerações Finais		107
Referências bibliográficas		113
Anexos		119
I –	Categorias de Análise	120
II –	Guião do Inquérito aos Jornalistas	132
III –	Guião das Entrevistas aos Directores	139
IV –	Guião da 1ª Inquirição no Estudo de Opinião	141
V –	Guião da 2ª Inquirição no Estudo de Opinião	148
VI –	Guião dos Grupos de Foco	154
VII –	Práticas de construção noticiosa dos jornais regionais	156
VIII –	Jornalistas, princípios e critérios de produção noticiosa	160
IX –	Transcrição das Entrevistas aos Directores	165
X –	A participação dos cidadãos no debate público: o caso da introdução de portagens nas SCUTS	233



Introdução

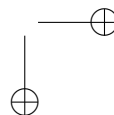
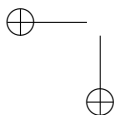
O campo do jornalismo tem vindo a ser atravessado, nas últimas décadas, por reflexões teóricas e experiências que visam melhorar o relacionamento entre os públicos e a vida comunitária, tentando incentivar esses mesmos públicos a participar no debate das questões de interesse colectivo.

Sob a influência de elementos teóricos projectados pela teoria da democracia deliberativa, pela reflexão comunitarista e pela obra de John Dewey e também das transformações tecnológicas que incentivam a interactividade, o jornalismo implica hoje uma referência ao reforço da participação dos públicos na cidadania e ao papel que o jornalismo pode desenvolver no reforço dessa participação (Dewey, 2004; Mesquita, 2003; Dahlgren & Sparks, 1991).

Simultaneamente, o jornalismo público tem-se afirmado como um movimento que visa ultrapassar alguns contextos de crise que dificultaram o relacionamento entre o jornalismo e a vida cívica, nomeadamente a orientação exclusivamente dirigida para o mercado, o reforço da tendência conhecida pela fusão do entretenimento com a informação (*infotainment*), o incremento das *soft news*, e a excessiva dependência de fontes oficiais e de rotina.

Neste contexto, o projecto “Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos *media* portugueses”¹ surgiu com o objectivo fundamental de

¹ O projecto, com a referência PTDC/CCI-JOR/098732/2008, foi financiado por fundos nacionais da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) e co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE-Programa Operacional Factores de Competitividade da União Europeia. Foi desenvolvido no Laboratório de Comunicação e Conteúdos Online (Labcom) da Universidade da Beira Interior (UBI) entre 22 de Março de 2010 e 21 de Março de 2013, tendo como investigador responsável o Professor Doutor João Carlos Ferreira Correia e como equipa de investigação: Anabela Gradim Alves, Andreia Pinto Rendo, Catarina Rodrigues, Gil Baptista Ferreira, João canavilhas, José Ricardo Carvalheiro, Patrício



identificar, fomentar e experimentar práticas jornalísticas que contribuam para reforçar o compromisso dos cidadãos com a comunidade e a deliberação democrática na esfera pública, numa perspectiva de fortalecimento da cidadania, seguindo o exemplo do chamado jornalismo público e, eventualmente, outras formas de jornalismo comunitário (Glasser, 1999; 2002).

A ideia orientadora fundamental do projecto foi a análise da possibilidade de substituir uma agenda determinada, maioritariamente, por definidores primários, por uma agenda em que também se desse visibilidade às questões de interesse público identificadas pelos públicos dos *media* (Charity, 1995).

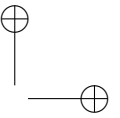
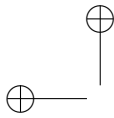
Procurando estudar práticas concretas de “jornalismo público”, na perspectiva de saber em que medida se traduzem num reforço efetivo da deliberação democrática e da esfera pública, o projecto colaborou com meios de comunicação social regionais a fim de implementar, testar e observar procedimentos orientados e influenciados por uma lógica similar à praticada pelo “jornalismo público”.

No desenvolvimento da investigação seguiram-se assim duas grandes linhas orientadoras:

- a) Reflexão crítica sobre as relações entre jornalismo, deliberação democrática, esfera pública e sociedade civil;
- b) Análise das potencialidades do “jornalismo público” ou “jornalismo cívico” nomeadamente através da aplicação de algumas destas potencialidades em colaboração com órgãos de comunicação social regional num estudo de caso.

A concretização do primeiro eixo passou fundamentalmente por uma revisão bibliográfica e por um activo intercâmbio de experiências com outros contextos profissionais, académicos e culturais. A fim de se obterem consequências práticas para o desempenho do Jornalismo Português e para o campo científico dos Estudos Jornalísticos, foram ainda organizadas palestras e colóquios, com destaque para o “Encontro sobre Comunicação e Deliberação” (2010), a “International Conference Public Sphere Reconsidered” (2011) e o “Ágora – Encontro sobre Media, Proximidade e Participação” (2012). Os

Costa, Susana Borges, Susana Sampaio Dias, Susana Salgado, Ricardo Morais, João Carlos Sousa e João Nuno Sardinha.

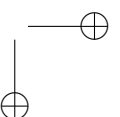
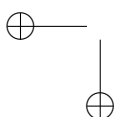


livros publicados na sequência destes encontros, com as contribuições dos muitos investigadores, nacionais e internacionais, que marcaram presença, ajudaram na concretização desta reflexão. Nesse sentido foram também apresentadas diversas comunicações e elaborados vários artigos pelos diferentes elementos que constituem a equipa do projecto.

O segundo eixo, ao qual estava associada a componente do projecto mais dirigida para estudo de campo, implicou a adopção de procedimentos metodológicos específicos e compreendeu as seguintes actividades:

- a) Contactar com órgãos de comunicação social de implantação regional de todo o país;
- b) Proceder a um levantamento, junto desses órgãos, das suas práticas de construção noticiosa;
- c) Promover, em conjunto com esses órgãos, estudos de opinião e grupos de foco a fim de identificar as questões de interesse colectivo entendidas enquanto tais pelos cidadãos das respectivas áreas de influência;
- d) Usar os dados recolhidos para criar uma agenda ditada pelos interesses dos cidadãos, originando aquilo que pode ser designado por “agenda do cidadão”;
- e) Tentar mobilizar os cidadãos para a discussão em fóruns públicos dos temas considerados prioritários nos estudos desenvolvidos;
- f) Promover o intercâmbio com outras experiências similares em contextos regionais e nacionais diferentes.

Considerados os principais objectivos e os procedimentos propostos para a concretização do projecto, importa realçar que com este livro se pretende criar uma memória do que foram três anos de uma investigação singular a nível nacional e que procurou aplicar, no contexto regional, as potencialidades decorrentes das práticas sugeridas pelas várias tendências do jornalismo público. Estudou-se a organização do trabalho, as estratégias, as práticas, os profissionais e os processos de produção da informação bem como as questões de interesse colectivo que mais preocupam os cidadãos e que não cabem



nas agendas dos meios de comunicação. Foram conduzidos inquéritos, entrevistas, estudos de opinião com sondagens telefónicas, *focus groups*, e assim, recolhido um conjunto de dados que permitiram conhecer melhor a realidade dos meios regionais e tentar responder às necessidades informativas dos cidadãos, desenvolvendo trabalhos jornalísticos em função dos temas identificados por estes como prioritários.

Estes dados e o conhecimento obtido são bem representativos da importância que o projecto desenvolvido tem no campo dos estudos jornalísticos em Portugal, na reflexão sobre o jornalismo público e na aplicação das suas práticas em diversos contextos culturais. Foi, tendo em conta a sua importância e o que eles podem representar para futuras pesquisas nesta área, que se decidiu apresentar a presente memória do projecto.

Nesta memória do projecto “Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos *media* portugueses” optou-se por seguir a mesma estrutura que guiou toda a investigação, não apenas como forma de facilitar a exposição, mas também para auxiliar o leitor a colocar-se no papel dos investigadores. O livro encontra-se assim organizado em três partes distintas relacionadas entre si.

Na primeira parte abordam-se os principais aspectos que compõem o enquadramento teórico. O “jornalismo público”, enquanto movimento subjacente a todo o projecto é dado a conhecer ao leitor, a partir das suas raízes históricas e dos seus antecedentes intelectuais. O contexto social e político, os princípios em que se funda e as práticas que propõe aplicar são expostas nas primeiras páginas. A aplicação deste “novo jornalismo” no contexto português e particularmente no seio da imprensa regional, as especificidades da sociedade portuguesa e as faculdades económicas dos meios de comunicação social encerram o capítulo inicial.

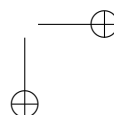
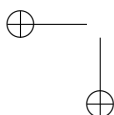
A segunda parte desta memória inclui o enquadramento e o desenho metodológico sendo aí que se explicam e justificam as técnicas de recolha de dados utilizadas. Considera-se cada uma das fases do projecto, as diferentes abordagens metodológicas e a articulação entre uma vertente quantitativa e qualitativa. Esta segunda parte é fundamental, uma vez que aqui são definidos os universos e *corpus* de análise sem os quais não seria possível compreender os resultados que são apresentados na última parte do livro. Em cada ponto é considerado um objecto de estudo e, a partir desse, expostos os dados que se entendeu serem mais relevantes.

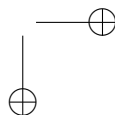
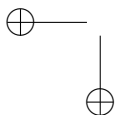
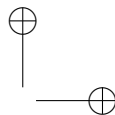
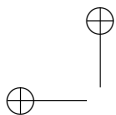


O livro encerra com as conclusões, as quais, no contexto particular deste projecto, devem também ser entendidas como resultados de aprendizagens que funcionam como pistas para reflexões ulteriores. A natureza exploratória desta investigação no contexto nacional contribuiu para que, no final, mais do que respostas, se possam apresentar ensinamentos e até elementos que induzem ao levantamento de problemas novos não considerados no início da investigação.

Se há algo que o projecto ousou realizar foi sem dúvida reflectir de forma detalhada e extensa sobre o jornalismo público, os seus limites e a sua aplicabilidade em diversos contextos culturais, tendo em conta a diversidade de realidades manifestas nas várias regiões de Portugal Continental ao nível da imprensa regional. Espera-se por isso que todo o esforço empreendido pela equipa de investigação possa despoletar novos trabalhos, mas também, e sobretudo, a iniciativa de correr riscos na investigação.

Por fim, resta agradecer a todos os jornalistas, aos responsáveis dos títulos de imprensa regional e aos leitores, a colaboração, uma vez que sem eles não teria sido possível realizar todo o trabalho de campo. Agradece-se igualmente todo o apoio prestado pelos elementos da Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior na consecução de todas as tarefas.







Capítulo 1

Enquadramento teórico

Em termos de enquadramento teórico, o projecto “Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos *media* portugueses” insere-se nos estudos jornalísticos e tem como ideia fundamental a possibilidade de criação de uma agenda menos determinada por definidores primários e mais centrada nas questões de interesse público (Charity, 1995). As práticas jornalísticas e a importância concedida ao público são desta forma aspectos centrais em toda a investigação.

Para encontrar suporte teórico para esta abordagem foi, pois, necessário analisar o “jornalismo cívico” enquanto movimento que faz referência ao reforço da participação dos públicos na cidadania e ao papel do jornalismo no reforço dessa participação (Mesquita, 2003; Dahlgren & Sparks, 1991). Como definido pelos seus fundadores (Rosen, 1994; Merrit, 1998), surgiu por volta de 1990 nos Estados Unidos da América e propôs-se, através dos meios de comunicação, operar uma mudança na relação entre os cidadãos e a vida pública.

O reforço do compromisso dos cidadãos com a comunidade é também um papel normalmente atribuído à imprensa regional. Assim, o principal objectivo da investigação passa pela identificação e promoção de práticas jornalísticas que contribuam para reforçar o compromisso dos cidadãos com a comunidade, a abordagem teórica tem necessariamente de centrar-se nas articulações possíveis entre “jornalismo público” e jornalismo regional.



Este capítulo encontra-se neste sentido dividido em dois pontos. No primeiro consideram-se as raízes históricas, os antecedentes intelectuais, o contexto social e político subjacente à emergência do “jornalismo público”, ao mesmo tempo que são identificados os princípios e as práticas que guiam este movimento. No segundo ponto, considera-se a realidade portuguesa, os meios de comunicação regionais e particularmente o papel atribuído à imprensa regional. Considerando que o objectivo desta última também é chegar perto dos cidadãos, dos seus problemas, daquilo que os afecta dentro das comunidades, reflecte-se sobre a possibilidade das práticas do “jornalismo público” serem aplicadas no contexto da imprensa regional em Portugal.

1.1 As práticas jornalísticas e o compromisso dos cidadãos com a comunidade: o jornalismo público

A compreensão do movimento conhecido como “jornalismo público” não é possível sem que antes se analisem as raízes e os antecedentes intelectuais, o contexto histórico e político subjacente à sua emergência.

Quanto às raízes teóricas e filosóficas destacam-se os ideais associados ao pensamento de John Dewey e as preocupações levantadas por este nos anos 20 e 30 sobre o papel dos *media* em democracia; as propostas da Comissão Hutchins (1947) sobre a liberdade de imprensa; e as ideias desenvolvidas pela Teoria da Responsabilidade Social (Traquina, 2003; Borges, 2009). A estes podem acrescentar-se as reflexões de pensadores deliberativos e comunitaristas particularmente influentes nos Estados Unidos (cf. Haas, 1977). Finalmente estes antecedentes podem considerar-se ligados à influência da teoria política nos estudos da comunicação, particularmente através dos trabalhos de James Carey, Hannah Arendt, Jürgen Habermas, entre outros (Borges, 2009, p. 95; Coleman, 2003, p. 60).

Apesar da importância que estes contributos têm para o movimento e para a “redefinição da função social do jornalismo” (Coleman, 2003 apud Borges, 2009, p. 97), a verdade é que durante vários anos, estes não foram suficientes para que despontasse uma forma alternativa de exercício desta actividade profissional. Apenas no final da década de 1980, é que o movimento surge entre editores e professores como uma reacção à perda de credibilidade dos *media*, às baixas tiragens dos jornais, à baixa participação política dos cida-

dãos e, principalmente, à incapacidade demonstrada pelos jornalistas nas eleições americanas de 1988 de perceberem e reagirem às actuações dos políticos (Costa, 2006).

A campanha presidencial norte-americana de 1988 é assim considerada um evento que desencadeou o aparecimento do jornalismo público. No contexto da cobertura mediática desta campanha, verificou-se que os meios de comunicação enfatizaram questões secundárias como os aspectos relacionados com a vida pessoal dos candidatos e com as intrigas políticas, deixando de lado as questões de interesse público (Traquina, 2003; Borges, 2009).

“A primeira manifestação do jornalismo cívico nasceu da frustração acerca da cobertura presidencial. Muitos acreditaram que os *media* foram transformados pelas táticas de campanha negativa, obcecados com a cobertura do tipo corrida de cavalos e esquecidos em relação às questões julgadas importantes pelos eleitores” (Shepard, 1994 apud Traquina, 2003, p. 10).

Esta actuação por parte dos meios de comunicação aumentou a insatisfação já instalada em relação aos princípios jornalísticos (Charity, 1995, p. 1), a qual resultava em simultâneo de fenómenos como a crise de credibilidade dos *media* noticiosos e dos jornalistas, o declínio das tiragens e audiências, e a prevalência cada vez maior de um jornalismo orientado para o mercado (cf. Borges, 2009, p. 96).

É neste contexto que surgem as primeiras experiências de jornalismo público, que emergem assim associadas a uma tentativa de repensar o paradigma jornalístico. O movimento considerou que era preciso reanimar a vida pública e que o jornalismo deveria desempenhar um papel nesse processo (Merritt, 1998, p. xi). A função social do jornalismo devia, pois, passar a ser entendida numa perspectiva mais alargada, cabendo-lhe dinamizar a conversação pública (Carey, 1995, p. 382) e envolver o público nos assuntos que o afectam. O jornalismo público surge como a alternativa, mas não apenas de um ponto de vista normativo, uma vez que propõe linhas específicas de acção. Os seus principais impulsionadores não o definem de uma forma “unívoca”, mas apresentam-no como uma “ideia em acção” (Rosen, 1999, p. 5) e portanto passível de ser moldado e adaptado por cada uma das organizações noticiosas que o adoptarem (cf. Borges, 2009, p. 96).

A alteração da função social do jornalismo implica também uma redefinição das práticas de produção noticiosa, nomeadamente com novas rotinas

profissionais dirigidas para a promoção da comunicação entre os cidadãos (cf. Borges, 2009, p. 97).

A definição da agenda e a cobertura noticiosa, aspectos centrais no processo jornalístico, são então reformuladas com o objectivo de permitir um maior envolvimento da comunidade. Os meios de comunicação, consequentemente, assumem um papel activo na promoção do debate e da deliberação entre os cidadãos (cf. Borges, 2009, p. 97). A criação de uma “agenda dos cidadãos” representa um dos principais exemplos da reorientação do trabalho jornalístico para o público que o movimento propõe, e que é adoptada por muitos dos meios norte-americanos. Esta agenda implica a integração dos assuntos identificados como prioritários pelos cidadãos; o tratamento noticioso em profundidade desses temas; a criação de grupos de foco e de painéis de cidadãos para acompanhar e criticar o trabalho dos *media*; e a organização de fóruns para debater os assuntos e deliberar sobre possíveis soluções (cf. Borges, 2009, p. 97).

Neste contexto foram muitos os projectos que “procuraram renovar o jornalismo norte americano e contribuir para dinamizar a participação dos cidadãos na vida pública. Utilizando diversas técnicas de auscultação do público, as empresas ouviram os cidadãos para identificar sua agenda. Em alguns casos, tornam-se parceiros activos na procura de soluções para os problemas da comunidade” (Traquina, 2001, p. 176).

No livro “Jornalismo Cívico”, Nelson Traquina e Mário Mesquita reuniram vários relatos das experiências desenvolvidas na sociedade americana. Nomeadamente, citam o *Columbus Ledger Enquirer*, título do grupo *Knight-Ridder*, que adoptou durante a campanha eleitoral um papel activo “na tentativa de melhorar a qualidade de vida da comunidade” destacando-se a reorientação que foi introduzida na produção noticiosa do jornal no sentido de identificar os problemas que preocupavam a comunidade (Traquina, 2003, p. 10); os dados recolhidos deram origem a um relatório e foram publicados diariamente no jornal. O pequeno diário *The Wichita Eagle*, o qual mudou as suas práticas relacionadas com a cobertura da campanha eleitoral, e o “People Project: Solving It Ourselves”, que entrevistou residentes da comunidade e debateu as suas preocupações nos órgãos de comunicação que integravam o projecto. Desta forma, estas experiências pretendiam compreender as diferentes posições e ao mesmo tempo tentavam proporcionar soluções para os problemas, uma vez que os órgãos de comunicação envolvidos indicavam, nas

suas páginas, uma lista das entidades e instituições que poderiam ser contactadas pelos cidadãos. As ideias dos cidadãos que de alguma forma tivessem contribuído para resolver problemas eram depois destacadas pelo jornal (cf. Traquina, 2003, p. 11).

No estado da Carolina do Norte o jornal *Charlotte Observer*, apoiado pelo *Poynter Institute*, iniciou um projecto de “jornalismo público” com o objectivo de redefinir a cobertura noticiosa. Segundo o seu director “A maior parte das pessoas envolvidas em campanhas políticas – candidatos, estrategas e frequentemente jornalistas – vêem estas campanhas como uma corrida de cavalos com a linha de chegada sendo o dia das eleições. Grande parte da “cobertura tradicional” nos jornais de hoje foca-se na estratégia de levar um determinado candidato a atravessar essa linha de chegada. Nós no *Observer*... acreditamos que a cobertura de temas e ideias, assim como da estratégia, é essencial a um jornalismo político forte e significativo” (apud Jr. Jackson, 2003, p. 120, itálico e aspas do original). Neste contexto foi realizada uma sondagem aos habitantes e identificadas problemáticas que foram trabalhadas como a “agenda dos cidadãos”. Parte destes entrevistados participaram ainda num “painel de cidadãos” que avaliou a cobertura feita pelo jornal durante a campanha de 1996 (Traquina, 2003, p. 12).

Estes projectos, desenvolvidos pelos jornais regionais norte-americanos e referidos por Nelson Traquina e Mário Mesquita, representam apenas uma pequena parte, ainda que muito importante pelo pioneirismo da sua iniciativa e abordagem, dos inúmeros meios de comunicação que abraçaram o movimento. Não cabendo nesta memória a divulgação de todas as experiências, considera-se que as apresentadas permitem uma compreensão daquela que foi a estratégia adoptada pelos órgãos de comunicação na procura de renovação do jornalismo através da dinamização e mobilização dos cidadãos para a participação na vida pública.

Utilizando diversas técnicas de auscultação do público, como sondagens de opinião, grupos de foco, painéis de cidadãos, *town meetings*, percebe-se que as empresas jornalísticas procuraram de uma forma geral ouvir os cidadãos com o intuito de identificar a sua agenda e em alguns casos em particular procuraram mesmo ajudar a encontrar soluções para os problemas da comunidade.

Contudo, os autores realçam que as mudanças no processo jornalístico enquanto forma de melhorar a vida pública não são fáceis e implicam em

certas situações transformações de fundo. “A mudança necessária não é fácil. Não se trata dos jornalistas fazerem algumas coisas de uma maneira diferente, ou fazer algumas coisas diferentes. É fundamental, a adopção de um papel para além de dar notícias” (Merritt, 1998, p. xii, tradução nossa).

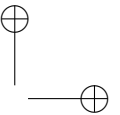
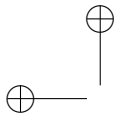
Neste sentido, o “jornalismo público” envolve múltiplas mudanças, começando desde logo por considerar que melhorar a vida pública também faz parte do processo noticioso. O movimento implica também, segundo o jornalista Davis Merritt, que os jornalistas se “tornem “participantes justos” na vida pública em vez de “observadores desprendidos”. (“Participante justo” não significa envolvimento nos assuntos que cobrimos)” (Merritt, 1998, p. 7, parênteses do original, tradução nossa).

Tendo em conta as reservas suscitadas pela abundante produção teórica e pela pesquisa empírica, dever-se-á ter em conta o seguinte:

- a) O jornalismo cívico ou público é uma proposta realizada em 1988 no contexto dos Estados Unidos;
- b) A apreciação das premissas do jornalismo público deu origem a várias correntes.
- c) Ao longo do texto usa-se por vezes a palavra jornalismo deliberativo. Este uso ainda não foi estabilizado e foi pioneiramente usado no âmbito do projecto (Correia, 2012). Refere-se sobretudo ao “jornalismo público” que adopta uma posição de implementação de condições de debate sem se comprometer com soluções particulares.

Apesar das mudanças necessárias para uma redefinição do jornalismo, muitas das práticas que fazem parte do seu papel tradicional continuavam a ser entendidas como sendo válidas. Assim, “o papel de cão de guarda que inevitavelmente nasce com a Primeira Emenda tem servido bem o jornalismo (e a democracia)” (Merritt, 1998, p. 29, parênteses do original, tradução nossa). Defende que o jornalismo não deve deixar de dar notícias.

Percebe-se desta forma que o “jornalismo público” implica sobretudo disponibilidade para mudar algumas práticas que afastaram a actividade jornalística e os seus profissionais dos cidadãos e das suas preocupações. Estas práticas estão relacionadas com a “busca frenética de notícias, na postura cínica para com a vida política, na dependência excessiva das fontes oficiais, e



na desatenção flagrante para com os cidadãos enquanto participantes activos na vida pública” (Traquina, 2003, p. 16).

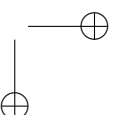
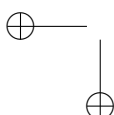
Enquanto movimento que procura reforçar a cidadania, melhorando o debate público e revitalizando a vida pública, o “jornalismo público” enfatiza a perspectiva comunitarista, ou seja, o bem comum como alternativa aos direitos individuais e é a partir daqui que procura construir uma “agenda dos cidadãos”. Esta identificação dos temas públicos procura orientar as práticas jornalísticas para a resolução dos problemas do quotidiano, aproximando a informação da cidadania e edificando um jornalismo sustentado pela redescoberta dos valores da comunidade (Camponez, 2002). O jornalismo não se limita desta forma a ser um mero observador, a ficar num plano exterior, mas pelo contrário tem de integrar a própria comunidade e situar-se entre os cidadãos.

É no seguimento desta necessidade de conhecimento dos cidadãos e construção de um jornalismo de proximidade que no projecto “Agenda dos Cidadãos” se analisam os órgãos de comunicação regional. Mas será que estes têm a capacidade para acolher algumas das práticas do “jornalismo público”? Esta é precisamente a questão que nos conduz ao segundo ponto deste capítulo e à reflexão sobre a possibilidade de o jornalismo público se renovar através do jornalismo regional, ao procurar perceber o que interessa aos cidadãos, ao ensinar a comunidade a resolver os seus problemas e ao revitalizar os debates como base da democracia.

1.2 A imprensa regional e a introdução de práticas de jornalismo público

Quando o projecto se propôs identificar, fomentar e experimentar práticas jornalísticas que contribuíssem para reforçar o compromisso dos cidadãos com a comunidade, a imprensa regional configurou-se desde logo como o principal meio a analisar. Ou seja, que características possui a imprensa regional que façam dela um meio com potencialidades para se aplicarem práticas de “jornalismo público”?

Numa perspectiva histórica percebe-se que a imprensa regional tem sido definida de diferentes maneiras. Na Lei de Imprensa de 1971 considera-se que ela é “constituída pelas publicações periódicas não diárias que tenham como



principal objectivo divulgar os interesses de uma localidade, circunscrição administrativa ou grupos de circunscrições vizinhas” (Decreto-Lei n.º 5/71, de 5 de Novembro). De acordo com este documento, promulgado em Novembro de 1971, a imprensa regional caracteriza-se pela periodicidade e pelo interesse em divulgar as questões das localidades. Já em 1975, após a ditadura e com o Período Revolucionário em Curso (PREC), a nova lei de imprensa consignou a liberdade de expressão e o direito à informação, mas tem também um entendimento diferente em relação ao que caracteriza a imprensa regional. No artigo 2º, é então definido que “As publicações periódicas podem ser de expansão nacional e regional, considerando-se de expansão nacional as que são postas à venda na generalidade do território” (Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro). Nesta nova aceção, o que determina os títulos de imprensa regional é o seu local de venda.

Vinte e quatro anos mais tarde, na última revisão da lei, as publicações de âmbito regional foram definidas no artigo 14º como aquelas “que, pelo seu conteúdo e distribuição, se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais” (Decreto-Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro), voltando a centrar a sua atenção sobre a questão territorial. Esta dimensão foi também destacada no Estatuto de Imprensa Regional (1988), que no seu primeiro artigo salientou a proximidade geográfica, mas também destacou a natureza dos conteúdos e a questão da independência das publicações face aos poderes. “Consideram-se de Imprensa Regional todas as publicações periódicas de informação geral, conformes à Lei de Imprensa, que se destinem predominantemente às respectivas comunidades regionais e locais, dediquem, de forma regular, mais de metade da sua superfície redactorial a factos ou assuntos de ordem cultural, social, religiosa, económica e política a elas respeitantes e não estejam dependentes, directamente ou por interposta pessoa, de qualquer poder político, inclusive o autárquico” (Decreto-Lei nº00/88, art.1º, Estatuto da Imprensa Regional).

A análise da legislação portuguesa sobre a imprensa permitiu concluir que as publicações regionais têm sido sobretudo definidas com base em três dimensões: o aspecto territorial, o público a que se destinam e os conteúdos que veiculam. No entanto, é inegável que o factor geográfico é comum a todas as definições e é por isso também que os diferentes autores que estudam esta realidade enfatizam esta dimensão. Apesar da ênfase na dimensão territorial, Victor Amaral alerta para o facto de essa delimitação não significar “que a im-

portância do seu papel se circunscreva aos limites geográficos da localidade onde tem sede. Antes é a sua dimensão social de proximidade a assuntos dessa localidade que a leva a ser, cada vez mais, elo de ligação com as comunidades longínquas de emigrantes que mantêm interesse e curiosidade sobre o que se passa nas suas terras de origem” (2006, p. 45). “Aventuramo-nos, pois, a testar uma hipótese: será que a imprensa regional tem virtualidades para anular alguns dos efeitos indesejáveis da massificação? Será, por outro lado, que os novos *media* interactivos podem desempenhar um papel especificamente novo no desenvolvimento das interacções verificadas no seio das comunidades e espaços públicos regionais, servindo, complementarmente, para ajudar a ultrapassar anacronismos que ainda integram os *media* regionais tradicionais?” (Correia, 1998, p. 155).

Encontra-se portanto aqui aquela que pode ser considerada a primeira razão para estudar a imprensa regional com intuito de nela experimentar práticas associadas ao “jornalismo público”. Se este movimento se caracterizou e caracteriza ainda pela aproximação que tenta entre os cidadãos e a vida pública através do jornalismo, o facto de existir um tipo de imprensa cuja particularidade, como se viu, pela forma como é definida, assenta na ideia de proximidade com as comunidades e os cidadãos, então este campo constituiu-se como o mais adequado para se introduzirem práticas que auscultem o público e promovam o seu envolvimento no exercício de uma cidadania activa.

No entanto, se por definição a imprensa regional se assume como o principal espaço onde estas práticas poderiam ser inseridas, a verdade é que ela enfrenta hoje um conjunto de desafios com a diminuição dos leitores por um lado e a falta de anunciantes por outro (Santos, 2007), que obrigam a pensar, desde logo nas limitações que poderiam surgir no momento de uma intervenção como aquela proposta pelo “jornalismo público”.

Neste contexto, aquele que é um dos princípios fundamentais deste tipo de imprensa é ao mesmo tempo aquele que representa na actual conjuntura, um maior risco. No âmbito regional “os jornalistas estão mais próximos das instituições, privam mais facilmente com os seus representantes em contextos informais, alimentando uma relação para melhor acederem às informações” (Amaral, 2006, p. 40). A proximidade é, todavia, a característica que pode contribuir para “uma prática jornalística menos activa, sob o ponto de vista da procura de outras fontes, correspondendo a uma construção noticiosa maioritariamente agendada pela própria esfera institucional” (*ibidem*).

Por outro lado, acredita-se que a imprensa regional pode emergir enquanto meio capaz de revalorizar as práticas jornalísticas no sentido de se aproximar do público, constituindo-se uma alternativa aos meios de comunicação de massa (Correia, 1998). Enquanto alternativa, a imprensa regional não estaria preocupada apenas em satisfazer as exigências do mercado, tal como acontece com os grandes meios de comunicação, mas pelo contrário estaria mais próxima dos cidadãos, dos seus problemas, assumindo dessa forma a principal função do jornalismo, a de informar sobre os factos relevantes para as comunidades.

No entanto, a imprensa regional também funciona segundo as mesmas lógicas da imprensa de âmbito nacional, sobretudo num contexto de crise económica como aquela que atravessa a sociedade. Numa altura em que as questões quanto à sustentabilidade dos projectos de imprensa regional estão na ordem do dia, com títulos a encerrarem diariamente, e outros a serem integrados em grandes grupos de comunicação, questiona-se a disponibilidade para a adopção de projectos e práticas que impliquem recursos, humanos e financeiros, nem sempre existentes.

É perante este cenário que emergem as principais questões sobre a possibilidade de a imprensa regional, ainda que fundada sob o valor da proximidade, poder ser encarada como um meio capaz de implementar práticas concretas de “jornalismo público”, reforçando assim a deliberação democrática e a esfera pública.

Neste sentido, e mesmo considerando que o movimento se afirmou nos Estados Unidos num contexto de crise de relacionamento entre jornalismo e vida cívica, a verdade é que contou com o apoio de instituições para a renovação do jornalismo e para a dinamização da participação dos cidadãos. Esta realidade parece bem mais difícil de concretizar no contexto português, senão for pensada e estruturada a partir de projectos de investigação como o que deu origem a este livro.

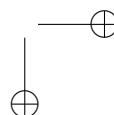
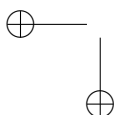
Assim, de acordo com a orientação realista que deve acompanhar a adopção de práticas de jornalismo público na imprensa regional, acredita-se que é “possível, especialmente em cidades de pequena e média dimensão, servidas pela imprensa regional colocar como hipótese o recurso a algumas das sugestões testadas, direccionadas por estas formas de jornalismo” (Correia, Carvalheiro, Morais & Sousa, 2011, p. 465).



Foi conscientes das especificidades da realidade portuguesa, mas também procurando sempre que possível readaptar os métodos e as práticas utilizadas noutros contextos, que se decidiu avançar e se acreditou que era possível desenvolver experiências num conjunto de jornais regionais. “Não se trata de pretender defender uma transposição automática do Jornalismo cívico – ele próprio um fenómeno diverso e multifacetado com diferentes graus de sucesso na sua concretização – mas sim do desenvolvimento e da aplicação de algumas das suas características de acordo com algumas potencialidades existentes no universo da Imprensa Regional” (*ibidem*).

Nesse sentido, mantiveram-se algumas reservas sobre a identidade do jornalismo público. Constatou-se assim que este não é uma caixa de ferramentas estabelecida mas que exige uma enorme flexibilidade na aplicação gradual de métodos cuja exequibilidade deve ser avaliada em função de condições sociais variáveis, designadamente cultura política, níveis de escolaridade dos públicos, condições empresariais, etc. Por outro lado, a intensíssima reflexão conceptual colocou a evidência de numerosas abordagens possíveis do jornalismo público, tendo surgida a hipótese de referir a existência de um jornalismo de contornos deliberativos por oposição a um jornalismo de inspiração comunitarista. O primeiro parece ser mais adequado às exigências do jornalismo canónico, pois continua a exigir distanciação. O segundo exige uma vinculação comunitária. Todavia, nalguns casos é a excessiva vinculação comunitária que se torna um obstáculo à realização de um jornalismo independente.

Os resultados que se apresentam na terceira parte deste livro são a prova do esforço empreendido e permitem afirmar com elevada certeza que é possível colaborar com meios de comunicação social regional a fim de implementar e testar procedimentos orientados por uma lógica similar à praticada pelo “jornalismo público”.







Capítulo 2

Enquadramento e desenho metodológico

O projecto “Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos *media* portugueses”, enquanto pesquisa na área da comunicação e nos estudos jornalísticos procurou identificar, fomentar e experimentar práticas jornalísticas que contribuíssem para reforçar o compromisso dos cidadãos com a comunidade e a deliberação democrática na esfera pública, numa perspectiva de fortalecimento da cidadania.

Na perspectiva de reforçar o compromisso dos cidadãos com a comunidade, os órgãos de comunicação social regional configuraram-se como o principal meio a analisar. Neste sentido, e tendo em conta o universo de órgãos de comunicação de âmbito regional, considerou-se que a imprensa regional, pelo facto de partilhar algumas das preocupações do jornalismo público, nomeadamente o objectivo de chegar perto dos cidadãos, dos seus problemas, daquilo que os afecta dentro da comunidade onde se inserem, seria um meio que reunia condições para ser analisado nesta investigação.

Numa primeira fase o projecto procedeu-se a um estudo de um conjunto de títulos de imprensa regional, tendo em vista a selecção daqueles com que se iriam estabelecer parcerias para o desenvolvimento do estudo. O critério para a escolha dos meios considerava a dimensão de Portugal Continental e a partir daí procurava que cada distrito estivesse representado através de um título.



No entanto, nesta fase, e depois da proposta inicial ter sofrido alguns ajustamentos, nomeadamente em termos de financiamento, não foi possível considerar para efeitos de análise todos os títulos inicialmente pensados. Neste sentido, por razões de economia orçamental, tempo e recursos disponíveis não foram incluídos todos os distritos do Continente, mas procedeu-se a uma selecção de distritos que englobassem as duas maiores cidades e que abrangessem de forma razoavelmente equilibrada o Interior e o Litoral: Lisboa, Porto, Aveiro, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Santarém, Viana do Castelo. Assim estavam representadas as duas Áreas Metropolitanas, o Litoral Norte, o Interior Norte, o Interior Centro, o Litoral Centro, o Alentejo, o Ribatejo e o Algarve.

No seguimento dos cortes já mencionados foi então necessário proceder a uma avaliação criteriosa dos contactos com as redacções dos jornais espalhados por todo o país. Se inicialmente se previam estudos em jornais de Lisboa, Porto, Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Bragança, Évora, Faro, Santarém e Viana do Castelo, apenas foi possível o estudo de títulos no Porto, Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Viseu, Leiria, Santarém e Faro¹.

A identificação dos títulos de imprensa regional a estudar demorou, tendo em conta os diferentes aspectos já indicados, mais tempo do que o esperado, mas finalmente foi possível estabelecer parcerias com nove jornais regionais: Jornal “O Grande Porto”; “Jornal da Bairrada”; “Jornal do Centro”; “Diário As Beiras”; “Jornal Região de Leiria”; “Jornal do Fundão”; Jornal “O Ribatejo”; Jornal “O Algarve”; Jornal “Vida Ribatejana”.

Seleccionadas as publicações e estabelecidos os contactos estavam reunidas as condições para se avançar no cumprimento das diferentes actividades previstas. Afastadas as pretensões de representatividade o estudo passou a enquadrar-se, em termos de investigação e desenho metodológico, nos estudos de caso, ou seja, “uma investigação empírica que investiga um fenómeno

¹ Os cálculos estatísticos efectuados levaram a procurar um jornal regional na Região da Grande Lisboa que tivesse uma dimensão comportável em termos do custo financeiro dos trabalhos de campo. Foi encontrado um jornal com estas características, o “Vida Ribatejana”, que colaborou com o projecto, mas que viria a encerrar alguns meses mais tarde. Simultaneamente já tinha sido incluído um jornal de Leiria que pelas suas características despertou considerável interesse por parte de toda a equipa. O jornal de Bragança foi substituído por um jornal de Viseu havendo vastas áreas de sobreposição em ambos. No que respeita ao Alentejo, os contactos efetuados para identificar um parceiro com as características desejadas revelaram-se infrutíferos.



no seu ambiente natural, quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são bem definidas (...) em que múltiplas fontes de evidência são usadas” (Yin, 1994, p. 13). Esta estratégia de pesquisa é a “mais adequada quando queremos saber o “como” e o “porquê” de acontecimentos actuais (contemporary) sobre os quais o investigador tem pouco ou nenhum controlo” (Yin, 1994, p. 9, *aspas no original*).

Neste projecto em particular, o estudo de caso desenvolvido tem como característica o facto de se realizar em diferentes jornais ao mesmo tempo, sendo por isso um estudo de caso múltiplo ou “design de caso múltiplo” (Bogdan & Biklen, 1994; Yin, 1994). Esta abordagem metodológica de investigação funciona particularmente nestes casos, uma vez que procura compreender, explorar e descrever acontecimentos complexos (Yin, 1994; Coutinho & Chaves, 2002). Trata-se de uma investigação “(...) que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse” (Ponte, 2006, p. 2).

O estudo de caso é normalmente enquadrado como uma abordagem de investigação no âmbito dos planos qualitativos, uma vez que o investigador está pessoalmente envolvido na investigação e procura sobretudo descrever os fenómenos. Contudo, a opção pelo estudo de caso pode-se inserir em qualquer um dos paradigmas de investigação e por isso este deve ser entendido no âmbito dos planos de investigação de tipo misto (Coutinho & Chaves, 2002; Myers, 1997).

No que diz respeito à recolha de dados, num estudo de caso, pode recorrer-se a diferentes métodos, sendo cada um escolhido de acordo com a tarefa a ser cumprida (Bell, 1989). Tendo em conta esta abordagem mista, mas também as duas vertentes distintas deste projecto, foram adoptadas para a execução das diferentes tarefas, metodologias e técnicas diversas de recolha de dados. Se o conhecimento da produção da informação foi estudado com base na análise do conteúdo dos jornais, os inquéritos aos jornalistas e as entrevistas aos directores, já a abordagem que genericamente se pode classificar como de conhecimento do público leitor, implicou o recurso a uma técnica longitudinal, como o estudo de opinião, que se caracteriza por ser uma análise em profundidade, e ainda, à realização de grupos de foco.



Dedica-se assim esta segunda parte do relatório à exposição do percurso metodológico trilhado neste projecto, começando com o enquadramento metodológico dos diferentes objectos de estudo e a opção por cada uma das técnicas de recolha de dados, salientando a dimensão qualitativa que se procurou conferir ao projecto no seu período final.

2.1 Análise de Conteúdo dos Jornais

No primeiro momento do projecto a técnica utilizada foi a análise do conteúdo das publicações e o objecto de estudo as peças noticiosas. Nesta fase procurou-se caracterizar cada um dos jornais analisados em função das temáticas privilegiadas, mas também conhecer outras dimensões do conteúdo da imprensa regional, como os géneros mais utilizados, as fontes e os critérios de selecção da informação. Foram as diferenças existentes na selecção e tratamento da informação nos diferentes jornais que guiaram os investigadores ao longo de toda a análise, permitindo considerar que se conhece hoje melhor a organização e o funcionamento interno destes títulos de imprensa regional.

Recorreu-se à análise de conteúdo uma vez que esta engloba “(...) um conjunto de técnicas de análise de comunicação que visam obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (Bardin, 1979, p. 42). Dentro da análise de conteúdo optou-se pela análise quantitativa directa, ou seja, a contagem das respostas como estas aparecem. Por outro lado, também se procurou obter por inferência aquilo que se encontrava subentendido, tendo-se recorrido à análise quantitativa indirecta (Sousa, 2004). Esta técnica permite também a interpretação entendida como captação de sentido do material avaliado. A análise de conteúdo procurou assim, no contexto deste estudo, identificar quais os temas escolhidos pelo jornal para serem abordados, mas também inferir sobre o que os meios de comunicação social analisados oferecem ao seu público, procurando perceber as razões para essas escolhas.

O universo da análise foi composto pelos nove jornais objecto de estudo, oito semanários e um diário: Jornal “O Grande Porto”; “Jornal da Bairrada”; “Jornal do Centro”; “Jornal Região de Leiria”; “Jornal do Fundão”; Jornal “O

Ribatejo”; Jornal “O Algarve”; Jornal “Vida Ribatejana”; “Diário As Beiras”. Em termos cronológicos, foram recolhidas edições das nove publicações no período compreendido entre o dia 1 de Fevereiro de 2010 e 31 de Maio do mesmo ano, perfazendo um total de 17 semanas. A partir do universo foi calculado um subconjunto, isto é, uma amostra representativa que incluísse no seu seio o conjunto de características que faziam parte dos elementos populacionais.

Sendo o universo da presente análise composto por nove publicações, das quais oito são semanais, e apenas uma é diária, esta composição contribuiu para que a constituição da amostra tivesse em conta as diferenças entre os órgãos de comunicação. Por uma questão de representatividade do jornal diário na amostra, decidiu-se que esta seria constituída por seis edições, que representariam uma semana “completa desta publicação”, ou seja, todas as edições estariam representadas – amostra aleatória sistemática. Por outro lado, por uma questão de uniformização da amostra, decidiu-se analisar seis edições dos jornais semanários – amostra aleatória simples. Assim, a partir de uma recolha inicial de 236 exemplares, durante um período de dezassete semanas, foi constituída uma amostra representativa de 54 exemplares, que corresponderam à análise de 3602 peças.

A recolha do corpus a analisar compreendeu dois momentos: primeiro foram contactados os órgãos de comunicação, solicitando o envio dos exemplares, depois foram reunidas todas as publicações e seleccionadas de acordo com os critérios de composição da amostra acima indicados. A análise restringiu-se aos “cadernos principais” das publicações da amostra, não se tendo incluído suplementos ou outros cadernos dos jornais (Sousa, 2004). Por outro lado, também não foram analisadas as páginas de desporto, por se considerar que as peças presentes nesta secção não iriam ao encontro dos objectivos deste projeto.

Com o *corpus* recolhido procedeu-se à análise das peças jornalísticas com base em dois eixos principais: “a forma”, que incide sobre os aspectos da publicação que não têm uma relação directa e imediata com os conteúdos publicados; “o conteúdo”, que incide sobre os aspectos da publicação com relação directa e imediata com os conteúdos publicados. Para operacionalizar cada

um dos eixos de análise foram definidas categorias de análise e indicadores (ver anexo I)².

2.2 Inquérito aos Jornalistas

Como forma de complementar os dados recolhidos com a análise de conteúdo considerou-se que seria fundamental uma abordagem junto dos profissionais do jornalismo³. Tendo os jornalistas como o novo objecto de estudo, no segundo momento de recolha de dados entendeu-se que a técnica que melhor permitia um aprofundamento das informações já obtidas era o inquérito por questionário autoadministrado ou por aplicação directa. Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt referem, acerca desta técnica, que “consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativos de uma população, uma série de perguntas relativas à situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais (...)” (2003, p. 188).

Configurou-se como a mais pertinente porque é, segundo os autores, a mais utilizada em contextos em que se conhecem as características da população potencialmente inquirida, mas também por ser o procedimento que pretende “captar” um fenómeno específico de determinada população, isto é, conhecer a opinião e atitude perante certas circunstâncias singulares da prática jornalística (Quivy & Campenhoudt, 2003).

Assim, se os primeiros dados permitiram caracterizar cada uma das publicações regionais e o seu processo de produção noticiosa, com esta inquirição

² Na definição das categorias de análise e dos indicadores utilizaram-se as definições que Jorge Pedro Sousa apresenta no livro “Introdução à análise do Discurso Jornalístico Impresso: um guia para estudantes de graduação” (2004), mas também as de Marisa Torres da Silva (2007) em relação às cartas dos leitores e de Estrela Serrano (2005) no que diz respeito à assinatura, valorização gráfica, enquadramento, tom e títulos das peças. A fiabilidade da codificação foi aferida no início da pesquisa, com um pré-teste em que se recorreu a uma amostra constituída por 9 publicações, uma por cada jornal que faz parte da presente pesquisa. Neste pré-teste foram analisadas 514 peças jornalísticas, dando desta forma uma média de 57,1 peças para cada edição analisada.

³ Nesta fase de transição dentro do projecto, entre técnicas de recolha de dados, importa referir que dos nove jornais analisados no primeiro momento, apenas oito foram alvo de estudo no momento seguinte, uma vez que o jornal “Vida Ribatejana” encerrou a sua actividade pouco tempo depois do final da fase de análise de conteúdo.

pretendia-se não apenas conhecer os jornalistas regionais, como também os princípios e os critérios que os guiam na recolha da informação, na relação com os deveres profissionais, com os leitores e com a região em que o jornal se insere.

A partir de uma população alvo de 45 jornalistas, distribuídos de forma não uniforme pelos oito jornais, obtiveram-se respostas de 34 jornalistas, o que corresponde a uma taxa de resposta de 75,6%. Não sendo um valor muito extenso, também não é um valor suficientemente reduzido de molde a permitir a execução de um procedimento técnico de índole mais qualitativo e intensivo, como é o caso da entrevista. Assim, optou-se pela aplicação desta técnica específica, dado o carácter quer do objecto de análise, quer dos próprios objectivos do projecto, apesar das limitações associadas a este procedimento técnico⁴.

A aplicação do inquérito por questionário foi realizada com o auxílio de uma ferramenta informática, disponível no Laboratório de Comunicação Online (Labcom), que permite a aplicação dos questionários por *email*. Neste correio electrónico foi enviado um código de acesso e juntamente um atalho que permitia aos jornalistas aceder ao inquérito. O período de preenchimento do inquérito iniciou-se, tal como estava programado, a 12 de Outubro, e encerraria, de acordo com o definido, a 5 de Novembro. No entanto, como à data do encerramento se verificava um reduzido valor de respostas ao referido inquérito, o mesmo período de aplicação foi prolongado, até ao seu encerramento definitivo no dia 28 de Novembro.

Optou-se por criar perguntas com respostas fechadas, permitindo uma maior facilidade na análise dos dados e sua interpretação, ao mesmo tempo que se pensou no tempo que os jornalistas poderiam despende para a resposta aos inquéritos e procurou-se que este fosse o mais reduzido possível, no sentido de não perturbar o normal funcionamento do jornal. Nas respostas a algumas perguntas utilizou-se a escala linear numérica, ou seja, distribuíram-

⁴ No sentido de colmatar qualquer deficiência ou imprecisão realizou-se, entre os dias 20 e 24 de Setembro, um pré-teste, no qual pudemos de forma bem clara concluir sobre a coerência e inteligibilidade do inquérito. O pré-teste contou com a colaboração de 13 jornalistas, pertencentes a jornais regionais, que não constam na actual lista de publicações parceiras do projecto. Em termos de composição do corpo de questões do inquérito, apenas foi retirada a última questão, que aliás tinha o objectivo muito preciso de conceder aos inquiridos um espaço de resposta para críticas e sugestões em relação ao mesmo, mas que não foi utilizada.

se as respostas ao longo de um gradiente de intervalos iguais e lineares (ver anexo II).

2.3 Entrevistas aos Directores dos Jornais

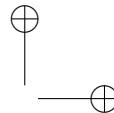
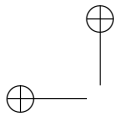
Se os jornalistas são os principais responsáveis pela produção dos conteúdos já analisados, a verdade é que grande parte da agenda e das decisões é assumida pelos directores das publicações. Neste sentido, e na impossibilidade de recorrer ao método etnográfico, com observação nas próprias redacções, concretamente das relações entre jornalistas e direcção, considerou-se que as entrevistas aos directores permitiam apreender toda a dinâmica e compreender de forma global todo o processo jornalístico.

As entrevistas são especialmente importantes no âmbito dos estudos de caso, uma vez que estas são “utilizadas para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 134).

A escolha desta técnica teve em conta que os directores desempenham uma dupla função, por um lado junto das redacções, por outro na relação com as administrações dos próprios jornais. Por outro lado, procuraram perceber até que ponto existe uma predisposição para as publicações substituírem uma agenda determinada maioritariamente por definidores primários, por uma agenda em que também se dê visibilidade às questões de interesse público identificadas pelos públicos dos *media*.

Em termos orgânicos, o “guião” é composto por quatro grandes grupos, servindo cada um dos quais determinados objectivos. Assim, para além da construção do perfil dos directores, os restantes grupos do inquérito procuraram que os entrevistados caracterizassem a imprensa regional, a relação desta com a região e com os cidadãos, e ainda que manifestassem as suas opiniões em relação a um espaço particular, as cartas dos leitores (ver anexo III).

Foram assim realizadas seis entrevistas presencialmente a cada um dos directores das publicações. A disjunção que se verifica entre o número de publicações em análise, oito, e o número de entrevistas efectuado, explica-se pelo facto de a direcção de três jornais, “Jornal do Centro”, “Diário As Beiras” e jornal “O Algarve”, ser no momento da realização das entrevistas

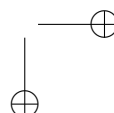
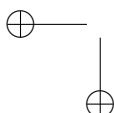


responsabilidade de um só director, no âmbito da pertença destes títulos a um grupo de comunicação social.

A realização de cinco, das seis entrevistas previstas, efectuou-se no dia 14 de Janeiro de 2011, nas instalações do “Jornal da Bairrada”, na localidade de Oliveira do Bairro, pelas 11h, tendo sido realizadas quatro entrevistas em simultâneo, e a quinta após a realização destas. Cada entrevista foi conduzida individualmente em quatro divisões estanques pelos vários elementos do projecto. A sexta e última entrevista foi realizada no dia 2 de Fevereiro de 2011 pelas 15h e o entrevistado foi o director do “Jornal do Fundão”. O motivo que determinou a realização desta entrevista mais tarde, esteve relacionado com questões logísticas, nomeadamente o facto de este último jornal ser o único dos oito que não pertence ao grupo Lena Comunicação⁵. Devemos também salientar que pelo facto de se ter recorrido a quatro entrevistadores, bem como uma entrevista ter sido efectuada mais tarde, existe alguma disparidade no tempo de realização das mesmas, oscilando a duração das mesmas entre os 21 minutos e os 45 minutos.

Com a entrevista aos directores, encerrou-se a primeira vertente da investigação, ou seja, percebeu-se como funciona todo o processo noticioso, desde a recolha de informação até a produção noticiosa por parte dos jornalistas. Estava-se portanto em condições de passar para uma nova fase do projeto em que, de acordo com a proposta inicial, se devia, juntamente com os jornais regionais, promover estudos de opinião e grupos de foco com o objectivo de identificar as questões de interesse colectivo entendidas enquanto tais pelos cidadãos e usar esses dados para criar aquilo que podia ser designado por “agenda do cidadão”.

⁵ À data da realização das entrevistas todos os jornais que integravam o projecto, com excepção do Jornal do Fundão, pertenciam ao Grupo Lena Comunicação. Já depois de efectuadas as entrevistas e a primeira inquirição, alguns dos jornais que integravam este grupo foram vendidos, pertencendo agora a outras entidades, o que também significou, em alguns casos, a mudança de direcção.



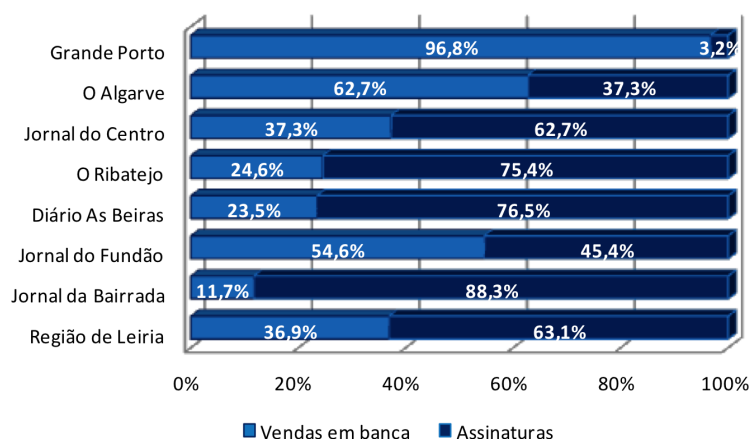
2.4 Estudo de Opinião Longitudinal: Sondagens e Período Experimental

Numa segunda fase do projecto optou-se por uma abordagem que visou o conhecimento do público leitor e que implicou técnicas diferentes, mais direccionadas para a identificação dos temas considerados prioritários pelos públicos e pela comunidade onde estão inseridos.

O estudo de opinião configurou-se como a técnica mais adequada para auscultar um público tão vasto como aquele que é constituído pelos leitores dos jornais em análise, mas também como aquele que melhor completava as técnicas já utilizadas e possibilitava dessa forma, compreender o caso no seu todo. Foi também por esta razão que se optou neste estudo pelo desenho longitudinal, uma vez que desta forma é possível analisar as variações nas características dos mesmos elementos amostrais ao longo de um período de tempo, ou seja, estudar a evolução de determinados fenómenos sociais. No âmbito do estudo longitudinal recorreu-se ao questionário por telefone, uma vez que esta técnica é de fácil implementação e pode ser administrada a uma amostra significativa da população, tal como o conjunto de leitores a inquirir.

De acordo com a proposta metodológica inicial para a realização do estudo de opinião procurou-se obter uma amostra representativa dos leitores de cada um dos jornais presentes no projecto. Para isso foram analisados os dados relativos ao peso das assinaturas e ao peso da venda em banca para a distribuição dos diferentes jornais .

Gráfico 1 – Distribuição das vendas e das assinaturas dos jornais em percentagens



Os dados resultam das bases de dados de cada um dos jornais, que foram cedidas de forma a que se conhecesse o universo para a partir deste se seleccionar as amostras a inquirir. Em relação às vendas em banca, verificaram-se no decorrer dos trabalhos várias dificuldades decorrentes da impossibilidade de confirmar os números enviados em relação a este segmento de leitores, mas também perante obstáculos encontrados junto dos pontos de venda na tentativa de contactar os respectivos compradores dos jornais.

O projeto decidiu que em função dos objectivos do projecto, nomeadamente a concretização das suas etapas dentro dos prazos previstos, mas tendo também em conta que a maioria dos jornais é sobretudo representado pela percentagem de assinantes, a amostra a inquirir seria apenas constituída com base nos dados das assinaturas. Esta opção resulta não só das dificuldades já referidas, mas também pelo facto de os dados em relação aos assinantes terem sido disponibilizados pelos jornais, o que contribuiu para a concretização das inquirições por telefone dentro dos prazos estabelecidos.

Tabela 1 – População-alvo, amostragem e amostra

Jornal	Assinaturas (10-02-2011)	Venda em Banca (*)	Total	% Assinaturas (10-02-2011)	% Venda em Banca (*)	Amostra	Assinaturas	Venda em Banca	Total
Jornal da Bairrada	2447	325	2772	88,3%	11,7%	237	237		237
Região de Leiria	2662	1555	4217	63,1%	36,9%	239	239		239
Jornal do Centro	202	120	322	62,7%	37,3%	115	115		115
O Ribatejo	1014	330	1344	75,4%	24,6%	209	209		209
O Algarve	107	180	287	37,3%	62,7%	77	77		77
Grande Porto	51	1520	1571	3,2%	96,8%	225	43		43
Diário As Beiras	1095	336	1431	76,5%	23,5%	212	212		212
Jornal do Fundão	2152	2587	4739	45,4%	54,6%	234	234		234
Total	9730	6953	16683	58,3%	41,7%	1548	1366	0	1366

Assim, partindo apenas do universo de assinantes de cada um dos jornais, e em função dos objectivos do projecto, foram recolhidas oito amostras aleatórias. Considerando aceitável um erro amostral de 6%, para um nível de confiança de 94%, a amostra para cada um dos jornais consta da tabela, num total de inquirições que deviam atingir os 1366 leitores.

Apenas foi possível inquirir nesta primeira sondagem 1344 leitores, uma vez que o jornal “O Algarve” e “O Grande Porto”, obtiveram simplesmente 56 e 42 respostas respectivamente, quando seria expectável a obtenção de 77 no primeiro caso e 43 no segundo. A diferença nos dados resulta por um lado das objecções levantadas pelos inquiridos, mas também de questões de ordem técnica como a impossibilidade de estabelecer o contacto com os leitores. No primeiro momento de inquirição o inquérito por telefone baseou-se num questionário estruturado de 27 perguntas, abertas e fechadas (ver anexo IV). A primeira inquirição decorreu entre 11 de Março e 8 de Abril de 2011 e contou com a participação de 21 entrevistadores que receberam treino específico para a realização deste estudo.

Tendo em conta os resultados da primeira inquirição, com a identificação dos temas considerados prioritários pelos públicos e pela comunidade em que estão inseridos, os jornais foram desafiados a desenvolver trabalhos jornalísticos em função dos temas detectados como prioritários pelos públicos. Com base num relatório que foi entregue a cada um dos directores dos jornais, estes deviam proceder à inclusão de sugestões, temas e observações, no sentido de inserir na linha editorial algum refinamento jornalístico, que fosse ao encontro das expectativas dos seus leitores. Esta fase, que se designou de “período experimental” teve início a 15 de Maio de 2011. No entanto, apenas três das

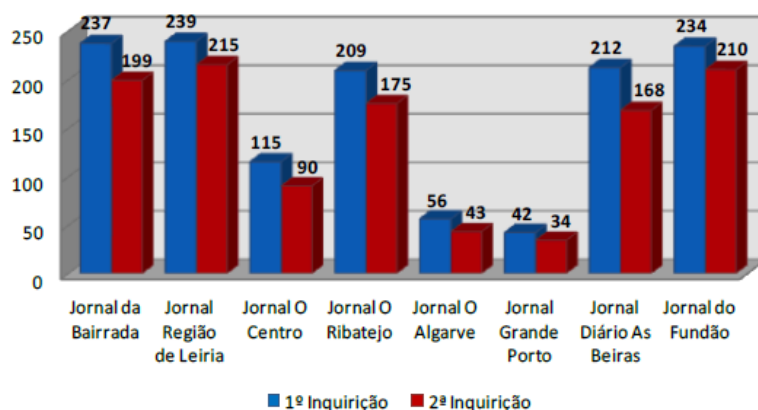
oito publicações iniciaram o período experimental desta data: “O Ribatejo”, “Região de Leiria” e “Jornal da Bairrada”. Os atrasos verificados por parte de alguns jornais no arranque dos procedimentos solicitados implicou que o período fosse reformulado. Tendo em conta que o “Jornal do Fundão” só iniciou o período a 12 de Junho de 2011 e o “Jornal do Centro” a 26 de Junho, alterou-se a data de encerramento deste período. Este foi alargado até 31 de Outubro de 2011 com o objetivo de permitir que no decorrer da investigação existisse um período comum no qual todos os jornais procedessem a alterações.

Neste sentido, elaborou-se uma grelha de análise com vista a recolher dados em relação às mudanças efectuadas pelos jornais. As categorias e variáveis que fizeram parte dessa grelha seguiram os mesmos critérios da análise de conteúdo inicial e estão relacionadas com os seguintes aspectos: a identificação das peças com o símbolo do projecto; o número de peças realizadas no âmbito do projecto; o tema das peças, de forma a conhecerem-se as temáticas mais abordadas nos jornais, verificando a sua frequência (medida na quantidade de peças e no espaço ocupado); os géneros privilegiados no tratamento noticioso pelos jornais; as chamadas à primeira página; as personagens em cada peça; e o papel assumido pelas personagens.

Com base nestas categorias procurou-se perceber qual o grau de participação dos jornais nesta fase, ou seja, quais as alterações que os jornais introduziram seguindo as sugestões dos leitores. Esta análise permitiu assim, por um lado comparar os conteúdos efectivamente publicados pelos jornais com as sugestões apresentadas pelos leitores na primeira inquirição e, por outro, a comparação com a percepção dos leitores em relação às mudanças no segundo momento de inquirição.

No segundo momento do estudo de opinião longitudinal foi considerado o mesmo número de leitores da primeira sondagem, assumindo desde logo as reduções verificadas no jornal “O Algarve” e “O Grande Porto”.

Gráfico 2 – Distribuição dos inquiridos por jornais nos dois momentos de inquirição



Nesta fase, o número de inquiridos a responder ao questionário diminuiu fundamentalmente por duas ordens de razões: assinantes que faleceram no período que mediou as duas inquirições; aumento do número de leitores que se recusaram a responder ao inquérito, pelo facto de já terem sido contactados uma vez e considerarem que não tinham nada a acrescentar. Não sendo possível inquirir a totalidade dos respondentes da primeira sondagem, a taxa de resposta atingiu os 84,38%, num total de 1134 leitores.

As inquirições foram realizadas por 21 entrevistadores e decorreram entre 10 de Novembro e 2 de Dezembro de 2011 a partir de um questionário estruturado de 19 perguntas fechadas, que procuravam perceber a percepção e mudança na opinião dos leitores antes e depois das alterações introduzidas pelos jornais (anexo V).

Realizou-se assim um estudo de opinião longitudinal o qual permitiu saber na sua primeira fase de que forma os cidadãos se sentem identificados com a “agenda dos *media*” e quais os temas considerados prioritários pelos públicos dos jornais; e, na segunda fase, medir a percepção dos públicos em relação às modificações introduzidas pelos jornais durante o período experimental.



2.4.1 Constrangimentos na Identificação da “agenda dos cidadãos”

Como foi referido, o projecto efectuou um levantamento dos vários órgãos de comunicação social regional de todo o país e a partir deste levantamento realizou uma selecção, decidindo estudar as seguintes publicações: “Grande Porto”, “Jornal da Bairrada”, “Jornal do Centro”, “Diário As Beiras”, “O Ribatejo”, “Vida Ribatejana”, “Região de Leiria”, “Jornal do Fundão” e “O Algarve”. A escolha de cada um destes jornais prendeu-se com a tentativa de garantir diversidade geográfica, com jornais do Norte, do Centro, do Sul, do Interior e Litoral. Contudo, numa fase ainda inicial do projecto, após a análise aos conteúdos das publicações, o jornal “Vida Ribatejana”, como foi referido, acabou por encerrar a sua actividade. O encerramento não constituiu um entrave ao desenrolar do projecto, ainda que a ideia de diversidade tivesse sido afectada.

Após a realização da primeira sondagem, verificaram-se novas alterações no grupo de jornais. Desta vez, as mudanças surgiram nos jornais “Grande Porto”, “As Beiras”, “O Algarve” e “Jornal do Centro” que mudaram de propriedade, decorrendo dessa mudança diversas transformações ao nível das direcções e redacções. Estas alterações de propriedade coincidiram com a realização de um período experimental em que os jornais deveriam incluir alterações nas suas práticas noticiosas que reflectissem as opiniões dos leitores, seguindo os resultados e sugestões recolhidas na primeira inquirição. Sendo este um dos momentos mais importantes do projecto, insistiu-se com os jornais que atravessavam estas mudanças no sentido de seguirem com o plano delineado no âmbito do projecto e procederem assim às alterações nos seus conteúdos de acordo com as opiniões dos leitores.

Os vários contactos e reuniões não resultaram em todos os jornais, no caso do jornal “O Algarve” pela alteração da sua natureza editorial, no “Diário As Beiras” por recusa da nova direcção, no jornal “Grande Porto” por pura ausência de resposta. Apenas o “Jornal do Centro” manteve uma ligação activa e disponível ao projecto e seguiu com o plano de actividades previsto.

Perante esta situação, o momento de inquirição seguinte ficaria reduzido a apenas cinco jornais. Contudo, depois de se analisar todo o trajecto metodológico percorrido e do qual constavam os jornais que entretanto deixaram de cumprir o plano de actividades, decidiu-se usar os dados dos leitores dos jornais “O Algarve”, “Diário As Beiras” e “O Grande Porto” como grupo de



controlo em relação à totalidade do projecto, isto é, analisando o comportamento dos seus públicos na segunda inquirição em face de alterações que esses públicos julgam terem existido mas que efectivamente não se verificaram. A opção pela inquirição destes leitores foi realizada seguindo a mesma estratégia adoptada nos estudos de controlo, ou seja, utilizando um grupo de controlo para comparar com um grupo experimental num teste de uma hipótese causal⁶. Este conjunto de jornais não faz assim parte do período experimental mas é considerado na segunda inquirição enquanto grupo de controlo.

A partir desta etapa de recolha de dados, a representação dos órgãos de imprensa destacou-se justamente pelo facto de os mesmos ficarem mais circunscritos à região centro. Desta forma assegurou-se a presença no estudo de jornais com influência comprovada ao nível das respectivas tiragens, audiências e circulação, apesar de ser evidente o prejuízo para a representatividade do trabalho.

2.5 Grupos de Foco

O estudo de opinião longitudinal foi o primeiro passo dado na tentativa de conferir maior profundidade à investigação. Neste contexto, depois de já se terem recolhido dados em relação aos assuntos que mais preocupavam as populações, considerou-se que uma das principais metas que a investigação se propunha atingir, a mobilização dos cidadãos para a discussão em fóruns públicos, estava ainda por cumprir. Por outro lado, sentiu-se também a necessidade de aprofundar o estudo com uma técnica que permitisse manter um equilíbrio entre as dimensões quantitativas e qualitativas.

A escolha dos grupos de foco enquanto técnica metodológica para encerrar a recolha de dados no projecto surge assim como resultado do percurso teórico-metodológico empreendido e da necessidade de, uma vez mais, dar voz aos cidadãos para que estes criassem os seus próprios discursos, ou seja, tomassem consciência e se integrassem numa acção colectiva de discussão. Enquanto técnica, os grupos de foco inserem-se assim no âmbito da metodologia qualitativa, uma vez que procuram registar a discussão de um grupo

⁶ Assim, o grupo de controlo é o grupo que foi alvo de todos os procedimentos de análise, mas não de intervenção. O grupo de controlo difere do grupo experimental precisamente pela ausência de intervenção nas variáveis (Almeida & Freire, 1997).



de pessoas, privilegiando a observação e a interação entre os participantes e procurando o sentido e a compreensão aprofundada dos fenómenos sociais (Morgan, 1997 apud Galego & Gomes, 2005, p. 177).

Os grupos de foco surgem desta forma num contexto de promoção do debate, mas também como forma de perceber a disponibilidade dos cidadãos para se mobilizarem em torno de problemas que os afectam diária e directamente. Assim, a temática escolhida para os grupos de foco foi a introdução e impacto do pagamento de portagens nas até então SCUTS e na economia regional. A escolha deste tema em particular, surge precisamente na linha de uma indicação que foi dada nos momentos de recolha de dados anteriores, em que os cidadãos identificaram esta questão como de interesse colectivo.

Inicialmente pensou-se na realização de três grupos de foco, tendo em conta a localização dos diferentes jornais e procurando criar três eixos territoriais: um no distrito de Castelo Branco, área de actuação do “Jornal do Fundão”; outro no eixo Coimbra-Viseu-Oliveira do Bairro, onde actuam o “Jornal da Bairrada” e o “Jornal do Centro”; e outro no eixo Leiria-Santarém, captando as áreas de influência dos jornais “Região de Leiria” e “O Ribatejo”⁷. Nesta proposta inicial os cidadãos seriam os únicos participantes dos grupos de discussão.

A proposta foi discutida pelos elementos do projecto e depois de considerados os diferentes contributos acabou por se optar pela realização de três grupos de foco, sendo que cada um deles teria diferentes participantes, ou seja, um grupo com cidadãos comuns das áreas de influência de cada jornal, um grupo com figuras públicas, enquanto líderes de opinião representando as áreas de influência das diferentes publicações, e um grupo com os directores ou chefes de redacção de cada um dos jornais objecto de estudo. Esta opção considerava a diversidade de participantes no espaço público regional e ao mesmo tempo procurava compreender como o problema era percebido pelos diferentes actores. Após a decisão de realizar os grupos de foco, consideraram-se como fundamentais as seguintes etapas: planeamento, recru-

⁷ Na sequência da opção tomada em relação ao estudo de opinião, consideraram-se igualmente como participantes dos grupos de foco, apenas e só, os leitores e representantes dos jornais que fizeram parte do grupo experimental. Desta forma garantiu-se a presença das publicações que durante todo o projecto tiveram uma participação activa e se mostraram efectivamente interessadas em reflectir e analisar as potencialidades do jornalismo público e adoptar algumas dessas potencialidades.





tamento de participantes e moderadores, elaboração do guião das entrevistas, análise e interpretação de dados.

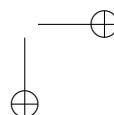
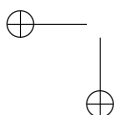
Assim, na fase de planeamento contou-se com a colaboração dos responsáveis dos jornais para importantes tarefas como o processo de selecção e recrutamento dos participantes. Considerando que a composição dos grupos depende das particularidades de cada investigação, decidiu-se que cada um dos três grupos seria composto por cinco elementos, ou seja, um representante por cada jornal objecto de estudo, num total de quinze participantes.

Contudo, não foi possível garantir a presença de cinco elementos em todos os grupos, face à disponibilidade demonstrada após os contactos estabelecidos. Assim, no grupo dos cidadãos apenas quatro elementos confirmaram a sua presença, bem como no grupo das figuras públicas. Por sua vez, no grupo dos representantes dos jornais foram sete os indivíduos que garantiram a sua participação, situação derivada da dupla representação do “Jornal da Bairrada” e “O Ribatejo”. Os três grupos de foco tiveram lugar nas instalações da Universidade da Beira Interior no dia 21 de Abril de 2012 pelas 10h30, tendo decorrido em simultâneo.

2.6 O percurso metodológico e as técnicas de recolha de dados

Recapitulando as técnicas utilizadas e o percurso explorado até este momento, percebe-se que este se iniciou com a realização de uma análise de conteúdo de cariz extensivo, seguido de uma inquirição aos jornalistas, através da aplicação de um inquérito por questionário, e da condução de entrevistas junto dos directores das publicações. Em termos de categorização das técnicas utilizadas e tendo em conta os diferentes objectos de estudo, sublinha-se que a primeira e segunda são claramente de cariz quantitativo, por oposição às entrevistas, que sublinham o carácter qualitativo dos dados obtidos, contribuindo desta forma para uma articulação entre os dois tipos de dados e permitindo uma visão global sobre o funcionamento da imprensa regional, concretamente nas questões relacionadas com a produção noticiosa.

Com a entrevista aos directores encerrou-se a primeira vertente da investigação e podia-se então passar para uma segunda fase do projecto, com uma abordagem centrada no público, mais direccionada para a recolha da opinião

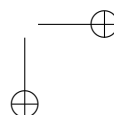
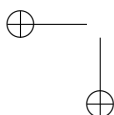


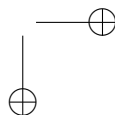
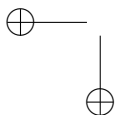
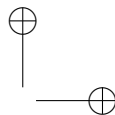
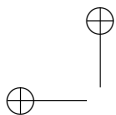


dos leitores, dos temas considerados prioritários pelos públicos e pela comunidade onde estão inseridos. Neste sentido, entendeu-se que o estudo de opinião seria a técnica mais adequada uma vez que desta forma se podiam analisar as variações nas características dos mesmos elementos amostrais ao longo de um período de tempo, ou seja, estudar a evolução de determinados fenómenos sociais. Analisou-se também a “agenda dos *media*” antes e depois de se recolherem as opiniões dos leitores e as mesmas serem transmitidas aos jornais.

Encerra-se esta segunda parte do relatório salientando os diferentes momentos de recolha de dados e como estes fizeram parte de um projecto de investigação que procurou compreender a realidade da imprensa regional e as potencialidades de aplicação das práticas do jornalismo público numa perspectiva de conjunto, ou seja, considerando todos os espaços do campo jornalístico.

Na terceira parte deste relatório apresentam-se os principais resultados do projecto que ajudam a identificar as práticas jornalísticas e que podem contribuir para reforçar o compromisso dos cidadãos com a comunidade, numa perspectiva de fortalecimento da cidadania. Na exposição dos resultados optou-se por seguir a mesma estrutura adoptada no enquadramento e desenho metodológico, mas que foi também aquela que guiou toda investigação.







Capítulo 3

Apresentação dos principais resultados

Depois de expostos em detalhe os procedimentos metodológicos usados em todos os momentos de recolha de dados e de se ter justificado a utilização de cada técnica, nesta terceira parte apresentam-se os principais resultados da investigação.

Como já se teve oportunidade de referir anteriormente, a exposição segue a mesma estrutura que guiou a investigação e começa por isso com os dados que permitem conhecer as práticas de construção noticiosa dos jornais regionais. No ponto seguinte é identificado o perfil dos jornalistas regionais inquiridos, mas também, os princípios e os critérios de produção noticiosa que os guiam na sua actividade profissional. O terceiro ponto diz respeito aos dados recolhidos com as entrevistas aos directores, considerados como actores fundamentais na mediação entre as administrações e as redacções.

Conhecidas as principais preocupações dos leitores desenvolveu-se uma análise dos trabalhos desenvolvidos pelos jornais e apresentam-se aquelas que foram as principais mudanças introduzidas. O estudo de opinião encerra com uma nova inquirição e os resultados apresentados indicam a percepção dos leitores em relação às alterações nas publicações, mas também novas sugestões deixadas pelos leitores. No último ponto expõem-se sucintamente as conclusões a que se chegou depois de terem sido realizados três grupos de foco





subordinado a uma temática indicada no estudo de opinião longitudinal: a introdução de portagens nas SCUTS.

O projecto, ao utilizar múltiplas fontes de dados, permitiu recolher um conjunto de informação que para ser apresentada na totalidade implicava a publicação de vários volumes. Neste sentido, nos pontos seguintes encontram-se os dados que foram considerados como os mais importantes e permitem resumir cada uma das etapas da investigação.

3.1 As práticas de construção noticiosa dos jornais regionais

Na primeira fase do projecto procedeu-se a um levantamento junto dos jornais das suas práticas de construção noticiosa. Procurou-se assim caracterizar cada uma das publicações da imprensa regional em função dos temas predominantes que se encontravam nas suas páginas, bem como compreender as informações veiculadas e o tipo de discurso privilegiado.

Nos 54 exemplares que fizeram parte da amostra foram analisadas um total de 3602 peças. As 6 edições do “Jornal do Fundão” que foram analisadas detêm no conjunto o maior número de peças (611; 17%) na análise, seguidas das edições do “Jornal da Bairrada” (518; 14%), “Região de Leiria” (436; 12%) e “O Ribatejo” (432; 12%). Os quatro jornais que, no conjunto, têm mais de metade (55%) das peças analisadas. Por sua vez, as edições do “Jornal do Centro” apresentam o menor número de peças (253; 7%). Conhecida a distribuição das peças analisadas por jornais, passou-se de seguida aos dados obtidos na primeira categoria de análise, ou seja, a temática.

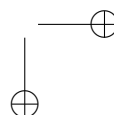
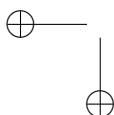
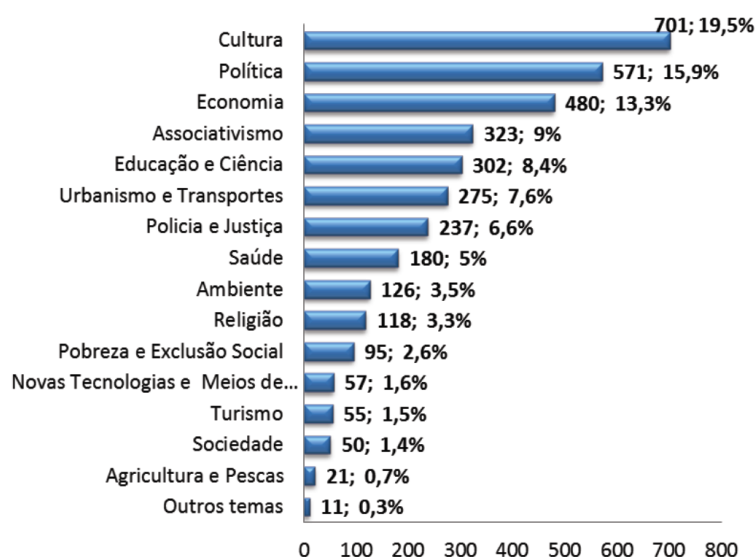


Gráfico 3 – Tema principal das peças



Os dados recolhidos permitiram observar que a “Cultura” é o tema principal de 701 peças jornalísticas (19,5%), seguido da “Política” (571; 15,9%) e da “Economia” (480; 13,3%). Estas três temáticas são as mais abordadas no conjunto dos jornais, com 1702 peças. Existem jornais em que outras temáticas surgem com maior número de peças, como é o caso do “Jornal da Bairrada”, em que é o “Associativismo” que se apresenta como a principal temática (89 peças; 17,2% do total de peças do jornal); os casos do “Jornal do Centro” (55 peças; 21,7% do total de peças do jornal) e “O Algarve” (61 peças; 18,7% do total de peças do jornal), em que a “Economia” surge com maior número de peças, e o caso do Jornal “Vida Ribatejana” em que é a “Política” o tema mais abordado (48 peças; 17,5% do total de peças do jornal) (ver tabela I anexo VII).

Em termos genéricos, o domínio cultural assumiu-se com um vincado predominio. Este facto, observável em 19,5% das peças, traduz-se numa forte preponderância de um “jornalismo de agenda” ou “jornalismo de serviço”, caracterizado precisamente pelo seu carácter de informações descritivas em

relação a serviços e programação, conteúdos que aliás poderiam constar de uma secção de agenda.

Criaram-se ainda, para cada uma das dimensões temáticas em apreço, vários indicadores que tornaram a análise, mas também a própria recolha dos dados, mais sistemática e objectiva. Verificou-se que entre os assuntos que cabem dentro das temáticas (ver tabela II, anexo VII), aquele que surge com mais peças dentro da “Política”, são as questões relacionadas com o poder autárquico (281 peças; 48,9% das peças desta temática), o que pode significar que as elites políticas dominam as estratégias que lhes permitem influenciar a agenda informativa, mas também que os próprios jornalistas encaram as fontes do campo da política em geral e dos órgãos políticos e autárquicos em particular, como fontes credíveis que permitem assegurar as rotinas noticiosas dos jornais.

Tabela 2 – Número total de peças distribuídas por géneros informativos e opinativos

Géneros Jornalísticos	Géneros	Nº de peças	Percentagem
Géneros Informativos	Notícia Breve	1537	42,7%
	Notícia	1460	40,5%
	Reportagem	48	1,3%
	Entrevista	108	3%
	Editorial	41	1,1%
Géneros Opinativos	Coluna/Crónica	134	3,7%
	Opinião	313	5,9%
	Cartas dos Leitores	61	1,7%
Total de Peças		3602	

Analisando os géneros jornalísticos privilegiados para o tratamento das temáticas já indicadas, recolheram-se dados no que diz respeito ao tipo de informação privilegiada pelos jornais, sobretudo peças dos géneros informativos, com as breves a destacarem-se (1537; 48,7%), seguidas de perto pelas notícias (1460; 46,3%).

Cruzando as temáticas com os géneros utilizados, a “Cultura”, enquanto temática com maior número de peças, surgiu representada sobretudo através de géneros informativos (92,4%), nomeadamente notícias breves (54,6%), o

que enfatiza a percepção de que existe uma forte componente de agenda, sobretudo nas secções de “Cultura”, e que exige os dados mínimos (o quê?, quem? e quando?), não se verificando, na maior parte dos casos, um aprofundamento dos factos. Já os temas da “Política” são privilegiados nos géneros opinativos, concretamente nas crónicas (48; 34,3%) e nos artigos de opinião (68; 48,6%). O maior número de entrevistas também se verifica neste tema (29; 6,7%), o que pode evidenciar uma personalização das questões políticas, mas também que os jornais procuram dar voz aos representantes dos poderes locais. As reportagens, enquanto género que permite maior aprofundamento das temáticas, são também privilegiadas para o tratamento das questões políticas, económicas e culturais (ver tabela XI e XII, anexo VII).

Tabela 3 – Número de peças distribuídas por géneros informativos/opinativos e por jornais

Jornais	Géneros Informativos	%	Géneros Opinativos	%	Total de Peças	%
Jornal da Bairrada	484	13,4%	34	0,9%	518	14,3%
Região de Leiria	357	9,9%	79	2,2%	436	12,1%
O Ribatejo	382	10,6%	50	1,4%	432	12%
Grande Porto	304	8,4%	64	1,8%	368	10,2%
Jornal do centro	186	5,2%	67	1,9%	253	7,1%
O Algarve	281	7,8%	46	1,3%	327	9,1%
Jornal do Fundão	548	15,2%	63	1,7%	611	16,9%
Vida Ribatejana	257	7,2%	18	0,5%	275	7,7%
Diárop das Beiras	354	9,8%	28	0,8%	382	10,6%
Total de peças	3153	87,5%	449	12,5%	3602	100%

Em relação aos jornais é interessante verificar que o “Jornal do Fundão”, apresenta o maior número de peças analisadas no conjunto de todos os jornais, mas também entre os géneros informativos (611 peças em relação ao total, 15,2% do género informativo). O jornal “Região de Leiria” é a publicação que tem mais peças dos géneros opinativos (79 no conjunto de todas as peças, que representam dentro dos géneros opinativos, 2,2%). Destaca-se ainda o “Jornal do Centro” como o título que tem menos peças no total, mas ainda

assim um número significativo do género opinativo (1,9% no conjunto dos géneros opinativos).

Olhando para a distribuição dos géneros informativos e opinativos dentro de cada jornal de forma individualizada, verifica-se ainda que é nos jornais “Vida Ribatejana”, “Jornal da Bairrada” e “Diário As Beiras” que essa diferença é maior. Já o “Jornal do Centro” é a publicação onde os géneros informativos e opinativos mais se aproximam (ver tabela VII anexo VII).

Aprofundando a análise é o “Jornal do Fundão”, que entre todas as publicações, publica mais cartas dos leitores, mas considerando cada jornal individualmente é no “Jornal da Bairrada” que o número de cartas é maior entre os géneros opinativos (23,5%). No conjunto das publicações o jornal “Região de Leiria” tem o maior número de crónicas e o jornal “Grande Porto” mais artigos de opinião. Observando apenas as peças dos géneros opinativos destacam-se as edições do “Diário As Beiras”, onde estes artigos representam 85,7%.

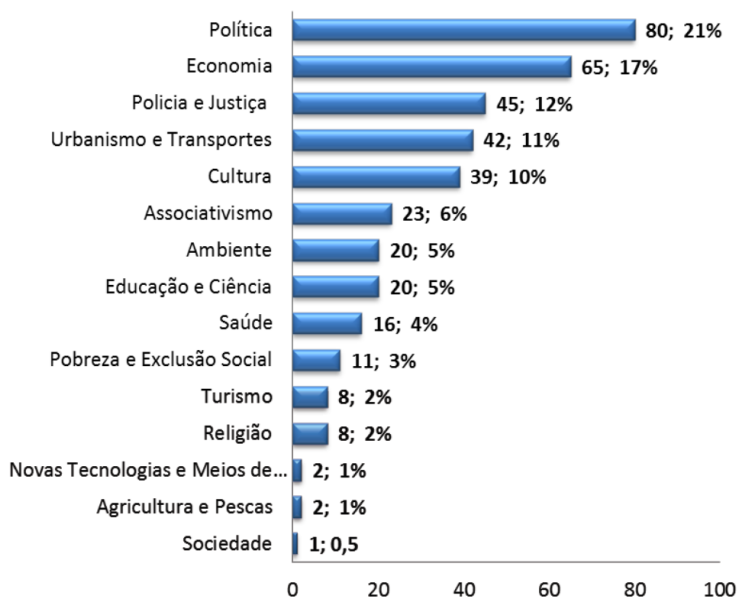
Centrando a análise nas cartas dos leitores, enquanto género opinativo através do qual os cidadãos têm oportunidade de apresentar a sua opinião e de se expressar sobre os mais diversos temas, salienta-se que se o tema da “Política” está presente em parte das cartas (12), é acompanhado pelas questões do “Urbanismo e Transportes”, que marcam presença em igual número de cartas.

No entanto, este que é considerado por muitos o principal espaço para os cidadãos participarem, não é, de uma forma geral, privilegiado, sendo a secção das cartas do leitor na maioria dos casos inserida num espaço reduzido, constituído por uma página (e em muitos casos apenas uma parte desta), permitindo apenas a publicação de uma carta por página, e em alguns casos, duas. A quantidade de opiniões por página não ultrapassou nunca as três cartas.

Das 61 cartas analisadas, 36 (59%) estão associadas a um acontecimento actual, ou seja, existe uma relação entre as cartas dos leitores e a agenda mediática. Considerando a identificação das cartas como um dos critérios que pode influenciar a selecção e respectiva publicação, verifica-se que 11,5% (7) das cartas são escritas por leitores que indicam a sua profissão ou o seu cargo e 85,2% (52) são da autoria de “leitores comuns”, que se identificam apenas através do nome e da localidade de residência. No seguimento destes dados, identificou-se também o sexo dos autores das cartas e verificou-se que grande parte destas pertence a elementos do sexo masculino (43; 71%).

Pode-se concluir que os leitores utilizam as cartas como instrumento de crítica em relação ao jornal, ao mesmo tempo que procuram estabelecer um debate. Contudo, não existe um verdadeiro espaço de discussão mais alargada, até porque o diálogo na maioria dos casos não tem seguimento. Quando se dirigem directamente a um jornalista ou peça do jornal fazem-no com o objectivo de comentar o trabalho noticioso e a partir daí apresentar a sua opinião.

Gráfico 4 – Temática agregada das peças com chamada à primeira página



Aprofundando a análise dos temas, procedeu-se a um exame das primeiras páginas das publicações regionais. Das 3602 peças analisadas, 382 têm chamada à primeira página, ou seja, 10,6% das peças surgem em destaque. Concluiu-se que a “Política” surge como a temática que mais se evidencia nas primeiras páginas das 54 publicações analisadas, estando presente em 80 (21%) das 382 peças com chamada à primeira página. Seguem-se os temas de “Economia” (65; 17%), os da “Polícia e Justiça” (45; 12%) e os do “Ur-

banismo e Transportes” (42; 11%). Focando ainda mais a análise, percebe-se que dentro da temática da “Política”, são os assuntos relativos ao poder autárquico (48), uma vez mais, que se destacam nas capas dos jornais, evidenciando que a atividade política e particularmente os atores do poder local se destacam na primeira página, comprovando a importância que as elites e as questões políticas têm nas publicações regionais (ver tabela XIV anexo VII).

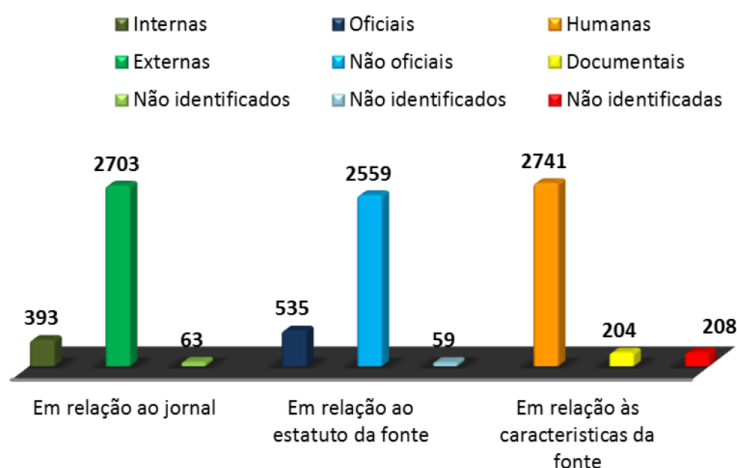
As chamadas à primeira página distinguem-se pela sua visibilidade, e nesse sentido, as peças sobre os temas da “Política” e da “Economia” marcam presença na primeira página das publicações sobretudo através de “manchetes com foto”. Por outro lado, evidencia-se uma fragmentação da primeira página, com um crescimento das “chamadas com foto”, onde se destacam nestes casos as temáticas da “Cultura” (23), da “Política” (19) e da “Economia” (11). As questões de sociedade, da agricultura e pescas, e das novas tecnologias e meios de comunicação são as temáticas que menos se fazem notar nas primeiras páginas dos 54 títulos de imprensa regional analisados, com percentagens iguais ou inferiores a 1% (ver tabela XIII anexo VII).

Jáno que diz respeito às temáticas mais frequentes na primeira página de cada um dos jornais, é interessante verificar que os temas da “Política” surgem em todos os jornais, com exceção para o jornal “Região de Leiria”. No caso do “Grande Porto” as peças da temática da “Política” assumem o número mais elevado não só em relação a todas as temáticas que são chamadas à primeira página, mas também em relação a todos os outros jornais (ver tabela XV anexo VII).

Por outro lado, as notícias são as que mais presenças marcam na primeira página (270; 73%), seguidas das reportagens (42; 11,4%) e das entrevistas (33; 8,9%). Essas presenças são sobretudo através “chamadas-título” no caso das notícias e de “chamadas com foto” no caso das reportagens e entrevistas (16 em ambos).

Quanto à proveniência da informação, isto é, as fontes de informação, pode-se afirmar que os dados obtidos parecem indicar uma tendência dos jornais analisados para identificarem as fontes numa notícia, procurando desta forma credibilizar o discurso jornalístico.

Gráfico 5 – Tipo de fontes usadas nas peças jornalísticas



O tipo de fontes mais usadas é externo, isto é, não são de iniciativa do próprio jornal, mas externas a este. Quanto às características da fonte, observa-se que existe um predomínio das fontes humanas ou pessoais em comparação com as fontes documentais. Por sua vez, em relação ao estatuto da fonte, o destaque vai para as fontes não oficiais, como colectividades, sindicatos, empresas, em suma, todas as instituições não estatais.

Seria de esperar que as fontes fossem sobretudo oficiais, já que nos sistemas convencionais de jornalismo a preferência pelas fontes oficiais representa uma estratégia dos profissionais para obter dados credíveis de personalidades que são reconhecidas, uma vez que exercem um cargo público. Na imprensa regional, este predomínio das fontes oficiais é mesmo frequentemente considerado mais comum pela proximidade que existe entre jornalistas e instituições (Amaral, 2006).

Parte da explicação para estes dados deveu-se ao facto de a temática que tem mais peças na análise ser a “Cultura”, e em relação à qual a maior parte das fontes efectivamente não é oficial (no sentido em que resultam de pessoas que pertencem a instituições e organismos que não têm qualquer ligação com o Estado).

Olhando particularmente para as questões da “Política”, verifica-se que a diferença entre a utilização de fontes oficiais (46,3%) e não oficiais (53,7%) é menor que nas restantes temáticas. Poder-se-á assim dizer que na origem de grande parte das notícias sobre “Política” no contexto regional, estão um conjunto de “canais de rotina”.

Tabela 4 – Distribuição do tipo de fontes por tema das peças jornalísticas

Temas	Estatuto da Informação			
	Oficiais	%	Não Oficiais	%
Economia	52	13,4%	335	86,6%
Ambiente	20	17,4%	95	82,6%
Educação e Ciência	19	6,9%	258	93,1%
Política	196	46,3%	227	53,7%
Cultura	40	6,3%	598	93,7%
Polícia e Justiça	84	37,2%	142	62,8%
Saúde	26	16,3%	134	83,8%
Religião	4	4,1%	94	95,9%
Urbanismo e Transportes	54	23,7%	174	76,3%
Turismo	10	21,3%	37	78,7%
Pobreza e Exclusão Social	6	7,1%	79	92,9%
Associativismo	14	4,5%	298	95,5%
Novas Tecn./Meios Com.	2	5,6%	34	94,4%
Sociedade	2	5,6%	34	94,4%
Agricultura e Pescas	6	33,3%	12	66,7%
Outros Temas	0	0%	8	100%

Ainda quanto ao tratamento das fontes, evidenciou-se alguma personalização das questões políticas em torno de determinados actores, nomeadamente as elites políticas locais, e ao mesmo tempo uma tentativa de credibilizar o próprio discurso jornalístico sobre a matéria, atribuindo aos actores as próprias informações. Outra constatação interessante, e que decorre da anterior, está relacionada com o facto de o uso de fontes oficiais estar directamente ligado à tendência para os actores das peças serem referidos e citados (59,6%) (ver tabelas XXIV e XXV anexo VII). Esta tendência que se verifica nas fontes

oficiais está igualmente presente nas fontes não oficiais, sendo que os actores são sobretudo referidos (40,7%), mas em 31,2% das peças as referências são também acompanhadas de citações.

Olhando particularmente para cada jornal, os dados são ilustrativos dessa preponderância do uso de fontes não oficiais. No entanto, nos casos dos jornais “Região de Leiria”, “Grande Porto” e “Jornal do Centro” e observando o tratamento das questões políticas, as fontes oficiais são mesmo as mais privilegiadas (ver tabela XXVI anexo VII). A partir da leitura dos dados e apesar das peças analisadas serem tendencialmente orientadas para as fontes não oficiais, não observa contudo um maior espaço para a mobilização mediática da sociedade civil.

Ainda no que diz respeito aos actores/personagens das peças jornalísticas e olhando particularmente para o sexo das personagens representadas, os actores do sexo masculino destacam-se ao serem identificados em 1927 peças (76,4%). Verifica-se assim uma diferença substancial na representação de actores do sexo masculino em relação aos do sexo feminino. Os dados permitem afirmar que existem desigualdades sociais, que têm como base a pertença de classe social e de género. A existência de uma “supremacia” do sexo masculino nas peças jornalísticas é confirmada em todos os jornais que compõem o universo em estudo. É no jornal “Grande Porto” que a diferença entre ambos os sexos é maior, e no plano oposto é o jornal “Vida Ribatejana” que apresenta os valores mais aproximados entre ambos os sexos (ver tabelas XVIII e XIX anexo VII).

Quanto às práticas de construção noticiosa, na perspectiva da aplicação dos valores notícia, a proximidade emergiu como o valor que guia a construção noticiosa de grande parte das peças analisadas (1967; 55%). A relevância do acontecimento foi o segundo valor-notícia mais identificado (856; 24%).

Assim, os dados mais salientes indicam que a proximidade, enquanto critério de selecção da informação, é o mais utilizado nas temáticas da “Cultura” (492), do “Associativismo” (279) e da “Política” (231). Se por sua vez a selecção da informação estiver relacionada com a actualidade, a temática da “Política” surge como a que apresenta maior número de peças (136) resultantes deste critério. Ainda no critério da actualidade, os temas da “Economia” (100) e da “Cultura” são também escolhidos em função deste valor-notícia (ver tabela XXVII anexo VII).

No que diz respeito à proximidade, este critério é utilizado em maior número de peças pelo “Jornal da Bairrada” (378; 19,2%), pelo “Jornal do Fundão” (362; 18,4%) e pelo jornal “O Ribatejo” (220; 11,2%). O critério que tem em conta a actualidade dos acontecimentos é privilegiado sobretudo pelo jornal “Grande Porto” (110; 23,1%), mas também pelo “Diário As Beiras” (61; 12,8%) e pelo jornal “Região de Leiria” (60; 12,6%) (ver tabela XXVIII anexo VII)

Os dados apresentados neste primeiro ponto são o resultado de um processo de análise de conteúdo que permitiu compreender melhor a realidade de um conjunto de títulos de imprensa regional, nomeadamente no que se refere às principais tendências de produção noticiosa. Através da identificação dos temas mais abordados, do tipo de fontes privilegiado, dos géneros e critérios mais utilizados, perceberam-se as diferenças na selecção e tratamento da informação nos diferentes jornais e deu-se o primeiro passo na identificação daquela que pode ser considerada a “agenda dos *media*”. No ponto seguinte apresentam-se os dados recolhidos com a aplicação dos inquéritos por questionário aos jornalistas das publicações, que permitiram complementar a informação e recolher dados sobre o perfil dos jornalistas e o seu papel no sistema de produção noticioso.

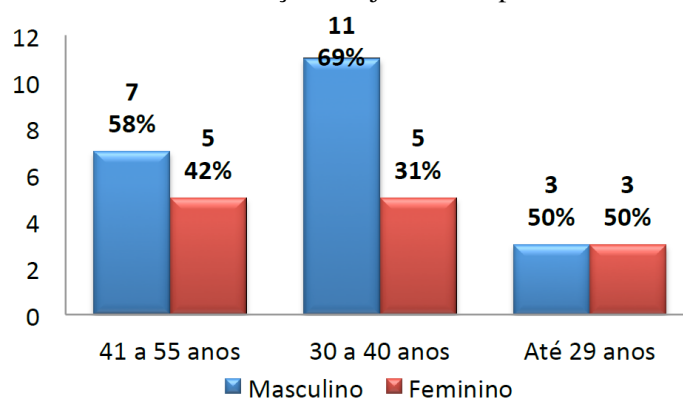
3.2 Jornalistas, princípios e critérios de produção noticiosa

Os jornalistas enquanto principais responsáveis pelo conteúdo dos jornais, pela selecção da informação e construção noticiosa, são elementos fundamentais quando se procura caracterizar a imprensa regional. Neste segundo momento da investigação procurou-se analisar precisamente o papel dos jornalistas, a sua prática de selecção, recolha e difusão de informação, os princípios e os critérios que os guiam no dia-a-dia.

O universo de jornalistas nos meios regionais é normalmente reduzido, tendo em conta a dimensão dos órgãos de comunicação regional, mas também os problemas de subsistência que muitos meios atravessam. A partir de um universo, já por si reduzido, de 45 jornalistas, entre os oito jornais apenas 34 responderam ao inquérito.

Na primeira parte do inquérito procurava-se traçar um perfil dos inquiridos, tendo em conta o sexo, a idade, as habilitações académicas, a posse de carteira profissional entre outros aspectos. Observando a pirâmide etária, os profissionais inquiridos caracterizam-se por serem um grupo jovem. Os grupos etários até aos 40 anos representam 65% dos jornalistas inquiridos e nenhum dos jornalistas inquiridos pertence ao grupo etário de mais de 55 anos.

Gráfico 6 – Distribuição dos jornalistas por sexo e idade



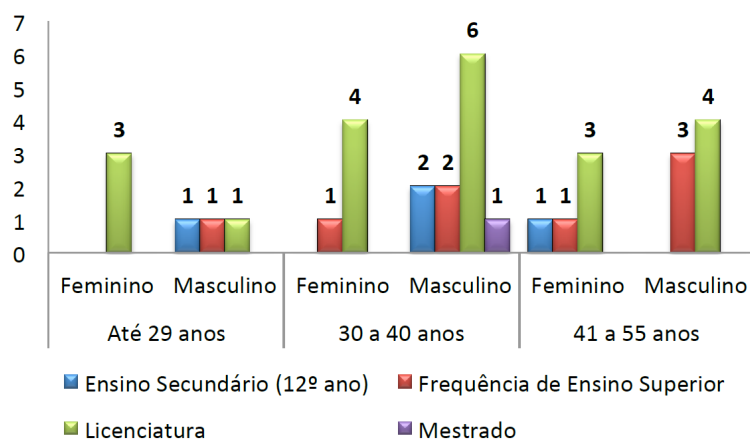
Cruzando os dados relativos ao sexo com os grupos etários, percebe-se que nos escalões mais jovens da profissão a tendência é de uma presença mais forte por parte das jornalistas. Ao equilíbrio verificado, relativamente aos valores absolutos na categoria “até 29 anos” correspondem distintos pesos relativos. Assim, se se considerarem as amostras por sexo, verifica-se que no grupo feminino esta categoria reúne 23,7%, ao passo que nos seus congéneres masculinos cifra-se em apenas 14,8%.

Considerando a profissionalização deste grupo, pode-se observar que os 34 jornalistas inquiridos possuem carteira profissional de jornalista. Entre estes, 45% possui o título profissional há menos de 10 anos, 40% há mais de dez, mas apenas 15% têm carteira há mais de 20 anos. No que diz respeito à formação, 85% dos inquiridos já teve formação a nível do ensino superior, sendo que 62% dos jornalistas são licenciados e 23% frequentava, no momento da

inquirição, um curso de ensino superior. Salienta-se ainda o facto de um jornalista ter mestrado e apenas quatro jornalistas não terem mais formação do que o ensino secundário. Todos os jornalistas que indicaram ser licenciados, adquiriram esse nível académico através de um curso na área das Ciências da Comunicação.

Quanto à formação profissional não universitária as respostas indicam que a percentagem de jornalistas que possui um curso superior (62%) é igual à que afirma ter um curso de formação profissional na área da comunicação, veiculado na maior parte dos casos por instituições como o Centro Protocolar de Formação Profissional de Jornalistas (CENJOR) ou o Centro de Formação de Jornalistas (CFJ).

Gráfico 7 – Habilitações académicas segundo grupo etário e o sexo dos jornalistas



Se cruzarmos o nível de escolaridade com a idade e o sexo dos jornalistas verifica-se que a representatividade de jornalistas licenciados não tem tendência a aumentar à medida que a idade diminui. Pelo contrário, é a faixa etária dos “30 a 40 anos”, que apresenta o maior número de jornalistas (10) com licenciatura. São também sobretudo os jornalistas com mais de 30 anos que embora não tenham terminado um curso superior, estão a frequentar um (7

jornalistas com mais de 30 anos). Por outro lado, verifica-se que à medida que a idade aumenta, cresce também o número de profissionais que apenas têm o ensino secundário (3 jornalistas com mais de 30 anos).

Pensando no tempo de trabalho enquanto jornalistas, verifica-se que uma parte considerável dos inquiridos (50%) trabalha no meio de comunicação actual há mais de dez anos (38% entre 11 e 20 anos; 12% há mais de 20 anos). Apenas 24% dos inquiridos trabalha há menos de cinco anos no actual meio de comunicação.

Caracterizado o grupo de jornalistas inquiridos procurou-se perceber como decorria o processo de recolha de informação. Em relação às fontes, 68% dos inquiridos indica que usa mais frequentemente no seu dia-a-dia fontes externas, ou seja, que não são da iniciativa do próprio jornal, mas externas a este. Por sua vez, 32% dos jornalistas referem que é mais frequente utilizarem fontes internas, isto é, que têm a sua origem na actividade do próprio jornal. Os inquiridos indicaram ainda que usam mais frequentemente fontes não oficiais (68%), em detrimento das fontes oficiais.

Tabela 5 – Tipo de fontes privilegiado por grupo etário e sexo dos jornalistas

Idade	Sexo	Fontes		Fontes		Fontes		Fontes	
		Externas		Internas		não-oficiais		Oficiais	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
41 a	Feminino	5	100%	0	0%	5	100%	0	0%
55 anos	Masculino	3	42,9%	4	57,1%	5	71,4%	2	28,6%
30 a	Feminino	5	100%	0	0%	3	60%	2	40%
40 anos	Masculino	6	54,5%	5	45,5%	8	72,7%	3	27,3%
Até 29	Feminino	2	66,7%	1	33,3%	1	33,3%	2	66,7%
anos	Masculino	2	66,7%	1	33,3%	1	33,3%	2	66,7%

Pode-se também verificar que as mulheres jornalistas na faixa etária dos “41 a 55 anos” e dos “30 a 40 anos” indicaram que apenas usam fontes externas. Já os jornalistas do sexo masculino sublinham que usam os dois tipos de fontes, existindo até mesmo um equilíbrio entre os jornalistas que privilegiam as fontes internas e externas. Os jornalistas com idade entre “41 e 55 anos” referiram que usam sobretudo fontes internas, isto é, de iniciativa do próprio

jornal. Sendo os jornalistas desta faixa etária aqueles que têm mais tempo de profissão, este dado pode indiciar que a experiência do jornalista é um factor que influencia a procura autónoma de informação, em vez de estar sempre sujeito a uma agenda estabelecida pelas fontes.

Ainda no âmbito da recolha de informação colocou-se uma questão a respeito de como são classificados os acontecimentos, pelos jornalistas, de acordo com a sua importância. Os dados demonstram que acontecimentos que tenham consequências para a comunidade são colocados pelos jornalistas em maior número de vezes, como o critério mais importante (11; 32,4%), por oposição a acontecimentos que incidam sobre a influência das pessoas envolvidas, indicado pelos jornalistas como o critério menos importante (16; 47,1%) (ver tabela XXX anexo VIII).

Depois da análise dos aspectos subjacentes à recolha de informação, considerou-se o tratamento, através de uma abordagem de alguns aspectos do universo de concepções de cariz cognitivo e valorativo que presidem à prática jornalística.

Definiu-se assim, ideal-típicamente, o jornalismo canónico enquanto prática como uma actividade orientada para a elaboração e divulgação de informações, norteadas pelos ideais da factualidade e da neutralidade. Concebendo ainda o jornalismo como um facto social cruzado pelas mais diversas e múltiplas influências societárias, considerou-se a diversidade de modos de fazer jornalismo e apontaram-se a crença na capacidade emancipadora, assente numa crescente reflexividade dos actores sociais, a cada vez maior variabilidade de fontes e canais de informação como factores que resultam numa crescente participação, por parte dos actores, na construção e participação noticiosa.

No pólo oposto considerou-se, assim, aquilo que se pode chamar de “jornalismo deliberativo”. Este jornalismo traduzir-se-ia na “salvaguarda das condições de deliberação racional, através do aprofundamento daquelas práticas deliberativas que permitem uma identificação dos modos de pensar dos cidadãos em torno dos temas que os preocupam” (Correia, 2010, p. 96). Surgiria no seguimento dos movimentos de renovação do jornalismo, directamente ligados à ideia de cidadania e de participação cívica, na sequência daquilo que conhecemos por jornalismo cívico.

Ao jornalismo canónico associaram-se as seguintes funções: defender os interesses da região; informar o público e esclarecer os cidadãos; garantir o pluralismo social e político. Ao jornalismo deliberativo associaram-se as se-

guintas funções: permitir a participação alargada na tomada de decisões; contribuir para resolver problemas; fomentar o debate no seio da região; fomentar o debate público ou ideológico.

Fora desta concepção ideal-típica (Weber) da prática jornalística ficou a hipótese de resposta que considerava a função, “denunciar problemas e garantir a vigilância dos órgãos públicos”, que se considerou que assume um papel particular, funcionando desta forma como mediadora entre as duas tendências sugeridas.

As diversas opções de resposta foram assim associadas a estas funções da imprensa regional e às duas tendências referidas dentro do universo jornalístico (ver tabelas XXXI, XXXII e XXXIII anexo VIII). No plano do jornalismo “canónico” verifica-se uma acentuada tendência para um elevado número de respostas, talvez, nos níveis de maior importância nas seguintes funções: “defender os interesses da região”, “informar e esclarecer os cidadãos”, “garantir o pluralismo social e político”. O grupo de aspectos relativos ao “jornalismo canónico” atinge assim uma média de 65,7%, tendo em atenção os quatro primeiros níveis de importância. Contudo, importa referir que a função “defender os interesses da região” é, entre as três, a menos relevante (29,4%) para os inquiridos. Já a função que obtém o nível de maior importância nesta concepção de jornalismo é a de “informar e esclarecer os cidadãos” (79,6%), aquela que é considerada a mais tradicional e clássica função do jornalismo.

Nas quatro funções associadas à concepção de “jornalismo deliberativo” os níveis de importância atribuídos pelos inquiridos são consideravelmente baixos, o que pode revelar pouca predisposição para o estabelecimento de uma renovada postura jornalística. Observando os valores alcançados pelo cômputo das quatro hipóteses de resposta no nível de maior importância, verifica-se que apenas a opção de que o jornalismo regional deve, como principal função, “contribuir para resolver problemas”, tem mais do que uma resposta, consegue três (8,8%), o que corrobora a ideia de que existem fracos indícios, ao nível valorativo, para a prossecução de um jornalismo de carácter deliberativo.

Por fim, à hipótese que considera que o jornalismo deve ter como função “denunciar problemas e garantir a vigilância dos órgãos públicos”, e que funcionou como mediadora entre as duas tendências apresentadas, os inquiridos (32,4%) atribuem um segundo nível de importância.

Conclui-se assim, recorrendo ao cálculo das médias, que a tendência que agrupa as hipóteses do “jornalismo convencional” atinge a média de 65,7%, no cômputo dos quatro níveis considerados “relevantes”, por seu lado, a tendência do “jornalismo deliberativo” não ultrapassa a marca dos 42,7%, o que se constitui como uma relevante diferença entre ambas as concepções. Parece desta forma evidente a clivagem que existe ao nível das concepções cognitivas e da predisposição para a adopção de novas práticas jornalísticas, influenciadas pelas tendências do chamado “jornalismo deliberativo”.

No grupo sobre “Os jornalistas e o jornalismo regional”, uma segunda questão incidiu sobre um conjunto de deveres que se encontram associados à prática profissional dos jornalistas. Assim, a questão apresenta cinco hipóteses de resposta, correspondendo cada uma a um dever: com os valores ético-profissionais; com os cidadãos; com a instituição em que trabalha; com as fontes; com o interesse da região. Tal como aconteceu em relação às funções do jornalismo, os inquiridos deviam ordenar os diferentes deveres por ordem de importância (ver tabelas XXXV e XXXVI anexo VIII).

Depois de observados os dados, é possível afirmar que existe uma substancial clivagem entre duas das cinco hipóteses de resposta e respectivos deveres a que elas se referem. É o caso do “dever para com os valores ético-profissionais” e do “dever para com os cidadãos”, que respectivamente obtiveram 82,4% e 64,7% de respostas por parte dos inquiridos nos dois níveis de maior importância.

No extremo oposto, encontram-se tanto o “dever para com as fontes”, como o “dever para com os interesses da região”, sendo que, respectivamente, cada um deles atinge os 23,5% e 20,6% de respostas nos dois primeiros níveis de importância. Pode-se ainda incluir o “dever para com a instituição em que trabalha”, neste segundo role de deveres jornalísticos que recolhem menor nível de relevância por parte dos próprios jornalistas.

A questão seguinte avaliava, através de uma escala de Likert, o valor que cada jornalista atribuía a um processo de construção noticiosa que tivesse em conta a pluralidade. Tendo já referido que a tendência do “jornalismo deliberativo” implicaria “a salvaguarda das condições de deliberação racional”, mas também “a identificação dos modos de pensar dos cidadãos em torno dos temas que os preocupam”, e ainda que “a variedade de vozes representadas no jornalismo é a medida da sua verdadeira natureza pública”, pretendeu-se, nesta questão, testar essas hipóteses, nomeadamente no processo de redacção.

Assim, os jornalistas deviam manifestar o seu ponto de vista em relação às seguintes ideias: A melhor forma de redigir uma notícia acerca de um problema é: “incluir propostas de solução”; “expor os lados em confronto”; “expor os dados de uma forma explicativa”.

Tabela 6 – A melhor forma de redigir uma notícia acerca de um problema é:

Escala de gradação	Expor os lados em confronto			Expor os dados de forma explícita			Incluir proposta de solução		
	*Nº	%	% A	Nº	%	% A	Nº	%	% A
Concordo									
totalmente	22	64,7%	64,7%	20	58,8%	58,8%	4	11,8%	11,8%
Concordo	11	32,4%	97,1%	13	38,2%	97,1%	10	29,4%	41,1%
Não concordo/									
nem discordo	1	2,9%	100%	1	2,9%	100%	14	41,1%	82,4%
Discordo	0	0%	–	0	0%	–	4	11,8%	94,2%
Discordo									
totalmente	0	0%	–	0	0%	–	2	5,8%	100%

Concluiu-se que os jornalistas inquiridos não têm dúvidas que “expor os lados em confronto” e “expor os dados de maneira explicativa” são aspectos essenciais no processo de redacção. Já a inclusão de propostas de solução para os problemas identificados nas próprias peças, divide os inquiridos, sendo que o maior número de jornalistas (41,2%) opta por uma posição neutra, isto é, não concordam nem discordam. No entanto, 17,6% dos inquiridos manifesta mesmo uma posição contra a inclusão de propostas de solução nos próprios textos.

Esta questão é interessante uma vez que alguns dos defensores das correntes do “jornalismo público” enfatizam precisamente que é necessário quebrar com as rotinas, que com a actual explosão de informação, a função do jornalismo desloca-se para uma postura mais interventiva na formulação dos problemas pela comunidade. Esta tendência essencialmente influenciada pela teoria comunitarista distingue-se, todavia, do pensamento tendencialmente mais focado nas condições processuais de deliberação que afloram na neutralidade pró-activa de Rosen, ou da ideia de um empenhamento cívico que trabalha em

prol da “democracia, mas sem advogar soluções particulares” (Charity, 1995, p. 146). O jornalismo deliberativo estará comprometido com a definição conflitual de bens comuns e com a legitimidade das decisões e opções colectivas que impliquem os cidadãos. No limite, esse compromisso passa pela recusa em perder a sua dimensão e identidade de “jornalismo”, assumindo o conflito de opiniões como preservação da própria deliberação (Correia, 2012).

A pergunta seguinte pretendeu identificar tendências no que diz respeito à concepção de democracia e ao seu funcionamento. Concebeu-se um conjunto de afirmações, que interpelam o jornalista quanto à percepção que este tem do papel que o actor social, potencial leitor, deverá ter na vida de uma democracia. No sentido de concretizar esta perspectiva, acoplaram-se as afirmações: “os cidadãos sejam esclarecidos” e “os cidadãos possam escolher entre propostas políticas diferentes” ao “jornalismo canónico”, e associaram-se as opções de que “os cidadãos participem activamente no debate público” e de que “os cidadãos possam participar na tomada de decisões” ao “jornalismo deliberativo”. Obviamente que esta dicotomia teve uma função meramente analítica, já que as duas primeiras opções não são exclusivas do jornalismo com propósitos deliberativos (ver tabelas XXXVII e XXXVIII anexo VIII).

Por outro lado, estas opções não dizem exactamente respeito à sua função de jornalistas mas à forma como encaram a democracia. Finalmente, sendo questões associadas à teoria do jornalismo, são questões de filosofia política, pertinentes para o inquérito, mas que exigiriam aprofundamentos dificilmente concretizáveis no contexto. Funcionam, pois, como elementos que enriquecem e fundamentam interpretações posteriores.

Concluiu-se, a partir das respostas dos jornalistas inquiridos, que os aspectos mais importantes para o funcionamento de uma democracia são a existência de cidadãos esclarecidos e a possibilidade de estes participarem activamente no debate público. Encontram-se aqui, de certa forma, princípios que estão subjacentes aos movimentos do “jornalismo público” e “jornalismo deliberativo”. As opções dos inquiridos vão precisamente neste sentido, o que pode ser um sinal de que uma consciência deliberativa ou cívica está a emergir.

A terceira parte do inquérito termina com duas questões a respeito da posição política e das orientações político-ideológicas dos jornalistas. Verificou-se que 35,3% dos inquiridos não têm qualquer problema em afirmar-se como tendo orientações político-ideológicas, por oposição a 64,7% que afirma não

ter vinculações desta índole. Os dados recolhidos permitem ainda verificar que entre os inquiridos, 67,6% identifica-se com as posições do espectro esquerdo da escala, isto é, com a “extrema-esquerda”, “esquerda” e “centro-esquerda”. Refira-se que apenas um jornalista, dos 34 inquiridos, se afirma de “centro-direita”. Uma possível interpretação para este facto está directamente ligada às “representações sociais” existentes na sociedade portuguesa e ao significado de se assumir publicamente uma posição de direita em termos político-ideológicos.

Observa-se ainda uma maior vinculação na escala esquerda-direita por parte das jornalistas inquiridas. Verifica-se assim uma maior identificação feminina no plano da política partidária, por oposição ao plano das ideias e das construções cognitivas que estão a montante dos valores políticos, onde se encontram sobretudo os jornalistas (ver tabelas XLII e XLIII anexo VIII).

Na linha das correntes teóricas que estão subjacentes ao projecto, nomeadamente as teorias deliberativas e o jornalismo público, procurou-se diagnosticar se estes estão dispostos a assumir um novo papel que tem como missão principal dinamizar a vida pública pela melhoria do debate público. Neste contexto, 65% dos jornalistas inquiridos consideram que o espaço dedicado aos leitores devia ser maior, sendo que apenas 35% defende que o espaço que é disponibilizado é suficiente. Nenhum dos inquiridos manifestou a opinião segundo a qual o espaço dado aos leitores é excessivo e por isso devia ser reduzido.

As gerações de jornalistas mais velhos (83,7% entre os 41 e os 55 anos) sentem mais falta de um espaço de leitores mais alargado porque ainda acreditam que as cartas publicadas podem contribuir para que os leitores concedam mais importância ao jornal e se sintam motivados para participar. Já as gerações mais novas encaram sobretudo as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias e por isso não consideram tão importante o alargamento do espaço para o correio do leitor (ver tabela XLIV anexo VIII).

Entre os inquiridos, 91% afirma que recebe contactos de cidadãos comuns com informações sobre acontecimentos. Com este expressivo resultado, os cidadãos deviam ser umas das principais fontes de informação dos jornais, o que não se verificou na análise de conteúdo. No entanto, para além de saber se os cidadãos enviam informações para os jornais, procurou-se também saber com que frequência, os jornalistas recebem esses contactos. As respostas dos inquiridos indicam que existe um contacto frequente. Assim, 76% in-

dicam que recebem contactos duas ou mais vezes por semana por parte dos cidadãos. Uma vez mais, as respostas dos jornalistas parecem indicar que os cidadãos têm um papel muito importante no processo de recolha de informação. No entanto, parece que entre o processo de recolha de informação e a construção noticiosa, estas informações veiculadas por parte dos cidadãos são desvalorizadas, ou seja, as vozes destes cidadãos não são, na maior parte dos casos, consideradas na elaboração das peças jornalísticas.

Para perceber até que ponto os jornalistas consideram de facto essas informações que recebem dos cidadãos, elaborou-se uma pergunta sobre a opinião quanto ao uso de cidadãos enquanto fontes citadas nas peças jornalísticas. Tendo em conta os contactos já referidos, bem como a hipótese de os cidadãos comuns se constituírem como fontes de informação, e assim fazerem parte do discurso noticioso, consideraram-se quatro possíveis cenários em função do uso das vozes dos cidadãos. Por um lado, duas hipóteses, às quais estão subjacentes as tendências de deliberação no jornalismo: “dá voz a quem tem poucas possibilidades de se exprimir publicamente” e “acrescenta pontos de vista que podem ser importantes”. Por outro, hipóteses ligadas ao jornalismo tradicional que consideram que usar cidadãos como fonte citada em notícias: “dá menos garantias de credibilidade” e “não garante representatividade porque os cidadãos comuns falam apenas em nome pessoal”.

Tabela 7 – Usar cidadãos como fonte citada em notícias...

Níveis de importância	Dá voz a quem tem				Não garante			
	Poucas possibilidades		Dá menos		Acrescente		representatividade	
	de se exprimir		garantias de		pontos de vista		porque os cidadãos	
	publicamente		credibilidade		que podem ser		comuns falam apenas	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	10	29,4%	4	11,8%	18	52,9%	4	11,8%
2	16	47,1%	3	8,8%	10	29,4%	7	20,6%
3	5	14,7%	7	20,6%	2	5,9%	16	47,1%
4	3	8,8%	20	58,8%	4	11,8%	7	20,6%

As opções que consideram que usar cidadãos como fonte citada em notícias “dá voz a quem tem poucas possibilidades de se exprimir publicamente”

(75,6%) e “acrescenta pontos de vista que podem ser importantes” (81,3%) são as mais importantes para os inquiridos, uma vez que consideram quer a pluralidade noticiosa, quer o acesso, independente dos jogos de poder e interesse.

Assim, na sequência daquilo que foram as respostas anteriores dos jornalistas, evidenciou-se que estes consideram, pelo menos do ponto de vista discursivo, como muito importantes as informações veiculadas pelos cidadãos. O seu uso enquanto vozes citadas nas notícias é entendido como uma possibilidade de conhecer mais sobre um determinado assunto, ao mesmo tempo que a pluralidade de vozes é alargada.

Tendo em conta que o contacto dos cidadãos é frequente, e que o uso destes enquanto fonte citada de notícias é encarado como importante para garantir a pluralidade de vozes nas notícias, não surpreende que 97% dos inquiridos tenham respondido que o jornal em que trabalham estimula o comentário dos leitores através de diversos mecanismos, desde a divulgação do e-mail dos jornalistas, até às ferramentas disponíveis nas páginas online das publicações. Da mesma forma, ainda que em menor número, 74% dos jornalistas afirma que costuma responder aos comentários dos leitores e cidadãos.

No seguimento das perguntas efectuadas sobre a recolha da informação e para analisar a relação com as fontes, colocaram-se aos jornalistas três hipóteses, que deviam ser hierarquizadas segundo a sua importância. Assim, os inquiridos deviam dizer se a agenda dos jornais onde trabalham é orientada “pela preocupação das elites locais”, “pela preocupação dos cidadãos locais” ou “pelas preocupações comerciais das empresas de comunicação social”.

No nível de maior importância verifica-se que existe um equilíbrio entre as respostas que consideram que a agenda é orientada pelas preocupações comerciais das empresas de comunicação social (13; 38,2%) e aquelas que indicam as preocupações dos cidadãos locais (12; 35,3%) como aspecto central a marcar a agenda. A hipótese que aparece no nível de menor importância é aquela onde a agenda deve ser orientada pela preocupação das elites locais (ver tabela XLVI, anexo VIII).

Na questão seguinte procurou-se indagar sobre o conteúdo noticioso dos jornais regionais. A formulação da pergunta indicou três hipóteses que deviam ser hierarquizadas pelo nível de importância, segundo cada jornalista. Assim, entre as opções de resposta à pergunta, “o conteúdo noticioso dos jornais regionais é...”, os inquiridos deviam indicar: “equilibrado quanto à participação

de elites e pessoas comuns”; “demasiado focado nas pessoas comuns”; “demasiado focado nas elites”.

As respostas salientam que os jornalistas têm noção de que o conteúdo noticioso dos jornais regionais não se foca demasiado nos cidadãos comuns mas sim nas elites. A hipótese que indica um equilíbrio entre as perspectivas é também considerada importante por uma parte dos inquiridos (ver tabela XLVII, anexo VIII).

Procurou-se também saber se os jornalistas consideram que o jornal onde trabalham aborda os problemas da região e dos cidadãos. Os jornalistas inquiridos ainda têm algumas dúvidas quanto ao facto de estes serem abordados pelos jornais onde desempenham a sua profissão. Se é verdade que 35,5% dos inquiridos não têm dúvidas que os jornais onde trabalham estão em sintonia com os problemas da região e das comunidades (e 26,5% concorda, o que agregando as duas perspectivas equivale a um total de 62% de inquiridos), 29,4% não manifesta qualquer opinião em relação a esse tratamento privilegiado pelos jornais. Poder-se-ia dizer que ainda não existe uma percepção clara dessa cobertura centrada nos problemas das comunidades, tal como confirmam 8,8% dos inquiridos, que não têm dúvidas de que os jornais não conhecem os problemas das regiões.

A ideia de que os jornais que representam já tratam noticiosamente os problemas dos cidadãos e das regiões onde estão inseridos, faz com que os jornalistas encarem a ideia de criar e identificar as questões de interesse colectivo e usar os dados recolhidos para criar uma agenda ditada pelos interesses dos cidadãos, ainda com alguma indiferença (44,1% dos inquiridos não concorda, nem discorda com a criação dessa agenda). Porém, 14,7% dos inquiridos concorda totalmente com esta agenda orientada pelos problemas dos cidadãos, e 29,4% com o facto de ser necessário privilegiar, no tratamento noticioso, as questões que se reflectem na vida das pessoas.

No seguimento das teorias do jornalismo público, entende-se que a informação dos jornais deve procurar aprofundar as questões e identificar os problemas das comunidades, procurando encontrar soluções para estes. A identificação de soluções para os problemas também foi abordada no inquérito.

A ideia de tentar mobilizar os cidadãos para a discussão em fóruns públicos, dos temas considerados prioritários é entendida pela maioria dos jornalistas inquiridos como positiva para o jornal e para a comunidade. Com efeito,

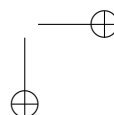


50% dos inquiridos concorda totalmente com esse princípio, sendo que apenas 17,6% de inquiridos não concorda com esta prática. Esta questão que, entre os vários ideais subjacentes ao jornalismo público, acaba por ser das mais controversas. Esta controvérsia surge pelo facto de os críticos considerarem que essas práticas representam o abandono de concepções tradicionais de jornalismo e levam a um envolvimento dos próprios actores na defesa das causas. Contrariando essa visão mais crítica, a quase totalidade dos jornalistas que responderam ao nosso inquérito (91%) não consideram que essas práticas representem um desvio à objectividade e isenção jornalísticas.

No contexto da investigação desenvolvida e de acordo com as teorias de libertativas e do jornalismo público, os jornalistas têm um papel muito importante no contacto com o público. Os dados apresentados procuraram assim traçar um perfil dos jornalistas regionais inquiridos, mas também identificar os princípios e os critérios de produção noticiosa que os guiam, no sentido de perceber de que forma estes estão presentes na “agenda dos *media*”. Acredita-se que as respostas dos inquiridos lançam pistas importantes sobre o modo como é preciso alterar as práticas no sentido de criar uma “agenda dos cidadãos”.

3.3 Entre as administrações e as redacções: o papel dos directores

Após importantes momentos de recolha de dados como foram a análise dos conteúdos dos meios de comunicação, procurando caracterizar a sua agenda, sobretudo ao nível dos temas abordados e fontes privilegiadas, e os inquéritos aos jornalistas, que permitiram conhecer os valores e as práticas presentes no processo de construção noticiosa, não era possível encerrar a primeira fase do projecto sem entrevistar os directores das publicações. Enquanto actores privilegiados do processo de produção noticiosa e assumindo um papel de mediação entre os objectivos da administração e as práticas da redacção, era fundamental ouvir os principais responsáveis pela linha editorial dos jornais. Procurou-se assim saber que papel os directores das publicações atribuem à imprensa regional, que relações esta procura estabelecer com as populações, e como encaram a possibilidade de os meios regionais funcionarem enquanto plataformas de jornalismo público, dando voz aos cidadãos.



Foi objectivo da presente análise a interpretação das práticas jornalísticas, no que se refere à selecção de fontes, mas também a todo o processo, que está a montante da publicação na tentativa de captar, na medida do possível, a ligação entre jornal/jornalista e a comunidade envolvente (ver anexo IX). Finalmente, foi também objectivo a caracterização biográfica e profissional dos entrevistados.

Tabela 8 – Caracterização do perfil dos directores¹

Directores	Jornal	Idade	Curso Superior Comunicação	Tempo como Director do Jornal	Percurso anterior	Ligação ao Jornal
Joaquim Duarte	O Ribatejo	55	Não	20 anos	Não	Fundador
Patrícia Duarte	Região de Leiria	37	Sim	Setembro 2010	Directora de Marketing	Profissional
Pedro Costa	Diário as Beiras O Algarve Jornal do Centro	39	Não	6 meses As Beiras 2 anos O Algarve > 1 ano Centro	Sim	Profissional
António Granjeira	Jornal da Bairrada	51	Não	5 a 6 anos	Não	Familiar
Rogério Gomes	Grande Porto	56	Sim	Julho 2009	Sim	Profissional
Fernando Paulouro	Jornal do Fundão	64	Não	2003	Não	Familiar

Começando precisamente por esta caracterização, constata-se uma forte masculinização no que respeita ao desempenho de cargos de chefia editorial, para além deste tipo de responsabilidade se apresentar como o corolário de uma carreira e longo percurso profissional. É um cargo maioritariamente exercido por detentores de licenciatura, ainda que esta seja normalmente em áreas díspares da comunicação e jornalismo, dado que pode ter uma dupla interpretação: por um lado, pode indiciar o aproveitamento de diversas competências

¹ Importa salientar que os nomes e os cargos referidos na tabela dizem respeito à data em que foram realizadas as entrevistas. Entretanto e no decorrer das transformações que os jornais sofreram, mencionadas anteriormente neste relatório, muitos dos então directores deixaram de exercer funções nestes meios.

das mais variadas origens, por outro pode ficar a dever-se à relativa novidade que são as licenciaturas de jornalismo e comunicação em Portugal.

A análise empírica revelou que, relativamente ao papel da imprensa regional, a questão do território, e consequentemente da proximidade, assume-se, como fundamental para que o público se sinta identificado com os conteúdos veiculados pelos jornais regionais.

Pedro Costa, director simultaneamente do jornal “O Algarve”, “O Centro” e “Diário As Beiras”, salientou precisamente que uma das principais características da imprensa regional é “a proximidade, o conhecimento, a forma como os seus jornalistas, os seus responsáveis editoriais conhecem a realidade que os rodeia e têm a capacidade de a contar de a narrar aos leitores (...)”. A directora do jornal “Região de Leiria”, Patrícia Duarte, considerou mesmo que “a imprensa regional ainda consegue ir onde mais ninguém vai, que é o hiperlocal”. Esta ideia foi partilhada por grande parte dos directores, como Fernando Paulouro, director do “Jornal do Fundão” a acrescentar que “(...) há hoje jornais regionais que se afirmaram claramente, em várias regiões do país, e que marcam a sua autonomia precisamente pela forma como sabem tratar dos problemas da região ou dos problemas mais próximos (...)”. O director do “Jornal do Fundão” que acredita ainda que “(...) mesmo que a imprensa nacional viesse às regiões, havia um tipo específico de informação que só pode ser dada a partir dos lugares e das vivências das pessoas”. Enfatiza-se desta forma, uma vez mais, o contacto com as realidades e comunidades locais, que permite adquirir a sensibilidade para tratar os problemas.

Tendo em conta a função da imprensa regional no contexto dos meios de comunicação em Portugal, cada um dos directores considerou que os jornais que dirigiam cumpriam de certa forma esse papel. Joaquim Duarte, director do jornal “O Ribatejo”, salientou nesse sentido que o jornal que dirige “(...) contribui para a coesão de um território, e um território de natureza local ou distrital, alimenta as grandes discussões, as grandes questões dessa região, continua a ser um excelente instrumento de debate (...)”. Fernando Paulouro garantiu também que os objectivos do jornal que dirige estão bem identificados e que “(...) o jornal ao longo do tempo não só reflectia a realidade regional, como se tornou ele próprio num papel interventor ao nível do desenvolvimento, ao nível do debate e das questões, no sentido de haver uma consciência própria de região (...) tornou-se porta-voz em larga medida quer de causas que abrangiam a região, quer do debate da própria região em si.”.

Sendo o critério da proximidade tão importante no contexto desta imprensa, procurou-se avaliar até que ponto este é importante na estratégia dos jornais, nomeadamente procurando saber como os directores das publicações consideram o espaço e o interesse que é dedicado às regiões e localidades mais periféricas. Rogério Gomes, director do jornal “Grande Porto”, começou por referir que pelo jornal ser assinado em casas comerciais e cafés, mesmo nas localidades mais remotas, cumpre, desde logo essa função de difusão da informação junto dessas comunidades, o que, por sua vez, contribui para que os próprios jornais dediquem espaço a essas pequenas localidades. Já Fernando Paulouro salientou um aspecto que faz do jornal regional um espaço único para as populações das regiões e localidades mais periféricas, e que tem a ver com o próprio poder que as pessoas atribuem ao jornal. Nas palavras do referido director, “há uma outra faceta da imprensa regional que é ligada à intervenção dos leitores, em que os leitores vêm ao jornal, como se de última instância para denunciar uma coisa (...)”.

Percebe-se desta forma que, de acordo com os directores das publicações, existe uma tentativa de estabelecer uma relação de informação mútua, ou seja, por um lado informar os cidadãos das diferentes comunidades locais, por outro esperar que o público se sinta identificado e perceba que deve contactar o jornal com novas informações, uma vez que elas vão ser, posteriormente veiculadas.

Os directores consideraram também que a imprensa regional tem de facto um papel muito importante na promoção da cidadania, desde logo porque acreditam que é também essa a função dos jornais regionais. A directora do jornal “Região de Leiria” realçou nesta linha que “(...) se desafiamos as pessoas a dizerem-nos quais são as suas preocupações, o que é que pode ser feito para melhorar a qualidade de vida da sua terra, eu acho que estamos a promover a cidadania”. Rogério Gomes, director do jornal “Grande Porto” partilhou desta visão, considerando que os jornais regionais “(...) promovem a cidadania, a participação dos cidadãos até nas próprias páginas, na opinião, lançam discussões importantes sobre as terras onde estão inseridos (...)”. De acordo com o director do “Jornal do Fundão”, os jornais cumprem, ao promoverem a cidadania, “(...) uma dimensão de serviço público, que é essencial, absolutamente essencial”.

Os responsáveis das publicações salientam assim que é preciso que estes estejam dispostos a ouvir os cidadãos, acolhendo as suas sugestões e opiniões



e promovendo mecanismos que os aproximem das publicações, revitalizando o espaço público local.

As deslocações às instalações dos jornais, os telefonemas, os emails são, de acordo com todos os directores, os meios que os cidadãos mais frequentemente utilizam para contactar os jornais. Neste particular contacto com as redacções, o correio electrónico e as novas redes sociais emergem cada vez mais como meios onde os leitores deixam as suas opiniões e sugestões, apesar de, e tendo em conta a tipologia das regiões onde estão inseridos os jornais, a ida ao jornal, o contacto pessoal ainda ser muito privilegiado.

Os directores revelaram ainda que os contactos estabelecidos pelos leitores acabam quase sempre por dar origem a reportagens, a trabalhos noticiosos, e que também por isso esses contactos são estimulados pelas próprias redacções. De acordo com Pedro Costa “(...) nós estimulamos, convidamos, frequentemente em visitas informais, em reuniões que fazemos, que nós às vezes fazemos em pequenas comunidades, nas colectividades, fazemos nas páginas dos jornais, onde desafiamos as pessoas a enviar-nos as notícias da sua terra, temos várias experiências a esse nível (...)”.

No entanto, o contacto com os leitores sendo uma oportunidade para os jornais representa simultaneamente um desafio. Nas palavras do director do “Jornal do Fundão” “a imprensa regional tem neste momento um desafio muito grande, que é conseguir compatibilizar melhor aquilo que é a voz dos cidadãos, isto é, estimular e promover, provavelmente, mais inquéritos sobre determinadas matérias, e sobretudo não submeter aquilo que é hoje a ficção dos poderes (...)”. Fernando Paulouro salienta neste sentido que é preciso “(...) privilegiar e arranjar novas formas de chegar ao cidadão”.

Mas trazer diariamente ou semanalmente os problemas das regiões nas páginas dos jornais nem sempre é fácil, sendo as publicações acusadas, em diversas situações, de não estarem em sintonia com os problemas das comunidades e dos seus leitores, mas pelo contrário promoverem uma “narrativa informativa ligada aos poderes (...)” (Fernando Paulouro).

A sintonia com os problemas dos leitores que surge normalmente por oposição aos interesses das elites locais. Neste contexto particular os jornais desempenham um papel fundamentalmente de mediação, no entanto esse papel nem sempre é fácil de alcançar. O director do “Jornal da Bairrada” considerou que “as elites influenciam muito a nossa opinião. O que acontece nos jornais locais, ou pelo menos nesses jornais mais de província, que a elite é curta e



portanto existe a influência da elite, porque é obvio que existe”. Esta ideia é partilhada pelo director do “Jornal Grande Porto”, nomeadamente quanto “à dependência económica da publicidade ou dos editais das Câmaras e autarquias” que “implica um relacionamento que às vezes não é fácil”. Rogério Gomes considera por isso que os jornais acabam por procurar a sintonia com os problemas dos cidadãos, apesar de em certas situações estarem reféns dos interesses das elites locais, dependendo muito, na opinião deste, da “orientação de cada jornal”.

O director do “Jornal do Fundão” considera que existe um problema nos jornais que estão demasiado dependentes das elites, e que passa pelo facto de estas apenas discutirem “corporativamente os problemas, ao nível das próprias associações”. Salienta por isso a necessidade de romper com estas práticas, promovendo “iniciativas, jornadas, debates (...)”.

A directora do jornal “Região de Leiria” não só defende a ideia de uma “agenda dos cidadãos” como sublinha que essa poderá ser uma forma de ultrapassar os problemas económicos dos jornais, dado que, na opinião desta, “se eu seguir aquilo que são os interesses e as preocupações do cidadão, isso para mim é uma garantia de sobrevivência, porque tenho a certeza que vou ser lida, e se for lida tenho a certeza que vou ter publicidade para sustentar o jornal”.

Fernando Paulouro prefere salientar a perspectiva cívica associada à criação de uma “agenda dos cidadãos”, considerando que no “Jornal do Fundão” procura precisamente adoptar práticas de jornalismo cívico. No entanto, não tem dúvidas que “(...) seria interessante tentar alguma inovação, no sentido das agendas do cidadão, naquilo que é especificamente cívico, o espaço público, o ensino público, a saúde, as grandes questões, que se pudesse amplificar a voz, isto é, reproduzi-la mais”.

Se é verdade que todos os directores concordam com esta necessidade de dar voz aos cidadãos, criando mesmo uma “agenda dos cidadãos”, a verdade é que as formas de recolher esses contributos dos cidadãos variam de acordo com as publicações. A directora do jornal “Região de Leiria” refere que no seu jornal são realizados inquéritos aos leitores procurando saber a opinião sobre o jornal e como podem conseguir uma participação mais activa destes.

Já Fernando Paulouro salienta o papel que o “Jornal do Fundão” tem tido na região onde está inserido, nomeadamente na criação de uma “agenda dos cidadãos” através de iniciativas como colóquios e palestras sobre a realidade

regional. No entanto, ressalva que a criação de uma agenda dos cidadãos “(...) representa também um desafio à sociedade civil, porque nós sabemos, mesmo a nível regional, tem havido pequenos focos de participação cívica (...)” mas “muitas vezes o reflexo das ideias desses fóruns de participação cívica, as pessoas pensam que eles não têm efeitos, o poder ignora-os, o poder é aquilo, nós fomos eleitos e tal, e é um erro, por isso é que a democracia está em crise. E isso cria algum desânimo junto das pessoas (...)”.

Neste contexto cabe também aos jornais ter a iniciativa na promoção de contactos com os cidadãos, não esperando que a iniciativa parta apenas destes. Os directores salientam que esta é uma prática comum nos jornais que dirigem, nomeadamente com entrevistas de rua, com inquéritos (no caso particular do jornal “Região de Leiria”) e com sondagens. A iniciativa de contactar os leitores tem crescido substancialmente por parte dos jornais em grande parte também devido às potencialidades das novas plataformas *online*.

No estrito âmbito das cartas dos leitores, estas são percebidas de uma dupla forma. Por um lado são entendidas como formas de aproximação e de dar voz ao comum dos cidadãos, a verdade é que por outro, também são entendidas como potenciais focos de tensão e conflito. Por isso, a decisão de publicar uma carta apresenta-se como um processo altamente centralizado e hierarquizado no responsável editorial ou director. Os critérios do interesse público e de não apresentar ofensas a terceiros, constituem-se como os principais e mais focados critérios de seleção por parte destes. O director do jornal “O Ribatejo”, Joaquim Duarte refere “a exigência para a publicação é o interesse público do assunto, vir na sequência de qualquer reportagem ou artigo publicado no jornal ou, ainda, um direito de resposta”. Também Patrícia Duarte, responsável editorial do jornal “Região de Leiria”, sublinha a existência da identificação e a importância de estas serem assinadas pelo seu respectivo autor. Já para Fernando Paulouro, a dimensão humana das cartas constitui-se como o critério decisivo na publicação de uma carta, concebendo as cartas como um poderoso mecanismo de ligação entre o público e o jornal. Refira-se que ficou ainda clara uma forte disjunção entre o número de cartas recepcionadas e o número destas que efectivamente é publicado.

Depois de nos momentos anteriores deste projecto se terem procurado recolher as perspectivas dos agentes que estão directamente envolvidos em todas as fases do processo de produção noticiosa, nesta fase o objetivo passava por perceber se da parte dos directores dos jornais regionais parceiros do projecto,

existia vontade e empenhamento para transformar o futuro da imprensa regional, fazendo desta um meio capaz de utilizar a proximidade que a caracteriza e pô-la ao serviço de um jornalismo que contribuísse para o exercício da cidadania e do debate público.

As respostas dos directores evidenciaram que existe determinação no sentido de tornar os jornais regionais instrumentos susceptíveis de ajudar a criar um renovado espaço público nas comunidades, mas reconheceram também que as publicações que coordenam enfrentam muitos desafios. As cartas dos leitores, onde se verifica um desfasamento entre a vontade dos directores de terem mais cartas publicadas, e o espaço que realmente é dedicado a estas, é apenas um exemplo de um equilíbrio que é difícil de alcançar e, sobretudo, difícil de manter, entre a vontade dos responsáveis das publicações e as práticas e rotinas diárias com que têm de lidar. Assim, o caminho terá de passar não só pela denúncia dos problemas que afectam os cidadãos, fazendo uso da proximidade que caracteriza a imprensa regional, mas também e, sobretudo, o envolvimento na promoção de debates que permitam encontrar soluções para esses problemas. É neste contexto que se considera que o estudo de opinião longitudinal e os grupos de foco assumem especial relevância.

3.4 Da “agenda dos *media*” à “agenda dos cidadãos”

Enquanto projecto de investigação que procurou analisar as potencialidades do jornalismo público e a sua aplicação em órgãos de comunicação social regional, o conhecimento do público era determinante. É neste contexto que surge o estudo de opinião longitudinal, como a principal técnica que permitiria conhecer de que forma os cidadãos se sentem identificados com a “agenda dos *media*”, já conhecida, mas também quais os temas que consideram prioritários, tendo em conta a comunidade onde estão inseridos, e que poderiam originar uma “agenda do cidadão”.

Os resultados que se apresentam neste ponto dizem respeito às questões que foram indicadas pelos cidadãos no estudo de opinião longitudinal, primeiro com uma inquirição sobre a forma como os leitores se sentem identificados com a “agenda dos *media*”, depois com a indicação de alterações, originando aquilo que pode ser designado por “agenda do cidadão” que, por

fim, deveria servir de base aos trabalhos jornalísticos desenvolvidos pelos jornais regionais.

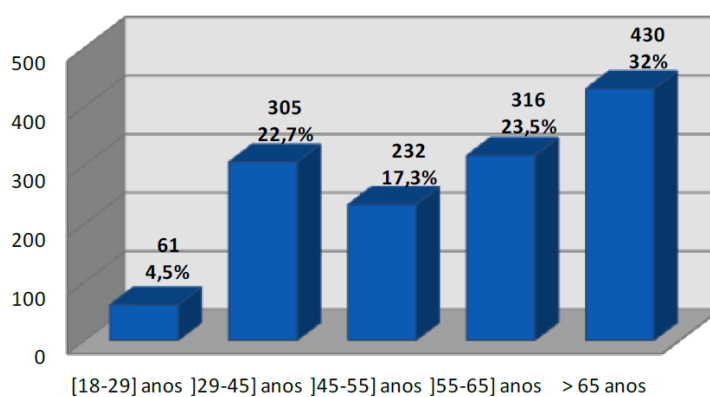
3.4.1 Identificação das questões de interesse coletivo: a “agenda dos cidadãos”

No âmbito do estudo de opinião procurou-se, num primeiro momento, caracterizar o perfil dos inquiridos tendo em conta as seguintes variáveis: sexo, idade, nível de escolaridade, ocupação profissional ou estatuto socio-profissional perante o trabalho, e um aspecto particularmente importante para contextualizar as respostas, o tempo enquanto assinantes de cada um dos inquiridos.

Na análise da primeira dimensão percebe-se que os 1344 assinantes inquiridos são maioritariamente do sexo masculino, 64%, e os restantes 36% do sexo feminino. Constata-se ainda que em nenhuma das oito publicações em estudo, existe uma maioria de assinantes e/ou leitores do sexo feminino (ver tabela XLVIII anexo X).

Analizou-se de igual forma a variável idade. Esta foi, para efeitos de operacionalização, categorizada em cinco grupos etários, permitindo um agrupamento dos dados, bem como uma maior tangibilidade dos mesmos.

Gráfico 8 – Distribuição dos inquiridos por grupos etários



Foi observável, um substancial e significativo envelhecimento dos inquiridos. A categoria modal encontra-se no grupo que reúne os leitores que têm idade superior a 65 anos, com 32% dos inquiridos, o que em termos absolutos se traduz em cerca de 430 indivíduos. Adicionalmente, a segunda categoria com maior expressão numérica é precisamente a que agrupa os leitores e/ou assinantes com idades compreendidas entre os]55-65] anos, com quase ¼ dos inquiridos (23,5%). Sublinhe-se ainda o baixíssimo valor obtido pela categoria etária que reúne os mais novos inquiridos, isto é, o grupo que medeia dos [18-29] anos, que soma apenas 4,5% do total de inquiridos.

Pensando nos títulos com a população mais envelhecida destacam-se o jornal “O Algarve” e o “Diário As Beiras” (51,8% e 48,6% de inquiridos respectivamente com >65 anos). O jornal “Grande Porto” é por sua vez a publicação que menos assinantes tem com idade >65 anos (11,9%) e os “Jornais da Bairrada” e “Jornal do Fundão” são aqueles que maior número de jovens assinantes apresentam (5,5% e 5,6% de inquiridos respectivamente no grupo [18-29]) (ver tabela XLIX anexo X).

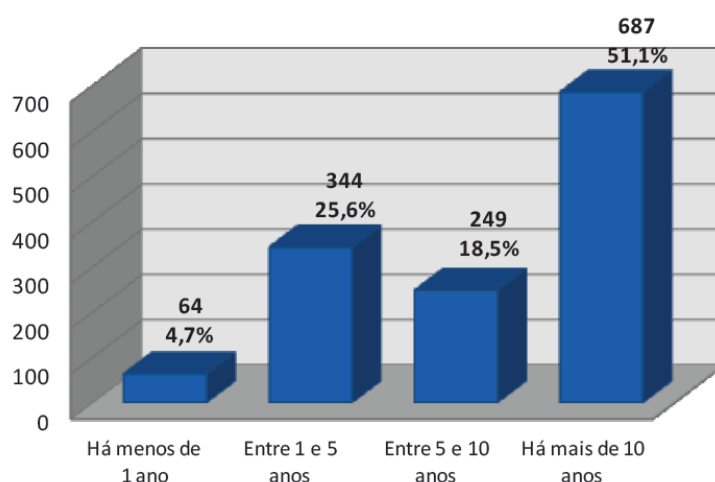
Quanto à variável nível de escolaridade, a percentagem de assinantes com ensino superior é claramente a que se destaca (32,5%), por oposição aos assinantes que sabem ler e escrever, mas não têm qualquer diploma, apenas 1% do total de inquiridos. No entanto, o segundo maior grupo de inquiridos não tem mais do que o primeiro ciclo, dados que combinam com os da idade, ou seja, uma população envelhecida e com baixo nível de escolaridade. Os assinantes do “Jornal da Bairrada” são os que apresentam qualificações mais baixas (35,4% tem o 1º Ciclo do Ensino Básico) face aos restantes títulos que têm a sua categoria modal no Ensino Superior (ver tabela L anexo X).

No que se refere à ocupação profissional declarada pelos 1344 inquiridos no âmbito da primeira inquirição, a categoria modal encontra-se na categoria que agrega os “Pensionistas/Reformados”, com cerca de 40,3%. Este valor assume um vincado e expressivo domínio relativamente às restantes categorias, ficando a segunda categoria profissional, “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas”, apenas com 15,7%. Mais uma vez, esta distribuição reflecte as tendências já aqui identificadas e enumeradas (ver tabela LI anexo X). Todavia, dever-se-á acrescentar ainda outro facto, este de cariz mais interpretativo, e que se prende com a expressiva representação das várias categorias profissionais que agrupam profissões que requerem altas qualificações académicas, como por exemplo, diplomas do ensino superior. Deste modo,

confirma-se a ideia de que o consumo de imprensa escrita local/regional não é ainda um consumo massificado, mas sim algo classista. Estes dados e interpretações devem considerar ainda o facto de se tratar de uma população fortemente masculinizada, tal como já anteriormente se enfatizou.

Atendendo ao facto de se estar perante uma amostra algo envelhecida, tal como já se teve oportunidade de constatar, tornava-se expectável que existisse uma considerável sedimentação dos assinantes, relativamente aos respectivos jornais regionais. De outro modo, dir-se-ia que, dado o longo percurso biográfico de uma vasta parte dos inquiridos, é possível encontrar uma parte considerável destes com um tempo de assinatura com substancial longevidade.

Gráfico 9 – Tempo dos inquiridos enquanto assinantes

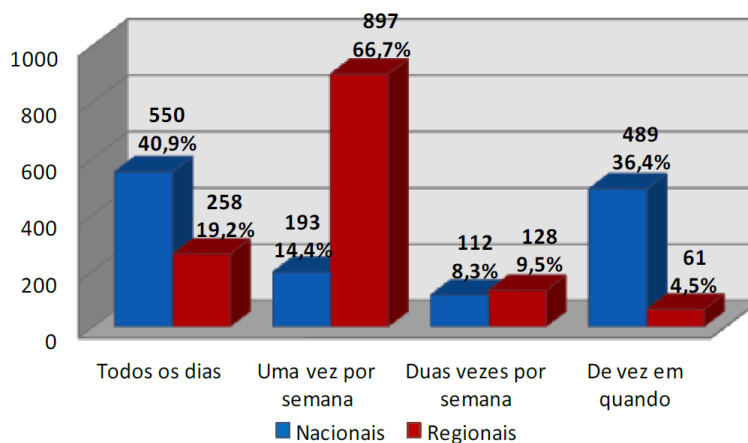


Considerando a distribuição empírica dos dados observa-se que a hipótese levantada anteriormente se confirma. Assim, é na categoria dos assinantes há mais de 10 anos que se situa o valor modal, ou seja, é esta que agrega maior número de casos, com cerca de 51,1% dos inquiridos. O “Jornal do Fundão” tem o maior número de assinantes de longa duração (67,9%), seguido de perto pelo “Região de Leiria” (63,2%). O jornal “Grande Porto” apresenta

os assinantes com uma assinatura mais recente (45,2% há menos de um ano, 50% há mais de um e menos de cinco) (ver tabela LII anexo X).

A partir da análise do conjunto dos indicadores associados ao perfil dos inquiridos, pode-se afirmar que há dois grupos na amostra. Por um lado, um grupo de inquiridos com mais de 65 anos, com um nível de escolaridade que não ultrapassa o 1º Ciclo do Ensino Básico, que se encontram aposentados e têm uma ligação com o jornal, através da assinatura, há mais de dez anos. Por outro lado, uma população ligeiramente mais nova, entre os 30 e os 50 anos, com habilitações ao nível do ensino superior, que desempenha a sua actividade profissional dentro do grupo dos “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas” (destacando-se os advogados, os médicos e os professores), que em determinados casos recebeu a assinatura de familiares e noutros é assinante há pouco mais de três anos. Entre estes dois grupos há um denominador comum, que é o predomínio dos inquiridos do sexo masculino.

Gráfico 10 – Frequência de leitura de jornais nacionais e regionais dos inquiridos



No que diz respeito aos hábitos de leitura, os leitores que constituem a amostra evidenciam, uma clara tendência para a leitura semanal, seguindo a lógica de publicação dos próprios jornais, no caso em estudo, maioritari-

amente semanários. Em relação à imprensa nacional, existe um conjunto de leitores que diariamente leem ou folheiam os diários nacionais, com particular destaque para a imprensa desportiva, mas também para um título em concreto, indicado em diversas situações pelos entrevistados, o jornal “Correio da Manhã”. Por outro lado, outra percentagem considerável dos inquiridos apenas esporadicamente lê jornais nacionais. Este segundo grupo de inquiridos é curiosamente, pelo menos em parte, o da população mais envelhecida, e que argumenta que apenas lê os jornais regionais para saber o que se passa na região, uma vez que esta não passa na televisão.

Procurou-se também saber que funções atribuem os inquiridos aos jornais regionais no seu conjunto e aquele de que são assinantes em particular. Nesse sentido, foram formuladas perguntas de resposta única, correspondendo a cada uma, três opções, uma concepção de jornalismo que enfatiza diferentes aspectos, desde o tradicional entendimento do jornal unicamente enquanto meio de informação, passando por um jornalismo de denúncia, até chegar a uma vertente de jornalismo de intervenção, na tentativa de resolver os problemas (aquilo que se pode considerar uma das ideias do jornalismo público). Recorde-se que uma das particularidades destas era “catapultar” o inquirido para um plano desejável ou ideal, isto é, solicitar a capacidade de abstração do mesmo relativamente à realidade quotidiana.

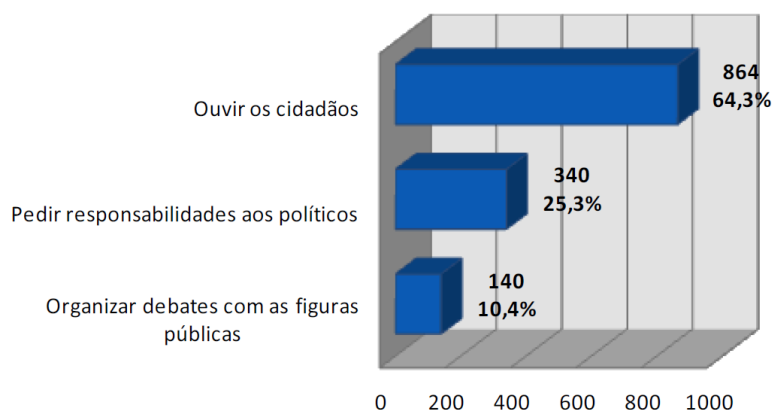
Em termos gerais, constatou-se uma distribuição assimétrica dos inquiridos pelas três opções de resposta. Observa-se um claro e expressivo domínio da terceira opção, que consistia na função clássica e primordial da prática jornalística em informar sobre os problemas da região com 49,3% das respostas. No entanto, deve-se ainda salientar que a ideia de um jornalismo que contribua, de certa forma, para a resolução dos problemas da região, foi enfatizada por uma considerável proporção dos inquiridos (12,6%).

Assim, a ideia de que o jornalismo deve intervir de forma activa na resolução dos problemas da comunidade, uma das concepções que no âmbito do jornalismo cívico mais reservas levanta, é entendida pelos leitores entrevistados como importante, com cerca de 38% das respostas dos inquiridos. Destacam-se ainda os 12,6% de inquiridos que admitem que a imprensa regional deveria ter como apanágio “denunciar problemas”, opção que se apresenta contudo como a menos consensual entre os inquiridos das diferentes publicações. Os assinantes de todos os jornais, com excepção do “Grande Porto” e “O Algarve”, definem como principal função “informar do que se passa”.

Nestes dois títulos a categoria modal encontra-se na função “Contribuir para a resolução dos problemas da região” (ver tabela LIV anexo X).

Ainda em relação às funções dos jornais, mas considerando como hipóteses “ouvir os cidadãos”, “pedir responsabilidades aos políticos” e “organizar debates com as figuras públicas”, verifica-se uma distribuição de dados assinalavelmente assimétrica, dado estarem concentrados aproximadamente 2/3 dos inquiridos na categoria “ouvir os cidadãos”, o que não deixa de ser bem significativo.

Gráfico 11 – Função dos jornais regionais de que os inquiridos são assinantes



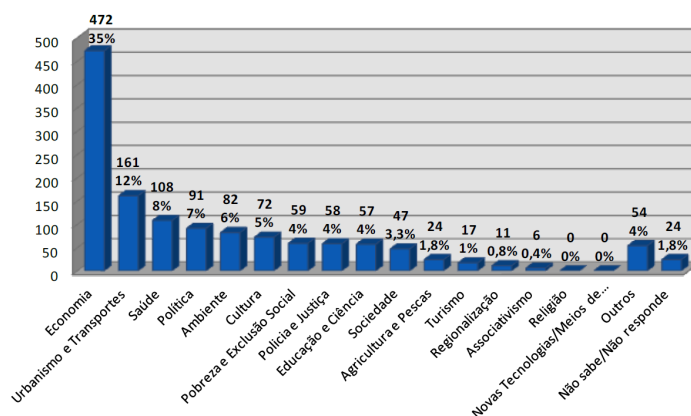
Esta categoria em particular, bem como a de “pedir responsabilidades aos políticos”, encontram-se em domínios que extravasam a concepção convencional ou tradicional da prática jornalística. Estas localizam-se no campo de novas e emergentes formas de jornalismo como o jornalismo participativo ou certas correntes do jornalismo público influenciado pelos comunitaristas, que privilegiam a ligação com a comunidade envolvente, de forma a promover a mútua cooperação. O que também é evidente na análise é o baixo valor registado pela segunda categoria, que consiste em “organizar debates com as figuras públicas” com 10,4%. Os assinantes dos jornais “Grande Porto”, “O Algarve” e “Jornal do Fundão” são os que detêm os menores registos, com

respetivamente 52,4%, 53,6% e 56% de inquiridos, na categoria que aponta para a função “ouvir os cidadãos” (ver tabela LV anexo X).

Quando questionados concretamente sobre se os jornais de que são assinantes cumprem essa função de contribuir para a resolução dos problemas, 68,8% dos entrevistados não têm dúvidas em afirmar que de facto isso acontece. No entanto, referem também que essa contribuição não se efectiva através de uma intervenção por parte do jornal que conduz posteriormente à resolução dos problemas, mas simplesmente através da denúncia dos problemas. A ideia de ouvir os cidadãos é precisamente um dos aspectos mais importantes do jornalismo público, mas também do próprio jornalismo regional, no sentido da proximidade que este tipo de imprensa tem com as comunidades e os cidadãos. É ainda interessante verificar que a perspectiva do jornalismo enquanto “cão de guarda” (*watchdog*), no sentido de vigiar o poder público e pedir responsabilidades aos políticos, surge como a segunda mais importante para os assinantes dos oito jornais.

Procurou-se, no seguimento da pesquisa, perceber quais as temáticas que os assinantes dos jornais consideram as mais importantes na comunidade onde estão inseridos, mas também de que forma as publicações em estudo dão atenção suficiente a essas temáticas em detrimento de outras.

Gráfico 12 – Qual o assunto mais importante da região?



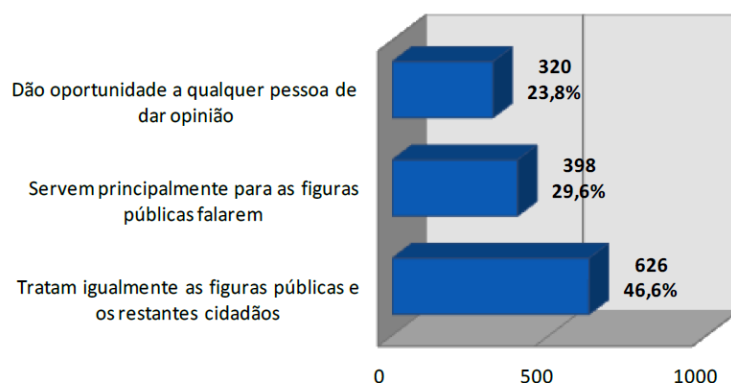
Os assinantes parecem entender que existe um assunto que é comum na preocupação das diferentes regiões e que tem a ver com as questões económicas. Já as questões do “Urbanismo e Transportes” surgem como a segunda temática considerada mais importante pelos leitores dos jornais, seguidas pelas questões da “Saúde”. Assiste-se ainda a uma distribuição das opiniões dos inquiridos pelas restantes temáticas, sem grande ênfase, no conjunto, para nenhuma delas, salientando-se apenas as questões do “Ambiente”, da “Política” ou da “Cultura”.

No entanto, o aspecto que mais se evidencia tem a ver com a indicação do desemprego, dentro das questões económicas, como o assunto considerado mais importante. As questões das acessibilidades são efectivamente muito indicadas pelos inquiridos como factores decisivos para o desenvolvimento das regiões, e a questão particular das portagens e do seu pagamento, uma questão que teve ampla cobertura mediática nos últimos tempos, marca também grande parte das respostas dos inquiridos nesta questão.

Considerando ainda os assuntos indicados pelos entrevistados como os mais importantes nas diferentes regiões, 62,9% dos inquiridos refere que o jornal de que é leitor dá atenção suficiente a esse assunto. Entre os 37,1% de inquiridos que consideram que o jornal que leem não apresenta uma cobertura mediática de acordo com os assuntos mais importantes nas diferentes regiões, destacam-se os assinantes (43,5%) do “Jornal do Centro” (ver tabela LVI anexo X).

Apesar de se manifestarem, no geral, satisfeitos com a cobertura temática dos jornais, 52% de inquiridos manifestam a sua opinião em relação aos assuntos que gostariam de ver abordados nos jornais e que consideram que não são tratados, ou pelo menos não de forma aprofundada e com a atenção que seria necessária. Tratam-se das questões da “Economia” (9%), da “Saúde” (5%) e do “Urbanismo e Transportes” (4%). Ainda com o objectivo de perceber quais os assuntos e as temáticas que os leitores dos jornais consideram mais importantes, colocou-se a questão numa perspectiva diferente, permitindo aos leitores que livremente expressassem a sua opinião sobre o que gostariam que os jornais abordassem nas reportagens que publicam regularmente nas suas edições. As respostas variam consoante os jornais e as regiões, como seria de esperar, mas pode-se salientar que a crise económica, as acessibilidades, a pobreza e a agricultura são algumas das temáticas onde se inserem os assuntos e os problemas assinalados pelos inquiridos.

Gráfico 13 – Os jornais de que são assinantes...



Numa terceira parte do estudo de opinião, incluíram-se um conjunto de questões que foram colocadas aos inquiridos de forma a obter informação sobre a forma como os próprios assinantes e/ou leitores percebem os seus jornais. Começou-se por procurar saber qual a opinião dos leitores relativamente à forma como os jornais tratam os cidadãos e os restantes grupos sociais no processo de construção noticiosa.

As respostas dos inquiridos consideram que os jornais em geral não privilegiam determinados segmentos, tratando igualmente cidadãos e figuras públicas, como se verifica na primeira barra do gráfico, com uns significativos 46,6%. Realce-se ainda que parte considerável dos leitores considera também que não existem limitações na possibilidade de dar opinião no jornal, é o caso de 29,6% dos inquiridos. A menor parcela dos inquiridos (23,8%) é aquela que indica que o tratamento noticioso por parte dos jornais apresenta uma tendência elitista.

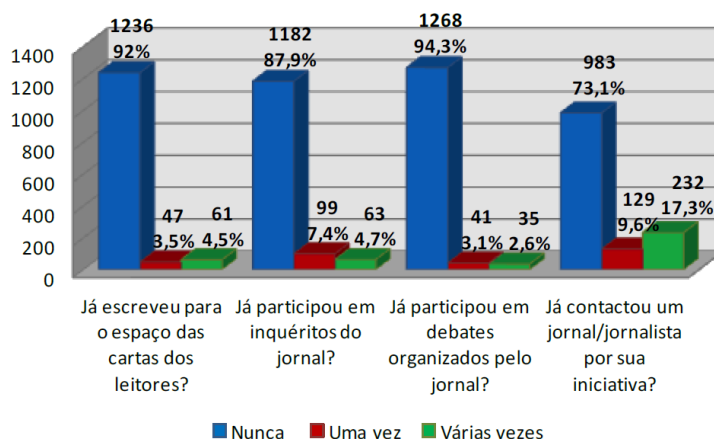
Os assinantes do jornal “Grande Porto” (66,7%) são aqueles que mais consideram que o jornal “trata igualmente as figuras públicas e os restantes cidadãos”, por oposição aos leitores do jornal “O Algarve” (28,6%) que afirmam que o jornal não trata de forma igual os diferentes grupos. Entre os inquiridos, são os do “Jornal do Fundão” os que menos consideram que o jornal “serve principalmente para as figuras públicas falarem” (18,8%), mas também aqueles que mais entendem que o jornal “dá oportunidade a qualquer

pessoa de dar opinião” (35,5%). Neste mesmo domínio destaca-se o jornal “O Algarve” com 33,9% dos inquiridos a considerarem uma tendência elitista no tratamento noticioso (ver tabela LVII anexo X).

Procurou-se também, com a inquirição, conhecer a opinião dos inquiridos em relação ao espaço que cada jornal concede às cartas dos leitores, um dos espaços mais importantes ao dispor dos cidadãos. Para os inquiridos, o espaço dedicado ao correio do leitor é adequado, concretizando-se em quase 3/4 dos inquiridos a manifestarem esta posição (71%). No entanto, deve-se realçar o facto de uma parte dos inquiridos fazer questão de salientar que é difícil fazer uma avaliação deste género, sem que seja conhecido o número de cartas que é recebido. Ou seja, os leitores expressaram a ideia que perante um volume maior de cartas recebidas, deveria ser dado mais espaço para a sua publicação. Por outro lado, para outros assinantes, o espaço dado é suficiente, até porque, na opinião destes, mais espaço podia contribuir para que esta rubrica se tornasse num aglomerado de textos sem sentido e sem interesse público. Entre os jornais cujos leitores consideram o espaço insuficiente destaca-se o “Região de Leiria” (30,5%) e o “Jornal do Centro” (30,4%) (ver tabela LVIII anexo X).

Considerando o espaço para as cartas dos leitores, mas também outras formas que os leitores têm ao seu dispor para participar, pode-se verificar que esta não é uma prática frequente entre os assinantes.

Gráfico 14 – Participação dos leitores no espaço das cartas dos leitores e outras iniciativas dos jornais

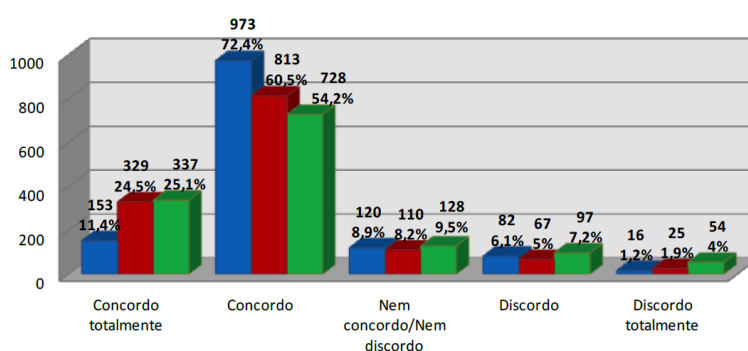


A participação dos leitores no espaço das cartas, mas também noutras iniciativas dos jornais, ou até mesmo analisando a iniciativa dos entrevistados em contactar o jornal ou os jornalistas, percebe-se claramente que a maioria dos inquiridos nunca o fez. Os dados evidenciam assim um significativo afastamento entre os leitores e os jornais.

Indagou-se também se e de que forma deviam os jornais dar mais espaço aos cidadãos. Existe bastante equilíbrio nesta questão, uma vez que se 47,8% dos leitores não considera ser necessário dar mais espaço, no extremo oposto 52,2% dos inquiridos defendem que os jornais deviam dar mais espaço aos cidadãos. Essa necessidade de mais espaço pode ser conseguida de diferentes formas, e nesse sentido, as sugestões dos leitores variam bastante, mas vão sobretudo no sentido de um aumento do número de cartas incluídas em cada edição dos jornais e de um aumento do número de páginas nessas rubricas dedicadas especialmente ao leitor. Outros, por sua vez, enfatizam a construção noticiosa e a necessidade de ouvir mais os cidadãos enquanto vozes da sociedade civil que conhecem a realidade e os problemas. No fundo, o que os leitores sugerem é uma mudança nos enquadramentos e um aumento do pluralismo.

Questionaram-se também os leitores/assinantes em relação a um conjunto de situações que tem como objectivo aproximar os cidadãos dos problemas das comunidades, da vida pública, no fundo, potenciar a capacidade de deliberação da cidadania.

Gráfico 15 – Qual a sua opinião em relação às seguintes afirmações...



As três premissas apresentadas reflectem as dinâmicas e fontes de onde emanam interesses de grupos em simbiose com os interesses comunitários que, juntos, deverão criar uma plataforma de reconhecimento e identificação das prioridades locais e regionais. Os inquiridos manifestam um vasto grau de concordância com as afirmações propostas e portanto consideram que é importante a participação dos cidadãos na discussão dos assuntos através dos jornais, e nesse mesmo sentido, a existência de locais onde os cidadãos e os políticos debatam os assuntos frente-a-frente. Diríamos assim que existe uma clara percepção por parte dos leitores em relação à importância do debate público e do exercício de uma cidadania activa no contexto do espaço público local e regional.

3.4.2 O desenvolvimento de trabalhos jornalísticos em função da “agenda dos cidadãos”

Depois de identificados os temas considerados prioritários pelos públicos e pelas comunidades em que estão inseridos, os jornais deviam desenvolver trabalhos jornalísticos em função desses temas, seguindo uma das práticas mais

adoptadas pelos projectos de jornalismo público. Assim, com base nos resultados da primeira inquirição apresentaram-se aos jornais um conjunto de propostas que estes deviam adoptar durante o “período experimental”.

Na primeira edição do “período de experimentação” sugeria-se que os jornais utilizassem o logo identificativo do projecto na primeira página, e que o editorial dessa edição reflectisse a parceria estabelecida com a Universidade da Beira Interior e o projeto “Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos *media* portugueses”. Nas edições seguintes, e até ao final do período indicado, sugeria-se que o logo identificativo do projecto constasse na primeira página das respectivas publicações.

Como forma de responder às solicitações dos leitores no sentido de os jornais darem mais espaço aos cidadãos, nomeadamente em relação às temáticas abordadas, o tratamento noticioso devia sempre que possível privilegiar o aprofundamento e contextualização dos assuntos. Os jornais deviam ainda procurar responder às solicitações dos leitores no sentido de uma informação mais plural, que ouvisse mais os cidadãos oriundos da sociedade civil. Inquéritos de rua e entrevistas ao cidadão comum foram igualmente solicitadas pelos leitores, e nesse sentido sugeria-se que esta fosse uma prática tida em conta pelos jornais.

No seguimento deste esforço por uma informação mais contextualizada, as reportagens emergiram como o género jornalístico por excelência. Assim, e de acordo com aquilo que foram as diversas sugestões dos leitores, propunha-se que cada jornal produzisse semanalmente uma reportagem sobre um tema importante para a comunidade.

Outros dos aspectos mais indicados pelos assinantes dizia respeito ao espaço das cartas dos leitores. Na linha do que tem sido enfatizado, também neste ponto se propunha um aumento do número de cartas publicadas em cada edição do jornal. Para que esta sugestão fosse alcançada, e tendo em conta os dados da inquirição por telefone, que revelavam um défice de participação no espaço das cartas dos leitores pelos inquiridos, os jornais deveriam incentivar a participação dos leitores.

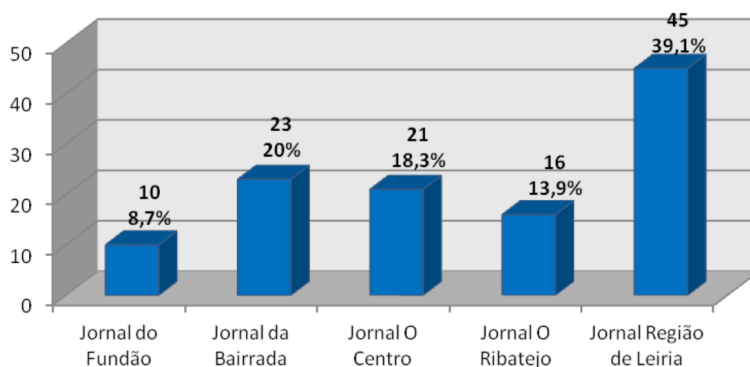
Ainda no mesmo sentido, durante o “período de experimentação” as publicações deveriam organizar iniciativas abertas à sociedade civil: simularem um projecto de construção de um orçamento participativo; promoverem um director de uma associação da sociedade civil a director do jornal durante um dia; organizarem um fórum, colocando frente-a-frente cidadãos e políticos

locais, para discutir os problemas identificados pelos leitores como os mais importantes.

Este conjunto de aspectos constituíram a proposta do projecto entregue aos directores, juntamente com um relatório onde constavam todos os dados obtidos durante o primeiro momento de inquirição. Com base nestes documentos e num período definido conjuntamente, esperava-se que os jornais procedessem à inclusão de sugestões, temas e observações.

Devido a vários constrangimentos verificaram-se atrasos por parte de alguns jornais no arranque dos procedimentos solicitados, o que implicou que o período fosse reformulado. Tendo em conta que três títulos iniciaram este período de acordo com o que foi previamente estabelecido, manteve-se a data inicial (semana 15/21 de Maio) alterando-se apenas o encerramento do período. Assim, este foi alargado até à semana de 23/29 de Outubro 2011, com o objetivo de permitir que no decorrer da investigação existisse um período comum no qual todos os jornais procedessem a alterações.

Gráfico 16 – Distribuição dos trabalhos desenvolvidos por jornal



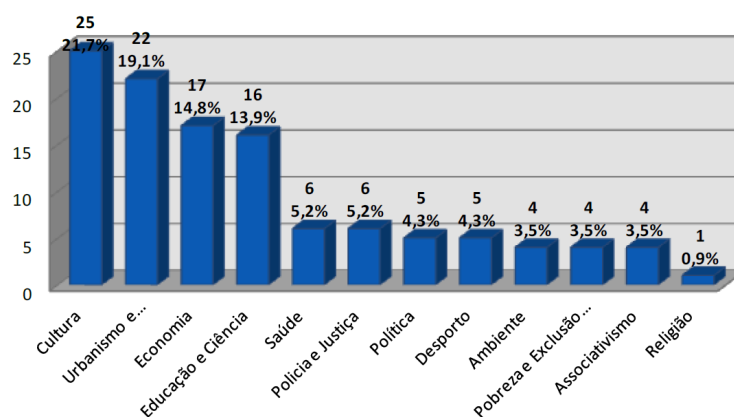
Durante oito semanas, todos os jornais procederam então às alterações ainda que com níveis de empenhamento diferentes. Destacam-se neste contexto, para além do número de peças, o aumento de páginas das edições do “Jornal do Centro” e do “Jornal da Bairrada”, seguindo uma das sugestões dos leitores. Para além destas mudanças, deve-se salientar que todas as pu-

blicações nesta fase procederam a mudanças nos seus espaços de “inquéritos” ou “perguntas da semana”, tendo cada um destes sido subordinado às questões que os leitores identificaram como as mais preocupantes para cada uma das regiões.

De igual forma, o espaço para o “correio do leitor” foi alvo de intervenção por parte de todos os jornais, seja com o aumento do número de cartas ou apenas com o aumento da sua extensão. Em alguns casos, como o “Jornal do Centro”, verificou-se ainda, na sequência das sugestões, a publicação de espaços, de desporto ou passatempos, que tinham sido reduzidos ou mesmo desaparecido.

Para além destes aspectos menos quantificáveis, os jornais seguiram algumas das sugestões deixadas pelos leitores aquando da primeira inquirição, nomeadamente no que diz respeito às temáticas tratadas. Nesta breve análise dos conteúdos publicados foram identificadas as temáticas de cada uma das peças, indo a categorização utilizada ao encontro daquela empregue na análise de conteúdo inicial.

Gráfico 17 – Distribuição dos trabalhos desenvolvidos por tema



O estudo permite observar quais as temáticas privilegiadas pelos jornais nos trabalhos desenvolvidos. Destacam-se quatro temáticas como aquelas que foram mais tratadas: “Cultura”, “Urbanismo e Transportes”, “Economia” e

“Educação e Ciência”. Neste contexto das temáticas mais abordadas é interessante verificar como a “Cultura” surge em primeiro lugar, uma vez que esta temática foi identificada, durante a análise de conteúdo inicial, como a mais abordada. Por outro lado, esta não foi uma das temáticas mais solicitadas pelos leitores na primeira inquirição, ao contrário dos temas da esfera do “Urbanismo e Transportes” que 161 inquiridos (12% de um total de 1344) consideraram como o mais importante da região e gostavam de ver abordada. A “Economia”, que surge como a terceira temática mais presente nos trabalhos desenvolvidos durante o período experimental, corresponde efetivamente aquela que os leitores assinalam como a mais importante, 472 respostas, no decorrer da primeira inquirição (35% de um total de 1344).

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do tema da “Cultura” resultam sobretudo das opções do jornal “Região de Leiria” e do “Jornal do Centro”. Já quanto à temática do “Urbanismo e Transportes” os destaques vão para o “Jornal da Bairrada” e para o “Região de Leiria”. Por fim, a temática da “Economia”, que surge em terceiro lugar no número de trabalhos desenvolvidos durante o período experimental, é privilegiada pelo jornal “Região de Leiria” (ver gráfico I anexo X).

Para que se compreenda, na plenitude, a lógica de escolha das temáticas por cada jornal é necessário estabelecer o cruzamento em relação aos géneros distinguidos para o tratamento de cada tema. Nesse sentido, importa em primeiro lugar conhecer a distribuição do total de peças por géneros jornalísticos.

Centrando a atenção nos dados relativos à distribuição das peças por géneros informativos, pode-se aferir dos elevados valores atingidos pela categoria das “notícias” em claro antagonismo com as suas congéneres “breves”, que respetivamente quantificam-se em 54,5% e 1,8%. Esta disparidade de valores ganha especial relevo teórico/analítico se comparada com a distribuição de dados resultantes da análise de conteúdo desenvolvida numa fase inicial do projecto, onde as breves dominavam (1537 peças eram breves e representavam 42,7% das 3602 peças analisadas).

Dentro dos géneros informativos destacam-se as categorias “entrevistas” e “reportagens” que atingiram respetivamente 8,9% e 34,8%, superando os dados obtidos na análise de conteúdo (foram analisadas 108 entrevistas, 3% das 3602 peças analisadas; e 48 reportagens, 1,3% das 3602 peças analisadas). De acordo com estes dados pareceu existir um incremento dos trabalhos jor-

nalísticos, no domínio informativo, em que é necessário maior poder analítico e jornalístico por parte do profissional do jornalismo.

Já o segundo cruzamento, entre géneros, temáticas e jornais, prendeu-se com o saber de que formas foram tratadas as temáticas que se identificaram nesta análise com maior número de peças: “Cultura”, “Urbanismo e Transportes” e “Economia”. Assim, percebeu-se que a temática privilegiada pelos jornais, a “Cultura”, foi sobretudo trabalhada no âmbito de reportagens (13, 36% do total das peças sobre “Cultura”). Os temas do “Urbanismo e Transportes” e “Educação e Ciência” surgiram de seguida como aqueles mais trabalhados através de reportagens (7, 31,8% do total das peças sobre “Urbanismo e Transportes”; e 50% do total das peças sobre “Educação e Ciência”, respetivamente). Por outro lado e neste contexto dos géneros e dos temas, as notícias enquanto género informativo foram sobretudo utilizadas para tratar as questões do “Urbanismo e Transportes” (13, 59,1% do total das peças sobre “Urbanismo e Transportes”) e da “Economia” (12, 75% do total das peças sobre “Economia”) (ver tabela LXI anexo X).

Outro aspecto que foi alvo de análise está relacionado com o tratamento das peças, nomeadamente no que diz respeito ao papel das personagens ou actores. Assim, os actores foram analisados tendo em conta o seu protagonismo nas peças, ou seja, se são referidos e portanto apenas mencionados, ou se por outro lado são citados, com recurso ao discurso directo ou através de declarações que lhes são atribuídas. É ainda considerada uma hipótese em que as duas modalidades são adoptadas.

Tabela 9 – Distribuição das peças por papel dos actores

Referência	Frequência	Frequência	Frequência
		absoluta (%)	acumulada (%)
Actores referidos	10	9,2	9,2
Actores citados	12	11,0	20,2
Actores referidos e citados	87	79,8	100,0
Total	109	100,0	

Na linha do que já anteriormente se tinha referido, também nesta variável em particular a distribuição empírica consubstancia-se de uma forma vinca-

damente assimétrica. Sublinha-se assim o facto de 79,8% das peças terem os seus actores referidos e citados.

Procurou-se ainda avaliar se uma das marcas do jornalismo local e regional, uma agenda caracterizada pela ligação às elites locais, económicas, culturais, mas sobretudo políticas, se mantinha. Indagou-se assim sobre a possibilidade de uma mudança na agenda dos meios de comunicação, menos centrada em figuras como os representantes autárquicos e os demais membros dos organismos do aparelho estatal.

Neste sentido, procedeu-se a uma análise, recorrendo a uma categorização com base em três grandes grupos de actores, de forma a atribuir maior competência e objectividade à operacionalização desta questão em particular. Assim, foram definidas três tipologias: “representante institucional”, “cidadão” ou “ambos”. Desta distinção tripartida resulta uma espécie de escala gradativa, onde se posicionam, num dos extremos, os “representantes institucionais”, isto é, actores que ao longo ou em algum momento do tratamento jornalístico são apresentados como sendo elementos pertencentes a uma entidade ou instituição ligada ao Estado; por outro lado, nos antípodas desta categorização, encontra-se a categoria “cidadão”, associada a um âmbito estritamente individual e afastado de qualquer posição relacionada com o Estado. No sentido de tornar a operacionalização mais flexível, perante situações em que a formulação jornalística engloba as duas tipologias já enunciadas, foi também constituída uma categoria, atribuindo-se-lhe a designação “ambas”.

Tabela 10 – Distribuição das peças por papel e tipos de personagens/atores

Papel	Personagens/actores			Total
	Representante institucional	Cidadão	Ambos	
Actores referidos	4	4	2	10
	7,5%	18,2%	5,9%	9,2%
Actores citados	12	0	0	12
	22,6%	0%	0%	11,0%
Actores referidos e citados	37	18	32	87
	69,8%	81,8%	94,1%	79,8%
Total	53	22	34	109
	100%	100%	100%	100%

No que toca à distribuição empírica dos dados, a ênfase coloca-se no facto de quase metade das peças jornalísticas analisadas terem um ou vários “representantes institucionais”. A segunda categoria com maior representatividade é aquela que agrupa os trabalhos jornalísticos com personagens/actores que incluem tanto “representantes institucionais”, bem como “cidadãos”. Por fim encontra-se a categoria que reúne as peças que identificam apenas “cidadãos”.

No cômputo geral pode-se frisar a clara preponderância do uso que é feito, por parte dos jornalistas, de actores oriundos e/ou representantes de instituições, que proporcionalmente representam quase metade dos trabalhos analisados. Estes dados remetem assim para uma tendência já anteriormente identificada, segundo a qual o agendamento realizado pelas cinco publicações regionais em estudo passa essencialmente pela ênfase nas instituições e quem as representa na esfera pública. Neste contexto é ainda interessante perceber de que forma os dados em relação aos actores se distribuem no que diz respeito ao papel que estes podem desempenhar em cada uma das peças, ou seja, se são apenas referidos ou directamente citados.

Com efeito, das 12 peças que utilizam exclusivamente citações, nenhuma o faz referindo-se a “cidadãos” ou à categoria “ambos”, o que remete exclusivamente para os “representantes institucionais”. Com base nestes dados, pode-se considerar a existência de fortes indícios que apontam para um tratamento jornalístico distinto dos diferentes actores. Assim, interessa também perceber quais os actores privilegiados em cada uma das temáticas.

Como se verificou anteriormente, a “Cultura” reuniu o maior número de trabalhos desenvolvidos pelos jornais durante o período experimental. Estes trabalhos, no que diz respeito aos actores, privilegiam os representantes institucionais, uma vez que em onze peças, estes são os únicos intervenientes e em sete trabalhos surgem juntamente com cidadãos. Em apenas sete trabalhos os cidadãos são os protagonistas das peças nesta mesma temática. A temática do “Urbanismo e Transportes”, a segunda com maior número de trabalhos analisados nesta fase, apresenta um tratamento diferente, com um equilíbrio entre cidadãos e representantes institucionais em dez peças, face aos nove trabalhos apenas com representantes institucionais e às três peças apenas com cidadãos. Por fim, os temas económicos, também privilegiados neste período pelos jornais, são claramente tratados com o recurso aos representantes institucionais (nove peças com estes actores, face aos dois trabalhos apenas com cidadãos e quatro com uma perspetiva mista) (ver tabela LXII anexo X).

Importava também considerar como os actores privilegiados são tratados no âmbito de cada uma das temáticas. Contudo, neste campo em particular, verifica-se que as três temáticas mais trabalhadas recorrem a um tratamento semelhante com os actores a serem maioritariamente referidos e citados (ver tabela LXIII anexo X).

Um outro aspecto relevante no tratamento jornalístico diz respeito ao próprio tamanho das peças jornalísticas produzidas. Estabeleceram-se seis categorias, de forma a obter-se uma variável intervalar, dado o carácter contínuo da sua escala de mensuração. Em relação a esta análise observa-se a proeminência de uma categoria, aquela que agrupa os trabalhos jornalísticos com sete ou mais parágrafos, reunindo deste modo, cerca de 60,7% desta. Estes dados revelam que a prática jornalística, pelo menos da amostra recolhida, se processa num campo analítico mais aprofundado, em detrimento da componente descritiva que caracterizava o conjunto de peças predominantes na primeira análise efectuada.

Tabela 11 – Distribuição das peças por extensão em parágrafos e tipos de personagens/actores

Extensão em parágrafos	Personagens/actores			Total
	Representante institucional	Cidadão	Ambos	
[1] parágrafo	1 1,9%	0 0%	0 0%	1 9%
[1-3] parágrafos	1 1,9%	1 4,5%	1 2,9%	3 2,7%
[3-4] parágrafos	8 14,8%	4 18,2%	6 17,6%	18 16,4%
[4-6] parágrafos	7 13,0%	6 27,3%	7 20,6%	20 18,2%
>6 parágrafos	35 64,8%	11 50,0%	20 58,8%	66 60,02%
Não aplicável	2 3,7%	0 0%	0 0%	2 1,8%
Total	54 100,0%	22 100,0%	34 100,0%	110 100,0%

Nesta linha de raciocínio, centrando a atenção nos dados relativos às peças com sete ou mais parágrafos, parte-se do pressuposto que a uma maior extensão noticiosa, corresponde um maior e mais complexo discurso jornalístico acerca de um dado facto. Para este maior/menor desenvolvimento analítico de certa forma poderá contribuir a necessidade de contemplar um maior número de personagens/actores. Neste campo, importa não olhar analiticamente para a quantidade de actores, mas fazê-lo em torno do eixo analítico da qualidade com que estes são apresentados.

Com efeito, verifica-se na distribuição empírica dos dados que é nas categorias que conciliam a dupla condição de peça jornalística com sete ou mais parágrafos e os actores serem exclusivamente representantes institucionais, que se encontra o maior número de casos, 35, o que em termos relativos corresponde a 64,8% das peças.

Numa perspectiva de análise diferente, considerando a coluna respeitante à categoria das peças que têm unicamente cidadãos, verifica-se que a categoria modal se localiza nos trabalhos jornalísticos que têm sete ou mais parágrafos. Contudo, esta atinge apenas 50% de peças (11 casos), o que é substancialmente inferior às restantes categorias, que têm representantes/actores de instituições. Deste modo, começam-se a captar indícios vitais de um enquadramento e de uma construção temática (agenda) que privilegia as elites sociais, mormente os representantes autárquicos, associativos e culturais, gozam de uma maior visibilidade e notoriedade no espaço público local e regional.

A visibilidade mediática e o agendamento também foram tidos em conta. A capa de um jornal assume um papel primordial, enquanto componente visual, mas também informativa. O simples acto de inserir uma menção a determinado acontecimento na primeira página, seja ela na forma de “manchete” ou “chamada”, constitui-se como um acto no qual se encontra de forma manifesta uma intenção de dar destaque a um assunto ou problema. No que toca à amostra que dá suporte empírico à presente análise, poder-se-á constatar que existiu uma considerável preocupação editorial, dado que das 115 peças analisadas, 73,7%, têm chamada de primeira página (ver tabela LXIV anexo X). Desta forma, as peças analisadas no âmbito do período em que as publicações introduziram algumas das sugestões realizadas pelos leitores, é incontornavelmente marcada pelo substancial valor de peças que contemplam “manchete com foto” (30 peças, 35,7%).

Neste ponto em particular, vale a pena estabelecer uma comparação analítica com os dados da análise de conteúdo que precedeu esta fase e onde se compilaram 3602 peças, das quais apenas 10,6 (382) tinham algum tipo de chamada à primeira página. De acordo com as circunstâncias descritas e que presidem à realização de cada uma das análises de conteúdo, cada uma delas com objectivos distintos, não é portanto de estranhar que as peças analisadas, referentes ao período experimental, se caracterizem por “manchetes” e “chamadas” com fotografia, com respectivamente 35,7% e 23,8%. Finalmente, um breve destaque para as designadas “chamadas título” que atingem a marca dos 33,3%.

No presente contexto, importa também perceber qual a tipologia de actores com maior acesso a este tipo de mecanismo de visibilidade. Atendendo aos dados pode-se enfatizar, desde logo como nota dominante, a prevalência de actores oriundos de instituições, que comparativamente aos categorizados como “cidadãos” ocupam claramente com maior frequência a primeira página dos jornais analisados. Este facto estatisticamente observável surge na linha de outros dados, já anteriormente tratados, nos quais existe uma linha de continuidade que corrobora a ideia de que os actores oriundos de instituições e organismos têm tendencialmente maior espaço mediático local/regional, resultando num aprofundamento das possibilidades de visibilidade.

Neste ponto e ainda em relação às chamadas à primeira página importa referir também que as três temáticas privilegiadas pelos jornais nesta fase de desenvolvimento dos trabalhos jornalísticos são chamadas à primeira página de diferentes formas e portanto são lhes conferidos destaques diferentes. Se as peças sobre a temática da “Cultura” aparecem na primeira página sobretudo através de “manchetes com fotos” (9 peças), já os assuntos sobre o “Urbanismo e os Transportes” aparecem apenas através de “chamadas com foto” (6 peças). Os trabalhos sobre a “Economia” por sua vez são aqueles em que os jornais menos recorrem a imagens ou fotos, utilizando sobretudo as “chamadas-título” (5 peças).

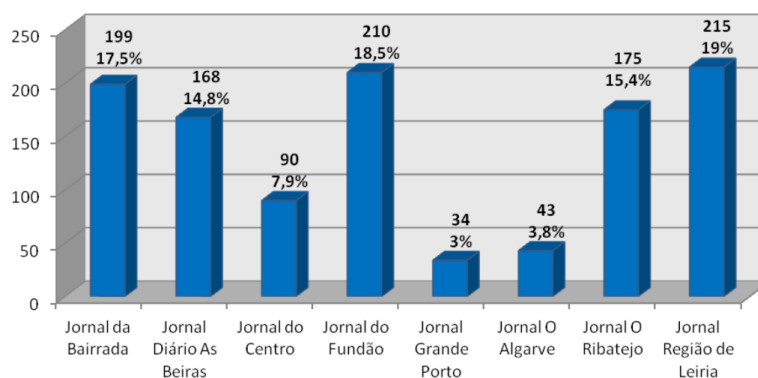
3.4.3 A agenda ditada pelos interesses dos cidadãos e os trabalhos jornalísticos: a percepção dos leitores

Conhecidas as sugestões e os temas detectados como prioritários pelos públicos, mas também os trabalhos desenvolvidos pelos jornais em função dessas

sugestões, apresentam-se neste ponto os resultados da segunda inquirição, na qual se procurou obter a opinião e percepção dos leitores/assinantes dos jornais.

Assim, neste momento de inquirição foram considerados oito jornais, pese embora o facto, já explicitado anteriormente, de em três deles não terem existido quaisquer tipos de alterações e funcionarem portanto, enquanto grupo de controlo. Como também já se referiu não foi possível inquirir o mesmo número de leitores e nesse sentido obtiveram-se respostas de apenas 1134 assinantes.

Gráfico 18 – Distribuição dos inquiridos por jornais na segunda inquirição



Considerando apenas a distribuição dos leitores por jornal na segunda inquirição, identificam-se os jornais cujos leitores/assinantes mais responderam, destacando-se o “Região de Leiria” e o “Jornal do Fundão”.

Tendo em conta os números de inquiridos nos dois momentos do estudo de opinião, bem como as taxas de resposta neste segundo momento, de seguida procedeu-se à mesma caracterização realizada na primeira inquirição, nomeadamente no que diz respeito aos hábitos de leitura de jornais dos inquiridos.

No que se refere aos hábitos de leitura, poder-se-ia dizer que a tendência, no plano longitudinal, é de não existir grande variação nas respostas entre os dois momentos de inquirição. Estes dados surgem na linha de uma questão colocada previamente e na qual se pretendia saber se os inquiridos tinham, por um qualquer motivo, deixado de ler os jornais, ou até mesmo cancelado a sua assinatura. Os resultados são claros, e 99,6% dos inquiridos continuam a ser leitores e assinantes dos jornais. Apenas 0,4% dos inquiridos deixou de ler o jornal e cancelou a sua respectiva assinatura.

O grupo de questões seguintes confrontou os inquiridos acerca da percepção em relação às mudanças no jornal e a partir da resposta a esta questão apresentava múltiplas possibilidades, com vários aspectos onde poderiam ter sido percepcionadas as alterações. Nesta linha de raciocínio pode-se constatar a existência de uma maioria, que contabiliza 54,1% dos inquiridos, em termos absolutos 614, que afirmam não ter observado qualquer alteração na linha e tratamento editorial das publicações de que são assinantes. Já 45,9% dos inquiridos (520), referem ter identificado alterações ao longo do período de vigência da experimentação.

Entre os jornais, a maior percentagem de inquiridos a detectar alterações encontra-se no jornal “Região de Leiria” (58,1%), seguido de perto pelo jornal “O Ribatejo” (57,1%). Os leitores que menos verificaram mudanças foram os dos títulos “Jornal do Fundão” (72,9%), “Jornal da Bairrada” (62,8%) e “Jornal do Centro” (54,4%) (ver tabela LXV anexo X).

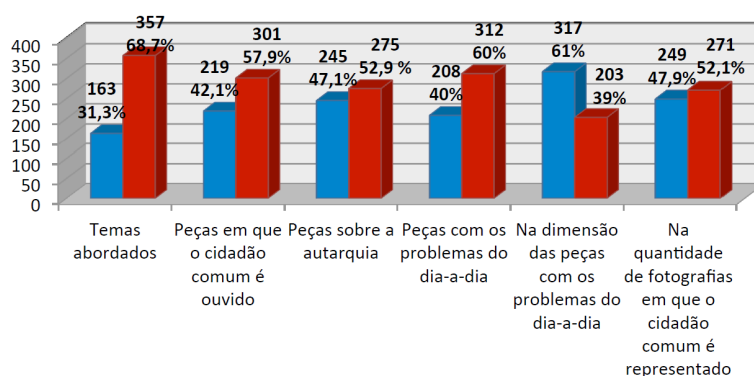
Assim, após a constatação do número de inquiridos que detectou algum tipo de alterações editoriais (45,9%), emerge a necessidade de contemplar na análise a componente qualitativa ou, por outras palavras, a avaliação dos inquiridos em relação às mudanças: “positivas” ou “negativas”.

Com base nos dados recolhidos, surge a necessidade de afirmar com um elevado grau de probabilidade que a percepção entre os inquiridos que identificaram mudanças, é claramente positiva (88,1%), sendo uma minoria (11,9%) de inquiridos a considerarem que as alterações introduzidas têm carácter negativo. Este domínio avassalador das apreciações positivas, quer pela sua expressividade numérica, quer pela importância que tem per si no contexto mais amplo da presente análise, assume enorme relevo teórico e analítico. Neste contexto, é interessante verificar que entre as três publicações que não procederam a qualquer alteração durante o período experimental, apenas numa, “Grande Porto”, os respectivos inquiridos afirmam maioritariamente (79,4%)

não ter identificado qualquer mudança. Este facto contradiz claramente as duas restantes publicações que fazem parte do grupo de controlo, o jornal “O Algarve” e o “Diário As Beiras”, onde apenas 39,5% e 46,4% respectivamente afirmam não ter havido neste período alterações. Esta constatação é relevante sobretudo pelas alterações que não foram introduzidas nos jornais no âmbito do projecto, apesar de os leitores detectarem mudanças. Contudo, efectuaram alterações fora do campo de acção do projecto (ver tabela LXVI anexo X).

Feita a avaliação quanto às mudanças detectadas, bem como à sua qualidade, importava aprofundar e concretizar a análise, nomeadamente percebendo em que aspectos tinham sido verificadas alterações. Ora, a questão era constituída por vários indicadores que apontavam para diferentes dimensões do processo noticioso, desde temáticas, passando pela extensão das peças e acompanhamento fotográfico, até aos actores privilegiados.

Gráfico 19 – Registo de mudanças pelos leitores em diferentes dimensões do processo noticioso



Numa primeira e genérica abordagem constatar-se-á que em apenas um dos itens, “na dimensão das peças com os problemas do dia-a-dia”, temos uma maioria de inquiridos, 61%, que não identifica mudanças desta índole. Nos restantes aspectos, a maioria das respostas dos leitores indica a percepção de alterações.

A dimensão “temas abordados” foi assim aquela que apresentou a distribuição mais expressiva, com maior número de inquiridos a declarar que efectivamente detectou mudanças. Neste aspecto, 68,7% dos inquiridos considerou que existiram mudanças. Os assinantes e/ou leitores do “Jornal da Bairrada” foram os que, considerando as seis dimensões, identificaram maior número de mudanças. Seguem-se o “Jornal do Centro”, o “Jornal do Fundão” e o “Região de Leiria” (ver tabela LXVII anexo X).

Observando dados em relação ao tema que mais preocupa os cidadãos, sobressai desde logo a assimétrica distribuição pelos diferentes temas. Verifica-se um “avassalador” domínio ao nível das diferentes frequências, quer absolutas, quer relativas, na temática económica (56,1% dos inquiridos), que contempla questões relacionadas com o salário, emprego, desemprego, recessão, entre outros. Parece assim evidente que num contexto de crescente degradação económica e financeira, quer a nível nacional, mas também internacional, os actores ao nível local e regional revelam a sua sensibilidade e consciencialização em relação a estas. As questões relacionadas com o “Urbanismo e Transportes” surgem como o segundo tema que agrupa maior número de resposta dos inquiridos (7,8%) (ver tabela LXVIII anexo X).

As duas temáticas já referidas dominam assim as escolhas dos leitores ao longo deste estudo de opinião, verificando-se ainda um acentuar da diferença em relação à importância das questões económicas, comparativamente com as do “Urbanismo e Transportes”. Dentro destas destaca-se nesta segunda inquirição a identificação concreta de alguns problemas, como a questão das portagens nas antigas SCUTS e o desemprego.

A escolha da “Economia” como temática mais importante é sobretudo uma escolha dos leitores do “Jornal do Fundão” (137), “Região de Leiria” (130) e “O Ribatejo” (97). Por sua vez, as questões relacionadas com o “Urbanismo e os Transportes” são sobretudo uma preocupação dos leitores do “Jornal do Fundão” (29), “Região de Leiria” (16) e “Diário As Beiras” (11) (ver tabela LXIX anexo X).

Procurou-se de seguida saber se os leitores consideram que os jornais de que são assinantes dão atenção suficiente aos assuntos indicados como os mais importantes. Entre os 709 leitores (62,5%) que consideram que o jornal dá atenção suficiente aos assuntos escolhidos, destacam-se os do “Jornal do Fundão” (139), do “Jornal da Bairrada” (128) e do “Região de Leiria” (123). Já os inquiridos menos satisfeitos com o tratamento dado pelo jornal ao tema es-

colhido como o mais importante, encontram-se no jornal “Região de Leiria” (92) e no jornal “O Ribatejo” (75) (ver tabela LXX anexo X).

Verificou-se que de entre os 709 inquiridos que referem que o jornal de que são assinantes dá atenção à temática indicada, apenas 46,7% observaram substanciais alterações no tratamento jornalístico, nos últimos seis meses, a respeito da temática eleita. Estes valores surgem na mesma linha de corroboração dos resultados obtidos por intermédio da realização da análise dos trabalhos desenvolvidos pelos jornais, em que foram identificadas 17 peças que tinham como temática principal a economia, numa população de 115 trabalhos analisados. Para além destas, existem mais 8 trabalhos que registam a economia como subtema, perfazendo um total de 25 trabalhos sobre esta temática, o que ainda assim fica aquém das expectativas dos leitores.

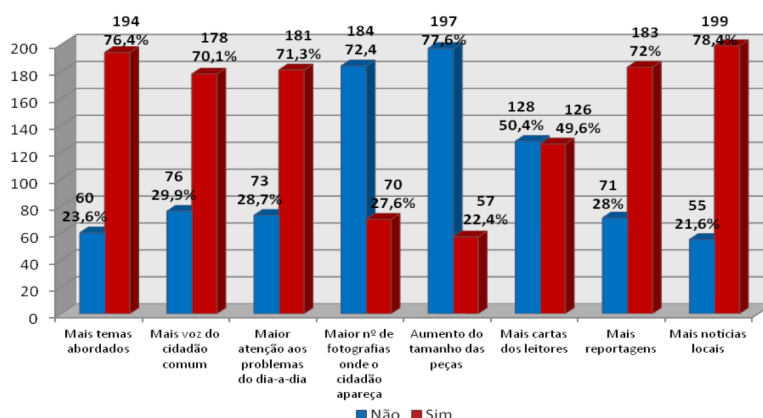
Uma outra forma de analisar a presente problemática passa pela questão de saber que assuntos e temas os assinantes/leitores consideram importantes e aos quais o jornal não dá atenção. Esta questão, tendo a particularidade de confrontar os inquiridos acerca da possibilidade de inclusão, por parte dos jornais, de algum tema ou problema, acarreta também a possibilidade de os inquiridos se manifestarem em relação ao tratamento temático do próprio jornal. Nesta perspectiva começa por se sublinhar a proeminência da categoria que agrupa os inquiridos que afirmam não saber/não responder com 38,6%. De igual forma, se considerarmos os dados relativos à opção “Outros”, que representam 25% das respostas (ver tabela LXXI anexo X), pode-se considerar que existe um alargado conjunto de inquiridos que se manifesta satisfeito relativamente ao tratamento que é realizado pela publicação de que é leitor.

O estudo permitiu ainda observar que 50,8% dos inquiridos afirmaram que não viu as temáticas que pretendia serem abordadas nos jornais, e os restantes 49,2% a revelarem que houve lugar à publicação de trabalhos jornalísticos, ao longo do período experimental, que se inseriam dentro dos seus interesses e preocupações particulares. De forma a clarificar as respostas a esta questão, de seguida foi solicitado aos inquiridos que propusessem alterações aos jornais, partindo do pressuposto que tinham essa oportunidade.

Verificou-se que aproximadamente e apenas 1/5 (22,4%) dos inquiridos manifesta predisposição para proceder a alguma alteração no jornal de que é assinante e/ou leitor. De acordo com estes dados parecem existir indícios de uma baixa propensão dos leitores para participarem no jornal, mesmo que se trate apenas de sugerir algumas alterações nos seus conteúdos. Contudo,

nenhuma interpretação pode ser considerada definitiva. Confrontaram-se por isso os inquiridos com a necessidade destes especificarem que tipo de alterações, proporião.

Gráfico 20 – Alterações que os leitores introduziriam nos jornais



Entre as oito dimensões colocadas à avaliação dos leitores, numa primeira abordagem genérica, constata-se que em apenas três a distribuição de dados do lado negativo é superior ao positivo, ainda que em proporções bem distintas. Assim, de forma bem vincada, os actores inquiridos dos diferentes jornais afirmam-se satisfeitos, se assim se podem entender as respostas negativas, quando confrontados com a possibilidade de aumentarem o tamanho das peças (77,6%) e aumentarem o número de fotografias com presença de cidadãos (72,4%). Ainda dentro dos aspectos que os leitores não alterariam encontram-se as cartas dos leitores, se bem que nesta dimensão em particular os leitores se encontram divididos, com 50,4% a afirmar que não proporia um aumento do número de cartas, face aos 49,6% que referem que aumentariam esse tipo de participação por parte dos leitores.

Já os restantes aspectos apresentam proporções nas respectivas distribuições algo similares. Assim, a opção que afirma a vontade de mudança nestas cinco dimensões anda na casa dos 70%, o que se constitui em termos gerais como uma grande predisposição e vontade de ver alterações nos mais diversos registos nas diferentes publicações.



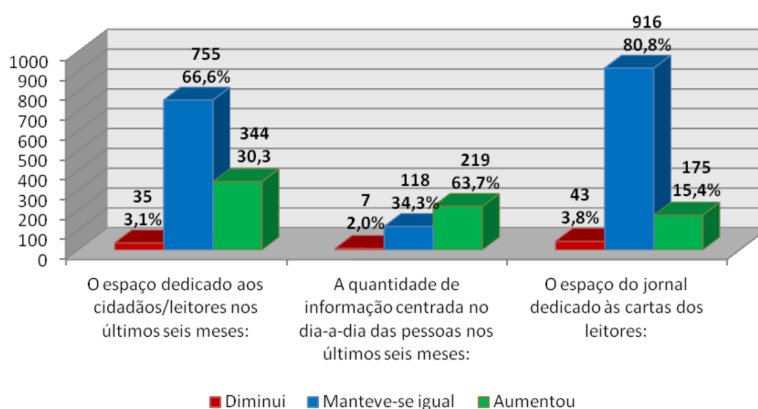
O estudo permitiu também observar, de forma esquemática, a distribuição dos dados ao longo de um conjunto de questões que procura avaliar em que tipo de trabalhos jornalísticos em particular foram detetadas alterações, focando três: notícias, reportagens e entrevistas. A questão dos géneros jornalísticos é aqui particularmente relevante pelo facto de as reportagens, género que se caracteriza por um aprofundamento das temáticas e um maior número de personagens/actores entrevistados leitores, ter sido alvo de uma pergunta particular na primeira inquirição.

De modo transversal pode-se afirmar que ao longo dos três géneros jornalísticos em causa, não se encontra em nenhum jornal qualquer oscilação de grande relevo, pelo que o referido efeito, não parece uma evidente tendência. Esta premissa sustenta-se na constatação empírica, na qual em nenhum jornal há uma maioria que refira ter verificado alterações nesta tipologia de produção jornalística (ver tabelas LXXII, LXXIII e LXXIV anexo X).

Um dos aspectos mais importantes na imprensa local/regional é a ideia de proximidade relativamente à região e aos seus leitores/assinantes. Assim, foi solicitado aos inquiridos que respondessem a um conjunto de questões, no sentido de aferir a ênfase conferida ao cidadão anónimo. Estas perguntas, passavam por aferir acerca do “espaço dedicado aos cidadãos/leitores nos últimos seis meses”, mas também acerca “da quantidade de informação centrada no dia-a-dia das pessoas” e finalmente “o espaço do jornal dedicado às cartas dos leitores”. Nas três questões era solicitado aos inquiridos que avaliassem, segundo os seus critérios, se os respectivos espaços tinham diminuído, aumentado ou não tinham registado mudanças.



Gráfico 21 – Evolução do espaço dedicado aos cidadãos



Apesar de o estudo agrupar as diferentes respostas dos inquiridos, a segunda questão é uma sub-questão da primeira, ou seja, apenas contém as respostas dos inquiridos que consideraram que o espaço dedicado aos cidadãos/leitores aumentou.

De modo transversal às três questões em apreço, a categoria “diminuiu” assume um papel que se classificaria como meramente residual, dado não ultrapassar os 3,8%. Neste sentido, não parece ter havido lugar à redução do espaço dedicado ao cidadão nos meses correspondentes ao “período experimental”.

Considerando-se exclusivamente a distribuição resultante da segunda questão, pode-se observar um claro domínio da categoria “aumentou”, que ascende aos 63,7%, em claro antagonismo com a tendência de manutenção que não vai além das 34,3% das respostas dos inquiridos.

Finalmente e ainda imbuídos do espírito que norteou a presente análise, interessa aprofundar uma questão que diz respeito à ligação e relação do jornal com a sua região envolvente. Os inquiridos foram questionados sobre se “o jornal de que é assinante contribui para a resolução dos problemas da região”. O assinante e/ou leitor teria de avaliar o modo como o jornal articula a sua função informacional clássica, com os interesses da região, enquanto promotor da discussão pública dos assuntos, temas e problemas da região abrangida

pela publicação. A escala de mensuração da presente questão passava por uma escala de *likert*.

Observou-se um claro domínio das opiniões favoráveis quanto ao papel desempenhado pelo respectivo jornal. Concretizando, a distribuição apresenta-se vincadamente assimétrica, com a categorização “concordo” a reunir 60,1% do total de inquiridos, seguida de “concordo totalmente” com 21,9%. De referir ainda o considerável valor de inquiridos que se manifesta “indiferente”, atingindo um valor de 9,9%, o que não deixa de ser significativo. Na componente discordante encontra-se uma reduzida percentagem de inquiridos (8%), o que permite concluir, por um vasto consenso, quanto ao papel desempenhado pelos jornais relativamente à região envolvente.

Os assinantes do “Jornal do Fundão” são o que mais consideram que o jornal que assinam contribuiu para a resolução dos problemas da região (40%). Já a publicação que obtém o maior número de respostas na categoria “discordo completamente” é o jornal “O Algarve” (20,9%) (ver tabela LXXV anexo X).

Um dos primeiros aspectos que merece destaque após a exposição dos dados é o facto da maioria dos inquiridos não ter percepcionado qualquer tipo de mudança nos jornais. Esta reduzida percepção parece estar directamente associada ao número de peças publicadas no âmbito do projecto no decorrer do período experimental. Se é verdade que a maioria dos leitores não detectou mudanças, aqueles que as percepcionaram afirmam que estas foram positivas. Neste contexto de mudanças e apesar de algumas não terem sido percepcionadas pelos leitores, destaque para o aumento de páginas e mais concretamente de algumas secções levadas a cabo por algumas publicações. No que diz respeito às temáticas, na sequência do que foram os resultados da primeira inquirição, os leitores continuam a percepcionar as questões económicas como as mais importantes nas comunidades, seguidas das questões dos transportes e do ordenamento do território. Na percepção dos leitores o espaço dedicado aos cidadãos também não sofreu mudanças, mas apesar disso é reduzido o número de inquiridos que se mostra disponível para sugerir mudanças.

Tendo em conta os dados apresentados considera-se de um modo geral que as expressões e preocupações dos cidadãos apenas parcialmente foram adoptadas pelos jornais. O estudo de opinião longitudinal permitiu observar que as rotinas produtivas e práticas jornalísticas que caracterizam os meios de comunicação dificultam a adopção de muitas das práticas sugeridas. As dificuldades financeiras e as constantes mudanças que os jornais atravessam con-

tribuem para esta realidade, mas é também necessária uma maior mobilização dos próprios jornalistas e responsáveis dos *media*. No entanto, importa salientar o esforço empreendido por alguns jornais em mudar não só os conteúdos como a estrutura das próprias publicações, como forma de ir de encontro às indicações e sugestões dos cidadãos.

Encerrado o estudo de opinião longitudinal, a última etapa do projecto passava por tentar mobilizar os cidadãos para a discussão dos temas considerados prioritários nos estudos desenvolvidos. A realização dos grupos de foco surge assim como forma de dar voz não só aos leitores, mas também aos directores e líderes de opinião, no sentido de colectivamente discutirem um problema que afecta as comunidades. Desta forma acredita-se que o compromisso com a comunidade e a deliberação democrática na esfera pública sai reforçado.

3.5 A participação dos cidadãos no debate público: o caso da introdução de portagens nas SCUTS

Uma das principais metas que a investigação se propunha atingir era a de promover o debate em fóruns públicos sobre as temáticas mais importantes para os cidadãos. Neste sentido, promoveram-se três grupos de foco subordinados a uma temática que, não só preocupou as populações, como fez parte da agenda dos meios de comunicação: a introdução e o impacto do pagamento de SCUTS na economia regional.

Realizaram-se então como já se referiu três diferentes grupos de discussão, com cidadãos, figuras públicas e representantes dos jornais: “Jornal da Bairrada”, “Jornal do Fundão”, “Jornal do Centro”, “Jornal Região de Leiria” e “Jornal O Ribatejo”. Procurou-se avaliar não só o impacto que a medida teve na vida dos actores, como também a cobertura jornalística feita pela imprensa regional e em que medida a mesma contribuiu para o debate do assunto na comunidade envolvente.

Importa sublinhar que neste ponto se apresentam as principais conclusões que os investigadores consideraram mais pertinentes após a transcrição e análise dos grupos. No entanto não se apresentam aqui as respostas dos participantes, constando as mesmas dos anexos (anexo XI). Esta opção resulta da dificuldade de proceder a selecções quando uma das mais-valias dos grupos



de foco é precisamente a intersecção de pontos de vista, que se poderia perder se fossem apresentadas apenas algumas intervenções.

Na prossecução das três discussões de grupo, foi possível verificar em dado momento posições mais claramente de carácter político e ideológico ainda que se ressalve que as posições relativas dos intervenientes sejam influenciadas pelo seu posicionamento na sociedade civil (exemplo: empresários). Por outro lado, pelo conhecimento do posicionamento de algumas figuras públicas, é legítimo aceitar que o posicionamento ideológico ultrapassou as fronteiras partidárias, não tendo sido nem a única, nem a principal causa do cardápio argumentativo aduzido.

Um caso bem paradigmático de discussão ideológica é o painel que reuniu algumas das figuras destacadas das respectivas comunidades. Este foi palco, desde o início, de uma “acesa” troca de argumentos entre os diversos participantes. A discussão e os argumentos que a sustentaram tinham manifestamente uma conotação ideológica substantiva. Esta tendência também foi observada no decorrer do grupo de foco que reunia os diferentes responsáveis editoriais, uma vez que, pontualmente, foi patente a clivagem ideológica entre os presentes no que toca à abordagem da introdução de portagens nas SCUTS, mas também em relação ao princípio do utilizador-pagador.

Após estas considerações sobre a dinâmica das discussões nos grupos, sintetizam-se algumas ideias relativas à temática. Os diferentes participantes consideram que a introdução de pagamento nas SCUTS é uma medida que penaliza seriamente as regiões, sobretudo as do Interior, já muito afectadas pela desertificação e pela falta de investimento público, mas também privado. Esta medida vem agravar os problemas já existentes de desenvolvimento económico e social.

O princípio do utilizador-pagador, que é utilizado para legitimar a aplicação desta medida, é respeitado e compreendido pela maior parte dos participantes mas em relação a outros serviços que fazem parte da sociedade portuguesa e que muito particularmente se podem inserir no Estado Social, como por exemplo a escola pública, e para os quais existem alternativas. Já no que diz respeito à introdução de portagens nas SCUTS, os diferentes elementos realçam precisamente o facto de não existirem alternativas a estas vias e portanto não se ter pensado nas populações e nas suas necessidades. Por outro lado, consideram que as taxas cobradas não correspondem ao pagamento de um serviço que se está a utilizar, mas estão relacionadas com o pagamento



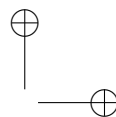
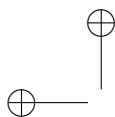
efectivo das próprias vias, ou seja, da sua construção, que não foi assegurada pelo Estado.

Os participantes ao concluírem que não há alternativas, consideram que não é justa a cobrança de taxas, porque não é verdadeiramente uma questão de pagar por utilizar, e estando as regiões afectadas a passar por verdadeiros problemas económicos, a solução passa por encontrar modelos de pagamento que se adaptem a cada uma das regiões e à realidade das suas populações. Assim, o pagamento pode ser adaptado consoante o PIB *per capita* das regiões, isto é, as portagens nas regiões com maior poder económico seriam mais elevadas, compensando a redução das taxas em áreas geográficas mais pobres.

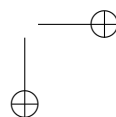
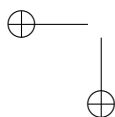
A introdução de portagens nas SCUTS e o impacto desta medida nas regiões foi abordada pelos diferentes órgãos de comunicação local e regional e promovida enquanto tema de debate público, com alguns jornais a desenvolverem trabalhos e impulsionarem mesmo iniciativas públicas de protesto. Contudo, verifica-se em relação a este assunto o mesmo que acontece com outros problemas que afectam directamente a vida das pessoas, isto é, falta de envolvimento no debate. As pessoas mostram-se efectivamente contra as medidas, mas chegada a hora de tomar atitudes e passar a acção retraem-se, sobretudo num contexto regional onde podem facilmente ser identificadas.

Apesar dos representantes dos jornais entenderem que a missão da imprensa regional passa sobretudo por alertar os cidadãos e consciencializá-los, a verdade é que muitas vezes existe uma participação e intervenção mais activa por parte destes meios, procurando, através da investigação jornalística, que as entidades envolvidas e que têm o poder de decidir justifiquem as suas acções. Porém, os participantes consideram que muitas vezes a imprensa regional vê o seu campo de acção limitado, face à proximidade que mantêm com as instituições locais e regionais. O facto de os jornalistas estarem mais próximos e privarem com os representantes destas instituições, alimentando uma relação de que necessitam, não apenas como forma de acederem a fontes de informação, mas também como forma, em muitos casos, de garantirem determinados apoios, limita o trabalho jornalístico e impede que os jornais tenham uma posição mais interventiva.

Os jornais objecto de estudo informaram e alertaram para as consequências que a medida teria na economia das regiões, ao mesmo tempo que procuraram, sempre que possível, intervir, promover o debate, desenvolver até



acções de rua, comprometendo-se e procurando encontrar uma solução para o problema.





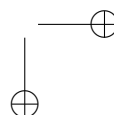
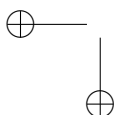


Considerações Finais

Partindo de um conjunto de estudos e investigações, mas acima de tudo experiências, que tinham sido desenvolvidas na sua maioria nos Estados Unidos da América, o projecto “Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos *media* portugueses” encetou uma abordagem inédita no contexto português ao estudar práticas concretas de jornalismo público e tentar a sua aplicação no campo da imprensa regional.

Se a ideia de aplicar os procedimentos deste “novo jornalismo” à realidade portuguesa constituía desde o início da investigação um risco, sobretudo se pensarmos nas especificidades da sociedade americana e na importância que nesta têm as comunidades, a verdade é que ao mesmo tempo se configurava como um desafio e uma oportunidade, pelo pioneirismo da iniciativa, mas também pela possibilidade de analisar e reflectir sobre as relações entre jornalismo, esfera pública e sociedade civil em Portugal.

Passados três anos de investigação, e com o projecto já terminado, considera-se que os objectivos propostos foram concretizados, apesar das numerosas incertezas que o confronto com a realidade suscitou. Identificaram-se, fomentaram-se e experimentaram-se práticas jornalísticas destinadas a reforçar o compromisso dos cidadãos com a comunidade e a deliberação democrática na esfera pública, numa perspectiva de fortalecimento da cidadania, seguindo o exemplo do chamado jornalismo público e, eventualmente, outras formas de jornalismo comunitário; refletiu-se criticamente sobre as relações entre jornalismo, deliberação democrática, esfera pública e sociedade civil, através de um estudo de caso, da reflexão teórica e da análise comparativa de outras experiências similares; e analisaram-se as potencialidades do “jornalismo público” ou “jornalismo cívico”, nomeadamente através da observação



e aplicação de algumas destas potencialidades em colaboração com órgãos de comunicação social regional.

Mas, como se referiu na introdução a esta memória do projecto, na execução dos objectivos e no decurso do caminho percorrido, mais do que certezas, que conduzam a respostas, notaram-se numerosos factores que vale a pena referir neste momento, pois integram a aprendizagem da investigação.

Do ponto de vista metodológico, este projecto concentrava grande parte das suas actividades no trabalho de campo. A primeira ilação decorre precisamente deste tipo de actividade científica se ter revelado muito mais onerosa e difícil do que o previsto, exigindo a realização de despesas pela necessidade de deslocações frequentes.

Neste sentido, a necessidade de interacção com os membros do grupo não é suscetível de ser integrada numa rubrica orçamental como “missões”, pois decorre da resolução permanente de imprevistos e da tentativa de ultrapassar problemas de comunicação. Há assim que destacar a importância da rubrica “aquisição de bens e serviços” em trabalhos de campo, mas também o papel dos recursos humanos, designadamente os bolseiros, na execução de muitas destas tarefas. Convém lembrar neste contexto que os investigadores são quase sempre professores com numerosas áreas de desempenho, todas exigíveis pela lei e estatuto.

No plano da articulação entre aspectos teóricos e práticos, recolheram-se também importantes contributos relacionados fundamentalmente com a falta de diálogo e de envolvimento recíproco entre a Academia e a Indústria. Há problemas de compreensão entre grupos socioprofissionais, com jogos de linguagem distintos, e necessidade de aperfeiçoar constantemente instrumentos de comunicação.

Destaca-se que a modificação da agenda e dos enquadramentos dominantes é parcialmente exequível no ambiente controlado de um projecto, mas exige um grande esforço reformador, prolongado no tempo, quando se pretende transformar numa prática sistemática. Logo, é necessário pensar a docência e a investigação de molde a acolher o ambiente de “empresa” e, inversamente, desenvolver esforços para que a indústria e a empresa, dada a sua particular natureza, não percam a noção da responsabilidade social. É recomendável, por isso, a institucionalização e práticas de diálogo que ultrapassem a duração dos projectos. As Universidades, por seu lado, devem assumir



uma vertente de prestação de serviços que se traduzam na geração de receitas próprias.

Os problemas teóricos e conceptuais resultantes da medição de enquadramentos normativos, ou de inspiração teórica e filosófica de orientação normativa, e o seu confronto com as metodologias de estudo também constituíram um momento de aprendizagem. A investigação permitiu detectar um confronto entre os deveres implícitos em práticas de jornalismo público e a realidade de uma indústria fustigada pela crise económica. Não é possível ignorar as tensões verificadas no projecto entre os imperativos éticos decorrentes da prestação de um serviço público e os imperativos comerciais decorrentes da necessidade de manter o equilíbrio e a competitividade de uma empresa num ambiente de mercado.

No caso concreto, verificou-se mesmo a existência de um mercado em contração, com efeitos directos no andamento do projecto. Os contactos e o desenrolar dos trabalhos puseram frequentemente a descoberto a existência destas encruzilhadas, as quais ganharam um recorte dramático em momentos de crise económica. A esse nível, pode aqui encontrar-se uma explicação para as contradições entre o nível discursivo (as intenções manifestas dos jornalistas e directores) e as práticas registadas na análise de conteúdo. Todavia, tal hipótese só seria plenamente confirmada com dispendiosos estudos etnográficos não previstos na proposta inicial.

Considerando o próprio jornalismo público, cujas práticas se pretendiam aplicar na imprensa regional portuguesa, constata-se que este se defronta com uma realidade social empírica incontornável e que está relacionada com os valores cognitivos, não apenas dos jornalistas mas do público. Entre estes valores, destacam-se elementos de natureza política e cultural, como sejam o défice de participação política. A este défice juntam-se as assimetrias regionais, sociais, etárias e culturais que facilitam ou dificultam esta participação e o contexto da cultura política nacional.

Por outro lado, destaque-se a bipolarização estabelecida entre leitores envelhecidos, com baixo nível de escolaridade, com ocupações profissionais pouco exigentes ou reformados, e leitores adultos, com maior nível de escolaridade e pertencentes a extractos profissionais mais exigentes, como quadros médios e superiores ou profissões especializadas. Esta dicotomia exige uma análise fina por região e coloca desafios de natureza política que não entram no âmbito directo do projecto. A realidade descrita levanta por sua vez proble-



mas colaterais de literacia mediática assomados em algumas das publicações do projecto. Esta constatação realça de novo interessantes problemas metodológicos que reafirmam a necessidade de recorrer a métodos de observação integrada que contemplem a produção e a recepção. Com efeito, se a utilização de uma técnica de investigação mista, com elementos quantitativos e qualitativos se revelou adequadíssima e foi uma marca do projeto, saliente-se porém que ficou a sensação de que seriam necessários mais estudos complementares.

Por fim, no decorrer do trabalho verificaram-se algumas dúvidas sobre a identidade do jornalismo público. Constatou-se assim que este não é uma caixa de ferramentas estabelecida, mas que exige uma enorme flexibilidade na aplicação gradual de métodos, cuja exequibilidade deve ser avaliada em função de condições sociais variáveis, designadamente cultura política, níveis de escolaridade dos públicos, condições empresariais, etc.

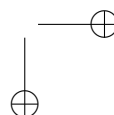
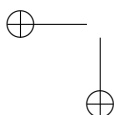
Por outro lado, a intensíssima reflexão conceptual colocou a evidência de numerosas abordagens possíveis do jornalismo público, tendo surgido a hipótese de referir a existência de um jornalismo de contornos deliberativos por oposição a um jornalismo de inspiração comunitarista. O primeiro parece ser mais adequado às exigências do “jornalismo canónico”, pois continua a exigir distanciação. O segundo exige uma vinculação comunitária. Todavia, nalguns casos é a excessiva vinculação comunitária que se torna um obstáculo à realização de um jornalismo independente.

O projecto permitiu um conjunto de aprendizagens muito importantes que impulsionaram já os investigadores no desenvolvimento de novas pesquisas e num aprofundamento dos estudos na área. Para terminar, referem-se apenas os observatórios de *media*, como uma das principais ideias a desenvolver no futuro. A criação de observatórios de imprensa regional, com a participação dos *media* regionais, agentes especiais e instituições de ensino e esferas públicas dos cidadãos, assumem-se desta forma como fundamentais na análise do desempenho dos *media* e no incentivo ao diálogo entre os leitores, os investigadores e os profissionais. Este diálogo pode articular as práticas da crítica mediática da educação para os *media* com a noção de cidadania.

Estas instituições podem desempenhar um papel na facilitação do acesso à informação, contribuindo para aumentar a sua qualidade e diversidade. O seu papel será o de promover as competências que permitam aos jornalistas e ao público em geral tornarem-se mais sensíveis aos mecanismos sociais de repre-



sentação muitas vezes ocultos na linguagem dos *media*, influenciando a forma como a diferença e a hierarquia são representadas dentro dos seus discursos, identificando e discutindo códigos, convenções, rotinas e constrangimentos, e, finalmente, desenvolvendo e experimentando novas práticas e plataformas de expressão e comunicação.







Referências bibliográficas

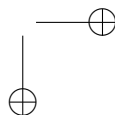
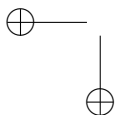
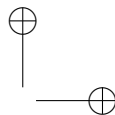
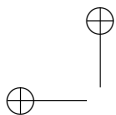
- Almeida, L. & Freire, T. (2000). *Metodologia da investigação em psicologia da educação* (2ªed.). Braga: Psiquilíbrios.
- Amaral, V. (2006). *Os temas e as fontes na imprensa regional da cidade da Guarda*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bell, J. (1989). *Doing your research project: a guide for the first-time researchers in education and social science* (2ª ed). Milton Keynes, England: Open University Press.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Coleção Ciências da Educação, Porto: Porto Editora.
- Borges, S. (2009). A segunda fase do Jornalismo Público. *Revista Estudos em Comunicação*, 5(1), 93-113.
- Camponez, C. (2002). *Jornalismo de proximidade: rituais de comunicação na imprensa regional*. Coimbra: Minerva.
- Carey, J.W. (1987). The press, public opinion and public discourse. *The Center Magazine*, 4-16.
- Carey, J. (1995). The Press, Public Opinion and Public Discourse, in T. Glasser & C.T. Salmon (Ed.). *Public Opinion and the Communication of Consent* (pp. 373-402). New York: The Guilford Press.

- Charity, A. (1995). *Doing Public Journalism*. New York: Guilford Publications.
- Coleman, R. (2003). Os Antecedentes Intelectuais do Jornalismo Público, in N. Traquina & M. Mesquita (Org.) *Jornalismo Cívico* (pp. 59-73). Lisboa: Livros Horizonte.
- Correia, J.C.; Carvalheiro, J.R.; Morais, R. & Sousa, J.C. (2011). Observatórios de media, cidadania e educação para os meios: sugestões baseadas numa pesquisa sobre imprensa regional, in S. Pereira (Org.), *Actas do Congresso Nacional "Literacia, Media e Cidadania"* (pp. 463-475). Braga, Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Correia, J.C. (1998). *Jornalismo e Espaço Público*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Disponível em www.bocc.ubi.pt. [Consultado a 20 de Agosto de 2011].
- Correia, J.C. (2010). Novos jornalismo e vida cívica: limites e possibilidades do "jornalismo deliberativo", in I. Morgado & A. Rosas (Orgs.). *Cidadania Digital* (pp. 71-100). Covilhã: Labcom.
- Costa, P.C. (2006). Jornalismo Público: por uma nova relação com os públicos. *Organicom*, 3 (4): 127-141.
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Edições Almedina.
- Coutinho, C. & Chaves, J. (2002). O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, 15(1): 221-244.
- Dahlgren, P. & Sparks, C. (1991). *Communication and Citizenship*. London: Routledge.
- Dewey, J. (2004). *La opinión publica y sus problemas*. Madrid: Ediciones Morata.

- Eksterowicz, A.J.; Roberts, R. & Clark, A. (2003). Jornalismo Público e Conhecimento Público, in N. Traquina & M. Mesquita (Org.). *Jornalismo Cívico* (pp. 85-105). Lisboa: Livros Horizonte.
- Galego, C. & Gomes, A.A. (2005). Emancipação, ruptura e inovação: o “focus group” como instrumento de investigação. *Revista Lusófona de Educação* [online], nº 5: 173-184. Disponível em: [url] www.scielo.gpeari.mctes.pt. Consultado a 3 de Setembro de 2012.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1997). *O Inquérito*. Oeiras: Celta Editora.
- Glasser, T. & Lee, F.L.F. (2002). Repositioning the Newsroom: The american experience with public journalism, in R. Kuhn & E. Neveu, *Political Journalism: New Challenges, New Practices* (pp. 203-224). London: Routledge.
- Glasser, T. (1999). *The ideia of public journalism*. New York: Guilford Press.
- Jr. Jackson, W.E. (2003). Salvemos a Democracia do Jornalismo Cívico. A estranha experiência da Carolina do Norte, in N. Traquina & M. Mesquita (Org.). *Jornalismo Cívico* (pp. 119-133). Lisboa: Livros Horizonte.
- Merritt, D. Jr. (1998). *Public Journalism and Public Life: Why Telling the News Is Not Enough* (Second Edition). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Mesquita, M. (2003). As Tendências Comunitaristas no Jornalismo Cívico, in N. Traquina & M. Mesquita, *Jornalismo Cívico* (pp. 19-27). Lisboa: Livros Horizonte.
- Myers, M.D. (1997). *Qualitative Research in Information Systems*. Disponível em [url] www.qual.auckland.ac.nz. Consultado a 3 de Setembro de 2012.
- Oliveira, M. & Freitas, H. (1998). Focus Group – pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planeamento. *Revista de Administração*. São Paulo, 33(3): 83-91.
- Ponte, J.P. (2006). Estudos de caso em educação matemática. *Bolema*, 25: 105-132.

- Rosen, J. (1994). Making things more public: On the political responsibility of the media intellectual. *Critical Studies in Mass Communication*, 11(4): 363-388.
- Rosen, J. (1999). *What Are Journalists For?*. New Haven: London, Yale University Press.
- Rosen, J. (2003). Para Além da Objectividade, in N. Traquina & M. Mesquita (Org.). *Jornalismo Cívico* (pp. 75-84). Lisboa: Livros Horizonte.
- Rosen, J. (2003). Tornar a Vida Pública Mais Pública: sobre a responsabilidade política dos intelectuais dos media, in N. Traquina & M. Mesquita (Org.). *Jornalismo Cívico* (pp. 31-58). Lisboa: Livros Horizonte.
- Santos, S. (2007). *Imprensa Regional – Temas, problemas e estratégias da informação local*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Serrano, E.M. (2005). *Para um Estudo do Jornalismo em Portugal (1976-2001). Padrões jornalísticos na cobertura de eleições presidenciais*. Dissertação para Doutoramento em Sociologia. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa.
- Shepard, A. (1994). The gospel of public journalism. *American Journalism Review*, 29-35.
- Silva, M. T. (2007). *A Voz dos Leitores na Imprensa. Um estudo de caso sobre as “Cartas ao Director” no jornal Público*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sousa, J.P. (2004). *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso: um guia para estudantes de graduação*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Sousa, J.P. (2002). Comunicação regional e local na Europa Ocidental. Situação geral e os casos português e galego. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. Disponível em www.bocc.ubi.pt. Consultado a 13 Dezembro 2012.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L.V. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva (3ª Edição).

- Traquina, N. (2003). Jornalismo Cívico: reforma ou revolução?, in N. Traquina & M. Mesquita (org.). *Jornalismo Cívico* (pp. 9-18). Lisboa: Livros Horizonte.
- Traquina, N. (2002). *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Editora Unisinos.
- Traquina, N. (2001). *Jornalismo Português em análise de casos*. Porto: Caminho.
- Traquina, N. & Mesquita, M. (Orgs.) (2003). *Jornalismo Cívico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Vicente, P.N. (2010). Jornalismo Público 2.0: O fim dos tempos ou a reinvenção do Jornalismo? Tecnologias móveis e uma perspectiva histórica sobre as narrativas do Jornalismo dos Cidadãos. *Revista Jornalismo & Jornalistas*, nº 42: 6-13.
- Yin, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods*. Thousand Oaks, CA: Sage.





Anexos

I – Categorias de Análise

II – Guião do Inquérito aos Jornalistas

III – Guião das Entrevistas aos Directores

IV – Guião da 1ª Inquirição no Estudo de Opinião

V – Guião da 2ª Inquirição no Estudo de Opinião

VI – Guião dos Grupos de Foco

VII – Práticas de construção noticiosa dos jornais regionais

VIII – Jornalistas, princípios e critérios de produção noticiosa

IX – Transcrição das Entrevistas aos Directores

X – A participação dos cidadãos no debate público: o caso da introdução de portagens nas SCUTS

I – Categorias de Análise

1 – Conteúdo temático principal

1.1 – Economia

- 1.1.1 – Macro-economia
- 1.1.2 – Salários
- 1.1.3 – Emprego Desemprego
- 1.1.4 – Orçamento
- 1.1.5 – Investimentos empresariais (infra-estruturas)
- 1.1.6 – Associações Empresariais
- 1.1.7 – Feiras e actividades económicas
- 1.1.8 – Actividades de desenvolvimento local

1.2 – Ambiente

- 1.2.1 – Desastres Naturais
- 1.2.2 – Crimes Ambientais
- 1.2.3 – Iniciativas ecológicas/sensibilização
- 1.2.4 – Institutos protecção ambiental
- 1.2.5 – Energias alternativas

1.3 – Educação e Ciência

- 1.3.1 – Greves e manifestações
- 1.3.2 – Problemas em espaço escolar/académico
- 1.3.3 – Investigação científica
- 1.3.4 – Iniciativas de cariz académico (congressos...)
- 1.3.5 – Eleições
- 1.3.6 – Concurso
- 1.3.7 – Ciência e Inovação
- 1.3.8 – Política educativa

1.4 – Política

- 1.4.1 – Eleições
- 1.4.2 – Vida partidária

- 1.4.3 – Órgãos Políticos
- 1.4.4 – Poder autárquico
- 1.4.5 – Ideologia
- 1.4.6 – Regionalização
- 1.5 – Cultura
 - 1.5.1 – Festivais/cortejos/feiras/feiras
 - 1.5.2 – Exposições
 - 1.5.3 – Literatura
 - 1.5.4 – Cinema
 - 1.5.5 – Música
 - 1.5.6 – Artes Plásticas
 - 1.5.7 – Teatros
 - 1.5.8 – Museus
 - 1.5.9 – Bibliotecas
 - 1.5.10 – Infra-estruturas
 - 1.5.11 – Património
- 1.6 – Polícia e Justiça
 - 1.6.1 – Crimes
 - 1.6.2 – Forças Policiais
 - 1.6.3 – Tribunais/julgamentos
 - 1.6.4 – Advogados
- 1.7 – Saúde
 - 1.7.1 – Instituições de Saúde
 - 1.7.2 – Doenças Vírus
 - 1.7.3 – Acções de rasteio/doações
 - 1.7.4 – Recursos Humanos
 - 1.7.5 – Congresso/symposium/conferências
- 1.8 – Religião
 - 1.8.1 – Igreja
 - 1.8.2 – Eventos religiosos

1.8.3 – Membros da Igreja

1.9 – Urbanismo

1.9.1 – Organização e planeamento do território

1.9.2 – Questões demográficas

1.9.3 – Trânsito

1.9.4 – Protecção Civil

1.10 – Turismo

1.10.1 – Congressos

1.10.2 – Inaugurações de estabelecimentos/empreendimentos turísticos

1.10.3 – Agência de Turismo

1.10.4 – Divulgação e promoção

1.11 – Pobreza e exclusão social

1.11.1 – Dinâmicas de exclusão social

1.11.2 – Solidariedade social

1.11.3 – IPSS

1.12 – Associativismo

1.12.1 – Eleições

1.12.2 – Actividades lúdico/recreativas

1.12.3 – Infra-estruturas

1.12.4 – Questões financeiras

2 – Géneros jornalísticos

2.1 – Géneros Informativos

2.1.1 – Notícia breve

2.1.2 – Notícia

2.1.3 – Reportagem

2.1.3.1 – Quanto à origem

2.1.3.1.1 – Reportagem de rotina

2.1.3.1.2 – Reportagem imprevista

- 2.1.3.1.3 – Reportagem planificada
- 2.1.3.2 – Quanto à enunciação
 - 2.1.3.2.1 – Reportagem na primeira pessoa
 - 2.1.3.2.1 – Reportagem na terceira pessoa
- 2.1.3.3 – Quanto ao tipo
 - 2.1.3.3.1 – Reportagem de acontecimentos
 - 2.1.3.3.2 – Reportagem de personalidade
 - 2.1.3.3.3 – Reportagem temática
 - 2.1.3.3.4 – Reportagem mista
- 2.1.3.4 – Quanto ao tamanho
 - 2.1.3.4.1 – Reportagem curta
 - 2.1.3.4.2 – Grande reportagem
- 2.1.3.5 – Quanto às características estéticas e formais
 - 2.1.3.5.1 – Reportagem narrativa
 - 2.1.3.5.2 – Reportagem descritiva
 - 2.1.3.5.3 – Reportagem explicativa
 - 2.1.3.5.4 – Reportagem de citações
 - 2.1.3.5.5 – Reportagem mista
- 2.1.3.6 – Quanto à linguagem
 - 2.1.3.6.1 – Reportagem informal
 - 2.1.3.6.2 – Reportagem formal
 - 2.1.3.6.3 – Reportagem técnica
- 2.1.4 – Entrevista
 - 2.1.4.1 – Quanto à origem
 - 2.1.4.1.1 – Entrevista de rotina
 - 2.1.4.1.2 – Entrevistas caracterizadas
 - 2.1.4.2 – Quanto ao estilo
 - 2.1.4.2.1 – Entrevista pergunta-resposta
 - 2.1.4.2.2 – Entrevista em “discurso indirecto”
 - 2.1.4.3 – Quanto aos entrevistados
 - 2.1.4.3.1 – Entrevistas individuais

- 2.1.4.3.2 – Entrevistas de grupo
- 2.1.4.4 – Quanto aos entrevistadores
 - 2.1.4.4.1 – Entrevista colectiva
 - 2.1.4.4.2 – Entrevista pessoal ou exclusiva
- 2.1.4.5 – Quanto ao tipo
 - 2.1.4.5.1 – Entrevista de personalidade
 - 2.1.4.5.2 – Entrevista de declarações
 - 2.1.4.5.3 – Entrevista mista
 - 2.1.4.5.4 – Inquérito
 - 2.1.4.5.5 – Mesa-redonda
 - 2.1.4.5.6 – Quanto ao tamanho
 - 2.1.4.5.6.1 – Entrevista curta
 - 2.1.4.5.6.2 – Grande entrevista
- 2.2 – Géneros Opinativos
 - 2.2.1 – Editorial
 - 2.2.1.1 – Quanto ao assunto
 - 2.2.1.1.1 – Preventivos
 - 2.2.1.1.2 – De acção
 - 2.2.1.1.3 – De consequência
 - 2.2.1.2 – Quanto ao conteúdo
 - 2.2.1.2.1 – Informativos
 - 2.2.1.2.2 – Normativos
 - 2.2.1.2.3 – Ilustrativos
 - 2.2.1.3 – Quanto ao estilo
 - 2.2.1.3.1 – Intelectuais
 - 2.2.1.3.2 – Emocionais
 - 2.2.1.4 – Quanto à natureza
 - 2.2.1.4.1 – Promocional
 - 2.2.1.4.2 – Circunstancial
 - 2.2.1.4.3 – Polémico
 - 2.2.1.4.4 – De apresentação

- 2.2.1.4.5 – Mistos
- 2.2.2 – Coluna/Crónica
- 2.2.3 – Opinião
- 2.2.4 – Carta do Leitor
 - 2.2.4.1 – Tamanho ou extensão da carta
 - 2.2.4.1.1 – Um parágrafo;
 - 2.2.4.1.2 – Dois a três parágrafos;
 - 2.2.4.1.3 – Três a cinco parágrafos;
 - 2.2.4.1.4 – Cinco a sete parágrafos;
 - 2.2.4.1.5 – Mais que sete parágrafos;
 - 2.2.4.1.6 – Não aplicável.
 - 2.2.4.2 – Associação a um acontecimento actual
 - 2.2.4.2.1 – Sim
 - 2.2.4.2.1 – Não
 - 2.2.4.3 – Estatuto ou função social dos leitores
 - 2.2.4.3.1 – Indicação da profissão/posição social
 - 2.2.4.4 – Estilo discursivo das cartas
 - 2.2.4.4.1 – Estilo publicista
 - 2.2.4.4.2 – Estilo de crítica
 - 2.2.4.4.3 – Estilo dialógico ou de debate
 - 2.2.4.4.3.1 – Interlocutor no diálogo
 - 2.2.4.4.3.1.1 – Outro leitor
 - 2.2.4.4.3.1.2 – Director do jornal ou editorial
 - 2.2.4.4.3.1.3 – Colunista ou artigo de opinião
 - 2.2.4.4.3.1.4 – Jornalista ou notícia do jornal.
 - 2.2.4.4.3.2 – Tipo de referência a uma peça do jornal
 - 2.2.4.4.3.2.1 – Rectificação
 - 2.2.4.4.3.2.2 – Desmentido
 - 2.2.4.4.3.2.3 – Esclarecimento
 - 2.2.4.4.3.2.4 – Comentário

3 – Design de Imprensa

3.1 – Localização da peça no jornal

- 3.1.1 – Página par
- 3.1.2 – Página ímpar
- 3.1.3 – Última página
- 3.1.4 – Duas páginas

3.2 – Preponderância da peça na página

- 3.2.1 – Peça única na página
- 3.2.2 – Peça principal na página (mas não única)
- 3.2.3 – Peça secundária

3.3 – Posição da peça na página

- 3.3.1 – Situada na zona superior
- 3.3.2 – Situada na zona inferior
- 3.3.3 – Situada na zona lateral
- 3.3.4 – Situada no centro da página

3.4 – Chamada à 1ª página

- 3.4.1 – Manchete com foto
- 3.4.2 – Manchete sem foto
- 3.4.3 – Chamada com foto
- 3.4.4 – Chamada sem foto
- 3.4.5 – Foto-legenda
- 3.4.6 – Chamada-título

4 – Valência/Tom

- 4.1 – Claramente negativo
- 4.2 – Mais negativo que positivo
- 4.3 – Equilibrado
- 4.4 – Mais positivo que negativo
- 4.5 – Claramente positivo
- 4.6 – Neutro

5 – Proveniência da Informação (Fontes)

5.1 – Em relação ao jornal

5.1.1 – Internas

5.1.2 – Externas

5.2 – Em relação ao seu estatuto

5.2.1 – Oficiais

5.2.2 – Não oficiais

5.3 – Em relação às suas características

5.3.1 – Humanas

5.3.2 – Documentais

6 – Personagens/actores da peça

6.1 – Área profissional

6.1.1 – Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas

6.1.2 – Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas

6.1.3 – Técnicos e profissionais de Nível Intermédio

6.1.4 – Pessoal Administrativo e Similares

6.1.5 – Pessoal dos Serviços e Vendedores

6.1.6 – Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas

6.1.7 – Operários, Artífices e Trabalhadores Similares

6.1.8 – Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem

6.1.9 – Trabalhadores Não Qualificados

6.1.10 – Não se aplica

6.2 – Sexo

6.2.1 – Masculino

6.2.2 – Feminino

6.2.3 – Masculino e Feminino (quando for mais do que um actor)

6.2.4 – Não se aplica

7 – Papel

- 7.1 – Actores referidos
- 7.2 – Actores citados
- 7.3 – Sem referências nem citações
- 7.4 – Actores referidos e citados

8 – Pluralidade

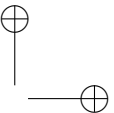
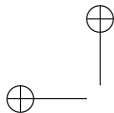
- 8.1 – Contém um ponto de vista
- 8.2 – Contém dois pontos de vista
- 8.3 – Contém mais de dois pontos de vista

9 – Localização geográfica

- 9.1 – Âmbito local (diferenciar os locais dentro das regiões)
- 9.2 – Âmbito regional
- 9.3 – Âmbito nacional
- 9.4 – Âmbito internacional
- 9.5 – Sem especificação geográfica

10 – Assinatura

- 10.1 – Peça assinada pelo Director
- 10.2 – Peça assinada pelo Jornalista
 - 10.2.1 – Masculino
 - 10.2.2 – Feminino
- 10.3 – Peça assinada pelo Jornal
- 10.4 – Peça de Agência
- 10.5 – Peça com iniciais
- 10.6 – Opinion maker



10.6.1 – Masculino

10.6.2 – Feminino

10.7 – Cronista

10.7.1 – Masculino

10.7.2 – Feminino

10.8 – Peça não assinada

11 – Enquadramento Proposicional

11.1 – Episódico

11.2 – Temático

11.3 – Misto

12 – Enquadramento narrativo

12.1 – Facto consumado (acontecimento fechado)

12.2 – Anúncio (acontecimento em prospectiva)

12.3 – Processo (a decorrer sem envolver discussão)

12.4 – Debate (a decorrer envolvendo discussão)

13 – Enquadramento institucional

13.1 – Político-partidário

13.2 – Sociedade civil

13.3 – Religioso

13.4 – Instituição pública

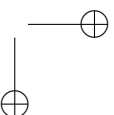
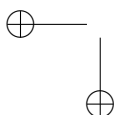
13.5 – Instituição militar

14 – Enquadramento territorial

14.1 – Local

14.2 – Regional

14.3 – Nacional



14.4 – Internacional

14.5 – Sem especificação geográfica

15 – Acompanhamento visual

15.1 – Com fotografia

15.2 – Sem fotografia

15.3 – Com gráfico

15.4 – Sem acompanhamento visual

16 – Foto - Actores representados

16.1 – Área profissional

16.1.1 – Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas

16.1.2 – Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas

16.1.3 – Técnicos e profissionais de Nível Intermédio

16.1.4 – Pessoal Administrativo e Similares

16.1.5 – Pessoal dos Serviços e Vendedores

16.1.6 – Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas

16.1.7 – Operários, Artífices e Trabalhadores Similares

16.1.8 – Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem

16.1.9 – Trabalhadores Não Qualificados

16.1.10 – Não se aplica

16.2 – Sexo

16.2.1 – Masculino

16.2.2 – Feminino

16.2.3 – Ambos

16.2.4 – Não se aplica



17 – Título

- 17.1 – Títulos informativos indicativos
- 17.2 – Títulos informativos explicativos
- 17.3 – Títulos expressivos apelativos
- 17.4 – Títulos expressivos formais ou lúdicos
- 17.5 – Títulos expressivos interrogativos
- 17.6 – Títulos categoriais
- 17.7 – Títulos declarativos

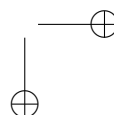
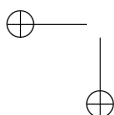
18 – Nome da rubrica do jornal

19 – Critérios de selecção da informação

- 19.1 – Proximidade
- 19.2 – Actualidade
- 19.3 – Insólito
- 19.4 – Notoriedade
- 19.5 – Relevância
- 19.6 – Impacto/consequências

20 – Extensão das notícias

- 20.1 – Um parágrafo
- 20.2 – Dois a três parágrafos
- 20.3 – Três a cinco parágrafos
- 20.4 – Cinco a sete parágrafos
- 20.5 – Mais que sete parágrafos
- 20.6 – Não aplicável



II – Guião do Inquérito aos Jornalistas

Este inquérito está inserido no Projecto “Agenda dos Cidadãos” desenvolvido pelo Laboratório de Comunicação (Labcom) da Universidade da Beira Interior (UBI), e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Solicitamos que responda a este inquérito e contribua desta forma para a concretização da nossa investigação. Antecipadamente agradecemos toda a colaboração na resposta a este inquérito e lembramos que o mesmo será confidencial e anónimo. Obrigado.

Existem 32 perguntas neste inquérito

1. Caracterização do perfil do jornalista.

1 – Sexo

- Feminino
- Masculino

2 – Idade

- Até 29 anos
- 30 a 40 anos
- 41 a 55 anos
- Mais de 55 anos

3 – Qual a dimensão da localidade de residência?

- Menos de 2000 habitantes
- Entre 2000 e 4999 habitantes
- Entre 5000 e 9999 habitantes
- Entre 10.000 e 19.999 habitantes
- Entre 20.000 e 100.000 habitantes
- Mais de 100.000 habitantes

4 – Há quantos anos reside na região em que trabalha actualmente?

- Menos de 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Entre 11 e 15 anos

- Entre 16 e 20 anos
 - Mais de 20 anos
- 5 – Habilitações académicas (A escolha das opções Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento deve implicar a posse dos respectivos títulos e não a sua frequência)
- Ensino básico (9º ano)
 - Ensino Secundário (Incompleto)
 - Ensino Secundário (12º ano)
 - Frequência de Ensino Superior (Incompleto)
 - Licenciatura
 - Mestrado
 - Doutoramento
- 6 – Possui um curso superior na área da comunicação?
- Sim
 - Não
- 7 – Possui algum curso de formação profissional na área da comunicação?
- Sim
 - Não
- 8 – Possui Carteira Profissional de Jornalista?
- Sim
 - Não
- 9 – Há quantos anos tem Carteira Profissional de Jornalista?
- Menos de 5 anos
 - Entre 5 a 10 anos
 - Entre 11 e 20 anos
 - Mais de 20 anos
- 10 – Há quanto tempo trabalha como jornalista neste meio de comunicação?
- Menos de 5 anos
 - Entre 5 a 10 anos

- Entre 11 e 20 anos
 - Mais de 20 anos
- 11 – Em quantos órgãos de comunicação social trabalhou, como jornalista, antes do actual?
- Nenhum
 - Entre 1 e 2
 - Entre 3 e 4
 - Mais de 4

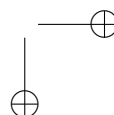
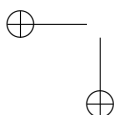
2. Caracterização da recolha de informação

- 12 – Quais são as fontes (em relação ao jornal) que mais frequentemente usa no dia-a-dia?
- Internas (iniciativa do próprio jornal)
 - Externas (iniciativas externas ao jornal)
- 13 – Quais são as fontes (em relação ao estatuto) que mais frequentemente usa no dia-a-dia?
- Oficiais (Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Forças Policiais...)
 - Não-oficiais (Contactos pessoais, cartas, emails, telefonemas...)
- 14 – Um acontecimento é tanto mais importante quanto mais... (Assinale de 1 a 7, onde 1 será o mais importante e 7 o menos importante).
- Próximo
 - Actual
 - Inesperado / insólito
 - Tiver consequências para a comunidade
 - Incida sobre a notoriedade de pessoas conhecidas Tiver impacto
 - Incida sobre a influência das pessoas envolvidas



3. Os jornalistas e o jornalismo regional

- 15 – As principais funções do jornalismo regional são: (Assinale de 1 a 8, onde 1 será a função mais importante e 8 a função menos importante)
- Defender os interesses da Região
 - Informar o público e esclarecer os cidadãos
 - Garantir o pluralismo social e político
 - Permitir a participação alargada na tomada de decisões Contribuir para resolver problemas
 - Denunciar problemas e garantir a vigilância dos órgãos públicos
 - Fomentar o debate no seio da região
 - Fomentar o debate público ou ideológico
- 16 – Os principais deveres de um jornalista regional são: (Assinale de 1 a 5, onde 1 será o dever mais importante e 5 o dever menos importante)
- Com a instituição que trabalha
 - Com as fontes
 - Com os cidadãos
 - Com o interesse da região
 - Com os valores ético-profissionais
- 17 – A melhor forma de redigir uma notícia acerca de um problema é: (Selecione uma resposta para cada item de acordo com a escala: Concordo totalmente; Concordo; Não concordo/nem discordo; Discordo; Discordo totalmente)
- Expor os lados em confronto
 - Expor os dados de maneira explicativa
 - Incluir propostas de solução
- 18 – O mais importante para uma democracia funcionar é: (Assinale de 1 a 4, onde 1 será o mais importante e 4 o menos importante)
- Que os cidadãos sejam esclarecidos



- Que os cidadãos possam escolher entre propostas políticas diferentes
 - Que os cidadãos participem activamente no debate público
 - Que os cidadãos possam participar na tomada de decisões
- 19 – Como se posiciona em termos políticos na escala esquerda-direita?
- Extrema-esquerda
 - Esquerda
 - Centro-esquerda
 - Centro-direita
 - Direita
 - Extrema-direita
 - Sem posição
- 20 – Considera-se uma pessoa com orientações político-ideológicas?
- Muito
 - Bastante
 - Pouco
 - Nada
4. Relação do jornal com a região e com os leitores
- 21 – O espaço disponibilizado para os leitores nos jornais regionais:
- Devia ser maior
 - Está correcto
 - Devia ser menor
- 22 – É frequente receber contactos de “cidadãos comuns” com informações sobre acontecimentos?
- Sim
 - Não
- 23 – Se recebe contactos, com que frequência?
- Uma vez por semana
 - Duas vezes por semana

- Mais de duas vezes por semana
 - Uma vez por mês
 - Duas vezes por mês
 - Mais de duas vezes por mês
- 24 – O jornal estimula o comentário dos leitores através de mecanismos para esse efeito (por exemplo, através da divulgação do email dos jornalistas ou de outras ferramentas similares)?
- Sim
 - Não
- 25 – O jornal costuma responder aos comentários dos leitores?
- Sim
 - Não
- 26 – Usar “cidadãos comuns” como fonte citada em notícias: (Assinale de 1 a 4, onde 1 será o mais importante e 4 o menos importante)
- Dá voz a quem tem poucas possibilidades de se exprimir publicamente
 - Dá menos garantias de credibilidade
 - Acrescenta pontos de vista que podem ser importantes
 - Não garante representatividade porque as pessoas comuns falam apenas em nome pessoal
- 27 – Considera que a agenda dos jornais é orientada: (Assinale de 1 a 3, onde 1 será aquilo que por que ela é mais orientada e 3 aquilo por que ela é menos orientada)
- Pela preocupação das elites locais
 - Pela preocupação dos cidadãos locais
 - Pelas preocupações comerciais das empresas de comunicação social
- 28 – O conteúdo noticioso dos jornais regionais: (Assinale de 1 a 3, onde 1 será o mais importante e 3 o menos importante)
- É equilibrado quanto à participação de elites e pessoas comuns

- É demasiado focado nas pessoas comuns
 - É demasiado focado nas elites
- 29 – Considera que o jornal em que trabalha está em sintonia com os problemas da região e dos seus leitores?
- Concordo totalmente
 - Concordo
 - Nem concordo/nem discordo
 - Discordo
 - Discordo totalmente
- 30 – Acha que é possível criar uma agenda dos cidadãos baseada nos problemas destes, que sirva de orientação às práticas jornalísticas do jornal?
- Concordo totalmente
 - Concordo
 - Nem concordo/nem discordo
 - Discordo
 - Discordo totalmente
- 31 – Concorda que o jornal de promover fóruns abertos à sociedade civil a fim de dinamizar a eventual resolução de problemas da região?
- Concordo totalmente
 - Concordo
 - Nem concordo/nem discordo
 - Discordo
 - Discordo totalmente
- 32 – Esta prática constituiria um desvio à objectividade e isenção jornalísticas?
- Sim
 - Não



III – Guião das Entrevistas aos Directores

PARTE I. CARACTERIZAÇÃO DA IMPRENSA REGIONAL

1.1 – Qual o papel que a imprensa Regional desempenha no contexto dos meios de comunicação em Portugal? Justifique.

1.1.1 – Acha que o seu jornal cumpre esse papel? (Perguntar porquê, quer a resposta seja positiva ou negativa)

1.1.2 – Indique as estratégias utilizadas para cumprir esse papel.

1.2 – O que é que a imprensa regional dá ao público que a nacional não dá?

1.2.1 – E o que é que a nacional dá que a regional não dá?

1.3 – Como avalia o espaço e o interesse dedicados pelos jornais às regiões e localidades periféricas?

1.4 – Que papel atribui à imprensa local e regional na promoção da cidadania?

PARTE II. A RELAÇÃO DA IMPRENSA REGIONAL COM OS CIDADÃOS

2.1 – Para além da página do leitor são frequentes os contactos entre o público leitor e o jornal?

2.1.1 – Que tipo de contactos? (se não forem dados na resposta, pedir exemplos)

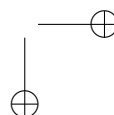
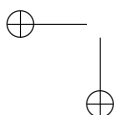
2.2 – Através de que meios os cidadãos tomam mais frequentemente a iniciativa de contactar o jornal?

2.3 – Considera que os jornais regionais em geral estão em sintonia com os problemas das comunidades e dos seus leitores?

2.3.1 – Considera que o jornal que dirige está em sintonia com os problemas das comunidades e dos seus leitores?

2.3.2 – Como é que essa sintonia é obtida?

2.4 – Considera que a agenda dos jornais regionais é orientada pelos interesses das elites locais ou pelas preocupações dos cidadãos locais? Dê exemplos.



2.5 – Acha que é possível criar uma agenda baseada nos problemas dos cidadãos?

2.5.1 – Como é que se pode criar essa agenda? (se ele não disser que já existe)

2.6 – É frequente o jornal contactar os leitores para acolher sugestões?

2.6.1 – Quais são as ferramentas que já utilizou para o contacto por parte do jornal com os leitores? (se não forem indicadas nenhuma, apresentar hipóteses: inquéritos? fóruns? conselhos de leitores? Internet?)

2.6.2 – Se responder que não utilizou na pergunta anterior, perguntar se pensa vir a utilizar.

PARTE III. CARTAS DOS LEITORES

3.1 – Quantas cartas de leitores o jornal recebe em média por semana? (papel e correio electrónico)

3.2 - Quem faz a triagem e selecção das cartas? Que qualidades deve ter uma carta para ser publicável?

3.3 - Lembra-se de algum caso em que uma carta publicada tenha dado azo a um trabalho jornalístico sobre o tema?

PARTE IV. CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DO DIRECTOR

4.1 – Idade

4.2 – Possui um curso superior na área da comunicação?

4.3 – Há quanto tempo é Director do Jornal?

4.3.1 – Antes de desempenhar funções de direcção neste jornal, já o tinha feito noutro meio de comunicação?

4.3.2 – Como é que surgiu a ligação ao jornal?



IV – Guião da 1ª Inquirição no Estudo de Opinião

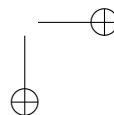
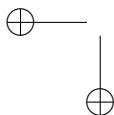
Boa Tarde, o meu nome é (nome do inquiridor) e estou a ligar-lhe da Universidade da Beira Interior, em parceria com o jornal (nome do jornal), no âmbito de um estudo sobre imprensa regional, e estamos a contactá-lo(a) no sentido de lhe efectuar algumas questões sobre o jornal de que é assinante.

Existem 29 perguntas neste inquérito

GRUPO I

- 1 – Código do Inquiridor
- 2 – Código do Assinante
- 3 – Código do Jornal
 - Jornal do Fundão
 - Jornal da Bairrada
 - Jornal do Centro
 - Jornal O Ribatejo
 - Jornal Região de Leiria
 - Jornal Diário As Beiras
 - Jornal O Algarve
 - Jornal Grande Porto
- 4 – Com que frequência lê jornais nacionais?
 - Todos os dias
 - Uma vez por semana
 - Duas vezes por semana
 - De vez em quando
- 5 – Com que frequência lê jornais regionais?
 - Todos os dias

Livros LabCom



- Uma vez por semana
- Duas vezes por semana
- De vez em quando

6 – Os jornais regionais devem servir principalmente para:

- Informar do que se passa
- Denunciar problemas
- Contribuir para a resolução dos problemas da região

GRUPO II

7 – O jornal ... deve:

- Ouvir os cidadãos
- Organizar debates com as figuras públicas
- Pedir responsabilidades aos políticos

8 – O jornal ... contribui para a resolução dos problemas da região.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

9 – Na sua opinião, qual é o assunto mais importante da região?

- Economia
- Ambiente
- Educação e Ciência
- Política
- Cultura
- Polícia e Justiça
- Saúde

- Religião
- Urbanismo e Transportes
- Turismo
- Pobreza e Exclusão Social
- Associativismo
- Novas Tecnologias/Meios de Comunicação
- Agricultura e Pescas
- Sociedade
- Não sabe / Não responde
- Outro / Qual?

10 – Acha que o jornal de que é assinante dá atenção suficiente ao assunto que escolheu?

- Sim
- Não

11 – Há algum tema que ache importante e a que o jornal não dê atenção?

- Economia
- Ambiente
- Educação e Ciência
- Política
- Cultura
- Polícia e Justiça
- Saúde
- Religião
- Urbanismo e Transportes
- Turismo
- Pobreza e Exclusão Social
- Associativismo

- Novas Tecnologias/Meios de Comunicação
- Agricultura e Pescas
- Sociedade
- Não sabe / Não responde
- Outro / Qual?

12 – Se pudesse mandar o jornal fazer uma reportagem seria sobre quê?

13 – O jornal regional de que é leitor(a):

- Dá oportunidade a qualquer pessoa de dar opinião
- Serve principalmente para as figuras públicas falarem
- Trata igualmente as figuras públicas e os restantes cidadãos

14 – No jornal, o espaço das cartas dos leitores é:

- Demasiado
- Adequado
- Suficiente

15 – Já escreveu para o espaço das cartas dos leitores?

- Nunca
- Uma vez
- Várias vezes

16 – Já participou em inquéritos do jornal?

- Nunca
- Uma vez
- Várias vezes

17 – Já participou em debates organizados pelo jornal?

- Nunca
- Uma vez



- Várias vezes

18 – Já contactou o jornal/um jornalista por sua iniciativa?

- Nunca
- Uma vez
- Várias vezes

19 – (Se sim) fê-lo para:

- Dar uma opinião
- Para corrigir um erro
- Para chamar a atenção para algo de negativo
- Para chamar a atenção para algo de positivo
- Outro / Qual?

20 – (Se sim) fê-lo:

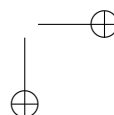
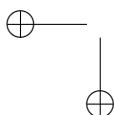
- Pessoalmente
- Por carta
- Por telefone
- Por e-mail

21 – Contactar o jornal / jornalistas?

- É fácil
- É difícil
- Não sabe

22 – O jornal devia dar mais espaço aos cidadãos?

- Sim
- Não



- 23 – Se respondeu sim na anterior: Como? / De que forma?
- 24 – Qual a sua opinião em relação às seguintes afirmações: (Selecione uma resposta para cada item de acordo com a escala: Concordo totalmente; Concordo; Não concordo/nem discordo; Discordo; Discordo totalmente)
- Os cidadãos participarem na discussão dos assuntos através dos jornais
 - Existirem locais onde os cidadãos e os políticos debatam os assuntos frente-a-frente
 - Os cidadãos falarem directamente com os políticos que decidem os assuntos
- 25 – Sexo:
- Masculino
 - Feminino
- 26 – Idade:
- [18 - 29] anos
 -]29 - 45] anos
 -]45 - 55] anos
 -]55 - 65] anos
 - > 65 anos
- 27 – Nível de escolaridade:
- Sabe ler e escrever mas sem diploma 1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)
 - 2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)
 - 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)
 - Ensino Secundário (Incompleto)
 - Ensino Secundário (12º ano)

- Ensino Superior

28 – Ocupação Profissional / Estatuto socioprofissional perante o trabalho:

- Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas
- Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas
- Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio
- Pessoal Administrativo e Similares
- Pessoal dos Serviços e Vendedores
- Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas
- Operários, Artífices e Trabalhadores Similares
- Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem
- Trabalhadores Não Qualificados
- Desempregado
- Pensionista/Reformado
- Estudante

29 – É assinante do jornal...

- Há menos de um ano
- Entre 1 e 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Há mais de 10 anos

V – Guião da 2ª Inquirição no Estudo de Opinião

Boa Tarde, estarei a falar com o/a senhor(a) (...), o meu nome é (nome do inquiridor) e estou-lhe a ligar da Universidade da Beira Interior, que em parceria com o jornal (de que é assinante) está a desenvolver um projecto de investigação sobre imprensa regional e no qual participou anteriormente (sensivelmente no mês de Março/Abril do corrente ano). Estamos a contactá-lo(a) no sentido de lhe efectuar algumas questões sobre o jornal de que é assinante.

Existem 21 perguntas neste inquérito.

1 – Código do Inquiridor

2 – Código do Jornal

- Jornal do Fundão
- Jornal da Bairrada
- Jornal do Centro
- Jornal O Ribatejo
- Jornal Região de Leiria
- Jornal Diário As Beiras
- Jornal O Algarve
- Jornal Grande Porto

3 – Código do Assinante

4 – Leitor do jornal?

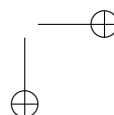
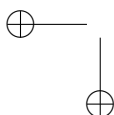
- Sim
- Não

5 – Com que frequência lê jornais nacionais?

- Todos os dias
- Uma vez por semana
- Duas vezes por semana



- De vez em quando
- 6 – Com que frequência lê jornais regionais?
 - Todos os dias
 - Uma vez por semana
 - Duas vezes por semana
 - De vez em quando
- 7 – Nos últimos seis meses notou alterações no jornal...?
 - Sim
 - Não
- 7.1 – (Em caso afirmativo) Essas alterações são:
 - Positivas
 - Negativas
- 7.2 – (Em caso afirmativo) Indique quais as principais alterações verificadas: (selecione uma resposta apropriada para cada item: sim ou não)
 - Na quantidade de temas abordados
 - Na quantidade de peças em que o cidadão comum é ouvido
 - Na quantidade de peças sobre a autarquia
 - Na quantidade de peças que presta atenção aos problemas do dia-a-dia
 - Na dimensão das peças que presta atenção aos problemas do dia-a-dia
 - Na quantidade de fotografias em que o cidadão comum é representado
- 8 – Na sua opinião, em que tipo de trabalhos jornalísticos identificou alterações? (selecione uma resposta apropriada para cada item: sim ou não)
 - Notícias



- Reportagens
 - Entrevistas
- 9 – Na sua opinião, de uma forma geral, o espaço dedicado aos cidadãos/leitores nos últimos seis meses:
- Diminuiu
 - Manteve-se igual
 - Aumentou
- 9.1 – (Em caso afirmativo) E agora mais especificamente, no que diz respeito à informação (notícias, reportagens, entrevistas) diria que a quantidade de informação centrada no dia-a-dia das pessoas nos últimos seis meses:
- Aumentou
 - Manteve-se igual
 - Diminuiu
- 10 – Na sua opinião, nos últimos seis meses, o espaço do jornal dedicado às cartas dos leitores:
- Aumentou
 - Manteve-se igual
 - Diminuiu
- 11 – Alguma das temáticas/questões que gostava de ver abordadas surgiu nos últimos seis meses no jornal?
- Sim
 - Não
- 12 – Se tivesse oportunidade proporia alguma alteração ao jornal?
- Sim
 - Não

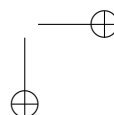


12.1 – (Em caso afirmativo) Que alterações proporia? (selecione uma resposta apropriada para cada item: sim ou não)

- Mais temas abordados
- Mais voz do cidadão comum
- Maior atenção aos problemas do dia-a-dia
- Maior número de fotografias onde o cidadão apareça
- Aumento do tamanho das peças
- Mais cartas dos leitores
- Mais reportagens Mais notícias locais
- Mais artigos de opinião
- Maior ênfase nas figuras públicas

13 – Na sua opinião, qual o tema que mais preocupa os cidadãos da região?

- Economia
- Ambiente
- Educação e Ciência
- Política
- Cultura
- Polícia e Justiça
- Saúde
- Religião
- Urbanismo e Transportes
- Turismo
- Pobreza e Exclusão Social
- Associativismo
- Novas Tecnologias/Meios de Comunicação
- Agricultura e Pescas
- Sociedade



- Não sabe / Não responde
- Outro / Qual?

14 – Acha que o jornal de que é assinante dá atenção suficiente ao assunto que escolheu?

- Sim
- Não

14.1 – Se sim, notou alterações nos últimos seis meses?

- Sim
- Não

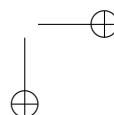
15 – Há algum tema que ache importante e a que o jornal não dê atenção?

- Economia
- Ambiente
- Educação e Ciência
- Política
- Cultura
- Polícia e Justiça
- Saúde
- Religião
- Urbanismo e Transportes
- Turismo
- Pobreza e Exclusão Social
- Associativismo
- Novas Tecnologias/Meios de Comunicação
- Agricultura e Pescas
- Sociedade
- Não sabe / Não responde
- Outro / Qual?



16 – Para finalizar, diga-me por favor, qual o seu grau de concordância com a seguinte afirmação: O jornal...contribui para a resolução dos problemas da região?

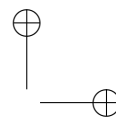
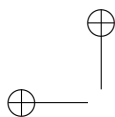
- Concorda totalmente
- Concorda
- Indiferente
- Discorda
- Discorda totalmente



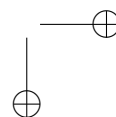
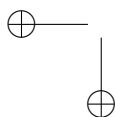
VI – Guião dos Grupos de Foco

Este grupo de foco visa analisar a importância do tema “o impacto do pagamento de scuts na economia regional”. Visa também avaliar a vossa opinião sobre a cobertura jornalística feita pela imprensa regional ao tema e em que medida a mesma contribuiu para o debate do assunto na comunidade envolvente. É pois na qualidade de líderes de opinião e de membros da comunidade com interesse directo e específico no tema que gostaríamos de consultar a vossa opinião durante um espaço de hora e meia. As perguntas que lançamos são comuns a todos mas podem ser acompanhadas de precisões, comentários e pedidos de esclarecimentos adicionais

1. Qual a vossa opinião sobre a introdução de portagens nas SCUTS?
2. O que acham, em geral, da estratégia de utilizador/pagador?
3. Tendo em conta o posicionamento e a economia da região, qual o impacto da introdução do pagamento nas SCUTS?
4. Como veem cada um das regiões afectadas pela introdução do pagamento das SCUTS?
5. Qual a solução que apontam como alternativa à introdução do pagamento de portagens nas SCUTS?
6. Pensam que o assunto foi objecto de discussão e de debate colectivo pelas populações abrangidas?
7. Na vossa opinião, a imprensa regional contribuiu para o alargamento do debate em torno do tema?
8. Acham que a imprensa regional contribuiu para as pessoas tomarem conhecimento dos problemas envolvidos neste tema?
9. Que práticas ou que medidas foram tomadas pela imprensa para aprofundar o conhecimento do problema?
10. Que práticas ou que medidas poderiam ter sido levadas a efeito pela imprensa para aprofundar o conhecimento do problema?



11. Aham que a imprensa regional ouviu todas as partes interessadas no problema ou preferiu tomar uma opção clara, comprometendo-se claramente com o sim ou o não? Concorda com a estratégia seguida?
12. Em resumo pode-se dizer...



VII – Práticas de construção noticiosa dos jornais regionais

Tabela XXX – Critérios que determinam a importância de um acontecimento

Critérios de noticiabilidade														
Tíver														
consequências														
Notoriedade														
Influência														
Inesperado/														
para a														
de pessoas														
Tíver														
das pessoas														
insólito														
comunidade														
conhecidas														
impacto														
envolvidas														
Próximo			Actual		insólito		comunidade		conhecidas		impacto		envolvidas	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	6	17,6%	4	11,8%	10	29,4%	11	32,4%	2	5,9%	5	14,7%	3	8,8%
2	5	14,7%	7	20,6%	5	14,7%	8	23,5%	1	2,9%	9	26,5%	2	5,9%
3	6	17,6%	7	20,6%	6	17,6%	5	14,7%	3	8,8%	4	11,8%	2	5,9%
4	5	14,7%	8	23,5%	6	17,6%	5	14,7%	3	8,8%	3	8,8%	2	5,9%
5	7	20,6%	5	14,7%	4	11,8%	1	2,9%	5	14,7%	7	20,6%	0	0%
6	1	2,9%	1	2,9%	2	5,9%	3	8,8%	13	38,2%	4	11,8%	9	26,5%
7	4	11,8%	2	5,9%	1	2,9%	1	2,9%	7	20,6%	2	5,9%	16	47,1%

Tabela XXXII – As principais funções do jornalismo regional são
(De acordo com os indicadores pertencentes ao “jornalismo deliberativo”)

Níveis de importância	Permitir a participação			Contribuir para			Fomentar o			Fomentar o		
	alargada nas tomadas			resolver problemas			debate no			debate público		
	de decisões						seio da região			ou ideológico		
	Nº	%	% A	Nº	%	% A	Nº	%	% A	Nº	%	% A
1	1	2,9%	2,9%	3	8,8%	8,8%	1	2,9%	2,9%	1	2,9%	2,9%
2	6	17,6%	20,6%	6	17,6%	26,5%	4	11,8%	14,7%	0	0%	0%
3	4	11,8%	32,4%	8	23,5%	50%	5	14,7%	29,4%	3	8,8%	11,8%
4	3	8,8%	41,2%	4	11,8%	61,8%	5	14,7%	44,1%	4	11,8%	23,5%
5	2	5,9%	47,1%	5	14,7%	76,5%	5	14,7%	58,8%	5	14,7%	38,2%
6	7	20,6%	67,6%	4	11,8%	88,2%	5	14,7%	73,5%	5	14,7%	52,9%
7	8	23,5%	91,2%	1	2,9%	91,2%	9	26,5%	100%	4	11,8%	64,7%
8	3	8,8%	100%	3	8,8%	100%	0	0%	–	12	35,3%	100%

* Nº – Número de peças; % – Percentagem; % A – Percentagem acumulada

Tabela XXXIII - As principais funções do jornalismo regional são
(Denunciar problemas e garantir a vigilância dos órgãos públicos)

Denunciar problemas e garantir a vigilância dos órgãos públicos			
Níveis de importância	Nº	%	% A
1	2	5,9%	5,9%
2	11	32,4%	38,2%
3	5	14,7%	52,9%
4	7	20,6%	73,5%
5	4	11,8%	85,3%
6	2	5,9%	91,2%
7	2	5,9%	97,1%
8	1	2,9%	100%

* Nº – Número de peças; % – Percentagem; % A – Percentagem acumulada

Tabela XXXIV – Os principais deveres de um jornalista regional são:

Níveis de importância	Com os valores ético.profissionais			Com os cidadãos		
	Nº	%	% A	Nº	%	% A
1	20	58,8%	58,8%	11	32,4%	32,4%
2	8	23,5%	82,4%	11	32,4%	64,7%
3	1	2,9%	85,3%	4	11,8%	76,5%
4	2	5,9%	91,2%	5	14,7%	91,2%
5	3	8,8%	100%	3	8,8%	100%

* N° – Número de peças; % – Percentagem; % A – Percentagem acumulada

Tabela XXXV – Os principais deveres de um jornalista regional são:

Níveis de importância	Com a instituição em que trabalha			com as fontes			Com o interesse da região		
	Nº	%	% A	Nº	%	% A	Nº	%	% A
1	3	8,8%	8,8%	4	11,8%	11,8%	4	11,8%	11,8%
2	6	17,6%	26,5%	4	11,8%	23,5%	3	8,8%	20,6%
3	7	20,6%	47,1%	13	38,2%	61,8%	7	20,6%	41,2%
4	9	26,5%	73,5%	8	23,5%	85,3%	7	20,6%	61,8%
5	9	26,5%	100%	5	14,7%	100%	13	38,2%	100%

Tabela XXXVI – A melhor forma de redigir uma notícia acerca de um problema é:

Escala de gradação	Expor os lados em confronto			Expor os dados de forma explicativa			Incluir propostas de solução		
	Nº	%	% A	Nº	%	% A	Nº	%	% A
Concordo totalmente	22	64,7%	64,7%	20	58,8%	58,8%	4	11,8%	11,8%
Concordo	11	32,4%	97,1%	13	38,2%	97,1%	10	29,4%	41,1%
Não concordo/nem discordo	1	2,9%	100%	1	2,9%	100%	14	41,1%	82,4%
Discordo	0	0%	–	0	0%	–	4	11,8%	94,2%
Discordo totalmente	0	0%	–	0	0%	–	2	8,8%	100%

Tabela XXXVII – O mais importante para uma democracia funcionar é que
(De acordo com os indicadores que associámos ao “jornalismo canónico”)

Níveis de importância	Os cidadãos sejam esclarecidos			Os cidadãos possam escolher entre propostas políticas diferentes		
	Nº	%	% A	Nº	%	% A
1	18	52,9%	52,9%	4	11,8%	11,8%
2	6	17,6%	70,6%	8	23,5%	35,3%
3	5	14,7%	85,3%	4	11,8%	47,1%
4	5	14,7%	100%	18	52,9%	100%

* N° – Número de peças; % – Percentagem; % A – Percentagem acumulada

Tabela XXXVIII – O mais importante para uma democracia funcionar é que
De acordo com os indicadores que associámos ao “jornalismo deliberativo”)

Níveis de importância	Os cidadãos participem activamente no debate público			Os cidadãos possam participar na tomada de decisões		
	Nº	%	% A	Nº	%	% A
1	7	20,6%	20,6%	8	23,5%	23,5%
2	12	35,3%	55,9%	8	23,5%	47,1%
3	11	32,4%	88,2%	9	26,5%	73,5%
4	4	11,8%	100%	9	26,5%	100%

* N° – Número de peças; % – Percentagem; % A – Percentagem acumulada

VIII – Jornalistas, princípios e critérios de produção noticiosa

Tabela XXXIX – Posicionamento na escala esquerda-direita
orientação político-ideológica

Posicionamento escala esquerda-direita	Orientações político-ideológicas							
	Bastante		Muito		Pouco		Nada	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Extrema-esquerda	1	2,9%	0	0%	0	0%	0	0%
Esquerda	4	11,8%	0	0%	0	0%	2	5,9%
Centro-esquerda	3	8,8%	1	2,9%	0	0%	12	35,3%
Centro-direita	1	2,9%	0	0%	0	0%	0	0%
Direita	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Extrema-direita	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Sem posição	2	5,9%	0	0%	6	17,6%	2	5,9%

Tabela XL – Posicionamento na escala esquerda-direita
distribuída por sexo dos jornalistas

Posicionamento escala esquerda-direita	Sexo			
	Feminino		Masculino	
	Nº	%	Nº	%
Extrema-esquerda	1	2,9%	0	0%
Esquerda	1	2,9%	5	14,7%
Centro-esquerda	10	29,4%	6	17,6%
Centro-direita	0	0%	1	2,9%
Direita	0	0%	0	0%
Extrema-direita	0	0%	0	0%
Sem posição	1	2,9%	9	25,6%

Tabela XLI – Orientações político-ideológicas dos jornalistas por sexo

Orientações político-ideológicas		Sexo		
		Feminino	Masculino	Total
Bastante	Nº de jornalistas	3	8	11
	Quanto à orientação político-ideológica	27,3%	72,7%	100%
	Quanto ao sexo	23,1%	38,1%	32,4%
Muito	Nº de jornalistas	1	0	1
	Quanto à orientação político-ideológica	100%	0%	100%
	Quanto ao sexo	7,7%	0%	17,6%
Pouco	Nº de jornalistas	8	8	16
	Quanto à orientação político-ideológica	50%	50%	100%
	Quanto ao sexo	61,5%	38,1%	47,1%
Nada	Nº de jornalistas	1	5	34
	Quanto à orientação político-ideológica	16,7%	83,3%	100%
	Quanto ao sexo	7,7%	23,8%	100%
Total	Nº de jornalistas	13	21	34
	Quanto à orientação político-ideológica	38,2%	61,8%	100%
	Quanto ao sexo	100%	100%	100%

Tabela XLII – Orientações político-ideológicas dos jornalistas por grupo etário

		Idade			
Orientações político-ideológicas		Até 29 anos	30 a 40 anos	41 a 55 anos	Total
Bastante	Nº de jornalistas	3	4	4	11
	Quanto à orientação político-ideológica	27,3%	36,4%	36,4%	100%
	Quanto à idade	50%	25%	33,3%	32,4%
Muito	Nº de jornalistas	0	1	0	1
	Quanto à orientação político-ideológica	0%	100%	0%	100%
	Quanto à idade	0%	6,3%	0%	2,9%
Pouco	Nº de jornalistas	3	7	6	16
	Quanto à orientação político-ideológica	18,8%	43,8%	37,5%	100%
	Quanto à idade	18,8%	43,8%	50%	47,1%
Nada	Nº de jornalistas	0	4	2	6
	Quanto à orientação político-ideológica	0%	66,7%	33,3%	100%
	Quanto à idade	0%	25%	16,7%	47,1%
Total	Nº de jornalistas	6	16	12	34
	Quanto à orientação político-ideológica	17,6%	47,1%	35,3%	100%
	Quanto à idade	100%	100%	100%	100%

Tabela XLIII – Posicionamento político na escala esquerda-direita por grupo etário

		Idade			
Posicionamento político na escala esquerda-direita		Até 29 anos	30 a 40 anos	41 a 55 anos	Total
Extrema-esquerda		1	0	0	1
Esquerda		1	2	3	6
Centro-esquerda		4	7	5	16
Centro-direita		0	1	0	1
Direita		0	0	0	0
Extrema-direita		0	0	0	0
Sem posição		0	6	4	10
Total		6	16	12	34

Tabela XLIV – Opinião sobre o espaço para os leitores
por grupo etário e sexo dos jornalistas

Idade	Sexo	Devia ser maior		Está correcto		Devia ser menor	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
41 a 55 anos	Feminino	5	41,7%	0	0%	0	0%
	Masculino	5	41,7%	2	16,7%	0	0%
30 a 40 anos	Feminino	3	18,8%	2	12,5%	0	0%
	Masculino	6	37,5%	5	31,3%	0	0%
Até 29 anos	Feminino	1	16,7%	2	33,3%	0	0%
	Masculino	2	33,3%	1	16,7%	0	0%

Tabela XLV – Usar cidadãos como fonte citada em notícias

Níveis de importância	Dá voz a quem				Não garante			
	tem poucas		Dá menos		Acrésceta pontos		representatividade	
	possibilidades de se		garantias de		de vista que podem		porque os cidadãos comuns	
	exprimir publicamente		credibilidade		ser importantes		falam apenas em nome pessoal	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	10	29,4%	4	11,8%	18	52,9%	4	11,8%
2	16	47,1%	3	8,8%	10	29,4%	7	20,6%
3	5	14,7%	7	20,6%	2	5,9%	16	47,1%
4	3	8,8%	20	58,8%	4	11,8%	7	20,6%

Tabela XLVI – Considera que a agenda dos jornais é orientada

Níveis de Preocupação	Pela preocupação das elites locais		Pela preocupação dos cidadãos locais		Pelas preocupações comerciais das empresas de comunicação social	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	6	17,6%	12	35,3%	13	38,2%
2	9	26,5%	12	35,3%	15	44,1%
3	19	55,9%	10	29,4%	6	17,6%

Tabela XLVII – O conteúdo noticioso dos jornais regionais é

Níveis de importância	Equilibrado quanto à					
	participação de elites e cidadãos comuns		Demasiado focado nos cidadãos comuns		Demasiado focado nas elites	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	12	35,3%	1	2,9%	18	52,9%
2	16	47,1%	12	35,3%	6	17,6%
3	6	17,6%	21	61,8%	10	29,4%

IX – Transcrição das Entrevistas aos Directores

JORNAL DA BAIRRADA

António Granjeia

PARTE I

Caracterização da Imprensa Regional

1.1 – Qual o papel que a imprensa Regional desempenha no contexto dos meios de comunicação em Portugal? Justifique.

Eu penso que é um papel de proximidade, fundamentalmente. É a imprensa que está mais próxima, do dito povo e portanto é uma imprensa que é lida por um conjunto de pessoas, que normalmente não são, normalmente não lêem jornais nacionais, mas que lêem os jornais regionais. Fundamentalmente, eu acho que é isso que diferencia e caracteriza os meios de comunicação regional. Hoje em dia, foi mudando um bocadinho, tornou-se mais profissional e aproximou-se um bocado do jornalismo, que se faz a nível nacional, mas mantém na minha opinião, ou pelo menos deve manter, pelo menos é o que a gente aqui faz, mantendo muito as situações de proximidade, com a terra, com a pequena notícia da terra mais pequena, que é muito importante para aquela pessoa que lê o jornal, para o assinante, mas que é muito pouco importante para aquela que está em Lisboa ou no Porto, mas que para nós é muito importante, é um jornalismo diferente deste ponto de vista.

1.1.1 – Acha que o seu jornal cumpre esse papel? (Perguntar porquê, quer a resposta seja positiva ou negativa)

Eu acho que sim. Porque nós temos aqui um potencial, que é visto no jornal. Isto é assim, nós temos aqui sessenta e tal colaboradores, que colaboram connosco gratuitamente e que mandam as notícias. Não é todas as semanas, mas várias semanas e que colaboram dando-nos as pequenas notícias, que depois nós tratamos e fazemos a notícia. Muitas das vezes são eles próprios, que escrevem a notícia e portanto, isso significa uma maior proximidade com a população. Nós temos cerca de 60. Nós fazemos anualmente um jantar com esses colaboradores aliás, vai acontecer agora no aniversário do jornal, e isto tanto nos colaboradores ditos normais, como nos colaboradores desportivos. Nós temos colaboradores desportivos, que cobrem o jogo do iniciado, que é a

proximidade. Que é a importância, muitas das vezes, dar voz, a quem não tem voz, que nunca aparece nas notícias, pronto e é um bocado isso.

1.1.2 – Indique as estratégias utilizadas para cumprir esse papel.

Essa é uma estratégia. A principal estratégia é ter um elevado número de colaboradores. A outra estratégia que nós temos, é uma rede de cobradores, que vão angariar uma rede de assinaturas e que é uma rede extensa e que temos muitos. O que significa, que também não é só a proximidade da notícia e do jornal chegar a casa todas as semanas, mas também é alguém que fala do jornal quando lá vai, cobrar do dinheiro e dar uma palavra, com as pessoas sobre isso e que muitas vezes trazem o “feed-back”, que trazem da informação, do que acharam bem, do que acharam mal. Muitas vezes há essa circunstância. Eu costumo ter uma reunião, com os colaboradores sobre isso, especificamente. Ouvir o que eles dizem. E depois temos, muita gente, não sei se isso é normal, mas aqui é comum, que temos muita gente que vem aqui ao balcão, aqui somos quase uma repartição pública. Nós temos muita gente, diariamente. Nós temos uma pessoa só para atendimento ao público.

1.2 – O que é que a imprensa regional dá ao público que a nacional não dá?

Epah! Ambas dão notícias, eu acho que é a forma como dão as notícias, fundamentalmente é isso. É uma forma diferente de encarar a notícia, e talvez dar umas notícias que interessem à população local. Não é possível, penso eu, para mim o cidadão de Portugal, que a ponte do Tejo custou não sei quantos milhões, como para outra pessoa qualquer, mas se calhar é irrelevante, para si que não é daqui saber que a ponte sobre o rio Lezíria, está a cair e ninguém a arranja. E isso não interessa a ninguém, a não ser às pessoas daqui. Portanto, quando nós estamos próximos disso, próximos dessas questões, aí damos importância ao jornal. Portanto, eu acho que os jornais nacionais, por muito que digam e façam cadernos locais, não chegam a esta finura. Não atingem este tipo de problemas. Fundamentalmente é isso.

1.2.1 – E o que é que a nacional dá que a regional não dá?

Eu acho que não existe limitação de meios na imprensa regional, pelo menos no nosso caso, agente não sente. Aliás, eu acho que existem em ambos limitações de meios, mas eu acho que isso é fundamentalmente um factor de



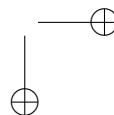
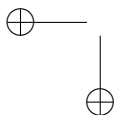
escala. É eu poder ter, dois ou três repórteres a cobrir uma coisa, e eu aqui não ter capacidade para fazer isso. Não faz sentido sequer. Mas nós quando temos um acontecimento nacional, e já tem acontecido, aliás, um acontecimento local, que tem uma relevância nacional também fazemos a mesma cobertura e às vezes fazemos melhor. Portanto, eu não acho, o que é que a imprensa nacional, só o factor de escala, só a amplificação daquilo que se passou aqui e isso acontece com alguma frequência, com as televisões, fazem um barulho, por estão mais em cima das pessoas, fazem mais barulho, e às vezes a gente espreme, espreme e aquilo não deita nada. Aliás, há pouco estávamos ali rirmos todos na redacção, porque agora aí esse caso do. Pronto, estávamos aqui a falar sobre o crime mais conhecido, que agora aqui toda a gente fala não sê o quê. E estávamos a dizer, que se fala muito da mesma coisa, as pessoas são ávidas, andam a ler de jornal em jornal e lêem sempre a mesma coisa. E eu disse com algum sentido de brincadeira, lêem aqui no jornal, hão-de ler duas vezes a mesma notícia. No fundo é tudo igual. Porque no fundo é tudo igual.

1.3 – Como avalia o espaço e o interesse dedicados pelos jornais às regiões e localidades periféricas?

Baixo. Muito baixo. Limitam-se a fazer uma ou outra notícia. Muitas vezes dão a notícia que não interessa nada, dão a notícia do crime e pouco mais que isso. Não fazem investigação rigorosamente nenhuma, não se preocupam com isso. São muito maus na notícia pequena. Eu sou, confrontado, não enquanto director de um jornal, mas enquanto cidadão e eu moro em Aveiro, por um jornal nacional, que me telefonam várias vezes a perguntar-me coisas sórdidas. E eu sou presidente de um clube, telefonam-me porque houve uma senhora, que teve um acidente e não se quê, não são capazes de me telefonar a perguntar, se a rua está estragada ou se a gente não tem água. Só se interessam, por aquilo que teoricamente, aquilo que eles acham que vende. E não têm essa leitura. Acho mal, acho que prestam um mau serviço.

1.4 – Que papel atribui à imprensa local e regional na promoção da cidadania?

Muito. Muito grande. Aliás, acho que esse trabalho não é só regional, mas muitas vezes, nós temos artigos de informação. Nós, no nosso jornal inclusivamente temos um artigo de um instituto, sistematicamente, que é o IEC, Instituto da Informação e Cidadania, e portanto fazemos isso sistema-



ticamente todas as semanas. Portanto, nós damos mesmo relevância a esse facto. É importante para nós.

PARTE II

A relação da Imprensa Regional com os cidadãos

2.1 – Para além da página do leitor são frequentes os contactos entre o público leitor e o jornal?

2.1.1 – Que tipo de contactos? (se não forem dados na resposta, pedir exemplos)

São muito frequentes. Contacto telefónico, e-mail. Está a crescer muito o contacto por e-mail e o contacto pessoal, aqui é normal, não vou dizer que é um por dia, mas quase. Eu recebo quase todos os dias, todas as pessoas. E não só comigo, enquanto director, mas também com o chefe de redacção, porque muitas das vezes substitui-me nessa tarefa.

2.2 – Através de que meios os cidadãos tomam mais frequentemente a iniciativa de contactar o jornal?

Através de que meios? O telefone, é o principal e depois o contacto pessoal.

2.3 – Considera que os jornais regionais em geral estão em sintonia com os problemas das comunidades e dos seus leitores?

Considero, em termos gerais.

2.3.1 – Considera que o jornal que dirige está em sintonia com os problemas das comunidades e dos seus leitores?

Eu considero que o jornal está em sintonia, aqui com os problemas da Bairrada, mas se perguntar aos políticos, não está em sintonia com os políticos. Depende do ponto de vista, isso é relativo.

2.3.2 – Como é que essa sintonia é obtida?

Nós preocupamo-nos. Há aqui que ver duas coisas. A maior parte da informação que é debitada nos jornais, tem uma fonte e nós abrangemos uma região que tem várias câmaras, mas a fonte principal de notícias normalmente são as câmaras, ou emanam das câmaras e depois de institutos públicos, ou de



actividades dos clubes, ou de actividades de associações, ou de outras actividades, mas normalmente a maioria vem das câmaras. E portanto nós tratamos essa informação, não veiculamos a informação da câmara. E para além disso, também damos muita importância à carta, ao problema que nos chega das escolas do cidadão, disto ou daquilo, do abate de árvores, de uma coisa qualquer que nos aparece. Damos sempre enfoque à queixa, à pequena queixa, hoje sai aqui, não é relevante, mas a eventual censura nas câmaras no acesso dos meios de comunicação social, por exemplo sai. Não foi a câmara que veiculou essa informação, mas fomos nós que fomos atrás dela. E portanto nós estamos próximos disso, e ouvimos muita gente.

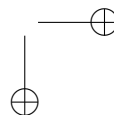
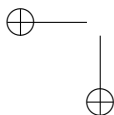
2.4 – Considera que a agenda dos jornais regionais é orientada pelos interesses das elites locais ou pelas preocupações dos cidadãos locais? Dê exemplos.

É uma pergunta difícil de responder. Porque as elites influenciam muito a nossa opinião. O que acontece nos jornais locais, ou pelo menos nesses jornais mais de província, que a elite é curta e portanto se existe a influência da elite, porque é óbvio que existe. Tem que existir. Também existe muita voz do povo, a gente dá muita voz, à pequena queixa. Damos muita voz a isso. E isso não é propriamente uma elite, são pequenas queixas, apenas e só, que não tem relevância sequer. Mas é evidente que a elite influencia. É evidente que sim.

2.5 – Acha que é possível criar uma agenda baseada nos problemas dos cidadãos?

2.5.1 – Como é que se pode criar essa agenda? (se ele não disser que já existe)

Acho. Nós temos até uma coisa no site, que se chama “jornalismo do cidadão”. Em que eles escrevem as notícias e nós depois vamos ver o que aconteceu. É uma forma de se queixar. É uma forma de nos dizer que aconteceu isto ou aquilo, depois nós vamos verificar, não vamos dar a notícia logo, não fazemos “copy paste” da notícia, vamos verificar. Em relação à pergunta anterior, não sei se posso voltar às elites. Muitas da vezes acontece, que quem nos trás a notícia de queixa disto ou daquilo, ou de um problema que se está a avolumar ou a acontecer, são os presidentes das juntas, que muitas vezes,



não têm nada a ver com o poder, são contra-poder. Muitas das vezes são do próprio poder, mas estão contra o poder instituído e portanto isso também é uma forma de ouvir as pessoas, muitas das vezes são os empresários que estão insatisfeitos, com aquilo que se passa, com a forma como são tratados, com as dificuldades burocráticas, aliás não é burocráticas, é “burrocráticas” que existem, e portanto são essas coisas, que é importante fazer essa avaliação.

2.6 – É frequente o jornal contactar os leitores para acolher sugestões?

Entrevistas de rua, sim.

2.6.1 – Quais são as ferramentas que já utilizou para o contacto por parte do jornal com os leitores?

Normalmente é entrevista pessoal e outras vezes, entrevista por e-mail, actualmente. E muitas vezes pelo telefone, contacto pessoal. Estava a perguntar de perguntas objectivas sobre determinados temas? É pessoal. Normalmente é pessoal.

PARTE III

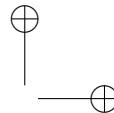
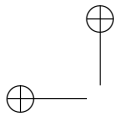
Cartas dos leitores

3.1 – Quantas cartas de leitores o jornal recebe em média por semana? (papel e correio electrónico)

Por semana várias, mas nós não publicamos todas. Epah, no mínimo uma carta. Mas, é receber, não é publicar? No mínimo duas, três, no mínimo. Nós publicamos uma ou duas.

3.2 – Quem faz a triagem e selecção das cartas? Que qualidades deve ter uma carta para ser publicável?

Neste momento a subdirectora. Mas, se for polémica e não sê o quê, depois fala comigo. Não há nenhum critério. O critério é o do bom senso. Não há nenhum critério para além disso. Não aceitamos cartas que insultem as pessoas. Não há qualquer tipo de censura, ao conteúdo, mas à forma como se escreve as coisas e às vezes quando são demasiado pessoalizadas, quando retratam problemas demasiado pessoais na primeira pessoa, evidentemente não tem interesse para as pessoas. Ou quando são a tratar de assuntos em que se referem em demasiado a outras pessoas, na forma pessoal. Essa é a grande regra. Mas acima de tudo é o bom senso.



3.3 – Lembra-se de algum caso em que uma carta publicada tenha dado azo a um trabalho jornalístico sobre o tema?

Várias vezes. Sim várias vezes. Muitas vezes, sim. Casos em associações, é frequente acontecer. Sim, de cariz associativo. De cariz por exemplo, o último que eu me recordo, sem ser de cariz associativo, problemas de cartas que um professor tenha escrito sobre o modo como se gere a escola pública. Depois vamos falar com os professores, com os alunos, com a direcção e isso aconteceu, ainda aqui à muito pouco tempo. Isso é muito frequente, muito frequente.

PARTE IV Caracterização do Perfil do Director

4.1 – Idade

51

4.2 – Possui um curso superior na área da comunicação?

Não

4.3 – Há quanto tempo é Director do Jornal?

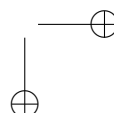
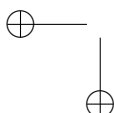
Epah isso agora tenho que, eu penso que à 5 ou 6 anos.

4.3.1 – Antes de desempenhar funções de direcção neste jornal, já o tinha feito noutro meio de comunicação?

Neste jornal era gerente.

4.3.2 – Como é que surgiu a ligação ao jornal?

Ligação familiar.



JORNAL DO FUNDÃO**Fernando Paulouro**

PARTE I

1. Caracterização da Imprensa Regional

1.1 – Qual o papel que a imprensa Regional desempenha no contexto dos meios de comunicação em Portugal? Justifique.

Eu julgo que a imprensa regional tem uma matriz muito própria, tem desde logo a característica da proximidade em relação aquilo que é a matéria de trabalho e universo informativo e tem, julgo eu que se diferenciou, sobretudo depois do 25 de Abril, claramente na medida em que houve um rápido processo de profissionalização. Porque a imprensa regional vivia muitas vezes, eram excepções os que tinham jornalistas profissionais, e isso criou-lhe um novo impacto junto da realidade e deu-lhe uma credibilidade maior em termos de profissionalismo. A isso acresce que de facto o êxito da imprensa regional é também e resulta em larga medida da forma como os órgãos de informação nacional em Portugal tratam a globalidade do país. As regiões digamos, são na imprensa e na comunicação social de referência nacional são, julgo, marcadas por agendas oficiais da política, daquilo que é um determinado tipo de informação muito específica, e os problemas reais, os problemas das pessoas que vivem no interior estão geralmente ausentes dessas preocupações informativas. Isso permitiu que de facto a imprensa regional ocupasse um território, que é o dela, o que define a imprensa regional é a territorialidade e de facto mesmo numa área onde o conceito jornalístico é muito difuso, porque quando falamos de imprensa regional tudo cabe na imprensa regional, e a meu ver erradamente, porque uma coisa é a imprensa regional que faz a crónica de uma região, outra coisa é a imprensa local que tem um sentido paroquial às vezes, e que portanto não extravasa dos seus limites muito reduzidos. E a imprensa regional nesse aspecto cumpriu um papel muito importante ao nível da criação de identidades, na defesa de causas que eram vastas e quase que sendo regionais se impunham também à escala do país, e tudo isso deu-lhe de facto um papel muito importante na questão da coesão regional e na coesão social.

1.1.1 – Acha que o seu jornal cumpre esse papel? (Perguntar porquê, quer a resposta seja positiva ou negativa)

Eu julgo que o Jornal do Fundão teve um papel inovador, porque o jornal foi fundado em 1946. Foi fundado numa terra, que hoje é uma cidade, mas que há escala do tempo era uma pequena vila, e o Jornal do Fundão rapidamente se desenvolveu no sentido de ser porta-voz de um território mais vasto. E de facto, ao longo das suas décadas consubstanciou uma relação muito próxima com aquilo que era a visão regional dos problemas, as questões verdadeiramente importantes e comuns a uma realidade urbana muito mais vasta, ao próprio mundo rural visto num plano de diversidade, e isso foi um facto que singularizou o jornal, que se antecipou também ao nível de ter profissionalismo dentro da redacção, e portanto digamos que o título do jornal que é um título que parece local rapidamente se transformou já num título rico, porque sendo jornal do fundão apresenta de facto uma territorialidade vasta e é um reflexo muito persistente dessa realidade regional. Nesse aspecto o jornal teve um papel precursor.

1.1.2 – Indique as estratégias utilizadas para cumprir esse papel.

Se vir bem, o jornal ao longo do tempo não só reflectia a realidade regional, como se tornou ele próprio num papel interventor ao nível do desenvolvimento, ao nível do debate e das questões, no sentido de haver uma consciência própria de região, e isso é visível na medida até que o jornal antecipou, eu quase que diria que foi o criador da ideia de Beira Interior, porque promoveu três jornadas da Beira Interior, que foram os maiores fóruns até hoje realizados, mesmo no plano nacional, sobre a questão específica das regiões, com o envolvimento de universidades, agentes económicos, escritores, homens da cultura, e pensado isto tudo quando ainda não havia, quando a realidade transfronteiriça ainda não era uma coisa programada pela União Europeia, nós promovemos isso, o jornal promoveu isso, promoveu dentro das suas páginas e promoveu nas jornadas da Beira Interior, numa ligação já muito próxima e que levou à participação da raia espanhola, através da Universidade de Salamanca, da Estremadura, das juntas de poder dessas regiões, uma das jornadas até teve por temática dominante, a raia como traço de união, em vez de ser uma coisa separada. Portanto, digamos que nesse aspecto o jornal valorizou essa ideia e tornou-se porta-voz em larga medida quer de causas que abrangiam a região, quer do debate da própria região em si.

1.2 – O que é que a imprensa regional dá ao público que a nacional não dá?

Quer dizer, o jornal teve sempre um entendimento da sua prática jornalística como um fenómeno inseparável da cultura, e nós dizíamos, sempre afirmámos este objectivo fundamental, que a cultura é um passo decisivo para haver desenvolvimento, ou que sem a cultura e a informação, o desenvolvimento de uma região seria sempre uma coisa inalcançável. Nesse aspecto, o jornal desde muito cedo, por exemplo, estando numa região e tratando as causas regionais, todas elas, mas para além disso, o jornal tornou-se um elemento imprescindível ao nível da própria informação cultural, isto é, os homens de cultura, os escritores mais importantes do século XX português, e ainda hoje, colaboraram no Jornal do Fundão e era no Jornal do Fundão que colaboravam, não tendo lugar muitas vezes nos jornais nacionais. Por exemplo, não é por acaso que o Saramago teve uma colaboração aqui, e colaborava aqui, e depois colaborou também na Capital. Mas escritores como o brasileiro, o Carlos Drumond de Andrade, o Eugénio de Andrade, o António José Saraiva, muito tempo, durante os anos 50, assinou ele aqui umas crónicas de Paris. Portanto, isso deu ao jornal também uma expressão interessante do ponto de vista cultural, quer dizer o jornal teve suplementos culturais que não existiram em nenhum outro órgão de imprensa. A nova literatura, de cinema, etc., que ainda hoje são referências ao nível da que estão na história da cultura portuguesa, como o da poesia experimental, por exemplo, que foi publicado aqui em 63. Isso tornou o jornal também como sendo um órgão da região trazia coisas que diziam respeito ao país. Cardoso Pires dizia que o Jornal do Fundão fazia a crónica de uma região à escala do país. E esse eu julgo que é um bom entendimento em termos de editoriais, na medida em que nós não estamos ligados, já nessa altura, hoje muito menos, mas nessa altura não estávamos confinados ao nosso espaço. E portanto, o jornal foi suspenso durante seis meses antes do 25 de Abril, precisamente por causa de um suplemento literário que noticiou o prémio atribuído ao Orlandino Vieira. Portanto, há toda esta conjuntura. No plano regional o jornal afirmou-se nesse aspecto em termos culturais nós trazíamos coisas que os jornais nacionais não traziam, e no plano regional também, porque o jornal tratou o problema dos mineiros como nenhum outro jornal tratou, antes do 25 de Abril, tratou o problema da emigração como nenhum outro jornal tratou, tratou o problema das acessibilidades como nenhum

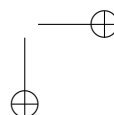


outro jornal tratou. A própria reivindicação sobre a auto-estrada e o túnel da Gardunha, é uma coisa que foi única na imprensa portuguesa, e portanto isso marcou muito. Marca por um lado a matriz do jornal, como fenómeno da informação, e concretiza essa ideia de fugir, de certa maneira, às limitações da própria região, em termos de abordagem de problemas.

Aliás, há uma coisa curiosa que é o distrito de Castelo Branco é o distrito que mais lê imprensa regional, os projectos diferenciam-se muito em termos objectivos, há uma parte que está ligada à Igreja, e depois há outra, que tem aí uma que vivendo nas cidades, quer na Guarda, quer Castelo Branco, tem uma expressão meramente local. Mas a imprensa regional no seu conjunto, e há hoje jornais regionais que se afirmaram claramente, em várias regiões do país, e que marcam a sua autonomia precisamente pela forma como sabem tratar dos problemas da região ou dos problemas mais próximos, que de facto a outra imprensa nunca pode dar e hoje mais do que nunca porque ela está condicionada por uma certa indústria da diversão e das audiências, e o que lhes interessa muito é sobretudo aquela matéria efémera da actualidade, e não, portanto, as grandes reportagens em relação aos problemas que o país defronta, o interior. Basta ver que, por exemplo, os problemas das regiões, a regionalização, a descentralização, tratadas como vindo ao encontro daquilo que é os lugares onde as pessoas habitam e vivem, e onde sofrem essas contingências isso raramente é feito, nem nas televisões, ou então é uma informação que passa, não é? E por isso é que o êxito da imprensa regional vive muito também disso de facto. Porque é um tipo de notícias que só ali é que existe, isso independentemente, mesmo que a imprensa nacional viesse às regiões, havia um tipo específico de informação que só pode ser dada a partir dos lugares e das vivências das pessoas.

1.2.1 – E o que é que a nacional dá que a regional não dá?

De facto, a imprensa nacional tem que, pontua muito a actualidade política, vive muito do universo da política, e se vir bem, mesmo aquilo que eram géneros tradicionais nos jornais, e que são importantes porque traduzem até aquilo que os leitores querem dar, quer dizer, o tratamento do quotidiano, quando se põe para uma grande cidade, põe-se também para cidades médias, ou mais pequenas. E hoje, a imprensa geralmente trata das coisas só do ponto meramente político, a crónica é essencialmente política, você vê muito pouco no jornal, crónica sobre o quotidiano das terras. Aquilo que é o alimento do



jornal, devia ser a história das pessoas, desapareceu muito dos jornais diários, e as televisões ainda fazem isso porque. e o que eu critico na imprensa regional é muitas vezes seguir modas da imprensa nacional, por exemplo, isso das agendas ficarem reféns dos políticos, e não fazerem. você se folhear os jornais regionais. nós temos um entendimento diferente. Todas as semanas pensamos que deve haver temas de reportagem, de temas largos, até tem o grande tema, na central, e sobretudo, uma batalha que é travada, é tentar descobrir histórias de pessoas, que pela sua natureza possam ter carácter universal, no sentido de interessar a toda a gente, isso aí é que é fazer jornalismo. E portanto essa é uma marca diferenciadora, que julgo muitas vezes por um falso modernismo ou por uma tentativa de ser igual aquilo que é o padrão jornalístico que os meios de comunicação maiores praticam, isso às vezes aparece também na imprensa regional, o que eu considero altamente negativo porque deixam de falar dos problemas das pessoas.

1.3 – Como avalia o espaço e o interesse dedicados pelos jornais às regiões e localidades periféricas?

Há uma coisa interessante, porque os jornais terem feedback dos leitores. Nós temos uma boa experiência disso. Até algumas histórias, das melhores do jornal, são pessoas que vêm ao jornal. Eu pessoalmente tenho experiências desse tipo, e isso é muito interessante do ponto de vista da relação que se cria. Há uma outra faceta da imprensa regional que é ligada à intervenção dos leitores, em que os leitores vêm ao jornal, como se de última instância para denunciar uma coisa, embora haja medos hoje de crítica ao poder local, os poderes lidam muito mal com a crítica, e portanto aquilo que era uma. Portugal nunca teve, nunca foi um país de grande tempo de liberdade, nós tivemos sem liberdade de imprensa quase 50 anos, e depois disso. portanto o medo, ainda há traumas de medo, pessoas que às vezes para fazerem uma crítica, um pequeno problema de uma terra, pedem para não por o nome, que é um trauma brutal, quer dizer, digamos que defrauda muito a qualidade da democracia, portanto há aqui uma educação cívica que tem de fazer. Mas a outra relação que há, e desse feedback que me estava a perguntar, é muitas vezes a interferência do leitor nas cartas que escreve, que eu acho que é um espaço nobre do jornal, e algumas, até aqui no jornal, têm dado, às vezes um grande celeuma, em termos de questões da política.

O espaço nós procuramos que o jornal existe para os leitores, nós temos uma panóplia de leitores muito diferenciada, porque temos a força central aqui no distrito de Castelo Branco, muito aqui centrada na Cova da Beira, mas depois temos os eixos urbanos, a Guarda e Castelo Branco, mas temos muitos leitores em Lisboa que são pessoas daqui, e temos muito leitores da emigração. Isto cria um universo muito heterogéneo. E nós procuramos, por um lado, dar espaço aquilo que são realidades urbanas mais próximas, depois tratar aquilo que é também as periferias regionais, num esquema que nós consideramos regional, que tem a ver com os concelhos mais pequenos, mas que publicamos, vamos às sessões de câmara, às assembleias municipais, publicamos reportagens, que é o caso de Belmonte, Penamacor, Idanha ou Vila Velha de Rodão, ou os do Pinhal, que é uma realidade um pouco mais distante, mas a que nós também damos atenção, e portanto, pretendemos combinar esses espaços com depois a outra ideia fundamental que é o grande tema que cobre temas regionais tratados a vários níveis, às vezes a vários níveis geográficos, ou a reportagem, ou a entrevista, mas do que se ligam mais com isto é a reportagem ou o grande tema, nós temos sempre a preocupação de serem assuntos que enlacen toda a outra realidade.

1.4 – Que papel atribui à imprensa local e regional na promoção da cidadania?

Eu julgo que é fundamental e que deviam isto é, nós vivemos num país onde a leitura é um bem escasso ainda, e vivemos num país que compreende mal o papel da leitura, que fala muito na língua portuguesa como questão estratégica, mas que depois não apoia, não apoiam aqueles que na verdade, por exemplo, estão ligados às comunidades portuguesas no estrangeiro, que às vezes o jornal é um último elo de ligação a uma realidade que todas as semanas lhe chega às mãos e que lêem, etc., e pelo contrário, isso não só não é estimulado como muitas vezes é penalizado, porque os custos dos postais são grandes, a outra questão é também deste ponto de vista, as precárias unidades sociais que existem nos lugares mais afastados, e que o jornal chega por via postal aos assinantes, aos cafés, às associações que lá existem, porque são terras onde não há bancas de jornais, portanto o jornal cumpre também aí uma função também fundamental. Eu julgo que nada disso é ponderado em termos, quando se fala da imprensa regional. Porque são questões fundamentais, porque essas precárias unidades, quanto menos informação tiverem, mais de-

pressa morrem, isso é uma coisa fatal. E portanto, essa faceta, o jornal cumpre aí uma dimensão de serviço público, que é essencial, absolutamente essencial. E como elemento que contribui para a participação cívica e política, naquilo que o tratamento que dá às próprias instituições políticas. A democracia tem um problema que é, os eleitores elegem as pessoas e depois isso é lá com eles. Eu julgo que seria um empobrecimento total, por exemplo, se a imprensa não fizesse o escrutínio que faz ao poder local. E aí cumpre também um serviço cívico e pode conferir uma motivação diferente a participação cívica, nessa faceta e nas outras, na discussão dos grandes temas, porque muitas vezes é pela imprensa que as pessoas ganham consciência dos problemas, da falta que faz uma coisa, uma acessibilidade, um hospital, da importância que teve a criação de uma universidade, ou do que a universidade pode representar. Discutir tudo isso, eu julgo que faz parte daquilo que é a agenda privilegiada de um órgão de imprensa regional, e que são as temáticas que devem ser verdadeiramente privilegiadas.

PARTE II

2. A relação da Imprensa Regional com os cidadãos

2.1 – Para além da página do leitor são frequentes os contactos entre o público leitor e o jornal?

2.1.1 - Que tipo de contactos? (se não forem dados na resposta, pedir exemplos)

2.2 - Através de que meios os cidadãos tomam mais frequentemente a iniciativa de contactar o jornal?

São frequentes, até porque hoje também esse contacto se acentuou com a Internet. Eu todas as semanas recebo cartas dos leitores e mensagens e coisas no género. E julgo que, eu penso que hoje a imprensa regional tem neste momento um desafio muito grande, que é conseguir compatibilizar melhor aquilo que é a voz dos cidadãos, isto é, estimular e promover, provavelmente, mais inquéritos sobre determinadas matérias, e sobretudo não submeter aquilo que é hoje a ficção dos poderes, quer dizer, se você abrir um jornal, a quantidade de fotografias, isso até era um bom tema para análise, se um tipo analisar como cresceram ou se dilataram as fotografias dos protagonistas da política, mesmo à escala menor, por exemplo, juntas de freguesia, hoje tudo se passa muito

a essa volta, o cidadão comum é outra realidade, e os problemas do cidadão comum é outra realidade. Há portanto uma narrativa informativa ligada aos poderes que me parece a mim excessiva, criando até uma realidade que não é a real, na medida em que ao nível do pensamento, ao nível da massa crítica, isto depois não tem reflexo que devia ter. Se nós fizermos a análise dentro do espaço que lhes é dado, e depois o que isso representa como massa crítica, como capacidade de pensamento e de pensar a região, verificamos que há um enorme vazio. E portanto eu penso muito nisso e penso que há que privilegiar e arranjar novas formas de chegar ao cidadão. Nós temos uma tribuna aberta em termos de opinião, para além das secções fixas de colaboradores, então nós temos uma abertura a essa participação para além da própria carta dos leitores. Quando os assuntos e os textos, digamos, têm qualidade que supera aquilo que é uma mera carta a questionar aspectos particulares, nós procuramos dar-lhe expressão e valorizamos muito isso. Eu acho que a opinião, no Jornal do Fundão, é uma questão diferenciadora, aquilo que são as páginas de opinião, o tipo de opinião que se pratica, a forma como o jornal toma posição em relação às questões da realidade, que às vezes está ausente de outros órgãos de informação, não é tomar partido, é dizer claramente as coisas, pensar em voz alta aquilo que são os problemas da região. Por exemplo, há uma questão, eu penso que em termos informativos só o jornal é que fala, que é a necessidade de articular aquilo que é a realidade da Cova da Beira em termos políticos com a sua dimensão urbana efectiva, a Covilhã e o Fundão e Belmonte, não podem continuar de costas voltadas em termos de poder. Mas essas são questões que as pessoas não gostam de falar porque Portugal é um país de paróquias. Eu mesmo nas instituições, ainda agora estive numa delas e dizia “tem que haver um diálogo.ah, mas cada um.”, este pensamento, que é um pensamento que resulta de não haver verdadeiramente regiões no sentido da palavra, de haver poderes, territórios de votos muito confinados à sua própria geografia, isso aí, em termos de mentalidade, cria problemas terríveis, enquanto não se der o salto. Eu penso que aí, a imprensa regional digna desse nome, devia trazer isso à discussão numa forma muito aberta e transparente.

2.3 – Considera que os jornais regionais em geral estão em sintonia com os problemas das comunidades e dos seus leitores?

Há diferenças de qualidade na visão da realidade, porque eu penso que um dos problemas da imprensa, mesmo a que se diz regional, mas que está con-

finada sobretudo a um centro urbano, tem a tendência de pensar a realidade para dentro, não para fora. A grande vantagem do jornal é que está aqui numa situação geográfica que é central em relação à região. Quer dizer, e a forma como o jornal sempre praticou um bocado a informação, foi sempre de valorizar as questões independentemente do seu âmbito local ou geográfico. Eu lembro-me que muitas vezes as pessoas do Fundão se queixavam de o jornal dar muita expressão aquilo que era lá fora mais do que ao Fundão, mas quer dizer, a realidade é medida sobretudo pelos acontecimentos, e a actualidade é assim que se mede, senão de outra forma nós há sempre a tendência para aquilo que é a rotina muito localizada e bairrista na forma de tratar as coisas, e nós procuramos de facto fazer as coisas de outra maneira.

Eu agora estava a olhar para aqui, para esta página (jornal) “Castelo Branco e Fundão vão pagar mais” portanto era uma questão aqui, mas logo aqui trazíamos uma entrevista de alguém que dizia que sendo da Guarda, “sou a favor de um Centro Hospitalar único”. Quer dizer, dar expressão também a isto é que é importante. Nós se virmos as páginas do jornal, temos um bocado essa noção. Até nisto, na geografia dos votos que elegeram Cavaco Silva, dos jornais regionais o Jornal do Fundão foi o único que publicou todos os concelhos, freguesia a freguesia, dos resultados eleitorais. Porque os jornais limitaram-se a por “o distrito tal, na globalidade.”, quer dizer, esta é uma informação que interessa às pessoas verdadeiramente. E quando nós nos queixamos que não há notícias das terras, há notícias.

2.3.1 – Considera que o jornal que dirige está em sintonia com os problemas das comunidades e dos seus leitores?

2.3.2 – Como é que essa sintonia é obtida?

Tem essa abrangência. Os outros jornais, a imprensa regional, não digo que não estejam atentos, porque também tratam assuntos do Fundão e da Covilhã, mas geralmente têm uma atenção mais específica aquilo que é o centro onde estão inseridos, e isso vê-se na forma como não dão expressão informativa, por exemplo, ao nível de géneros como a reportagem, aí é que um tipo pode notar essas diferenças, não é só na pequena notícia.

2.4 – Considera que a agenda dos jornais regionais é orientada pelos interesses das elites locais ou pelas preocupações dos cidadãos locais? Dê exemplos.

Essa é uma pergunta muito interessante e que nos levava a discutir muita coisa. Eu penso que a informação hoje não pode estar também só refém das elites locais, porque os jornais não podem ignorar determinados acontecimentos, quer dizer, determinadas situações do ponto de vista social, do ponto de vista que são questões específicas às vezes até de populações com menos força. As elites locais têm alguma força, eu embora aqui ache que as elites locais ainda têm uma grande debilidade. Porque onde é que nós vemos a força das elites locais e se elas efectivamente querem entrar na agenda dos jornais? É ao nível do pensamento, ao nível da escrita, e aí eu penso que há ainda um débito muito grande. Obviamente que hoje há outras formas de fazer a informação. Muitos dos grandes temas, por exemplo que nós fazemos aqui, temos quase sempre o concurso de pessoas que no plano universitário estudaram os problemas, até aqui na Universidade da Beira Interior, temos uma grande relação com isso, em termos de os ouvir, em termos de participar com eles, em iniciativas e às vezes trazê-los ao pensamento, sobre economia, por exemplo, nós somos, penso que o único jornal da região que tem um suplemento de economia regional todos os meses. No mês de Janeiro não se publicou, vai sair agora, e o que vai sair tem a ver com uma temática central, é aquilo que na região é hoje uma realidade em termos de empresas viradas para o mercado internacional exportador. Porque eu penso que nem há, às vezes, consciência disso, e um pouco por nós conhecemos alguns casos prioritários, falamos sempre, por exemplo, do Paulo de Oliveira, mas é preciso falar noutros, desde a Guarda até Castelo Branco, Belmonte e isso, empresas que na maior parte dos produtos que fabricam estão sedimentados no mercado internacional, e consolidados. Um mercado que exige qualidade, que houve que fazer inovação, e isso aí representa e empresas que por terem essa vocação geralmente vão ao encontro de recursos humanos mais especializados e com formação superior. É uma mudança, quer dizer, a que nós procuramos dar visibilidade. As elites, por outro lado, discutem corporativamente os problemas, ao nível das próprias associações. Nós procuramos romper isso com iniciativas, jornadas, debates, e trazer sobretudo, combinando com a realidade da região, experiências de grandes empresas que estão fora dela, em termos de gestão. E eu julgo que de facto as elites deviam pensar mais e melhor a região. Mesmo a universidade, julgo que ainda está muito virada para dentro dela própria. Um tipo vê isso quando é mesmo nos índices culturais, em tempos o Professor da UBI, o Pedro Guedes de Carvalho dizia, num artigo que escreveu aqui, que tendo em conta

o número de professores, o número de alunos da universidade, sobretudo o número de professores, também os do ensino secundário, se houvesse uma pequena percentagem desse grupo que participasse activamente nos acontecimentos culturais, e na cultura dentro da cidade, que a cidade da Covilhã tinha uma dinâmica cultural brutal, e isso não se verifica. Julgo que o problema é também muitas vezes não se discutir o problema. E portanto, o problema das elites, eu julgo que as elites são fundamentais, mas se nós formos a ver onde é que está, que força de pressão têm as elites da região, é muito debilitada. Portanto o jornal digamos que é mais por iniciativa própria, se for a ver as grandes causas das acessibilidades, o trabalho ou a indústria, a agricultura, os projectos daqui, a Cova da Beira que é uma coisa recorrente no jornal, a saúde, tudo isso, e é uma obrigação que nos incumbe, parte, geralmente, do próprio jornal. Eu julgo que os jornais poderão ter a capacidade aqui de estimular as elites naquilo que é um debate mais alargado e plural ao nível da sociedade, e retirá-las daquilo que é uma visão meramente corporativa dos seus problemas, porque isto está tudo ligado.

2.5 – Acha que é possível criar uma agenda baseada nos problemas dos cidadãos?

Eu tenho muita simpatia por um conceito, que nem todos, que há quem discorde dele fundamentalmente, mas eu até como jornalista gosto de dizer que pratico, ou que procuro praticá-lo, que é o jornalismo cívico, e que vamos ao encontro disso, da agenda. O que seria era criar ou aprofundar os mecanismos que nos jornais eu tive-lhe a dizer que há uma relação com os leitores, as pessoas vêm, discutem e tal, mas eu julgo que podem ser estimulados ou podem ser porque os jornais também criam rotinas eles próprios, rotinizam-se, é um programa semanal, quer dizer. Ainda agora, espero que eles estejam a reunir, nós todas as semanas procuramos por em cima da mesa ideias novas precisamente para esses trabalhos mais alongados. E seria interessante tentar alguma inovação, no sentido das agendas do cidadão, naquilo que é especificamente cívico, o espaço público, o ensino público, a saúde, as grandes questões, que se pudesse amplificar a voz, sito é, reproduzi-la mais.

2.5.1 – Como é que se pode criar essa agenda? (se ele não disser que já existe)

2.6 – É frequente o jornal contactar os leitores para acolher sugestões?

2.6.1 – Quais são as ferramentas que já utilizou para o contacto por parte do jornal com os leitores?

Isso pode auxiliar, pode ser motivador. Agora, isso representa também um desafio à sociedade civil, porque nós sabemos, mesmo a nível regional, tem havido pequenos focos de participação cívica, houve um na Covilhã, até participei, eu geralmente estou ligado a essas coisas, portanto gosto e acho que é um caminho fundamental. Mas aqui há um bocado esta ideia, as coisas morrem muito facilmente. Por um lado, porque eu penso que muitas vezes o reflexo das ideias desses fóruns de participação cívica, as pessoas pensam que eles não têm efeitos, o poder ignora-os, o poder é aquilo, nós fomos eleitos e tal, e é um erro, por isso é que a democracia está em crise. E isso cria algum desânimo junto das pessoas que dizem nós. Agora a ideia deve ser ao contrário, como ninguém nos ouve, como dizia o André Gil, e nos jornais nós praticamos isso, eu pelo menos procuro, como ninguém nos ouve é preciso repetir sempre. Esse é que é o grande desafio à própria sociedade civil. Eu próprio, o jornal, houve uma década que era uma década que participou. na década de 90 até, fazíamos quase uma coisa por mês, um colóquio, em parceria com a Beira Serra, na altura, e aparecia gente a discutir os problemas, muito centrados na realidade regional. Mas havia outro sector, sobretudo os ligados ao poder, que se inquietavam, o que é que eles querem com aquilo? Porque a desconfiança é isso, quando um tipo o melhor é deixar tudo na mesma ou quanto menos voz houver. Em Portugal, as pessoas costumam dizer, há um bocado o elogio para os mortos, um gajo morre, mesmo que teve uma actividade cívica e cultural importante, a partir daí, desse dia, há uma grande saudação, porque dá ideia que é aquele entendimento, a partir de agora o tipo fica calado, já não faz ondas. E este é um provincianismo português que esse projecto de reactivar, ou estimular a agenda do cidadão e fazê-la ter expressão na informação, eu julgo que é muito útil e que é fundamental.

PARTE III

3. Cartas dos leitores

3.1 – Quantas cartas de leitores o jornal recebe em média por semana? (papel e correio electrónico)

Por e-mail são umas dezenas. Uma é a via postal, que é mais restrita hoje, mas nós recebemos também do estrangeiro, pessoas por carta e algu-

mas... Mas recebemos um volume maior, hoje, por e-mail, e recebemos por carta muita coisa diferenciadora, mas isto ao todo vai umas dezenas, até porque muitas cartas, como se perdeu o tipo de correspondente local que havia nas freguesias, às vezes é uma pessoa a dar uma notícia ou a escrever coisas para o jornal, e que são cartas, no fundo. Eu não estava a contar com ela, mesmo em via postal normal, há uma via de correspondência ainda numerosa. Eu sei, quando é que vejo essa coisa, quando é também se alterou, as boas festas. Hoje também há muita coisa por e-mail, mas o volume que recebemos em cartas de leitores daqui e dali, muitos são de instituições é verdade, mas de leitores, do estrangeiro e daqui, que se identificam com o jornal, portanto é uma palavra quase de estímulo, recebo muita coisas dessas por essa altura. O que dá ideia, dessa ligação muito afectiva, e isso tem a ver porque há leitores do Jornal do Fundão, que são assinantes muito antigos, que acompanharam o jornal quase toda a vida, muitos deles é em toda a vida, quando morrem é que deixam de ler o jornal. Eu até tenho aqui muitos exemplos disso, ainda agora no aniversário, de pessoas que telefonaram, que eu não conhecia, mas que diziam “eu sou assinante, o meu marido também foi, continuo a ler o jornal”. Eu acho isso muito interessante, daquela ligação que só um jornal regional pode ter, porque tem o sentido de proximidade com as pessoas. E sobretudo, no caso do jornal, acho que nós tratamos muitas vezes as coisas com alguma emoção, e damos às questões de dimensão humana uma atenção muito específica, mesmo pessoas isoladas no plano social, quer dizer, o jornal tem um património disso que eu julgo que é muito importante, e que deve continuar. Eu julgo que felizmente os redactores, muitos dos quais são novos, se integraram muito bem nessa ideia geral, o que é importante, e que os leva também a ter uma ideia de jornalismo cívico.

3.2 – Quem faz a triagem e selecção das cartas? Que qualidades deve ter uma carta para ser publicável?

Geralmente é coordenador, o Luís Nave, que é o chefe de redacção. Nós melhoramos as cartas, sempre que possível. Eu às vezes até quando estou a ler a prova final, antes de mandarmos para a gráfica, tem que se mudar aqui isto, porque é uma carta, a pessoa escreve, mesmo até há aqui um bocado a experiência, de uma pessoa que vem ao jornal, um exemplo interessante do jornal, é uma pessoa que chega lá ao balcão e não sabe escrever, quer expor um caso, nós atendemo-lo e dizemos-lhe, se o caso é uma coisa que tem di-

menção para ser tratada jornalisticamente, ok, há um jornalista que vai fazer, mas pode ser ela querer denunciar um caso pelo seu carácter, que só tenha cabimento é numa carta do leitor. Nós ajudamo-la a fazer isso, e acho que isso é importante. Porque muitas vezes, essa ideia, isto também é uma coisa incrível, porque é como na democracia, os técnicos é que devem discutir as coisas. Eu às vezes tenho coisas em que é um assunto muito importante, até sobre os parques pagos aqui no Fundão, eu perguntei ao presidente da Câmara, isso era uma questão que devia ser debatida publicamente, amplamente, e ele respondeu-me, “mas nós ouvimos os técnicos”. Quer dizer, hoje há uma ideia que a última palavra é dos técnicos, quando não deve ser. E aí nessa base, em termos das pessoas que por várias limitações não têm uma escrita muito fácil, sempre que possível deve-se. no fundo era uma coisa que qualquer, era um acto bom, um tipo ensinar uma pessoa a escrever uma carta, e portanto também é interessante os que vêm aqui ao jornal a queixar-se. E agora há uma nova ideia, porque quando são coisas de carácter mais. a pessoa diz “eu também já fui dizer à televisão”, eles têm a ideia que quando a coisa tem um ar, às vezes até um pequeno problema numa terra, mas que aquilo pode ter impacto, em termos de alguma sensação, a televisão gosta de vir, e portanto é a única coisa em que há mais alguma atenção à realidade interior, ou quando há crimes ou isso. Uma carta em relação a um assunto, a pessoa tem que se identificar, a Internet aliás é uma coisa perversa porque muitas vezes não identifica as pessoas como deve ser, nós temos que ter cuidados específicos nisso. E portanto, o conhecer a pessoa acho que é importante, para nós sabermos. Ainda há tempos tivemos aqui uma carta, que era uma carta polémica, e que eu vi que ia dar grande polémica, nem sei se aquilo vai para tribunal ou não, mas a pessoa mostrou-me de facto documentos, em que eu dizia, ela tem razão, escreve isto mais ironicamente, é um direito dela, não vou dizer, “eh pá não brinque com isto, isto é um assunto”, não, ela tem o direito de utilizar a ironia e querer criticar assim. Mas essa é uma prova essencial, porque muitas vezes, e nós aqui não temos grande experiência disso, de pessoas que enganam, precisamente porque temos esse cuidado, mas “quem é e tal”, ou se deixa o telefone, nós telefonamos.

3.3 – Lembra-se de algum caso em que uma carta publicada tenha dado azo a um trabalho jornalístico sobre o tema?

Dou-lhe um mais importante, que foi vivido comigo. Que é uma pessoa que me telefona, a informar-me de um caso altamente dramático, o trabalho jornalístico acabou por dar origem à criação do que se chama agora a Unidade de Cuidados Paliativos, no Hospital do Fundão, e que foi um caso que deu tal celeuma que meteu Governo, Presidência da República. Mas o leitor que me telefonou, disse-me “eu vou-lhe contar um caso dramático, mas só lho conto, se você me garantir que vai fazer a reportagem”, eu fiquei. Percebi que aquilo era um caso. a pessoa conhecia-me, eu não a conhecia, e ele explicou-me o caso, que era de um doente que estava abandonado, cujo rosto estava a desfazer-se, que ele estava deitado numa cama, era um enorme buraco, que os hospitais tinham remetido para ali, porque os hospitais não gostam de tratar esses casos, as pessoas deixaram de ir lá porque aquilo era uma coisa insuportável, e eu fui lá. E essa coisa deu uma bronca de todo o tamanho. E para mim esse é um caso limite de um leitor que percebeu que o jornal podia desencadear a denuncia daquilo, e de facto foi uma narrativa muito violenta, em relação ao abandono, em relação à situação que se vivia, e acho que em relação à história da própria pessoa.

Esse é um dos casos, mas há outros que surgem aqui, até de pessoas que estão abandonadas socialmente, e penalizadas, à tempos recebi um telefonema que era de um homem, e ainda está, nós qualquer dia fizemos a reportagem, um homem que vivia no meio do lixo, que leva o lixo todo que encontra para casa, aqui numa aldeia do concelho do Fundão, e aquilo está cheio, o jornalista foi lá, enfim, é um problema. E eu fico espantado quando as pessoas me dizem, “mas aquilo não se pode fazer nada”. Esse tipo de situação socialmente penalizadora, nós envolvemo-nos sempre no caso, e procurando sobretudo aquilo que são histórias das pessoas. Nós há uns anos, publicamos a história de uma senhora velhota, que já morreu, que chamámos Tia Emilia do Correio, que a distribuir cartas ali na zona de Silves, Barroca, a pé, esteve quarenta anos ao serviço, e nós estivemos a calcular, aquilo dava várias voltas à terra, os anos e os que ela andou, e que chegava ao fim e ia para casa sem qualquer, ou com uma pensão mínima, nem sei se tinha pensão, quer dizer porque era daquelas trabalhadoras um bocado eventuais, que não era bem do quadro e não sei quê, de uma grande empresa, na altura o CTT.

Eu julgo que essas coisas são importantes, e essas coisas às vezes sabemos porque há leitores que nos escrevem. Coisas essas curiosas, como um que uma vez me telefonou, a dizer que um Padre, numa homília, tinha feito um



“manguito”. Isso não direito a reportagem, mas pode dar direito a uma crónica, foi o que altura se fez. Mas esse contacto com os leitores é fundamental, nós não conhecemos as coisas, e em cada terra, eu digo sempre, descubram-me uma boa história, porque em cada terra há histórias.e nós procuramos, se você estiver atento ao jornal que vai sair, lá vem uma história de uma mulher que vende chás e não sei quê, e que diz que inventou uma bebida afrodisíaca, aqui de uma aldeia.

PARTE IV

4. Caracterização do Perfil do Director

4.1 – Idade

64 anos

4.2 – Possui um curso superior na área da comunicação

Não é na área da Comunicação, é de História. Na altura não havia comunicação.

4.3 – Há quanto tempo é Director do Jornal?

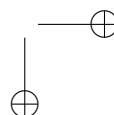
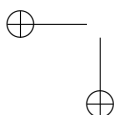
Desde 2003. Eu fui dezenas de anos chefe de redacção, acompanhei sempre o fundador do jornal, e quando ele morreu é que eu passei a director do jornal.

4.3.1 – Antes de desempenhar funções de direcção neste jornal, já o tinha feito noutro meio de comunicação?

Não, eu trabalhei praticamente aqui, colaborei em revistas, jornais e tal, mas achei sempre que o Jornal do Fundão me dava mais gozo do que trabalhar num grande jornal, em que as coisas são mais efémeras, e têm habitualmente menos importância. Um gajo pode ganhar o prémio palitos, era como eu dizia, mas de facto onde um gajo sente que contribui de uma forma interessante para, às vezes, transformar a realidade, pode ser num jornal como o Jornal do Fundão.

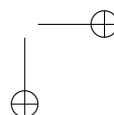
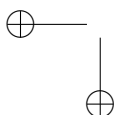
4.3.2 – Como é que surgiu a ligação ao jornal?

Familiar. Eu desde miúdo que acompanhei, mesmo quando isto tinha uma oficina a chumbo, vivi muito dentro do jornal, nas férias ia fazendo as minhas





coisas, imaginei aqui suplementos literários juvenis, e passei a colaborar no jornal normalmente. Porque eu julgo que isto é um grande vício, não é nenhum dom especial, mas pode ser uma paixão muito interessante, o jornalismo, vivido desta forma, quer dizer, um tipo perceber que isto é, como eu lhe disse, um serviço público e que fazendo-o, nós temos obrigações absolutamente fundamentais em termos de dar atenção aquilo que é a realidade, à liberdade crítica, à independência face aos poderes, e isso julgon que é um desafio também muito importante, do ponto de vista e do percurso pessoal das pessoas.



JORNAL O GRANDE PORTO**Rogério Gomes**

PARTE I

1. Caracterização da Imprensa Regional

1.1 – Qual o papel que a imprensa Regional desempenha no contexto dos meios de comunicação em Portugal? Justifique.

1.1.1 - Acha que o seu jornal cumpre esse papel? (Perguntar porquê, quer a resposta seja positiva ou negativa)

Primeiro, eu acho que era preciso clarificar melhor o que é essa imprensa regional vs imprensa local, ou seja, eu distingo a imprensa local da imprensa regional, precisamente pelo âmbito regional que abrange, ou seja, a imprensa local normalmente são aqueles jornais que cobrem, digamos, áreas geográficas muito limitadas, normalmente concelhias, e a imprensa regional, digamos, já abarca algum tipo, digamos, mais alargado de vários concelhos ou mesmo distritos, mesmo regiões eventualmente, que venham a cobrir. O Grande Porto é um jornal mais regional porque abrange, portanto, no mínimo o distrito do Porto, embora tenha um sistema, uma área de influência para dentro do distrito de Braga e Vila real, para Aveiro menos, só ali mesmo na zona de Santa Maria da Feira, no norte do distrito de Aveiro. Portanto, considerando o Grande Porto que é um órgão regional, é evidente que o papel do Grande Porto é dar uma informação de proximidade, mais proximidade do que aquilo que os chamados jornais nacionais dão, daquilo que vai acontecendo portanto, especialmente nas autarquias e no recinto económico e social desta região, quer tem, estamos a falar pelo menos de um milhão e meio de habitantes, portanto estamos a falar de uma região com um mercado alargado por um lado, por outro lado também tem um papel não só de informação interna à região, mas também de dar uma imagem dessa região para fora, portanto isto mais através das assinaturas e da influência que terá noutros órgãos de comunicação social, porque é preciso ver que o Grande Porto é também ao mesmo tempo a ligação do I no norte. E portanto, acaba também por produzir conteúdos de toda esta região para o jornal I, e portanto divulgando nacionalmente, se quisermos, alguns aspectos mais importantes dessa região.

1.1.2 – Indique as estratégias utilizadas para cumprir esse papel.

O Grande Porto é um jornal que tem como target ou como leitor objectivo, digamos, se quisermos classificar em estratos sociais, um bocadinho classe media alta, não é um jornal muito popular, é um jornal muito dirigido a decisores políticos e económicos, portanto é um jornal que pretende ter influência, mais até do que... é evidente que a audiência, digamos, que o número de leitores é importante, mas digamos que pretende ser um jornal mais influente do que de grande difusão, e portanto é um jornal que se dirige muito à classe política, empresarial, às autarquias, aos funcionários superiores, se quisermos, da administração pública, e portanto a outras, àquelas pessoas que se interessam por discussões de temas um bocadinho mais elaborados, tipo, sei lá, nós somos um jornal que defendemos a regionalização e portanto elaboramos muito sobre esse tema, e portanto digamos que é um jornal que tem esse nicho de mercado, um bocadinho menos popular, sei lá, não quer dizer que a gente despreze ou não dê as notícias dos crimes e dos roubos e dos assaltos, mas não é, digamos, o nosso principal objectivo não é esse.

1.2 – O que é que a imprensa regional dá ao público que a nacional não dá?

1.2.1 – E o que é que a nacional dá que a regional não dá

Para já, eu aprecio muito a imprensa local e regional, aliás, também sou fundador do Barcelos Popular, que é um jornal de Barcelos, que é a minha terra natal, portanto e acho que os jornais locais e regionais cumprem um papel que os nacionais nunca cumprirão, que é, no fundo, aquela informação próxima do vizinho, da sua própria autarquia, das instituições locais, desde as misericórdias aos hospitais, aos clubes mais pequenos, que os nacionais, naturalmente por falta de espaço e de vocação, acabam por não dar. Aliás, se formos um bocadinho atrás, à umas décadas, não é preciso ir muitas, e se pegarmos em jornais que desapareceram ou estão quase a desaparecer, é o caso do Comercio do Porto e do 1º de Janeiro, eram jornais que no seu auge de circulação davam grande importância à informação local, e tinham correspondentes e tinha cartas diárias das cidades, de Barcelos, de Braga, de Famalicão, de Vila Real, de Bragança, e portanto eram jornais que a determinada altura ainda cumpriram alguma dessa função diariamente, mas deixaram rapidamente de cumprir, e principalmente quando os correspondentes deixaram de ser gente voluntária. Porque o que acontecia até aos anos 80, é que os

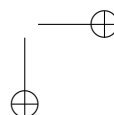


correspondentes não ganhavam dinheiro, portanto eram colaboradores amadores que a troco da assinatura do jornal, ou de alguma influência que tinham na terra, por serem a antena do jornal, com a importância que os jornais tinham, eram a antena local acabavam por ter algum tipo de benefício directo, e enfim social, normalmente, e portanto, contentavam-se com isso. A partir do momento em que começaram a ser substituídos por jovens jornalistas saídos das faculdades, portanto que andavam à procura de emprego, e começaram a custar dinheiro, digamos, e pela quantidade acaba por ser cara essa rede, desapareceram os correspondentes, desapareceu essa informação local das páginas dos jornais nacionais, digamos, ou pelo menos... a gente depois podia discutir se o Diário de Notícias, o Primeiro de Janeiro, o Comercio do Porto, por exemplo, eram jornais nacionais, se calhar não eram, mas pronto, dos jornais chamados nacionais, pelo menos, a partir do momento em que isso começou a custar dinheiro, essa informação deixou de aparecer nas páginas desses jornais, esses jornais também perderam influência por causa disso, e perderam venda, e não é por acaso que também desapareceram, e portanto os jornais locais ainda ganharam mais importância porque substituíram no fundo essa informação, que apesar de tudo, por pequena que fosse, ia surgindo nesses jornais.

1.3 – Como avalia o espaço e o interesse dedicados pelos jornais às regiões e localidades periféricas?

É fundamental e é praticamente insubstituível, porque mesmo a informação electrónica, os sites, que nos jornais nacionais funcionam, nos jornais locais, primeiro não é barato manter, não é barato em termos económicos e em termos de esforço também, implica um esforço que os jornais locais às vezes não estão preparados para manter durante muito tempo, portanto digamos que os sites locais ligados à imprensa regional/local não têm a dinâmica, nem o “profissionalismo” que os outros têm, acabam por não cumprir uma função, que o jornal acaba por cumprir, porque é assinado pelas casas comerciais, pelos café, e acaba por aparecer difundida a tal informação do vizinho, e do conhecido, e da casa e da economia local, porque os nacionais nunca cumprirão, dificilmente.

1.4 – Que papel atribui à imprensa local e regional na promoção da cidadania?



O papel existe, isso agora já depende muito...os jornais são muito diferentes. Nós encontrámos excelentes exemplos de jornalismo na imprensa local, mas também encontramos o contrário, jornais que passam o insulto, são folhes de couve, é o chamado folha de couve, eu por exemplo, eu sou minhoto, portanto sou de Barcelos, em Barcelos há seis jornais, em Famalicão há sete, em Guimarães há outros seis, em Braga há dois diários e mais não sei quantos, em Viana do Castelo há o Aurora do Lima, um dos mais antigos do país, portanto, ou seja, nós podemos encontrar ali no Minho, uns trinta ou quarenta jornais, títulos que saem regularmente e todos eles com... sem perspectivas de fechar, pelo menos imediatamente, não é? Mas temos bons jornais, eu posso dizer que o Aurora do Lima ou o Barcelos Popular, ou o Diário do Minho, por exemplo, são jornais razoáveis, do ponto de vista jornalístico, e que promovem a cidadania, a participação dos cidadãos até nas próprias páginas, na opinião, lançam discussões importantes sobre as terras onde estão inseridos, mas depois também temos pequenas publicações que se limitam ou à propaganda de autarquia ou àquela informação tradicional, dos falecimentos, dos casamentos e de alguns acontecimentos sociais, cujo papel em prol da cidadania é praticamente nulo.

PARTE II

2. A relação da Imprensa Regional com os cidadãos

2.1 - Para além da página do leitor são frequentes os contactos entre o público leitor e o jornal?

2.1.1 – Que tipo de contactos? (se não forem dados na resposta, pedir exemplos)

Nós recebemos as cartas dos leitores, as opiniões, quer dizer, temos a nossa inserção no mercado, mas não há neste momento nenhuma forma institucionalizada de, digamos, de contacto, a não ser o e-mail normal. Quer dizer, nós estamos a preparar para este ano, para o fim do primeiro trimestre deste ano, uma remodelação digamos, um relançamento e uma remodelação, não só gráfica, mas também do jornal, que pretende ser um pouco mais proactivo e precisamente inserir mais, digamos o cidadão, o leitor dentro do projecto informativo que é o jornal. Em 2010 fizemos meia dúzia de conferências, dedicadas a temas como ambiente, as energias renováveis, o ensino superior na



cidade, portanto fizemos algumas conferências que foram bastante participadas, e onde notamos alguma vontade dos nossos leitores, dos nossos assinantes em participar, em de alguma maneira dar contributos, mas contributos visíveis, com visibilidade, portanto, nas páginas do jornal. E portanto nós vamos, digamos, criar um espaço muito dedicado a essa interação, tentar institucionalizar um bocadinho a própria relação do leitor com o jornal, e eventualmente ter um responsável por isso, não será o provedor do leitor, será mais outra figura, alguém que vai tratar especificamente dessa relação, é quase um relações públicas.

2.2 – Através de que meios os cidadãos tomam mais frequentemente a iniciativa de contactar o jornal?

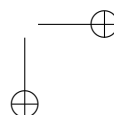
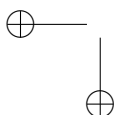
Alem da tradicional carta, que estão habituados, sei lá, um leitor com mais de 50 anos, 60 anos, está habituado a fazer assim, continua a fazer. De resto é o e-mail, nós recebemos bastantes emails, e digamos, hoje em dia, é o meio mais usado pelos leitores para sugestões, para críticas, para opinião, para várias coisas, é o e-mail. Aparece lá de vez em quando alguém a bater à porta, mas é raro, hoje o e-mail é uma ferramenta super utilizada. Mesmo da parte dos directores ou dos jornalistas, quer dizer, a paciência, mas isso foi sempre assim, a paciência para estar meia hora com alguém, que raramente é muito interessante, ou é repetitivo, ou menos objectivo, portanto a paciência acaba por ser pouca e portanto digamos que o emails veio substituir com muita vantagem essa comunicação, embora a comunicação directa também tem os seus aspectos positivos, interessantes, mas hoje o e-mail é de longe a ferramenta mais usada para esse contacto.

2.3 – Considera que os jornais regionais em geral estão em sintonia com os problemas das comunidades e dos seus leitores?

2.3.1 – Considera que o jornal que dirige está em sintonia com os problemas das comunidades e dos seus leitores?

2.3.2 – Como é que essa sintonia é obtida?

2.4 – Considera que a agenda dos jornais regionais é orientada pelos interesses das elites locais ou pelas preocupações dos cidadãos locais? Dê exemplos.



Eu acho que os jornais têm claramente, a maior parte, esses dois níveis bem delimitados, mas cumprem os dois. Por um lado, e principalmente nestes tempos de crise digamos, a dependência económica da publicidade ou dos editais das Câmaras e autarquias, implica um relacionamento que às vezes não é fácil. Portanto, não é fácil porque digamos que os políticos e os Presidentes de Câmara também, são mais políticos até que os outros, não convivem muito bem com, digamos, com a crítica ou com a denuncia de algumas situações. Como a gente lida com várias Câmaras, digamos que, gerir esses equilíbrios, é um bocadinho mais fácil, suponho que é um bocadinho mais fácil, do que um jornal que tem só uma Câmara, digamos como chapéu político regional, regional ou local, ou da área de influência.

Mas eu acho que tem sido possível ao Grande Porto, e eu conheço muitos exemplos em que é possível, apesar de tudo, manter algum distanciamento, digamos de algum tipo de dependência política, digamos as autarquias e ao mesmo tempo ter o “benefício” da publicidade oficial da autarquia, porque apesar de tudo, mesmo com alguma crítica, as autarquias precisam de divulgar a sua actividade e de dar a conhecer, digamos, iniciativas, e de vez em quando há umas mensagens políticas também, e portanto, e essa necessidade permite, digamos, algum jogo de cintura da parte dos jornais locais, e eu vejo muitos bons exemplos disso, ou seja, nesse aspecto, as elites são servidas, as elites locais ou regionais, são servidas com a informação que necessitam, isto por um lado.

Por outro lado, a informação mais interessante para o cidadão, mais interessante não, aquela por onde ele mais se interessa, porque às vezes não é a mais interessante, mais digamos, normalmente ligada a questões sociais ou policiais, portanto aquela informação, essa é mais fácil de gerir e de ir fornecendo, portanto os jornais acabam por cumprir um bocadinho essas duas funções, dependendo um bocadinho da orientação de cada jornal, mais para um lado ou mais para o outro, mas acaba por cumprir relativamente bem essa duas funções.

2.5 – Acha que é possível criar uma agenda baseada nos problemas dos cidadãos?

2.5.1 – Como é que se pode criar essa agenda? (se ele não disser que já existe)

Essa agenda existe, porque a experiência jornalística diz-nos que os assuntos de saúde, os assuntos, digamos, ligados aos assaltos, ao crime, o social-local, e em épocas de crise o emprego e o desemprego são assuntos que a gente sabe que “vendem”, que as pessoas se interessam. Essa agenda existe quase instintivamente. Depois há... eu digo assim, o Grande Porto é um jornal que dá muito enfoque às questões da regionalização. Isto é quase o “lotarista”, porque o leitor, o cidadão comum, digamos que não pede aquele tema, mas lê, acaba por ler, e nós temos boas reacções. Sempre que nós fazemos qualquer coisa a favor da regionalização ou em defesa do norte, ou em defesa do Porto “contra” a capital, o centralismo, temos boas reacções, temos bastante feedback desse tipo de peças ou de artigos, ou de editoriais, ou de artigos de opinião, seja o que for. Agora, o leitor não nos pede isso, ou seja, mas depois compra, ou seja, utiliza, usa, consome, digamos.

2.6 – É frequente o jornal contactar os leitores para acolher sugestões?

2.6.1 – Quais são as ferramentas que já utilizou para o contacto por parte do jornal com os leitores?

Nós temos feito com êxito, de vez em quando, alguns contactos, alguma distribuição directa, com umas meninas, no Metro, no Metro de segunda linha distribuí 500 jornais. E portanto, normalmente isso são coisas bem sucedidas, só que têm um custo inerente, a gente não pode fazer isso muitas vezes, não é só o custo dos 500 jornais, é o custo das meninas, portanto a gente tem que pagar às meninas para andar ali. Mas em algumas ocasiões especiais, e até como também ferramenta publicitária de empresas, temos usado isso, isso tem sido, é uma coisa que funciona bem, o contacto directo com as pessoas que recebem o jornal, até porque o jornal só tem um ano e pouco, não é tão conhecido como eu gostava que fosse. E portanto isso funciona bem. Além das conferências, da net, esse contacto directo, essas edições especiais correram bastante bem. Uma das coisas que vamos fazer é um conselho de opinião, portanto, mas esse é para as elites. Com o reitor da universidade, com os Presidentes de Câmara, mas digamos, estamos sempre a falar nas elites, até porque o nosso público tem esta característica. Há-de ter uma dúzia de pessoas, juntamos alguns convites, há-de ser uma espécie de uma coisa uma vez por ano, quando lançar um prémio qualquer da cidade... Isso é uma coisa mais de prestígio, de afirmação social do projecto.

PARTE III

3. Cartas dos leitores

3.1 – Quantas cartas de leitores o jornal recebe em média por semana? (papel e correio electrónico)

Recebemos no mínimo cinco/seis, no máximo uma dúzia, entre papel e e-mail. Curiosamente não se repetem muitos leitores, há sempre aquele leitor que por ano faz vinte cartas, mas tirando um caso de um senhor que tem uns 50 ou uns 70 anos, já lá foi ter comigo até uma vez, que escreve de quinze em quinze dias qualquer coisa...essas pessoas depois liga-se muito ao jornal, e o segredo disto, é as pessoas...é alguém me dizer, este é o meu jornal. E essa afectividade acaba por ser importante conservá-la e estimulá-la, e esse tipo de leitores acaba por ser reprodutores e de convencer o vizinho, o primo, a tia, a amiga, de que o jornal é bom, e acabam por ser, digamos, boas antenas de propaganda. Mas tirando esse caso, são leitores diferentes, o que é bom.

A maioria é por e-mail, até porque as pessoas têm a noção que escrevem a carta e ela só chega três dias depois, e o e-mail é rapidamente. E depois eu tenho a preocupação, e estímulo que as pessoas também a tenham, de responder imediatamente no e-mail, às vezes está-se ali meia hora e enviamo-lo, e digamos que há sempre alguma coisa pertinente nessas cartas, quer dizer, raramente há uma carta em que eu digo assim, este gajo não interessa nada. Nos quatro, cinco ou seis parágrafos, ou três parágrafos, há sempre qualquer coisa pertinente. No mínimo é isso, é a resposta, “muito obrigado por ter enviado a carta... vamos tratar disto...vamos publicar, ou tentar publicar”. Se for assunto que seja respondível, porque às vezes há assuntos que não são respondíveis, quer dizer são opiniões...mas se há assuntos respondíveis, a gente tenta responder. Sei lá, às vezes há pessoas, “Porque é que não fizeram isto...”, e a gente tenta explicar ou porque não tivemos recursos, ou estamos a pensar em fazer, ou obrigado pela sugestão e fazemos...A gente tenta responder, desde que sejam coisas razoáveis, a gente tenta responder com os nossos critérios. Publicadas, a gente pública menos, porque há algumas que não são publicadas, “Parabéns Sr. Director por isto ou por aquilo...”, não quer dizer que às vezes não publiquemos uma dessas também para as pessoas perceberem, para os leitores perceberem que há gente agradada, digamos que faz parte da auto-promoção do jornal. Mas a gente pública duas, três por semana.



3.2 – Quem faz a triagem e selecção das cartas? Que qualidades deve ter uma carta para ser publicável?

3.3 – Lembra-se de algum caso em que uma carta publicada tenha dado azo a um trabalho jornalístico sobre o tema?

Sou eu, é o director. Quer dizer, nós não temos ninguém encarregue da opinião, digamos que a opinião, e isso está dentro da opinião, é gerida directamente pelo Director, neste caso.

O meu critério essencial é o assunto, é o interesse daquilo que é abordado. Se eu achar que é interessante ou pertinente é publicada, independentemente de ser pior ou melhor escrita, porque a gente pode dar-lhe um toquezinho, aquilo não é publicada na íntegra, a gente tira as melhores partes, mas basicamente é a pertinência do assunto, ou a actualidade, ou a critica “injusta” ao próprio jornal, ou um elogio particularmente sensível a um assunto qualquer que nós publicamos.

Normalmente os temas relacionados com a regionalização, lembro-me recentemente que publicámos um senhor que dava notícia de uma iniciativa da misericórdia de Vila do Conde, que tinha recebido uns terrenos por herança e montou uma empresa agrícola, publicámos a carta, e depois fomos lá fazer uma reportagem que teve boas reacções. As sugestões interessantes, a gente também as publica, principalmente aquelas que eu sei que vamos fazer. É frequente, principalmente em termos de reportagem, a notícia chega por outros canais, aqueles canais mais institucionais. Esse exemplo, da misericórdia de Vila do Conde, foi um exemplo que praticamente não deu mais seguimento, mas era um assunto de capa, com fotografia. O assunto basicamente é a misericórdia de Vila do Conde, recebeu uns terrenos de herança de uma senhora que morreu, e estavam lá uns terrenos meio abandonados, e eles montaram uma empresa agrícola de vegetais, de alfaces e esses tipos de coisas, e portanto, por um lado, criaram uma dúzia de empregos, reactivaram umas terras que estavam paradas, estavam abandonadas, e abastecem as próprias cantinas, refeições da própria misericórdia, que ainda são algumas, e é um assunto, digamos, interessante, do ponto de vista, porque, pelos três motivos: emprego, terrenos abandonados, e auto sustentabilidade, pelo menos em termos hortícolas, das refeições que são servidas na própria misericórdia.

Foi um leitor que mandou para lá uma cartinha, que tinha conhecimento disto, que era interessante ir fazer... Portanto, nós fomos fazer a reportagem



primeiro, depois publiquei a carta, e a reportagem logo a seguir. Esse foi um exemplo interessante, foi dos últimos, sei lá... O Palácio de Cristal do Porto, aquilo está em remodelação, vão fazer um pavilhão multiusos em cima do lago, nós publicámos aquilo... enfim, já não vão fazer, já retiraram o projecto deste lado, vão fazer do outro lado para não estragar o lago. Isto também partiu da opinião crítica de um leitor. Aliás, normalmente, estas questões sugeridas pelos leitores e que são aproveitadas, acabam por ser das mais lidas, porque de facto respondem a preocupações, não só daquela pessoa, mas aquela pessoa representa alguma coisa, normalmente.

PARTE IV

4. Caracterização do Perfil do Director

4.1 – Idade

56 anos

4.2 – Possui um curso superior na área da comunicação?

Eu andava em Medicina em 76/77, depois comecei a colaborar com o 1º de Janeiro e acabei por abandonar Medicina e dedicar-me ao jornalismo. Em 80/81 fui fazer um curso a Paris de Jornalismo, que cá não havia, uma bolsa de estudo, na altura. Depois tirei uma Pós-Graduação em Assessoria de Comunicação. Portanto, tive no 1º de Janeiro, fui chefe de redacção do 1º de Janeiro, depois fui chefe de redacção do Comércio do Porto, depois fui para o Expresso e fui delegado no Porto-Expresso, depois fui para o Público, como redactor principal e editor de economia, depois fui para Director do Jogo, depois fui para Director do Comércio do Porto outra vez, e agora estou no Grande Porto. Jornalista desde 77, á trinta e três anos, faz trinta e quatro agora em Julho. Ininterruptamente não, porque quando o Comércio do Porto fechou, eu estive quatro anos como administrador da empresa Águas de Gaia.

4.3 – Há quanto tempo é Director do Jornal?

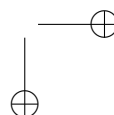
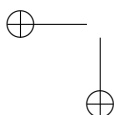
Desde Julho de 2009.

4.3.1 – Antes de desempenhar funções de direcção neste jornal, já o tinha feito noutro meio de comunicação?

4.3.2 – Como é que surgiu a ligação ao jornal?



É uma ideia minha. O Grande Porto, é uma ideia...é assim, eu fui Director do Comércio do Porto que entretanto fechou, e portanto eu sempre achei e continuo a achar que o Jornal de Notícias não esgota as necessidades e as capacidades e as habilitações informativas da região, da região ali do Grande Porto, principalmente, porque o Jornal de Notícias tem uma vocação e tem uma ambição nacional, porque deixou de ter a tal componente de que à bocado já falei, como os outros tinham deixado, local, portanto de cobertura, de atenção aos assuntos mais locais, dos 18 concelhos que constituem o distrito do Porto, e de outros que são muito influenciados, casos de Famalicão, Santa Maria da Feira ou Vila Real, que são território natural, digamos, de influência da cidade, ou pelo menos do Grande Porto, e portanto, como não cumpre inteiramente esse papel, eu acho que há espaço para um segundo ou um terceiro até, jornal que cumpra mais especificamente essas funções de cobertura local, regional, autárquica e não só. E portanto, achando eu que havia esse espaço, convenci, digamos, o grupo a investir comigo e a fazer este jornal.



JORNAL REGIÃO DE LEIRIA**Patrícia Duarte****PARTE I****1. Caracterização da Imprensa Regional**

1.1 – Qual o papel que a imprensa Regional desempenha no contexto dos meios de comunicação em Portugal? Justifique.

Eu acho que a imprensa regional ainda é um bocadinho ofuscada pela imprensa nacional, sobretudo pela imprensa, quer dizer, já não vou colocá-la a par da televisão nem da rádio, nem da Internet, já não vou colocá-la a esse nível. No entanto, eu acho que no dia-a-dia das pessoas ela acaba por desempenhar um papel muito importante, e zonas como Leiria, por exemplo, que tem uma imprensa regional forte, percebe-se isso, percebe-se que as pessoas procuram informação útil no jornal, procuram interagir com o jornal, importam-se se as suas preocupações estão ou não ali reflectidas. Acredito que se calhar para quem não esteja na área, a imprensa regional seja ofuscada, e se calhar nem se dá pela sua existência. No entanto, as pessoas que lidam com ela e que têm uma imprensa regional forte na sua área de residência acabam por interagir e por se preocupar com aquilo que sai no jornal.

Eu acho que a imprensa regional é uma grande fonte de informação para a imprensa nacional. Não é pouco frequente, ou melhor, é frequente recebermos contactos de jornalistas de televisões e de jornais nacionais a pedir-nos contactos e a pedir-nos informações, e chegamos até a ver alguns dos nossos temas exclusivos depois retratados nos órgãos de comunicação nacional. Por isso eu acho que nós somos uma boa fonte de informação. Depois, claro, também há a questão da Internet, que acabou por no fundo conseguir trazer muita informação gratuita às pessoas, e se calhar até a tornar, menos essencial os jornais. Mas de qualquer forma eu acho que a imprensa regional ainda consegue ir onde mais ninguém vai, que é o hiperlocal.

1.1.1 – Acha que o seu jornal cumpre esse papel? (Perguntar porquê, quer a resposta seja positiva ou negativa)

Esse é um dos nossos objectivos, porque está perfeitamente identificado que é aí que está a nossa sobrevivência, porque toda a outra informação está disponível em todo o lado. O que não está disponível é o buraco nesta rua,

aqui, mesmo ao meu lado, não é? A não ser que seja uma grande tragédia, aí vêm todos, vêm os nacionais e rádios, televisões, o que for. Agora a preocupação mais pequenina das pessoas, mais perto delas, aí somos nós que continuamos a ter esse exclusivo. E depois, a proximidade que temos com os leitores também nos permite isso mesmo, permite-nos identificar quais são as suas preocupações e as suas necessidades de informação

1.1.2 – Indique as estratégias utilizadas para cumprir esse papel.

Nós temos tentado estar muito abertos aquilo que são todas as tentativas de contacto dos leitores connosco, seja por email, seja por carta, seja por telefone, nós atendemos tudo, todas as reclamações até que nos fazem, onde às vezes deixam escapar alguma informação, nós estamos muito atentos a isso, e estamos muito receptivos e estimulamos isso no jornal. Aliás, temos aqui mesmo, logo na página 2, se reparar, por baixo do meu editorial dizemos “fale connosco”, e temos ali os nossos contactos. Temos também um serviço de sms que estimulamos, porque as pessoas mandam-nos sms e nós reproduzimo-los no jornal, as cartas, tudo isso.

Depois há uma outra questão, que é a nossa preocupação de termos fontes identificadas nas freguesias, com quem vamos estabelecendo contacto frequente, para saber notícias, preocupações, informação de que precisem, enfim, estamos muito atentos a isso, muito disponíveis.

1.2 – O que é que a imprensa regional dá ao público que a nacional não dá?

Eu acho que dá aquela questão do hiperlocal, daquilo que está mais próximo, daquilo que mexe com o dia-a-dia das pessoas, porque quer dizer, as pessoas procuram-se a si próprias no jornal, não é? E quando eu digo que se procuram a si próprias, procuram as suas preocupações, aquilo que as aflige no dia-a-dia, se calhar também procuram a sua própria imagem, isso também é verdade, e nós damos isso. Porque as pessoas não podem aparecer todas, todos os dias, na televisão. Não aparecem todas, todos os dias, nos jornais nacionais, e na imprensa regional vamos conseguindo essa proximidade.

1.2.1 – E o que é que a nacional dá que a regional não dá?

Eu acho que temos papéis muito diferentes, e nós de facto não pretendemos cumprir o papel da imprensa nacional. A imprensa nacional fala de ques-

tões mais abrangentes, que têm a ver com o país, não é? Nós nesse campo não entramos nem queremos entrar, não só porque achamos que não temos competência nem capacidade para o fazer, como também não é esse o nosso papel.

1.3 – Como avalia o espaço e o interesse dedicados pelos jornais às regiões e localidades periféricas?

Eu acredito que haja jornais, estou-me a lembrar por exemplo do caso do *Mirante*, que tem até edições específicas para várias áreas geográficas. Acredito que aí consigam cumprir melhor esse papel. Nós não temos essa capacidade, e também para ser franca consigo, não sei se isso resultaria no nosso caso. De qualquer forma, nos inquéritos que fazemos regularmente aos assinantes, eles dizem, quase sempre, que vêem a sua terra pouco retratada no jornal. O que eu lhe posso dizer é que da nossa parte existe um esforço para que isso não aconteça, ou seja, para irmos distribuindo a nossa atenção e ir dando espaço a toda a nossa área de intervenção, ou pelo menos aquilo que nós designamos a nossa área de intervenção prioritária, que está perfeitamente identificada. A verdade é que os leitores acham sempre que é pouco, porque os seus assuntos são sempre os mais importantes do mundo, e o espaço não chega para tudo, o jornal em papel é limitado. Existe sempre um hiato, no entanto da nossa parte existe sempre a preocupação de ir reduzindo esse hiato.

1.4 – Que papel atribui à imprensa local e regional na promoção da cidadania?

Eu acho que ao estimularmos a interação do cidadão connosco, eu acho que isso só por si é positivo, porque isso obriga as pessoas a agir em prol dos seus interesses, é óbvio, mas na maior parte dos casos, esses seus interesses são também os interesses das pessoas que moram ao seu lado, não é? Se desafiamos as pessoas a dizerem-nos quais são as suas preocupações, o que é que pode ser feito para melhorar a qualidade de vida da sua terra, eu acho que estamos a promover a cidadania. Por outro lado, temos iniciativas específicas, desde a nossa campanha de solidariedade, que fazemos todos os anos na altura do Natal, até aos eventos que promovemos e que por norma debatem questões prementes da actualidade, eu acho que isso também, no fundo, é trabalhar em prol da cidadania e contribuir para o desenvolvimento da nossa terra.



PARTE II

2. A relação da Imprensa Regional com os cidadãos

2.1 – Para além da página do leitor são frequentes os contactos entre o público leitor e o jornal?

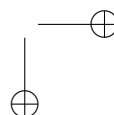
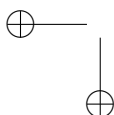
2.1.1 – Que tipo de contactos? (se não forem dados na resposta, pedir exemplos)

Sim, são, até porque esse público acaba por ser a nossa maior fonte de informação. Nós procuramos não seguir a agenda política, quer dizer, fazemo-lo, mas existem outras coisas, e muito mais interessantes, para além da agenda política. Portanto, esse público começa logo por ser a nossa principal fonte de informação. E depois, lá está, neste último inquérito que fizemos, curiosamente já depois da reformulação gráfica do jornal, uma das coisas que percebemos é que as páginas mais lidas e que as pessoas mais gostam, é a página 2 e 3, que se chama “voz da região”, e onde são publicadas as cartas, onde são publicados os tais sms de que eu lhe falava à pouco, onde temos a pergunta da semana, onde reproduzimos algumas das reacções das pessoas no nosso facebook e no nosso site. Portanto, no jornal há espaço, há muito espaço para isso.

2.2 – Através de que meios os cidadãos tomam mais frequentemente a iniciativa de contactar o jornal?

Cada vez menos a carta, o correio tradicional, cada vez mais o email, mas também muito o telefone. E lá está, quer dizer, se considerarmos tudo aquilo que as pessoas vão escrevendo no nosso site e no nosso facebook. De facto há muito reacção, depende muito dos temas, mas nalguns casos há muitas reacções e há muitos comentários.

Até porque, e também isso é frequente, por exemplo quando colocamos uma notícia no site que depois é automaticamente reproduzida para o facebook, se existir alguma incorrecção, ou se o leitor achar que há alguma incorrecção na notícia, ele manifesta-se ali, isso é frequentíssimo, e nós respondemos, exemplo: ou agradecemos no caso da correcção fazer sentido, ou se a pessoa está enganada, tentamos esclarece-la dizendo “de facto não é assim como diz, é desta forma, de qualquer modo agradecemos que tenha contactado connosco e que nos tenha visitado”.



2.3 – Considera que os jornais regionais em geral estão em sintonia com os problemas das comunidades e dos seus leitores?

Eu posso falar pelo meu. Eu acho que continua a haver um desfasamento, é o tal hiato de que eu lhe falava à pouco. Eu acho que, e posso dar-lhe o exemplo desta semana, a nossa manchete é sobre política, eu acho que a política não interessa às pessoas. Mas esta de facto era uma questão importante, só que o nosso maior desafio é trazer no jornal aquilo que é importante e aquilo que é interessante, e esse jogo é muito difícil de fazer, porque nós queremos dar às pessoas aquilo que é importante elas saberem, achamos que temos essa função, mesmo que as pessoas achem que aquilo não é interessante.

Acho que os jornais nacionais, com excepção do Correio da Manhã, têm uma tendência muito grande para seguir a agenda política. De qualquer forma, esta manchete em concreto tem a ver com uma questão local, da Câmara de Leiria neste caso, que não vem reproduzida, nem nunca terá esta dimensão num jornal nacional. Lá está, eu acho que esta questão não é, de todo, prioritária para as pessoas, não está na sua agenda de preocupações, mas é uma questão importante e a nossa tentativa é sempre de tentar embrulhar o importante no interessante, ou seja, juntar as duas coisas e levar as pessoas a consumir as duas coisas.

2.3.1 – Considera que o jornal que dirige está em sintonia com os problemas das comunidades e dos seus leitores?

2.3.2 – Como é que essa sintonia é obtida?

Sim, sim. Isso está definido na nossa missão, é para isso que existimos. Mesmo que o assunto seja nacional, a perspectiva tem de ser sempre local. Posso dar-lhe outro exemplo, vêm aí as eleições presidenciais, os candidatos são nacionais, nós não vamos atrás dos candidatos nacionais da mesma forma que vai o Diário de Notícias ou o Público, não. O que nós fizemos foi pegar nos mandatários distritais, que são as pessoas que ao pé de nós, no fundo representam ou apoiam, e erguem a bandeira dos candidatos nacionais, tentar sempre dar uma perspectiva regional.

Há áreas onde ainda falhamos, por exemplo, as pessoas na imprensa regional, e falo sobretudo no caso do Região de Leiria, que é aquele que conheço melhor, algumas pessoas têm muito medo de assumir a sua posição e de enfrentar algumas forças vivas da terra. Porquê? Porque nós cruzamo-nos todos



os dias com elas na rua, portanto é preciso ter alguma coragem. No caso da opinião, neste momento nos dois cronistas que temos, eu acho que existe alguma falta de coragem, mas a nossa intenção é lembrá-los que isto é um jornal regional e, portanto, também a opinião, tal como as notícias, tem que se focar muito naquilo que é a região, e deixar as questões nacionais para outras pessoas.

2.4 – Considera que a agenda dos jornais regionais é orientada pelos interesses das elites locais ou pelas preocupações dos cidadãos locais? Dê exemplos.

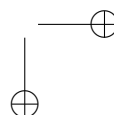
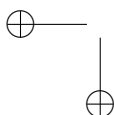
Quer dizer, das elites não me parece, sinceramente. Acho que existe um esforço semanal da nossa parte em tentar ver as coisas sempre com os olhos do cidadão. Se depois conseguimos ou não, isso já é outra coisa, mas tentar ver sempre o que é que preocupa as pessoas, como é que elas olham para as questões, o que é que é interessante e importante elas saberem, é sempre nessa perspectiva.

2.5 – Acha que é possível criar uma agenda baseada nos problemas dos cidadãos?

Eu acho que sim, e nós procuramos fazer isso já. Aliás, eu nas reuniões de redacção há uma colega que traz a agenda mesmo, com os acontecimentos, eu detesto a agenda, não gosto da agenda. Nós começamos sempre por aquilo que são as nossas ideias, e a nossa forma diferente de querer abordar os temas e fugir da agenda. Não temos que estar em todas as conferências de imprensa, eu não quero saber se os outros jornais da terra estiveram naquela conferência de imprensa ou estiveram naquele seminário. Não é isso que me interessa. Porque lá está, se eu seguir aquilo que são os interesses e as preocupações do cidadão, isso para mim é uma garantia de sobrevivência, porque tenho a certeza que vou ser lida, e se for lida tenho a certeza que vou ter publicidade para sustentar o jornal.

2.5.1 – Como é que se pode criar essa agenda? (se ele não disser que já existe)

Todos dão ideias para trazermos temas diferentes e para olharmos para as coisas na perspectiva do cidadão. Depois, lá esta, é como lhe digo, essa preocupação existe, se depois a conseguimos transpor para o jornal é outra



história. E a verdade é que nesses inquéritos (realizados aos leitores anualmente), e estou a ser totalmente franca, nesses inquéritos nós verificamos que continua a existir um desfasamento, ou seja, as pessoas continuam a achar que falamos pouco da terra delas, que tratamos pouco das suas preocupações e dos seus problemas.

2.6 – É frequente o jornal contactar os leitores para acolher sugestões?

2.6.1 – Quais são as ferramentas que já utilizou para o contacto por parte do jornal com os leitores?

Sim, quer dizer, existe. Esses inquéritos, digamos que são uma forma formal de contactar os leitores, depois existem formais informais, quer dizer, todos nós temos a noção, e fazemo-lo, de que nas nossas conversas de café e nos nossos contactos com a comunidade, é importante perceber o que é que as pessoas estão a achar ou não estão a achar do jornal. Por exemplo, recentemente, fizemos um trabalho no final do ano em que queríamos que as pessoas nos dissessem qual era a figura do ano alí na nossa região, e lançámos essa discussão e essa votação no site. Pronto, isto é o exemplo mais recente em como procurámos. Quando foram as eleições autárquicas, em 2009, uma das coisas que fizemos foi pedir às pessoas que nos dissessem o que é que querem que estes novos Presidentes de Câmara, estes novos autarcas, ou nestes novos mandatos que comecem, que problemas querem ver resolvidos.

Existe formalmente no tal inquérito, e aí perguntamos directamente se acha que os assuntos tratados são do interesse das pessoas, e a pergunta é mesmo assim, e se acha que os assuntos são bem tratados. Se gosta da organização do jornal, se acha que a organização do jornal está bem feita, e também se gosta das primeiras páginas, e se não gosta, porque é que não gosta. Isto são perguntas fechadas, portanto temos hipóteses para as pessoas assinalarem.

PARTE III

3. Cartas dos leitores

3.1 – Quantas cartas de leitores o jornal recebe em média por semana? (papel e correio electrónico)

Nós tentamos fazer essa contagem, a minha colega pôs aqui três cartas por semana em média. Quer dizer, isto significa que pode haver semanas em que não recebemos nenhuma, e pode haver outras em que recebemos mais. Não

sei. A mim parece-me pouco porque a sensação que eu tenho é que ela me está sempre a dizer que temos cartas e que não temos espaço para as publicar. Mas pronto, ela é que faz esta contagem, e ela pôs aqui três cartas.

3.2 – Quem faz a triagem e selecção das cartas? Que qualidades deve ter uma carta para ser publicável?

Nós temos uma colega que é a responsável pelas páginas 2 e 3, e é ela que faz, que recebe, em que depois comigo, decide se a carta deve ou não entrar. As cartas são quase todas publicadas, com excepção daquelas que são difamatórias ou que não venham identificadas, portanto o leitor tem de estar identificado. Se a pessoa recorrer a isto para tentar resolver algum problema pessoal, e que só pode ser resolvido, por exemplo, nos tribunais, nós não publicamos. E ainda esta semana tivemos um desses casos. É um senhor que queria que a filha passasse a ficar com ele em vez de ficar com a ex-mulher, e que falava de um conjunto de questões que eram mesmo pessoais, e que só podem ser resolvidas no tribunal e com advogado, portanto nós não temos essa função, nesse caso não publicamos. Há umas três semanas também recebemos uma de um antigo funcionário de uma empresa, que acusava o patrão de uma série de coisas, portanto era uma carta difamatória e nós também não publicámos. Nós publicamos todas as cartas, se não publicarmos logo quando ela chega, contactamos a pessoa e dizemos: “olhe, ela vai ser publicada assim que houver espaço”. Agora é como lhe digo, só essas mais agressivas e difamatórias é que não são publicadas.

Eu gostava de ter mais espaço, porque na realidade já percebemos que é das coisas que as pessoas mais gostam de ver no jornal, e por outro lado há cartas que dão trabalhos jornalísticos.

3.3 – Lembra-se de algum caso em que uma carta publicada tenha dado azo a um trabalho jornalístico sobre o tema?

É frequente haver esses trabalhos. É que repare, as cartas que dão azo a trabalhos não são publicadas como cartas, não as publicamos, fazemos o trabalho. Se o leitor quiser ser identificado, ele passa a ser uma fonte de informação perfeitamente identificada no trabalho. Se ele não quiser ser identificado, porque temos desses casos, aí então nós vamos atrás do assunto, e ou falamos, é raro isso acontecer, mas falamos de um fonte que prefere não ser identificada. Mas um desses casos muito recente, chegou com fotografias in-

clusivamente, foram umas ossadas que estavam escondidas numa capela numa freguesia de Leiria. E isso, não imagina o que essa carta gerou, não imagina. Quando nós fizemos o trabalho, nós contactamos a pessoa, a pessoa de facto não se quis identificar, e aquilo gerou uma celema terrível na comunidade. E é um assunto, que ainda estamos a acompanhar. Mas lá está, essa nunca saiu como carta, porque nós achamos que a partir do momento em que publicamos como carta, estamos a dar a oportunidade à nossa concorrência de também fazer um trabalho sobre aquilo, e assim conseguimos um exclusivo, não é?

PARTE IV

4. Caracterização do Perfil do Director

4.1 – Idade

37 anos

4.2 – Possui um curso superior na área da comunicação?

Sim. Tenho curso superior na área de comunicação social, na vertente de Jornalismo, tirado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

4.3 – Há quanto tempo é Directora do Jornal?

Eu estou como Directora Executiva do Região de Leiria desde Setembro.

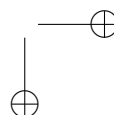
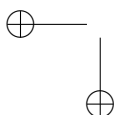
4.3.1 – Antes de desempenhar funções de direcção neste jornal, já o tinha feito noutro meio de comunicação?

Directora não. Tinha estado a substituir, em tempos, uma colega que era Directora no Jornal “O Eco”, em Pombal. Tinha estado à frente, como coordenadora, de uma revista do Região de Leiria, uma revista mensal, mas nunca tinha estado como Directora Executiva do jornal. Eu estava numa área completamente diferente, eu estava na área de Marketing. Porque embora eu tivesse formação de jornalista, tivesse começado como jornalista, em 2002 entreguei a carteira profissional e fui trabalhar para o Instituto Politécnico de Leiria, onde estive três anos. Quando regressei, em 2005, ao grupo Sonjormedia, não regressei para a redacção do Região de Leiria, mas para a Direcção de Marketing da Sonjormedia.

4.3.2 – Como é que surgiu a ligação ao jornal?



A ligação ao jornal no fundo é muito antiga. Existe desde 1996, quando entrei como jornalista. Na altura fiz um estágio, mas era um estágio informal, nem era um estágio curricular, porque na altura isso ainda não havia muito, era um estágio informal por iniciativa minha que era de Leiria, e que no fim do curso achei que me ia ajudar.



DIÁRIO AS BEIRAS; JORNAL O ALGARVE; JORNAL DO CENTRO**Pedro Costa****PARTE I****1. Caracterização da Imprensa Regional**

1.1 – Qual o papel que a imprensa Regional desempenha no contexto dos meios de comunicação em Portugal? Justifique.

Um dos principais aspectos é a proximidade, o conhecimento, a proximidade a forma como, os seus jornalistas, os seus responsáveis editoriais, conhecem a realidade que os rodeia e têm a capacidade de a contar de a narrar aos leitores, aos leitores que a vivem essas realidades, problematizando-a e não sendo um mero registo de “pombo-correio”, mas de uma forma com a capacidade de a problematizar de interagirem e de darem a informação, que os nacionais não podem dar no seu espaço finito e nas suas opções editoriais tentar fazer um cozinhado de tudo um pouco, de tudo o que se passa no país, mas depois muito centrado nos seus pólos centrais.

1.1.1 – Acha que o seu jornal cumpre esse papel? (Perguntar porquê, quer a resposta seja positiva ou negativa)

Concretizam e efectivam, nunca na sua plenitude, nunca com toda a comunidade, naturalmente, nomeadamente pelos, pelos hábitos, ou maus hábitos, ou poucos hábitos de leitura que há em Portugal. Agora com os leitores que se habituam a ler-nos, e em quem nos despertamos a necessidade o interesse, e a utilidade de nos ler, claramente preenchemos de forma crescente essa necessidade, e esse conhecimento de informação, que nos é reconhecida na fidelização, que temos de quem nos continua a comprar na banca, na fidelização que temos de quem continua a assinar os nossos jornais, que é um reconhecimento, que de facto continuamos a dar informação útil e que portanto só nos e que damos.

1.1.2 – Indique as estratégias utilizadas para cumprir esse papel.

Quer dizer, na nossa própria essência, está a proximidade, não é? Nós, não estamos a fazer trabalhos na Colômbia, nem no Terreiro do Passo, a não ser quando tem a ver com a nossa realidade, portanto a nossa área de intervenção, a área sobre a qual nos debruçamos diariamente, as opções editoriais com que



preenchemos as nossas páginas, são em si a estratégia editorial, de escrever sobre o que interessa às pessoas, para quem escrevemos um jornal à venda. Podemos teorizar muito, temos muitas opções estratégicas, temos muitos eixos, fazemos muitas acções específicas, para angariar assinantes, para angariar leitores, para habituar as pessoas a ler e a sentirem necessidade, ou não, para nos validarem, para nos darem opiniões sobre o que têm e o que gostariam de ver. Fazemos muito essas coisas on-line, direccionado, mas a essência está na capacidade de vermos e percebermos e de narrarmos, problematizando sempre, para não sermos meros “pombos correio”, problematizando sempre, as realidades, que dizem respeito às pessoas das comunidades onde estamos, isso tem a ver com conhecimento e percepção das realidades.

1.2 – O que é que a imprensa regional dá ao público que a nacional não dá?

Ficou já implícito na resposta anterior, dá informação, que os nacionais não dão, dá informação, que os nacionais não dão. Os nacionais dão alguma informação das regiões, como preocupação genérica ser uma informação que interessa a essa região, mas também a outra qualquer região, que tenha interesse, que suscite interesse. Os regionais dão muito mais informação e com um conhecimento efectivo de toda a envolvente e todas as consequências, que os nacionais não podem dar naturalmente, num espectro mais alargado.

1.2.1 – E o que é que a nacional dá que a regional não dá?

Os nacionais dão a “espuma das coisas”, dão a “espuma da actualidade”. Seja a “espuma” mais pouco clara ou sensacionalista, ou seja, a “espuma” ainda assim, mais aprofundada, mais política, mais dito de referência, embora aí as referências, sejam muito ditadas pelos consumidores/leitores. Os nacionais, dão uma amalgama de informação, que se pretende que seja transversal, em termos de interesse público leitor de norte a sul do país. Os regionais, não têm essa preocupação. Os regionais, dão um conjunto de informação, que sabem que só interessa ao seu objecto territorial, que servem e que tratam. Esta é a principal questão. Eu já trabalhei em várias publicações nacionais, nas sedes e em delegações, e naturalmente o que era filtrado, o que era pretendido, era o que fosse notícias da região, pudesse interessar em qualquer outro ponto do país, pelo seu carácter inédito, insólito, ou transversal politicamente. Nos regionais, o nosso foco é outro.



1.3 – Como avalia o espaço e o interesse dedicados pelos jornais às regiões e localidades periféricas?

Essa é uma questão, algo aberta. Definir o que é periférico, do que não é periférico, depende da estratégia de cada um. O que é periférico não interessa. O que faz parte da região, que eu englobo, interessa. O caso concreto do jornal, que estou a exercer a direcção à 6 meses, mas venho já a acompanhar algum tempo, que é o “Diário As Beiras”, nos outro semanários que referiu, estou neste momento afastado, embora ainda permaneça como director, numa fase de transição, nós temos perfeitamente definido, que o nosso “target”, que o nosso “focus” editorial, que estamos a redefini-lo e a reassumi-lo, que é o distrito de Coimbra, e os concelhos sul de Aveiro, nomeadamente Anadia e Mealhada e os concelhos do norte do distrito de Leiria, Pombal, Figueiró dos Vinhos, Alvaiázere, que é um território onde existem relações pendulares diárias, profissionais, académicas, procura de serviços públicos, instituições de saúde. É neste relação pendular, que nós vimos que é a nossa área de intervenção e nenhuma delas é periférica. O facto de o jornal ter sede na cidade de Coimbra, não retira valor à forma como em Pombal, procuramos dar de mais importante em Pombal, para os leitores de Pombal.

1.4 – Que papel atribui à imprensa local e regional na promoção da cidadania?

É mais relevante do que a imprensa nacional. Porque, junto de quem nas comunidades, faz acontecer, faz acontecer, e faz acontecer é o auto-didacta artístico, que faz opinião numa associação cultural, quem faz acontecer é o presidente de junta de freguesia, quem faz acontecer é um vereador, quem faz acontecer é um conjunto de empresários, uma associação cultural, é uma filarmónica, esta é a sociedade real, que faz acontecer, esta é a sociedade real que encontra espaço, num jornal regional e que normalmente não encontra espaço num jornal nacional.

PARTE II

2. A relação da Imprensa Regional com os cidadãos

2.1 – Para além da página do leitor são frequentes os contactos entre o público leitor e o jornal?

Sim. Muito regulares.

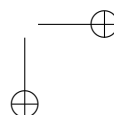
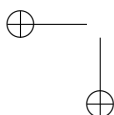


2.1.1 – Que tipo de contactos? (se não forem dados na resposta, pedir exemplos)

Há pessoas que se dirigem às nossas instalações, para entregar cartas. Apesar das cartas, entregam-nas em mão, fazem questão. Há pessoas, que vêm às instalações para expor problemas, de expectativas de eles serem alvo de notícia e de nós ajudarmos a resolver alguma coisa ou para darmos eco a algum protesto. Uma vez, nós procuramos que cada leitor que se nos dirige é um cliente simultaneamente, é alguém que nos valoriza ao ponto de nos dedicar e este director, que têm à frente, é alguém, que podendo procura sempre falar directamente com essa pessoa, porque as pessoas que nos procuram têm de ser valorizadas, tiveram uma atitude de interesse connosco, por mais absurdo e às vezes são absurdos, como imagina, os temas que nos trazem, às vezes são dignos de apresentar ao padre, mas é alguém que merece ser ouvido, escutado e às vezes até orientado, caso não haja uma linha, uma vertente editorial, para vir a desenvolver um trabalho, mas muitas vezes e quase sempre, dá azo a reportagens, a trabalhos, e essa é a tal proximidade e relação, de facilidade entre o leitor e o meio que se revê, naturalmente. Ah, mas falava-se de meios, esse é o porta-a-porta, recebemos muitos emails, muitos emails, com sugestões de trabalho, com coisas que enviam, muito pouco ainda, por muito que se estimule o jornalismo do cidadão, envie uma notícia da sua comunidade, e nós identificamo-lo, “o senhor é jornalista da sua comunidade”, nós estimulamos, convidamos, frequentemente em visitas informais, em reuniões que fazemos, que nós às vezes fazemos em pequenas comunidades, nas colectividades, fazemos nas páginas dos jornais, onde desafiamos as pessoas a enviar-nos as notícias da sua terra, temos várias experiências a esse nível, mas aí o leitor assumiu o papel de narrar o que acontece na sua terra, na sua rua, no seu bairro, é ainda uma margem de conforto, pouco utilizada, as pessoas remetem-se ainda a uma posição crítica de denuncia dos problemas que as afectam, na expectativa dos jornais as ajudarem a resolver, do que propriamente narrar as notícias, para que o seu nome, apareça no jornal. Também há a questão, não só do que se escreve, mas também há a questão da participação através de fotos, foto denuncia, mandam-nos fotos para denúncia, “publiquem isto para ver se resolvem”.

2.2 – Através de que meios os cidadãos tomam mais frequentemente a iniciativa de contactar o jornal?

Livros LabCom



Directamente, por e-mail, por cartas, por telefone, telefonam muito também. Até por Facebook, já recebemos. Por Facebook. Aliás, como até já recebemos propostas e currículos para trabalhar via Facebook.

2.3 – Considera que os jornais regionais em geral estão em sintonia com os problemas das comunidades e dos seus leitores?

Os que não tiverem, não têm presente, quanto mais futuro.

2.3.1 – Considera que o jornal que dirige está em sintonia com os problemas das comunidades e dos seus leitores?

Considero que está parcialmente em sintonia, com alguns dos problemas de alguns segmentos dos leitores. Sendo jornais generalistas, nunca está em sintonia com a totalidade dos problemas de cada um dos leitores sente.

2.3.2 – Como é que essa sintonia é obtida?

A forma como o jornal é percepcionado, a forma como os diferentes “take olders” e os nossos leitores nos vão dando diariamente “feed-back”, do que fazemos e do que gostavam que fosse feito. Esse é o principal crivo. O dos jornalistas, os das equipas comerciais, que são uma fonte de informação muito importante, de como o mercado está a ser, como se está a comportar, o mercado de leitores, o mercado de negociantes, como estão a olhar para o jornal, a utilidade e a forma como ele espelha a realidade e as questões mais prementes, que as pessoas gostam de ver abordadas. Esses são os instrumentos que nos levam diariamente a ter essa percepção do que está a acontecer, de como estamos a ser vistos, se há alguém que nos começa repetidamente a dizer que há muito tempo que não fazem notícias de basquetebol, bem se calhar estamos a descorar. O que é que aconteceu? Isto acontece.

2.4 – Considera que a agenda dos jornais regionais é orientada pelos interesses das elites locais ou pelas preocupações dos cidadãos locais? Dê exemplos.

É um “mix”. Há uma agenda. Há uma agenda, de eventos, de acontecimentos, de debates e discussões, não sei se é aí que quer colocar a discussão das elites, mas no fundo, dos decisores políticos, públicos, das instituições públicas, que obviamente os jornais cumprem, que obviamente um jornal como o “Diário As Beiras” tem que cumprir essa agenda do quotidiano. De facto



na agenda do jornal, há uma parte do jornal que seguem uma agenda institucional, que é definida, porque obviamente procura-se e espera-se que se veja retratado e problematizado o que acontece, porque se não também estamos a ficar distantes, nessa medida sim. Na outra medida, é tudo o que aparece no jornal e é muito e que não tem nada a ver com a agenda, que tem a ver com os assuntos que nós procuramos, que nós buscamos e que nós decidimos que isto é notícia, que decidimos que queremos mediatizar.

2.5 – Acha que é possível criar uma agenda baseada nos problemas dos cidadãos?

É possível criar uma ou mais agendas, mas não a agenda.

2.5.1 – Como é que se pode criar essa agenda? (se ele não disser que já existe)

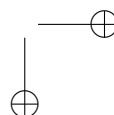
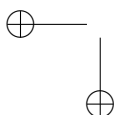
Vamos fazer um conjunto de trabalhos, sobre perspectivas da educação. Desafios para educação. Nós convidamos várias figuras públicas, pais encarregados de educação, dêem-nos inputs, dêem-nos sugestões, dêem-nos a sua perspectiva, vamos fazendo trabalhos, vamos fazendo entrevistas, mas vamos abrindo o “leque” de pessoas que não conhecemos e que podem vir e podemos terminar na realização de um congresso, de um seminário sobre um tema específico, em que esse assunto é abordado com inputs que vieram de trás.

2.6 – É frequente o jornal contactar os leitores para acolher sugestões?

De forma científica, infelizmente não. De forma empírica de percepção diária, todos os dias e a toda a hora.

2.6.1 – Quais são as ferramentas que já utilizou para o contacto por parte do jornal com os leitores?

Já fizemos inquéritos, sondagens. Temos ferramentas e instrumentos nacionais, como o Bareme imprensa, que nos revelam as vendas da PCT e tudo isso vai aferindo do interesse que o leitor, por determinado tipo. Desta forma, vimos o número de vendas por determinado tipo de assuntos na capa. E ver o que despoletou maiores picos de venda e cruzando isso com outros factores externos, se está um dia de sol, se está um dia de chuva, se havia algum evento, se era um mês marcado por férias, ou se era uma semana marcada por feriados, tudo isto são comportamentos e atitudes que se têm de cruzar



com os conteúdos editoriais que elegemos e isso é reflexo de uma linha de reconhecimento, de valorização. Neste preciso momento, nós temos um processo de mudança do “Diário As Beiras”, anunciámo-lo esta semana. Tenho ali um “pack” de edições desta semana, que aliás, podem levar. Vamos mudar o jornal. Temos ouvido vários grupos de leitores interessados em nos ajudar, entre agentes políticos e associativos. Temos promovido, vários encontros e conversas, umas mais formais, outras mais informais, para tentar responder a esta questão, numa altura de mudança em que sentimos que os jornais têm de inovar, mudar e ousar, nos tempos que correm temos que saber o que vamos fazer e de que forma ele vai ser percebido. Também para desmontarmos as ideias pré-concebidas do que deve e não deve ser um jornal, naturalmente. E em todo este processo público, nós estamos a ouvir lançamos público, e todos os dias anunciamos que temos um e-mail e uma ficha e que todos os leitores anónimos ou identificados podem preencher, envolvendo os cidadãos a enviar-nos sugestões. E estamos a recebe-la.

PARTE III

3. Cartas dos leitores

3.1 – Quantas cartas de leitores o jornal recebe em média por semana? (papel e correio electrónico)

Umas 20 a 25 por semana.

3.2 – Quem faz a triagem e selecção das cartas? Que qualidades deve ter uma carta para ser publicável?

Director, subdirector e chefe de redacção. Não serem ofensivas, estarem identificados os seus actores e terem manifesto interesse público.

3.3 – Lembra-se de algum caso em que uma carta publicada tenha dado azo a um trabalho jornalístico sobre o tema?

É muito frequente. Agora não lhe sei responder A B ou C, porque são muito frequentes. São muitas as cartas que dão origem, Estou-me aqui a tentar lembrar de alguma mais premente, talvez relacionadas com hospitais, essas dão normalmente azo a coisas relacionadas com a saúde. Vamos procurar se faz ou não sentido. Mas também problemas nas ruas, os problemas que afectam as pessoas. Queremos ter um papel, em que o jornal é visto como algo que me ajudou a resolver o problema.

PARTE IV

4. Caracterização do Perfil do Director

4.1 – Idade

39 anos

4.2 – Possui um curso superior na área da comunicação?

Não. Tenho frequência de algumas pós-graduações nessa área, mas não tenho licenciatura. Tenho 12º ano.

4.3 – Há quanto tempo é Director do Jornal?

Do “Diário As Beiras” há seis meses. Do semanário “O Algarve” há um ano e meio, perdão à dois anos, estive-la quase um ano a morar, a lançar o jornal. Do Jornal “O Centro” é uma fase de transição mais recente, ainda não à um ano. Antes fui director executivo do jornal “Região de Leiria” durante seis anos. Antes ainda fui chefe de redacção. Ainda passei por jornais nacionais. Antes, tinha começado, na imprensa regional o meu percurso com 17 anos, num jornal que se chama “Diário de Leiria”. Portanto a questão do regional sempre muito marcado. E vão nisto 21 anos.

4.3.1 – Antes de desempenhar funções de direcção neste jornal, já o tinha feito noutro meio de comunicação?

4.3.2 – Como é que surgiu a ligação ao jornal?

O grupo Lena Comunicação, ainda não existia, quando eu fui chefiar o “Região de Leiria”. Eu tinha começado na imprensa regional, no “Diário de Leiria”, também no “Diário de Leiria”, porque sou de Leiria, depois trabalhei com publicações nacionais, como o “Correio da Manhã”, “O Diário Económico”, “O Semanário Económico”. Nunca perdi o contacto com o regional, porque também colaborava com o “Região de Leiria”.

JORNAL O RIBATEJO**Joaquim Duarte**

PARTE I

1. Caracterização da Imprensa Regional

1.1 – Qual o papel que a imprensa Regional desempenha no contexto dos meios de comunicação em Portugal? Justifique.

Eu penso que desempenha ainda, e até certo ponto, um papel único porque os meios nacionais de alguma forma ainda não chegaram à região. Por isso a imprensa regional é de alguma forma o porta-voz das inquietações, dos conflitos, do quotidiano da região. É pela imprensa regional ainda que passa boa parte disto que eu acabei de dizer.

1.1.1 – Acha que o seu jornal cumpre esse papel? (Perguntar porquê, quer a resposta seja positiva ou negativa)

O jornal que eu dirijo tenta cumprir esse papel, com as circunstâncias e com os meios que tem. Eu acho que sobre a imprensa regional havia que definir duas coisas, porque o local e o regional são muitas vezes confundidos. O Ribatejo, que é o jornal que eu dirijo, que enfim fundei e dirijo, é um jornal que, enfim, na sua história de 25 anos, em determinados momentos muito fortes da sua própria existência, digamos que foi, eu não direi o motor, mas pelo menos ajudou à coesão de uma determinada região que tem a ver com o espírito do distrito, e eu digo isto porque o jornal nasceu antes das associações do município serem criadas, e nasce num tempo em que o distrito de Santarém era um distrito deslaçado, descosido, onde várias zonas do distrito tinham quase mais influência do que a própria capital, havia uma capitalidade pouco afirmada, e ainda hoje pouco afirmada no distrito, embora visto de fora parece que não, mas lá dentro é um caso clarinho, e digamos que o jornal, nascendo logo com uma delegação em Tomar, porque na altura eram preciso delegações, porque na altura o meio de informação para os jornais, além do presencial, obviamente, era o telefone e as cartas. E então nesse sentido, tinham de se ter delegações, e os artigos eram escritos à máquina e viajava de rodoviária, por isso o contexto é todo outro, e o jornal digamos que ajudou a coser uma região. Porta-voz de uma determinada região, daquilo que é transversal, e sobretudo aqui numa transversalidade de interesses locais, para lhes

dar uma cobertura e afirmando-se nos pólos urbanos. O jornal na sua origem é forte em Santarém, em Bancos. A preocupação do jornal foi nascer com uma coesão distrital. Depois há vicissitudes no seu percurso, a dispersão que fizemos, a determinada altura é de tal monta, que quando começam os testes da Marktest, nós somos primeiros em segundos lugares em quase todo o lado, mas como não estávamos focados muito fortemente em nenhum, perdemos, e começámos a perder. mas depois tem outras coisas, que é como é que se distribui o jornal, e como é que a boleia do porte pago, enfim, sem controlo, serviu para muitos desmandos, de quem também fazia contas por outros lados.

O que é importante, e só sintetizando aqui, é que um jornal ajuda à coesão de um território, contribui para a coesão de um território, e um território de natureza local ou distrital, isso é outro filme, mas contribui, alimenta as grandes discussões, as grandes questões dessa região, é um excelente instrumento e continua a ser um excelente instrumento de debate junto das forças, não estou a falar das massas, estamos a falar da elites, de resto é uma preocupação que o meu jornal tem. Quando digo elites estou a falar das forças, enfim, políticas, económicas, culturais, sobretudo estas que são as que determinam os caminhos, enfim, seja no teatro que se faz regionalmente, semiprofissional ou profissional, seja na gestão intermunicipal ou municipal, seja na gestão política que os técnicos cumprem, seja no mundo empresarial, porque hoje temos associações empresariais, temos associações comerciais, e temos as próprias dinâmicas dos próprios empresários, porque o jornal está seriamente metido nestes três universos e tenta balizar muito o jornalismo nestas questões. Claro que depois o *fait-divers* do crime, do tribunal, etc., faz parte. O jornal teve sempre essa preocupação de contribuir para a construção/consolidação de uma comunidade regional. Ainda hoje, digamos que é uma marca nesse sentido.

1.1.2 – Indique as estratégias utilizadas para cumprir esse papel.

Na origem, quando o Ribatejo nasce em 1985, os jornais que existiam na região não tinham jornalistas, nem profissionais nem semiprofissionais, nem coisa nenhuma, enfim, era um distrito muito pobre em imprensa, é preciso dizer isso. Embora tivesse títulos que se conheciam, e com muita audiência até, o *Correio do Ribatejo*, quase centenário, na altura, hoje já bastante mais do que isso, o *Cidade de Tomar*, enfim, para falar aqui de dois títulos, em Torres Novas, enfim. três ou quatro jornais com dimensão, com quantidade

de assinantes, etc., só que estamos a falar que muitas vezes eram os gráficos quase que determinavam como é que o jornal se fazia.

No caso do Correio do Ribatejo, tinha morrido o fundador, quando eu lá chego ele durou mais um ano, o filho do fundador, o Vergílio Ruda, que era um homem do regime, mas um intelectual apesar de tudo. E como não tem filhos, os herdeiros são quatro tipógrafos. Obviamente que estamos a perceber para onde é que o jornal evoluiu. Aliás, eu chego lá, o Ribatejo é o primeiro jornal a ser feito em rotativa no distrito de Santarém, feito em Lisboa, tendo Lisboa ali ao pé, e sobretudo o Correio do Ribatejo ainda era em linotype, nem sequer o offset tinha chegado.

De resto, o Ribatejo nasce num contexto muito engraçado. O Ribatejo nasce com jornalistas profissionais, eu próprio, o Alexandre Manuel, o Rogério Rodrigues, enfim, quer dizer eram nomes que não estavam a tempo inteiro, mas construímos imediatamente uma redacção com estagiários, por isso o jornal é fechado em Lisboa, abrimos casa em Santarém, mas é fechado em Lisboa, e a sociedade é uma sociedade muito engraçada. Nasce com doze sócios, seis são jornalistas profissionais, dos quais eu era o único a tempo inteiro, e os outros seis são empresários da zona, enfim, variados, desde o Hermínio Martinho, ao pai do Mário Viegas, e por aí a fora, e com sócios também em Tomar, e com outro sócio em Abrantes, por isso, empresários. Desses seis regionais, tivermos o cuidado de seminar noutro sítio, tanto que as delegações que abrem são eles que nos cuidam disso nos vários sítios. Mas o jornal nasce com uma lógica de âmbito distrital, tendo eu percepcionado, que vinha do Jornal do Fundão, um jornal que tinha uma afirmação distrital, eu próprio tinha ajudado a afirmá-lo em Castelo Branco, que era a zona mais débil do jornal, por isso, notoriamente o meu choque é perceber como é que um distrito num lado tinha um jornal tão forte, e de cobertura distrital, e no outro, enfim, não comunicava, a região não comunicava, quer dizer, tirando os papéis oficiais, não havia comunicação entre Abrantes, Tomar, Santarém, independentemente das rivalidades que pudesse haver.

Por isso, digamos que o jornal nasce com essa intenção e vai fazer esse caminho, um caminho demorado. Tem outra curiosidade, para tua informação, que é engraçada, que é a primeira Sessão de Câmara que eu assisto, o exotismo, a bizarria que foi para aquela gente sentar-se lá um jornalista, nunca se tinha sentado um jornalista numa Sessão de Câmara, quando na Beira, de onde vinha, quer dizer, era banalíssimo, havia até a imprensa da igreja, no caso do

Reconquista, tinha um jornalista semanal, às vezes um estagiário, tipo mais ligado à igreja do que ao jornalismo, não importa, mas tinha semanalmente a assistir. É a primeira vez que o Presidente da Câmara vê um jornalista sentado a assistir à sessão de Câmara. Porque o que é que os jornais faziam? Publicavam as actas da Câmara sublinhadas pelo Presidente da Câmara. Era isto que era por exemplo a informação municipal quando eu chego a Santarém, há vinte e cinco anos atrás, vê-se isto em Novembro de 1985. Por isso é importante percebermos que tinha ali havido uma aventura ou outra de passagem, o Diário do Ribatejo que durou três anos, mas foram coisas que foram fugachadas, que desapareceram, e com elas desapareceram também os poucos jornalistas que ainda por lá estavam.

Portanto, primeiro uma estratégia geográfica, depois uma estratégia empresarial, também. Sim. Confesso-te que essa, eu pessoalmente demorei mais a aprender-la, porque digamos que a minha opção era muito editorial e o meu conhecimento era mais orientado para isso, e as minhas aprendizagens centraram-se mais nisso, outros tratavam dos negócios, essa foi de facto a nossa pecha, que demorámos muito, porque enfim...

Quando eu falo em porta-voz de uma região, vamos lá a ver, é a marca ser referenciada também como elemento, enfim, como eco mas também como indutor da palavra, quer dizer, vamos lá ver, eu acho que um jornal regional reporta o quotidiano, e os sonhos e as ambições dessa região como um jornal nacional tem o dever de fazer relativamente ao país. Mas também deve trazer para a rua, ou se quiseses para o debate das elites, é aqui que eu falo das elites, quer dizer seja no mundo empresarial, porque tem que haver uma coesão, se quiseses tem que se procurar uma coesão de debates, de temas que definam caminhos, porque na realidade regional nós costumamos discutir o desemprego a nível nacional, está bem, mas o desempregado de Santarém, é em Santarém que está, não é em Lisboa. Por mais mobilidade que haja, a loja que fecha em Santarém ou a fábrica é ali que fecha, é ali que deixa os desempregados, é ali que deixa os problemas. Por isso, enfim, o hipermercado do Continente, do Sr. Belmiro, nós quando compramos lá, deixámos de comprar nas lojas, fecharam as lojas, passamos a meter no Belmiro, o Belmiro transporta o dinheiro para o Porto, antes ficava naquela realidade, ficava ali circunscrito, eu gastava lá o meu ordenado, e o comerciante também o gastava. Por isso o papel do jornal regional é, enfim, ter o foco na sua região e nos problemas da região, a ser também ele um motor de desenvolvimento ou de ajuda ao desenvolvimento.

1.2 – O que é que a imprensa regional dá ao público que a nacional não dá?

1.2.1 – E o que é que a nacional dá que a regional não dá?

Eu penso que sobretudo a imprensa no país que temos, e no tipo de imprensa que temos, elas complementam-se. A imprensa nacional dá-nos uma visão do país, e sobretudo de Lisboa, da capital, porque é na capital que está o Governo, é na capital que, enfim, que se passam muitas decisões que têm que ver com o todo do país, mas que também afectam as regiões, tanto mais que nós não temos regionalização, por isso as únicas coisas que há é orçamentos municipais e orçamento central, CCR têm outra função e também é outra história, mas enfim, para dizer que sobretudo são papeis complementares, um pouco de costas voltadas, enfim, o tempo foi mudando, hoje a Internet criou outras realidades, digamos a comunicação na rede estabelece já outro... Mas falando do papel impresso, que é dessa história que estamos a falar, são complementares, não é dispensável quem leia um regional não ler um nacional porque lhe traz outro tipo de informação que não directamente da sua região, mas enfim, traz-lhe o internacional, traz-lhe o nacional, que o regional... não digo com isto que a nossa imprensa regional às vezes não dê, não faça, mas faz muito mais na opinião do que na notícia. Nós não temos regionais, ao contrário dos espanhóis, dos franceses, não temos regionais diários, ou temos pouquíssimos, e não tendo diários regionais, os regionais têm um foco na região.

1.3 – Como avalia o espaço e o interesse dedicados pelos jornais às regiões e localidades periféricas?

1.4 – Que papel atribui à imprensa local e regional na promoção da cidadania?

É assim, eu acho que há jornais regionais mais populares, jornais regionais mais referenciais do ponto de vista elitista, no sentido sociológico da palavra elite. Hoje na região, quer dizer, se à 25 anos atrás nós estávamos únicos no espaço regional, os outros eram locais, hoje, enfim, há o *Mirante* que é o maior regional em tiragem no país, quer dizer, por isso, e há outras realidades, 25 anos depois criaram-se outras realidades. Isto para dizer, como a nível nacional há um *Correio da Manhã*, há um *Público*, isto só para fazer aqui

uma, enfim... também nas regiões há jornais mais populares, mais massivos, e há jornais mais urbanos, urbanos aqui no sentido de cidade mesmo... Agora vamos lá ver, uns e outros são jornais de enfim, o Ribatejo tira actualmente 7.500 exemplares, por isso é muito papel, não são as elites só... Agora cruzamos o campo popular quer o outro, cruzamos se calhar nalguns passos, isto para falar de dois, porque há muito mais jornais obviamente, mais semanários, cruzamo-nos nalguns segmentos e noutros temos, enfim, temos públicos se calhar também diferenciados.

Só a sua existência já é, enfim, é uma evidência desse contributo. Depois eu diria que o jornal, enfim, o jornal não incendeia, não provoca o incêndio, pelo contrário, por isso, enfim, não sei o que te dizer, é por ali que passa também a discussão pública, porque senão onde é que as pessoas discutem hoje? Onde é que as pessoas se encontram, quais são os fóruns de debate? Os fóruns de debate, enfim, para lá dos fóruns públicos, que cada vez têm menos participação de gente, quer dizer, quer a nível nacional, quer regional, por isso há poucos fóruns públicos de debate, estou a falar de Assembleias Municipais ok, mas quer dizer, conferências, encontros, há muito pouco, por isso o jornal é promotor, no nosso caso, nós somos promotores de conferências, de debates, somos directamente... Ainda esta semana promovemos um debate, esta semana que passou, promovemos um debate com os mandatários distritais das candidaturas presidenciais. Por isso, enfim, não são os candidatos, são os mandatários, mas é sempre a preocupação de... enfim, não se pode regionalizar uma eleição presidencial, mas quer dizer, se aquelas figuras se oferecem para isso, têm coisas a dizer, este é um exemplo. Acaba por se vir sempre, de alguma forma, ao foco da região, mas é óbvio que aqui uma candidatura presidencial, o que me interessava saber é que motivações é que levaram aqueles cavalheiros, a apoiar o candidato A ou B. Eles são conhecidos na região, porque os mandatários são referências na região e por isso não são rainhas de Inglaterra, a gente quer trazê-los para a política, isto é um exercício de cidadania, é trazê-los a explicar as suas motivações, as suas razões, e depois obviamente que também têm uma leitura do todo nacional, enfim, e do que é que os seus candidatos podem ou não representar. Mas eu quero-te dizer que foi um debate interessantíssimo, que fizemos conjuntamente com uma rádio, no caso era nossa, mas nós trabalhamos às vezes com outras rádios, para haver emissão em directo, e em directo na Internet, porque como temos uma WebTv, para nós é fácil... Mas eu estoute a dizer isto da semana passada, fazemos,

sei lá, conferências de saúde com especialistas, fazemos conferências de variadas coisas ao longo do ano. Entramos nos vários segmentos. De resto, uma das preocupações que temos, e agora a redacção, enfim, temos discutido, é a chamada... não é uma inquietude propriamente, mas é um conflito de larvar que existe nalguns segmentos, sei lá, que vão desde os clubes desportivos, que vão desde a questão dos bombeiros, há o municipal e há o voluntário, e a preocupação agora é como é que vamos trazer isto para dentro do jornal? Antes que os gajos se larguem á estalada como é que...se nós já detectámos que a coisa é larvar, como é que a explicitamos?

Como é que a confrontamos para acelerar os passos de resolução e também de conversa pública? Quando eu digo que o jornal é fórum do debate, é um fórum de debate porque é ele que leva o debate para a mesa do café, ao trazer o assunto, mais ou menos polémico, a notícia até do juvenzinho que foi atropelado na passadeira de Santarém, a passadeira torna-se a conversa do café, quer dizer, porque a conversa do café, ela não pode ser o fórum, mas é o jornal que alimenta esse fórum.

PARTE II

2. A relação da Imprensa Regional com os cidadãos

2.1 – Para além da página do leitor são frequentes os contactos entre o público leitor e o jornal?

2.1.1 – Que tipo de contactos? (se não forem dados na resposta, pedir exemplos)

Sim. Digamos que a sede do jornal é também de alguma forma, um momento de chegada do leitor, e no tipo de jornal que é o Ribatejo, digamos que nós não temos dois pisos, é um open-space praticamente, enfim, de redacção, quase que se com facilidade, o leitor que vai chega. De resto, temos a sede também no Centro Nacional de Exposições de Santarém, por isso no CNEMA, um local muito, enfim, a pretexto que com facilidade se chega ali. Por isso, essa proximidade, esse contacto directo é fácil. Segundo, a organização do jornal...o resto é carta de correio, telefonemas, etc., embora hoje o jornal, enfim, o anunciante que escreve para mandar carta, com o cheque ou não sei quê, é também ele próprio que às vezes mete uma nota a chamar a atenção para isto ou para aquilo do jornal, ou porque gostou de ver isto, ou



porque...estás-me a entender, não é o leitor no seu papel exclusivo de leitor, digamos que é uma intersecção de variadíssimas coisas, por isso é que eu tenho dificuldade em dar um número, estas coisas medem-se por centenas às vezes, e a maioria delas são completamente irrelevantes, mas algumas têm relevância suficiente para a gente meditar lá dentro.

2.2 – Através de que meios os cidadãos tomam mais frequentemente a iniciativa de contactar o jornal?

Telefonemas e Internet.

2.3 – Considera que os jornais regionais em geral estão em sintonia com os problemas das comunidades e dos seus leitores?

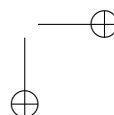
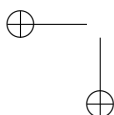
Penso que é esse o objectivo, é esse o caminho, quer dizer, se se atinge, tomara eu ter essa certeza, essa realização plena, digamos que é sempre um caminho, quer dizer, estamos sempre nesse caminho, essa é a nossa obsessão, essa é também a nossa abstracção.

2.3.1 – Considera que o jornal que dirige está em sintonia com os problemas das comunidades e dos seus leitores?

2.3.2 – Como é que essa sintonia é obtida?

Digamos que os jornais têm rotinas que estão criadas e que estão mais que experimentadas, experimentadas do ponto de vista de que funcionam pronto, e que funcionam para termos chegado ali, por isso essa é uma base, mesmo que a gente invente coisas ou crie coisas, não podemos perder aquilo que é a nossa sustentação. Por isso essa é a nossa base, temos aqueles destinatários, sabemos que os temos, enfim, se estamos a perde-los, aquele gajo que paga a assinatura, etc., se se está a perder, temos de identificar o fenómeno, enfim, identificamos alguns, quer dizer, há fenómenos claros de dificuldades de pagar a assinatura. Porquê? Porque ela chega de uma vez e aquilo dividido num mês ou num ano ou dia não é nada mas pago de uma vez é muito caro, quer dizer pronto, porque os orçamentos das pessoas são limitados, enfim, como é que... mas se a gente dissolve aquilo pelo ano é uma complicação, porque os encargos que comporta pagar...mas enfim, é só para percebermos que aquilo que temos é precioso, aquilo que temos é precioso, temos que segurá-lo. Por isso a sintonia é uma realidade conhecida, e sobre a qual já criámos rotinas. Os outros caminhos, as outras tentativas, bom, há coisas que são também

Livros LabCom



muito intuitivas, um jornalista com anos, e com editorias, porque nós temos uma organização, nós temos cinco profissionais no Ribatejo, por isso cada um deles tem uma editoria, digamos que há um com foco na cultura, o outro com foco nos negócios, o outro, alguns têm dois ou três... digamos que o conhecimento acumulado do contacto, enfim, da busca, da procura, porque cada um deles tem que trabalhar como se aquele espaço fosse um jornal único, enfim, depois há intersecções, o chefe de redacção e o director têm de discutir aqui algumas coisas. Mas digamos que isso é um conhecimento que cimenta também esse caminho, que cimenta conhecimento para ir definindo caminho, e depois é muito o lado da intuição, enfim, que somos intuitivos, e depois é a experimentação e o erro, não é? Erramos, recuamos, melhoramos. Nós aprendemos com o erro.

Aprendemos com o erro, já cometemos tantos erros. Mas sabes que na análise do erro, digamos que...eu à bocado falei-te de conferências, fazemos isso mas, vamos perceber as motivações, porque a equipa é uma equipa pequena que se tem de desdobrar em muitas coisas, mas as motivações que às vezes nos levam para os eventos, enfim, isso na categoria geral de eventos, algumas são, enfim, de nobreza máxima, de ser o assunto só por si que nos transporta a energia, e o esforço de realizar. Mas a maioria tem por trás uma necessidade, é realizar dinheiro para manter o papel, porquê? Porque se... um jornal regional hoje, com a quantidade de jornais, enfim, com um país que lê pouco, e também lê pouco nas regiões, com um país muito telévaro, enfim senta-se no sofá e espera que lhe aconteça tudo, agora, enfim, a nova geração é a Internet, por isso temos aqui vários problemas para manter uma equipa relativamente grande, com um produto que não realiza o suficiente, em termos de negócio, para manter aquela equipa e para manter aquela estrutura, e aqueles encargos, de mobilidade, de carros, de tudo. Nesse sentido, o jornal teve que desenvolver outros negócios, associados à ideia do jornal, obviamente, porque a marca, e a mobilização é em torno dessa marca e desse produto. Por isso as conferências têm também essa motivação por trás. Para te dizer que quando fazemos essas coisas, vamos corrigindo. Dizer-te um exemplo, o que é que corrigimos. O ano passado, fizemos a feira do emprego, uma feira do emprego que durou dois dias, este ano vamos repetir o assunto. Quero-te dizer que a feira do emprego realizou muito dinheiro, foi altamente lucrativo, mas teve n empresas, teve workshops do mais variado, a ensinar desde arranjar-se no fato, para se apresentar a uma entrevista, sobre o que dizer, como falar,



enfim, com os especialistas que fomos arranjar em todos os lados e mais alguns. E isto num espaço como o CNEMA, que é um espaço para onde a FIL, quando tem coisas a mais, manda uma coisa grande, mas foi uma tristeza em público, acertamos mal na data, não resolvemos o problema da mobilidade, porque muita da gente desempregada ou jovens estudantes já estão preocupados com caminhos, enfim, o autocarros não foram suficientes, quer dizer, a carreira normal não chega lá perto, por isso não resolve o problema, etc., etc. Cometemos tantos erros, que este ano, digamos, o sucesso do ponto de vista do que pretendíamos, que era ter impacto, ter utilidade e ter, realizar dinheiro, retorno mesmo, foi óptimo. Foi um desastre do ponto de vista de público, as razões estão todas escarpelizadas e este ano vamos. mas vale a pena repetir porque os workshops tiveram cheios, o nosso problema é que também havia stands e os stands não tiveram visitas, ou tiveram poucas, pronto, este ano temos que corrigir tudo isso. Eu estou-te a dar um exemplo, uma coisa banal, mas enfim, podia dar exemplos de papel também, histórias que começamos, pensamos que têm eco, mas enfim, aí é mais complexo.

2.4 – Considera que a agenda dos jornais regionais é orientada pelos interesses das elites locais ou pelas preocupações dos cidadãos locais? Dê exemplos.

Digamos que quando o jornal nasceu à 25 anos, quando nasceu à 25 anos não havia assessorias de imprensa, quer dizer, na região, enfim, no país não sei o que é que existia, mas nas regiões não havia em lado nenhum, nem nas associações, até a associação empresarial já noticiámos nós o aparecimento dela, por isso, enfim, tudo, tudo, as regiões de turismo noticiámos o aparecimento delas, isto tudo nasce dos 25 anos para cá, enfim mas logo ali próximo dos 25 anos, por isso não havia essas coisas, não havia a agenda era uma construção, uma construção única, se quiseses, da própria redacção, que tinha que ir aos eventos, porque os eventos não vinham a si, porque não havia nenhuma Câmara com nenhum assessor.

O Ribatejo participava quase na criação das próprias elites, e da comunicação entre elas, de procurar furar, porque de resto aquela gente achava que aquilo que estava o segredo dos Deuses. Tirando as obrigações públicas, das reuniões públicas, o resto, achavam educar aquela gente para dizer que a informação que eles tinham era importante para o público, já era outro esforço. Hoje, vivemos num tempo em que 90% da informação que chega a um jornal,



para não dizer mais, a um jornal regional, mais de 90%, ou pelo menos 90% da informação que lá chega dentro, daquilo que é novo, vem por assessorias, vem por serviços de imprensa dos mais variados. É óbvio que esse é um foco central de uma agenda de jornal hoje. Mais, há instituições que ao realizarem coisas públicas, acham indispensável que o jornal lá esteja. A ausência do jornal, ou seja, o jornal não ir a determinados eventos públicos é uma falha do jornal, e sobretudo da parte deles penalizam o jornal, aqui penalizá-lo no sentido de reclamar, de telefonarem a mim, pessoalmente, “epá, o seu jornal não esteve, o que é que aconteceu?”. Por isso, digamos que a redacção, quando prepara a agenda da semana, enfim, a redacção tem agendas de grandes temas, que neste momento até estão a ser trabalhados para a mudança do jornal, de temas que vão ter mais do que, digamos, não nascem e morrem numa edição, são temas que a gente sabe que vamos lançá-los, e que eles se vão repercutir em conflito na semana seguinte, etc. Mas isso estamos a preparar, porque quando mudamos, enfim, quando mudamos graficamente o jornal, do formato, etc., o jornal tem que ser acontecimento durante uma série de tempo.

Mas abreviando, voltando atrás, por isso essas agendas de fora, fazem parte da agenda. Para além disso, temos sempre, temos uma preocupação que é, se quiseses porque o jornal tem essa história, que é tentar ter agenda própria, tentar ter agenda própria a mais do que um nível, quer dizer, saber o que é que é só nosso. Nós temos uma preocupação que é conhecermos a nossa concorrência, e não queremos ter as mesmas capas, nem sequer ter os mesmos assuntos. Aliás, às vezes consegue-se a estranheza no distrito, de dois jornais fortes, do ponto de vista jornalístico, como é o *Mirante* e o *Ribatejo*, parecerem de regiões diferentes, que não se cruzam numa notícia quase. Quer dizer, isso também tem a ver com a relevância que damos às coisas. Agora não deixamos de ter essa preocupação em termos grandes temas que tentamos abordar, ou abordá-los de maneira diferente, sei lá, mas uma coisa que podia ser uma notícia banal, que chegou num press-release, sei lá, dou-te um ângulo, a ponte D. Luís esteve encerrada e com dificuldades de trânsito, durante uns tempos, esteve a ser recuperado o tabuleiro. Depois abriu, noticiou-se outra vez que abriu, são pequenas notícias, isso é mais que um *fait-divers*, tem a ver com a funcionalidade, da mobilidade etc., embora haja alternativa. Mas abriu, tudo bem. Três meses depois voltou a fechar, porque se descobriu fissuras, não sei quê. Quer dizer, obviamente que foi mais um comunicado que chegou, mas deixou de ser comunicado, mas passámos a tentar e entrámos, e contínua,



quer dizer, ainda esta semana, na próxima já temos mais assunto para explicar porque é que isto acontece, porque fechou porque pode cair. Então antes andaram meses a arranjar a ponte e não percebes? Tentar perceber o que é que ali se passou, pronto, mais do que a necessidade da ponte já estamos a questionar onde se gasta o dinheiro, com que conhecimento, com que saber, etc., etc.

2.5 – Acha que é possível criar uma agenda baseada nos problemas dos cidadãos?

Aqui o problema que eu tenho é que o cidadão para mim é uma abstracção, quer dizer o jornal não é persecutório, nada, mesmo de indivíduos que já nos quiseram fazer mal, mas continuam à frente das instituições, o jornal continua rigorosamente a cumprir o seu papel.

Vou-te dar um exemplo, a semana passada estou a almoçar com um fulano, e ele recebe uma chamada de um tipo de foi presidente de junta, mas já não é, ali numa freguesia rural do concelho, que é amigo pessoal dele, incomodadíssimo com a factura dos serviços, antigamente eram serviços municipalizados de água, agora é uma empresa. E ao telefone, ele decidiu atender a chamada e foi conversando, foi de uma casa qualquer onde não gastou nada, mas a factura tinha 19 euros, não gastou água, porque aquilo tem esgoto, e tem serviço de transporte. o homem estava doido, e é um ex-autarca rural, e imediatamente o fulano, nunca disse que estava a almoçar comigo, disse porque é que não vais aos jornais, olha, vai ao jornal o Ribatejo. Esses gajos, no outro dia disse-lhes que o parque de estacionamento que abriram não tinha casa de banho e ainda não me disseram nada, ainda estou à espera. mas vai lá, porque isso é gente que costuma dar atenção aos problemas.

Só para te dizer que acabei o almoço e quando cheguei ao jornal já o homem lá estava, e tinha vindo da aldeia para ir lá de propósito. Enfim, o homem estava a desabafar só com um amigo, não sei para quê, o amigo é que o empurrou para A notícia saiu, nem sei se esta semana, e com isto o que é que se faz, não é só o problema do homem, nem sei se ele é citado na história, mas incomodou-se o serviço para explicar e sabemos que. E essa história é uma história que também nos alerta a nós para fazer a seguir um serviço mais. enfim, vamos agora fazer mais do que isso, para já avançou-se logo com aquilo, mas agora vamos fazer mais do que isso, vamos ver o que é que esta empresa, comparativamente com as empresas que estão à volta,



tem de encargos que as outras não têm, para dar aos leitores uma leitura mais abrangente daquilo que é morar em Santarém pagando àquela empresa, ou morar em Almeirim pagando às Águas do Ribatejo, por exemplo.

2.5.1 – Como é que se pode criar essa agenda? (se ele não disser que já existe)

Vamos lá ver, há leitores, há cidadãos, que é para ser mais correcto, que podendo ser leitores, percebem que o jornal é uma coisa próxima. Eu em tempos tive uma coisa. o Carlos Chaparro, é professor universitário, é um homem que teve uma crónica semanal no jornal, durante anos. E a determinada altura, na troca de conversas, ele alertou-me para coisas que se faziam no Brasil, porque o Brasil enfim, tem muitas experiências, até um jornal de bairro existe, e então, e já existia o jornal da empresa, etc., enfim, aqui ainda andávamos muito devagar, e pôs-se aqui uma coisa que era, e já tem anos, não te sei localizar isso no jornal, que era, “leitor dirija-se a nós, enfim, a sua reclamação, o seu problema tem aqui.”

Eu quero-te dizer que não era um problema para me resolver a consciência, era mesmo para obter resultados. Os resultados, na é poca, foram, enfim, confrangedores, muito escassos, tirando aquilo que já acontecia, não nos acrescentou muito mais. Agora também, ainda hoje, nós acompanhamos coisas, sei lá, desde a criança, é uma coisa recente e com isso quase que pessoalmente fiquei sem relação com a Directora distrital da Segurança Social, porque é uma gente burocrata, e uma criança com problemas, que não tem cadeira de rodas, que não tem isto, que não tem aquilo, uma família pobre, que não sabe deslocar-se. mas uma vizinha telefonou para o jornal, o jornalista foi, nós a seguir somos implacáveis com o poder, e o modo de abordagem, enfim, também pela experiência jornalística que temos, somos um bocado implacáveis quando o poder esconde a informação, ou se justifica no circuito de cartas e de organismos e então, enfim, também nos damos mal com algumas instituições de poder em nome da agenda do cidadão. Mais, isto foi de tal forma, que quem leu a história, só para saberes, a esposa do maior empresário de Santarém, que é a fábrica JLOURO, comprou imediatamente a cadeira de rodas. para a minha mulher telefonaram, porque também sabem que o marido é do jornal, telefonaram porque uma senhora começou a recolher dinheiro para entregar à família, porque a família estava pobre, um computador especial para crianças que tem problemas, juntou-se mais duas empresas. e a criança

recebeu não sei quantas coisas, enquanto, que a Segurança Social continuou adormecida, por isso fazemos disto com alguma regularidade.

Mas nós temos isto regularidade, depois aparece também a queixa, de quem não tem razão para se queixar, e que lendo aquilo, enquadra na sua existência, enfim, tem os seus dramas e as suas tragédias, e pronto, telefona para o cronista do jornal ou para outro, enfim, passa rapidamente para o João ou para mim o assunto, mandamos o jornalista para ver e não tem razão nenhuma, está uma zanga terrível com o Moita Flores e com a Câmara e não tem razão nenhuma, e aí tentamos encaminhar a pessoa para os circuitos normais, porque os assuntos, quando são assuntos muito concretos, e que às vezes o jornal pode contribuir para a sua solução, mas não é essa a função do jornal, a função do jornal é, pelo contrário, melhorar o funcionamento das instituições que têm obrigação, e por isso é que os assuntos às vezes têm de ser concretos, porque elas às vezes têm que ter um enxovalho nesse assunto.

2.6 – É frequente o jornal contactar os leitores para acolher sugestões?

Inquérito de satisfação aos assinantes e aos anunciantes realizado regularmente.

2.6.1 – Quais são as ferramentas que já utilizou para o contacto por parte do jornal com os leitores?

2.6.2 – Se responder que não utilizou na pergunta anterior, perguntar se pensa vir a utilizar.

Telefonemas e Internet. Mas a seu tempo gostaríamos de desenvolver ferramentas para mais contactos de auscultação e participação dos leitores.

PARTE III

3. Cartas dos leitores

3.1 – Quantas cartas de leitores o jornal recebe em média por semana? (papel e correio electrónico)

Não tenho números precisos, até porque os próprios redactores também recebem correspondência directa dos leitores nos seus emails. No conjunto do jornal, talvez uma centena por semana.

3.2 – Quem faz a triagem e selecção das cartas? Que qualidades deve ter uma carta para ser publicável?

O chefe de redacção e os jornalistas editores nos comentários às notícias e artigos no site. O director e o chefe de redacção nas edições em papel.

A exigência para publicação é o interesse público do assunto, vir na sequência de qualquer reportagem ou artigo publicado no jornal ou, ainda, um direito de resposta.

3.3 – Lembra-se de algum caso em que uma carta publicada tenha dado azo a um trabalho jornalístico sobre o tema?

Várias cartas ou mesmo sugestões directas de leitores. Também já tivemos cartas publicadas de leitores que nos levaram a tribunal. Um dos casos só ficou resolvido a nosso favor no tribunal da relação

PARTE IV

4. Caracterização do Perfil do Director

4.1 – Idade

55 anos

4.2 – Possui um curso superior na área da comunicação?

Não

4.3 – Há quanto tempo é Director do Jornal?

Há cerca de 20 anos.

4.3.1 – Antes de desempenhar funções de direcção neste jornal, já o tinha feito noutro meio de comunicação?

Não

4.3.2 – Como é que surgiu a ligação ao jornal?

Fui fundador, como chefe de redacção (o jornal tem 25 anos).

X – A participação dos cidadãos no debate público: o caso da introdução de portagens nas SCUTS

TRANSCRIÇÃO DO GRUPO DE FOCOS DOS REPRESENTANTES DOS JORNAIS

Moderadores

Moderador – Paulo Serra [M]

Co-moderador – João Carlos Sousa [CM]

Participantes

Directora do Jornal Região de Leiria – Patrícia Duarte [PD]

Representante do Jornal do Fundão – Nuno Francisco [NF]

Chefe de redacção do Jornal O Ribatejo – João Baptista [JB]

Director do Jornal O Ribatejo – Joaquim Duarte [JD]

Director do Jornal do Centro – Paulo Neto [PN]

Chefe de redacção do Jornal da Bairrada – Oriana Pataco [OP]

Director do Jornal da Bairrada – António Granjeira [AG]

Assistentes

Anotador – Ricardo Fernandes

Captação de imagem e som – João Nuno Sardinha

Transcrição

M – Queria que numa primeira fase nos apresentássemos, dizendo o nome e a instituição a que pertencem, mas antes disso e tal como eu estava a dizer à bocadinha, vocês foram convocados, convidados para participar num projeto que é o projeto Agenda do Cidadão, que estuda basicamente a forma como a imprensa dá notícias e a forma como essas notícias se adequam ou não com as preocupação com os cidadãos. Todos nós somos leitores de jornais e provavelmente temos consciência que o modo como os órgãos de comunicação social abordam o assunto que nos interessam, não são as formas mais adequadas e provavelmente, muitas das vezes nem sequer tratam os assuntos que nos interessam, portanto a Agenda do Cidadão, trata disso. Aqui este *focus group* tem dois objetivos principais, portanto: um a importância do tema o impacto de

pagamente de Scuts na economia regional, esteve e está na agenda mediática e pública da região e não, dada a importância e impacto do pagamento das Scuts na economia regional e depois avaliar a vossa opinião na cobertura jornalística do tema que foi feita pela imprensa regional e em que medida a mesma contribui para o debate do assunto na comunidade envolvente. A forma como os jornais a rádio e tal, colocaram na agenda, a forma como noticiaram, como contribuíram para a denúncia do problema. Em termos de apresentação, começo eu. Eu sou Joaquim Paulo Serra, para aquilo que interessa sou aqui professor na Universidade da Beira Interior e colega do professor João Carlos Correia.

CM – Alguns de vocês já me conhecem, sou aqui bolseiro do projeto Agenda do Cidadão coordenado pelo professor João Correia e estou aqui para co-moderar a discussão.

M – Talvez convenha ainda dizer antes de continuar as apresentações, é que neste tipo de discussões não ideias certas e erradas, isto é, os moderados não vão dizer “muito bem”, portanto isto é uma discussão que surge completamente aberta em que cada um diz aquilo que pensa sem preocupação se está bem, está mal. Portanto vocês foram escolhidos para terem posições eventualmente diferentes.

PD – Chamo-me Patrícia Duarte e venho do Região de Leiria.

NF – Nuno Francisco jornalista do Jornal do Fundão.

JB – João Batista do Jornal O Ribatejo.

JD – Joaquim Duarte do mesmo jornal.

M – Ok. Já tive o prazer de os ouvir ontem.

PN – Paulo Neto do Jornal do Centro.

OP – Oriana Pataco do Jornal da bairrada.

AG – António Granjeira do Jornal da Bairrada.

M – Portanto são todos basicamente jornalistas ou ligados à imprensa. Creio que também lhes disseram que estão a ser gravados.

OP – Não.



PD – Já reparámos.

M – Pois, porque existe uma lei, que pertence à constituição e que protege os direitos de imagem. Tenho estado em sessões que inclusive nos pedem para assinar um documento. Em que se declara que fulano tal, autoriza que as imagens sejam utilizadas. Então ninguém se opõe que haja esta gravação, que tem apenas objetivos de investigação, isto é, é como aqueles questionários que a gente preenche normalmente são guardados durante um tempo e depois destruídos. Portanto não é para fazer uso, apenas para depois os investigadores trabalhares.

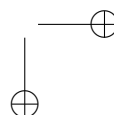
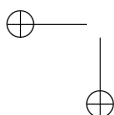
CM – Não é para publicar, nem meter no site. Apenas para fazermos o relatório.

M – Analisar e nada mais. Bom, tenho aqui uma bateria de questões, que vos vou colocar, na qualidade de líderes de opinião e neste caso membros da imprensa local, ou seja membros da comunidade mediática, que eu vos vou lançar. São 12 perguntas, são muitas, está previsto que esta sessão não tenha muito mais do que 1h30, de modo eu vou lançar uma pergunta e cada um dará a sua opinião, daí 7/8 minutos para tratamento dessa questão' para depois passarmos à questão seguinte. Também não ordem, cada um que quiser intervir põe o dedo no ar e diz o que pretender. A primeira pergunta que tenho aqui é a seguinte. Qual a vossa opinião sobre a introdução de portagens nas SCUTS? Isto é, positivo, negativo assim, assim. Vai ter efeitos benéficos.

PN – Paulo, eu posso começar.

M – Ok. Sim senhor.

PN – A opinião que tenho é a mais profundamente negativa possível. Benefícios, não os trará nenhuns e prejuízos trarão bastantes e está a trazer. Viseu na sua especificidade é servida pela A24 e A25. É um eixo viário intermédio entre o litoral e o interior e tem sediadas bastantes plataformas de transportes internacionais. Por outro lado, Viseu é um pouco dormitório e tem muita gente a trabalhar nos concelhos periféricos e de tal forma é grande a quantidade de pessoas a trabalhar fora, que nós hoje começamos a encontrar um fenómeno novo, que até é interessante, que pela solidariedade que pressupõe subjacente, que é o da partilha dos transportes. Hoje os eixos de saída e entrada de Viseu, logo de manhã cedo têm lugares de estacionamento, saem 200



a 300 carros e depois as pessoas começam a dividir-se para poder fazer face às despesas. Isto, no aspeto da individualidade de cada um de hoje, no aspetos dos transportes coletivos, empresas como por exemplo a Partinter, uma das maiores empresas ali sediadas com 3000 motoristas, neste momento está e no decurso das palavras do próprio proprietário, ouvidas numa entrevista ao jornal O Centro, está muito claramente a pensar em deslocalizar-se, isto, 3000 motoristas afetam naturalmente 6 a 9 mil pessoas em termos de agregados familiares. Mas não é só isso, é que mudando para Espanha, também compram os seus camiões em Espanha, também fazem as suas revisões em Espanha e também levam as pessoas para Espanha, os camionistas que os conduzem. Não vemos nenhuma vantagem, é mais um fechamento, é mais um passo para uma temível endogenia. As pessoas hoje em dia, evitam sair, mas a todos os níveis, como por exemplo, chega-se ao fim-de-semana, o agregado familiar quer ir dar uma volta, quer ir comer ao sítio A ou ao sítio B, passear com a família e não vai. Dizia-me à dias um comerciante local, que é bom porque as pessoas já não saem de Viseu e privilegiam, fazem mais isso internamente. De qualquer das maneiras, nós estamos a senti-lo de uma forma dramática, ainda agora vindo de Viseu direto, eu vejo as consequências disso também, passear de hoje ser Sábado, no fraquíssimo fluxo de trânsito. Encontramos e isso não é solução para nada. Por outro lado, as Câmaras, as Autarquias, cada vez mais têm menos capacidade de fazer face ao crescendo das despesas que agora decorrem das entregas por parte Estradas de Portugal, de muitas estradas municipais, camarárias etc, do aumento do fluxo de trânsito e depois da consequente deterioração. Enquanto estadas que foram compostas e estão num estado perfeito e que em seis meses se degradaram completamente, porque o trânsito era dali desviado, neste momento o trânsito passa ali todo. Em termos de acidentes, entrevistámos a GNR, a GNR o comando da GNR tem a perceção não só do número de acidentes, como também das consequências catastróficas em termos de um exponencial aumento do tráfego que foi desviado. E além do mais as pessoas trazem práticas, adquiridas de condução que de repente têm de ser completamente alteradas porque passam a circular em estradas, muito mais apertadas, de duas vias, em estradas com condições diferentes. Por outro lado, há ainda localidades, que fizeram a sua revisão não só de PDM, mas também de nós viários desviando o trânsito do interior. Castro Daire, por exemplo não tem condições que passem lá determinados camiões,

por que tem lombas. Fez-se todo um trabalho, preciosos de desviar o trânsito. Muito mais, havia para dizer sobre este assunto.

M – Outras pessoas que queiram intervir.

NF – Para completar um pouco o que o colega disse e o Jornal do Fundão fez quase uma dezena de reportagens sobre esta questão e eu fi-las praticamente todas. A A23, que é uma autoestrada que tem o nome de uma região – autoestrada da Beira Interior – há aqui uma conjugação explosiva, que para além de todos esses casos, a A23 está praticamente deserta também. Há aqui uma conjugação que é explosiva, que é a crise económica e a introdução de portagens. Em 4 anos, a A23 perdeu metade do tráfego, ou seja, no final do 1º semestre de 2008 estaria com 13 mil viaturas diárias de passagem e agora 6600. Corremos o risco de ter à nossa disposição uma via estruturante, uma via rápida, uma autoestrada, que foi uma justiça que foi feita ao Interior. Uma questão de justiça, não é nenhum benefício, não é nenhuma extravagância, é uma questão de justiça que foi feita ao Interior.

JB – Muito temporário.

NF – Muito temporário de facto. E agora estamos perante o facto de utilizar estradas secundárias, com vistas para uma autoestrada, que acaba por ser um luxo. Um justiça que acaba por se transformar num luxo. E basta olhar para as placas, para ver que de facto se trata de um luxo. Ou seja, neste momento onde estamos, é uma autoestrada, tal como foi o título de uma reportagem do Jornal do Fundão, onde está tudo em fuga, está toda a gente a tentar sair da autoestrada, porque os preços de facto são elevadíssimos. Não se teve sequer em conta, o contexto social e económico da Beira Interior, que há quem diga que tem as portagens mais caras da Europa, a A23. De facto, são preços, que não encontro um adjetivo brando é difícil, porque são valores completamente desproporcionados, para o país e muito mais para a zona da Beira Interior considerando o contexto económico e social. Foi feita justiça para o Interior, mas essa justiça transformou-se num luxo muito caro, a juntar ao preço dos combustíveis a todos os factores da crise económica, que nos afasta outra vez para as estradas que utilizávamos à 20 ou 30 anos, falo da Nacional 18, o velho IP2. Quer dizer, de um momento para o outro, num estalar de dedo recuamos duas décadas. E hoje quem passa na A23, vê muita gente nas estradas paralelas ou secundárias a andar e a A23 praticamente deserta. E

o Governo, os responsáveis estão a questionar se de facto mais cedo ou mais tarde se devem financiar isto.

PN – Mas o problemas de se questionarem (...).

M – Peço desculpa de interromper, mas íamos tentar estabelecer aqui uma ronda.

PD – Posso ser eu? É importante esclarecer que na minha zona não há SCUTS, em Leiria não há. De qualquer modo, isso não nos impede de ter uma opinião sobre o assunto, não é? Eu sou defensora do conceito do utilizador-pagador, mas acho que este foi o pior momento, além de ter sido um processo muito mal conduzido, este foi o pior momento para se introduzir portagens, nas SCUTS. E isto acaba por ser contraproducente, uma vez que aquilo que parece uma receita, mais cedo ou mais tarde vai-se tornar num custo. Porquê? Porque, em termos económicos nós temos feito várias reportagens sobre isso. As empresas estão a ressentir disso, os camionistas têm ordens expressas pelas empresas, para não utilizarem as autoestradas, e porque ao mesmo tempo o trânsito não foi desviado dos sítios onde devia ter sido desviado. Portanto haverá um custo, mais cedo ou mais tarde, provavelmente um custo em termos de acidentes, essa análise não a fizemos, mas um custo de recuperação e manutenção das estradas secundárias, que vai ter de existir, mais cedo ou mais tarde. Em Leiria o que aconteceu, a introdução de portagens em duas ou três autoestradas que aparecerem, que estão abertas á muito pouco tempo, que tinham como objetivo desviar o transito do centro da cidade e por exemplo da frente do Mosteiro da Batalha e que naturalmente não tem essa função, não são eficazes, porque as pessoas têm de pagar bem, para circular nas autoestradas. Portanto isto foi um processo mal conduzido e extremamente inoportuno, atendendo às circunstâncias, que estamos a viver atualmente.

M – Muito obrigado. Outras opiniões, embora este tema vá continuar.

AG – Pronto, o Jornal da Bairrada não tratou muito isto, a não ser uma reportagem, que se fez sobre Águeda, mas o que penso pessoalmente e foi tratado em termos editoriais é que isto se trata de uma inevitabilidade, devido ao modo como foram criadas. Infelizmente foram mal feitas, mal estruturadas em termos financeiros e isto acabou por ser uma inevitabilidade. Eu também concordo com o princípio do utilizador pagador, acho que devia ser isso tudo,



mas devia ser a um custo justo, não ser o custo que dá jeito ao governo, a este ou àquele. Em termos de Aveiro e da zona da Bairrada, foram introduzidas várias SCUTS A25, que serve muita gente a A17, que serve para sul, para Leiria. Portanto constrangi-o muito aquela zona e o fluxo de trânsito daquela zona. Em termos de concorrência é gravíssimo para as empresas e para os particulares, inclusivamente, uma vez se nós formos a outros cantos onde isto foi introduzido, nomeadamente em Espanha, os custos são zero e portanto não há justificação para que isto tenha acontecido. Apesar de eu achar, pessoalmente achar não, que dada a forma como foram lançadas isto se apresente como uma inevitabilidade é esta a perspetiva que existe. Em termos práticos, eu acho que os custos são demasiado caros e portanto aquilo que se quis compensar acabou por não se dar. Portanto, era muito mais simples terem dado um valor de um quarto do preço e se calhar tinha sido mais útil e as pessoas não tinham saído dali e isto talvez fosse uma, enfim, uma regra salomônica, que fosse melhor para todos. Este assunto no Jornal da Bairrada foi tratado basicamente em termos editoriais e não de agora de agora. Nós já fomos manifestamente contra a execução das SCUTS, enquanto SCUTS da forma como foram lançadas porque isto se refletia no futuro. Embora que eu ache que é justo para o interior devia já ter sido radiais, do interior para o litoral e não longitudinais. No nosso caso existem três autoestradas paralelas a passarem ao pé de nós.

JB – Eu é só para complementar. As SCUTS são duas realidades, umas no interior do país, quando foram construídas que pretendiam aproximar o desenvolvimento das zonas deprimidas, que não beneficiavam do fluxo de desenvolvimento do litoral do país e essas do interior, quando agora são taxadas é retirado esse benefício que foi pouco tempo. Penso que as zonas não ficaram ricas de repente para pagar todo aquele dinheiro, que eles estão a cobrar nas portagens.

OP – Eu só acrescentar ao João, acho que não há alternativas pelo menos na zona da A29 tem de se ir pela 129.

M – A A29 é a que liga?

OP – Passa Estarreja até ao Porto, entre Aveiro e o Porto. Eu tenho o caso pessoal em casa o meu marido trabalha em Gaia precisa de fazer aquela estrada diariamente. Está a fazer um percurso misto porque o custo é avul-



tado ao final do mês, ele está a fazer um percurso misto, mas tem de sair meia hora mais cedo porque apanha camiões, tem de andar a 50, passa por muitos semáforos, as estradas estão muito mal tratadas e portanto tudo bem, o utilizador-pagador, acho que esse princípio é correto, mas ofereçam alternativas viáveis, porque se não torna-se um luxo nadar na autoestrada, quando devia ser, isto é, devia servir a população e não é isto que está a acontecer.

M – O que acham do princípio do utilizador-pagador?

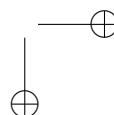
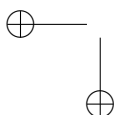
JD – Genericamente, não conheço a realidade todas as SCUTS embora eu ache um absurdo no Algarve e nas SCUTS do Interior e nas do Litoral não tenho a certeza, enfim, do luxo que é ter essas três autoestradas paralelas, porque se o for. Agora há zonas onde me parece se o trânsito se volta a transportar para às antigas nacionais, que agora são municipais boa parte delas, vamos ter aí custos acrescidos, que tu Patrícia indicaste muito bem. Eu não sei quem fez estes estudos, mas quando tiverem de andar com camiões de não sei quantas toneladas, vinte e tal toneladas a passar pelas estradas secundárias, que não têm tapetes para isso, porque entretanto deixaram de ter essas manutenções. Tu disseste isso muito bem, quer dizer, quando se fizer a conta final provavelmente o Estado gastou mais dinheiro do que julgou ir recuperar. De resto, isto foi muito mais um caso político, do que um caso de estudo económico e depois é esta a realidade do país que temos inclinado para o mar e obviamente que o interior teria (...). Bom, eu aqui teria uma realidade pessoal, porque trabalhei muitos anos no Fundão, por isso andei a acompanhar o António Palouro a escrever não em quilómetros, mas em horas de distância. Para quem viveu estas coisas, esta geografia terrível, quer dizer o Interior não tinha empresas, não tinha indústria, não tinha uma série de coisas, porque os custos de tempo de logística de transporte são incomportáveis. Neste momento, o que o colega aqui de Viseu disse e com razão há empresas, bem nós conhecemos algumas, contactamos informalmente, que ainda por cima eles não podem fazer enfim, transportar para o custo o transporte. Porque os clientes estão numa situação de crise como a que estamos a viver, não comportam os custos de transporte, que está a ser assimilado pelas empresas de transporte. Estão a estostrar, estão a falir empresas de transportes a um ritmo impressionante. O Simões (Luís Simões), essa mega transportadora, está aflita quer dizer, eu já ouvi histórias terríveis. Por isso, isto está a destabilizar com o custo do combustível. Uma economia nacional que toda ela é transportada em estradas, porque os com-



boios ficaram arrumados e os barcos meu deus. Por isso, tudo isto foi gizado em cima de estradas, por isso é que voltando ao utilizador-pagador, são assim coisas que se atiram a televisão esmaga. Enfim, um discurso muita vez repetido a gente epá, o conceito em si do utilizador-pagador podemos discutir isso na abstração. Na realidade que é nossa este é o maior desastre que estamos a habitar, não tenhamos duvidas. Vocês lembram-se de uma greve de 5000 gajos, que pararam os camiões e ficámos todos à beira da fome. Bom enfim, é isso que está a ser destruído. Como é que se muda numa economia próxima, este modo de transporte e de fluxo de mercadorias e de resto o interior cujo investimento, também não há investimentos nenhuns. Mas provavelmente, eu não saberei o que se passa por aqui. Provavelmente haverá muitas empresas a equacionar saídas e não é preciso serem empresas de transportes. Porque os custos, nós nos jornais temos dois custos pesados. Um deles é o da distribuição e por isso nós com facilidade transportamos isso para os outros sectores. Pronto é um desabafo. O nosso jornal O Ribatejo, situado em Santarém, vem até Abrantes, Mação por isso parte da A23 entra no nosso território e nós fizemos várias reportagens. Uma delas até com muita graça, onde identificámos circuitos alternativos e entradas na A23 e saídas, para não pagar.

M – O importante aqui é o consenso sobre o princípio do utilizador-pagador, parece-me que há menos acordo sobre as portagens propriamente.

AG – Eu também, mas é preciso perceber o que é o princípio. Concorde com ele. O utilizador-pagador, neste caso, no abstrato, sou de acordo, porque acho que não devo pagar por uma coisa que não me sirva. Mas aqui o princípio do utilizador-pagador foi subvertido, na minha perspetiva, porque quem foi utilizador não foram os utentes. Quem foi o grande utilizador foram as grandes empresas de construção, que utilizaram o Governo para fazer “coiso”. Nessa perspetiva está absolutamente transtornada e subvertida, portanto é nessa perspetiva, concordo no abstrato, concordo quando nós vamos comprar um gelado paguemos o custo justo, concordo quando andemos numa autoestrada, paguemos o custo justo. Agora este não é o custo justo, porque o custo justo disto está a destruir Portugal. Agora a questão é a seguinte: quem fez isto, não foi rigorosamente penalizado e nós temos de resolver o problema e resolver o problema é realmente pagar uma parte disto, porque não há outra solução. Por isso é que eu digo que é uma inevitabilidade. Agora em Aveiro, no caso concreto de Aveiro e do marido da Oriana que vai todos os dias para



Espinho, para Gaia é uma aberração. Por exemplo em Aveiro, isto tem a ver com o peso político das coisas, em Aveiro o maior peso político é o de um presidente da Câmara que não é de Aveiro é ao lado em Ílhavo e Ílhavo não se paga portagens e em Aveiro paga-se portagens para se passar no meio da cidade. Portanto isto também tem a ver com o peso político de cada um, que nus casos é zero, noutros casos é abaixo de zero e noutros casos é muito alto. E Aveiro, para se ir para o Estádio de futebol, quer dizer que também é outra aberração scutiana, que existe em Leiria, que tem uma utilização fantástica, em Aveiro uma utilização absolutamente anormal. Para se ir ao Estádio de Futebol paga-se portagem. Pronto é só isso.

OP – Ou para ir ao Ritel. Quero ir ao Ritel em Aveiro, pago uma portagem.

AG – Não há alternativas.

PN – Queria apenas dizer duas coisas. Fundamentalmente, sou contrário ao princípio do utilizador pagador. Falou em peso político o colega. O peso político é pouco mensurável, nós temos um autarca que é presidente da Associação de Municípios e estamos todos portajados, estamos ali com uma muralha por todo o lado, o primeiro ponto. Há aqui outro factor que me parece importante refletir um pouco sobre o que é o utilizador? Que conceito de utilizador? Como metemos no mesmo saco o utilizador que é o motorista, o utilizador que é um diletante, o utilizador que é um paciente, o utilizador que é um trabalhador, que já sofre o ónus na pele de ter de ir trabalhar a 30 km de distância. São todos utilizadores, em diferentes circunstâncias em que estão, mas as razões de utilização são diferentes, são completamente distintas. De facto o que temos aqui é uma política de imediatismo, uma política imponderada, irrefletida e com consequências catastróficas. E nós já não aguentamos a certa altura o pagar mais, o sermos mais pagadores, acenaram-nos com uma homérica paisagem, deram-nos um bónus de uns dias, como disse, e agora vais pagar isto tudo. Agora que habituas-te vais pagar. Isto parece-me uma perniciosa forma de induzir as pessoas a uma determinada praxis.

NF – Este conceito do utilizador-pagador é perigoso porque se isto for aplicado a tudo, imaginemos à saúde, às outras componentes da vida social, este é um conceito muito perigoso. Estando num Estado que se quer minimamente justo acaba por ser muito complicado. E eu em relação às reportagens e à utilização das SCUTS, há uma coisa que se chama harmonia e desenvolvi-



mento do território, um desenvolvimento justo que um Estado deve aplicar no seu território. E voltando à questão do luxo, um estudo que foi feito aqui no interior, no foi nada de extravagante. Não temos autoestradas paralelas, nós não tínhamos sequer uma ligação decente ao litoral.

AG – Ninguém defende que haja autoestradas paralelas.

NF – Não, estou a dizer que não é um luxo, algo de supérfluo. Era uma necessidade básica da região. Já agora nós também, julgo que pagamos o Metro e a Transtejo aqui no Interior, através dos nossos impostos. É um conceito perigoso.

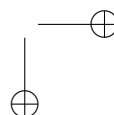
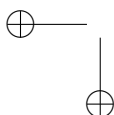
JB – Era a analogia que também eu ia fazer para a saúde. O princípio do utilizador-pagador não se pode aplicar a tudo, porque há custos sociais e que o Governo olhe para o país, com o olhar de quem vê a realidade. São realidades diferentes. Tem custos sociais, tem custos económicos. E isso é como as pessoas quando vão à saúde, podem pagar a operação de transplante que custa 150 mil euros e outras vão morrer. E aqui está-se a lançar o pessoal todo à selva, com o princípio de quem utiliza paga, que é muito bonito no abstrato.

PD – O princípio do utilizador-pagador não é visto dessa forma, atenção. O princípio do utilizador-pagador pressupõe, que os utilizadores também paguem em função dos seus rendimentos. No caso da saúde isso é assim, pelo menos é essa a intenção, de quem tem dinheiro possa pagar os serviços de quem não tenha dinheiro não pode.

JD – A saúde é taxa moderadora, não há pagamentos. A taxa moderadora é que subiu.

PD – Mas temos a alternativa das clinicas. O princípio é esse, quem pode pagar paga, quem não pode o Estado tem de ajudar.

AG – Obviamente que é uma questão filosófica e ideológica talvez, defendendo que o Estado deve ter uma capacidade supletiva, de nos proporcionar aquilo que nós não conseguimos pagar e deve ser uma coisa universal, não pode ser uma coisa só para mim ou para aquele. Mas por exemplo no caso da saúde, que é um caso como este das SCUTS. É assim, nós temos que ver como reage o mercado e eu não tenho nenhum problema com os mercados. Eu não gosto dos mercados, mas eu tenho estado em situações em que a taxa



moderadora para ir ao centro, não sei como se chama aquilo, são vinte euros. E eu já estive em clínicas que levam vinte euros e as pessoas dizem assim, “eu prefiro ir ao médico privado do que ir aquele, porque só me leva vinte euros”. Os custos também vão sendo adaptados, nós temos de olhar para isto, para esta realidade. O que me parece absurdo, que não há alternativas, pois quer dizer eu não tenho alternativas para andar de SCUTS, nem sequer tenho alternativas para andar de Scut. E muitas vezes as SCUTS são mais caras. Se nós fomos de Aveiro ao Porto pela Scut, fica mais caro do que ir na A1, que é uma coisa inacreditável. O que está errado é a forma como foi implementado, não é o conceito em si. O conceito em si tem vitalidades e defeitos como é óbvio. Mas na realidade tem coiso. Em relação ao que disse ao seu presidente de Câmara é engraçado, porque o seu presidente da Câmara não conseguiu fazer um Estádio, foi uma sorte. Foi a sorte dele.

PN – Mas tem lá o funicular.

OP – Eu penso que já disse à pouco, que para haver utilizador-pagador é preciso haver uma alternativa viável. E não há.

M – Ok Eu tinha aqui a terceira questão, estava aqui a falar com o João, que dizia assim “Tendo em conta o posicionamento e a economia da região, qual o impacto da introdução do pagamento das Scut?”, eu creio que esta questão foi suficientemente discutida. A quarta tem a ver com um prospectiva: “4. Como veem cada uma das regiões afetadas pela introdução do pagamento das SCUTS daqui por cinco anos?”

AG – Posso dar um exemplo, que depois a Oriana vai falar depois disto, com certeza porque fez uma reportagem sobre isto. Há efeitos brutais e já não estamos a falar daquilo que vai acontecer à economia. O facto de se ter feito uma autoestrada entre Estarreja e andaram discutir se passava em cima de um carreiro de á gua ou não sei de quê. E fizeram uma ao lado da outra, não tiveram capacidade para fazerem uma ligação, que podia não ser Scut, mas uma via-rápida entre Aveiro e Á gueda. O que significa que toda a parte de Á gueda que é o que produz naquela zona, não tem escoamento para o porto de Aveiro. E portanto isto afeta grandemente a Bairrada. Mais muitas das vezes do que afetar a economia da região, muitas vezes não é só o que vai afetar daqui a cinco anos, mas o que vai afetar daqui a vinte, porque não fizeram aquilo que devia ter sido feito e não era preciso ser uma Scut, bastava



ser uma via rápida e que estava projetada. Isto foi muito debatido, ela (Oriana) saber melhor falar disto, que fez uma reportagem. Foi muito debatido pelas associações industriais, os autarcas e ninguém ligou nenhuma. E portanto este é um caso objetivo.

OP – Não fizemos propriamente reportagem, nós fomos um pouco a voz da associação empresarial de Águeda, que foi quem mais se manifestou. A própria Câmara de Águeda não tem muita força, principalmente nesta altura, é uma Câmara PS. Mas era uma via estruturante para a região porque Águeda é o concelho mais industrial da Bairrada e precisava mesmo desta via para a ligação a Aveiro e essa via está suspensa neste momento. Depois tem a tal A25, A29, A17 que confluem para a nossa região, que são todas portajadas e isso foi um arrombo na economia regional, sem dúvida.

M – Portanto daqui a cinco anos prevê (...).

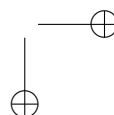
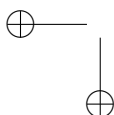
OP – A situação vai piorar.

AG – E depois porque não há investimento nas alternativas, que é o caminho-de-ferro. O caminho-de-ferro que existia daqui Aveiro a Viseu que foi feito, eu lembro-me que demorava quatro horas de Aveiro de comboio. Era uma viagem gira, até saia do comboio em andamento e comer umas uvas e voltar para o comboio dava tempo, mas desinvestiram na ligação Aveiro-Águeda até Cernada e portanto até essa linha do Vouga vai cair, que podia ser o metro de superfície. Assim serviu-se os interesses dos grandes empreiteiros, sim nós temos de dar o nome aos bois.

JB – Eu acho que daqui a cinco anos, li um artigo do Professor Krugman, que dizia que eles, os Estados Unidos, estava com a crise em virtude dos ajustamentos orçamentais, estavam a fechar escolas e a lavar estradas, uma vez que não havia dinheiro para as manter. Se continuarem a manter o número de utilizadores, o melhor é lavra-las.

OP – Acabamos por ter aqui um contrassenso. O Governo decidiu introduzir portagens para aumentar a receita, mas o que é de facto é que a receita diminuiu porque não há tráfego.

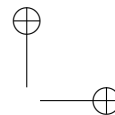
NF – São os danos colaterais.



PN – Quando questiona nestes tempos de aceleradíssima mudança fazer projeções a cinco anos parece ficção científica. Nós estamos a viver um pouco à semana e não aos cinco anos. Neste momento em Viseu com uma taxa de desemprego de 17.1%, 17.1% com todas as consequências que aí advém. Recuo demográfico, consequente desertificação, nós estamos a aproximar de uma ruína económica. Daqui a cinco anos não tenho capacidade provisional nenhuma. Ou estamos com a porta fechada ou não. Até porque ali, Viseu funcionava um pouco como o eixo Litoral-Espanha, não só em termos dos transportes internacionais, mas também da entrada dos turistas. Neste momento até o próprio turismo está a ser penalizado. Agora está-se a fazer em Viseu um outro tipo de turismo, são os caminhos de São Tiago, vamos todos andar a pé e vamos todos a São Tiago, são 280 km. O senhor bispo de Viseu acha uma magnífica manifestação de fé e alguns autarcas acham que é extraordinário o podermos potenciar as aldeias do interior. Vamos recuperar uma escola ali, um apeadeiro além. O colega falou no comboio, pois também nos tiraram o comboio e eu ainda andei no vale do Vouga e efetivamente havia algumas subidas que dava para sair do comboio e ir fazer chichi e apanha-lo mais acima. Não há cenário possível daqui a cinco anos.

PD – Eu concordo inteiramente. Já não sei com quem comentava ontem o mundo mudou imenso nos últimos quinze dias. Portanto é difícil fazer projeções a cinco anos. De qualquer modo, na nossa zona esta questão não pode ser separada de duas grandes lutas, que estão travadas a nível regional: é o aeroporto de Montreal, como extensão do aeroporto da Portela e a Linha do Oeste, que está moribunda. Aliás o serviço de passageiros foi suspenso, ou o Governo pretender suspender o serviço de passageiros, mas a região está a tentar que isso não aconteça. Mas claro, com duas auto-estradas separadas por meia dúzia de quilómetros uma da outra. Isso significa que algo na estratégia dos transportes públicos nacional não funcionou.

NF – Bom, nós tivemos uma inovação por cá, onde se eletrificou a linha da Beira Baixa até à Covilhã e pouco tempo depois diminuíram o número e meteram uma espécie de comboio dos anos 70 do século passado para fazer o serviço de intercidades. É como se não tivesse passado nada. Aliás a ligação entre a Covilhã e a Guarda está encerrada ou prestes a encerrar definitivamente. Não há grande esperança para esse troço. Sobre o futuro do Interior daqui cinco anos, nós sabemos que há um padrão que nos acompanha à muitas



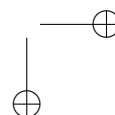
décadas que a geografia é continuar-se a despovoar de à muitas décadas, ou seja, grande parte desta geografia vai continuar a despovoar-se, vão continuar a sair corpos. As quatro maiores cidades da região, ou seja Castelo Branco, Covilhã, Fundão e Guarda vão resistir como podem a isso. Resistindo, mas com perdas demográficas e o resto é uma incógnita, mas este padrão por certo irá continuar, ou seja, iremos cada vez menos e iremos ter cada vez menos quadros qualificados, apesar de termos aqui uma Universidade instalada e este é um processo que nos acompanha e por certo e não querendo errar muito, acho que daqui a cinco anos termos exatamente com o mesmo problema, que nos vai acompanhando à décadas.

JD – Bom, eu quero fazer um comentário breve. Eu nasci aqui numa zona de emigração. Então eu sou de Castelo Branco. E conhecemos essa realidade dos anos 60. Só não conheci os do “Bidonville”, porque eu não fui emigrante. Bem, se alguma previsão podemos fazer é de que vai haver uma forte emigração em todo o país. O desemprego, isto continua em marcha atrás sem parede à vista. Com a particularidade de o país na década de 60 ser um país rural, agora não há campo, as pessoas estão na cidade e as cidades são os piores sítios para não se ter ordenados. O desemprego que costumamos falar, mais de metade já não recebe subsídio nenhum. Temos colegas de profissão no jornalismo a viver situações dramáticas em Lisboa, no Porto e não sei se na Província também, mas condições terríveis. E por isso meu caro amigo, os tempos são de lágrimas e de pouco suor porque nem sequer há trabalho.

M – Bom eu aproveito já para lançar uma outra questão. Alguma “solução que apontam como alternativa à introdução do pagamento de portagens nas SCUTS?” Haveria alguma solução alternativa?

AG – Há. Baixarem o preço. Eu sou contra tudo o que é de borla, eu sou contra. Tenho essa experiência na vida. E sempre que a gente as fez de borla, as coisas não funcionam, as pessoas não valorizam. Portanto se baixarem o preço para ¼ têm a mesma receita que têm hoje, e se calhar não penalizam tanto as terras. Para as SCUTS é praticamente isso.

JD – Eu penso, já agora, quer dizer havia muitas maneiras, os camiões passavam de borla etc. Isto faz-me lembrar a questão da fronteira. Nós com as SCUTS até conseguimos rebentar com o turismo e a imagem do país em Espanha. Os jornais espanhóis. O país que inventou a via verde, que inventou



o pré-pago dos telemóveis etc., consegue fazer aquelas figuras tristes, que a gente vê na entrada da fronteira. Por isso volto à questão, a questão dos princípios e então reparem na expressão princípio do utilizador-pagador, isto dito assim e a frase está construída, de forma que é difícil desconstruir o princípio. Eu não aceito esse princípio.

OP – O Engenheiro vai para outros países, nomeadamente Alemanha e tem estradas melhores que as nossas e até autoestradas. Portanto aquilo a que eles chamam as vias rápidas são as nossas autoestradas e ninguém paga.

AG – Nós estamos a falar. Eu sou o primeiro a achar que todos devíamos andar todos de borla. Mas o problema não é esse, o problema é que os nossos impostos são para pagar outras coisas, que aquilo que devia ser.

JD – O Estado consome 50% do Produto Interno Bruto globalmente.

AG – Eu trabalhei num grupo que era aquela coisa de Bolonha, eu andei a fazer aquilo e cheguei à conclusão que havia mil cento e oitenta e tal cursos em Portugal. Havia cursos fantásticos, Engenharia da Publicidade não sei para quê. Temos de começar por contestar tudo isto, quantas Universidades há por metro quadrado. Se calhar era mais barato e mais útil ao país pagar e despedir metade da função pública que não faz nenhum e muitos não fazem mesmo nada nas Câmaras. É uma questão como é distribuído o dinheiro, não é uma questão, toda a gente concorda com isso. Toda a gente concorda que temos de pagar aquilo que utilizamos e umas coisas não devíamos pagar como a Saúde ou devíamos pagar menos. Agora a questão é que gastamos demasiado mal o dinheiro que temos. Os ordenados dos políticos deviam ser de borla.

M – A Oriana estava a querer falar do exemplo da Alemanha.

OP – Sim.

M – Que na sua opinião não se devia pagar?

OP – Eu penso que não.

M – O Nuno estava também a querer intervir.

AG – É uma questão estratégica.

NF – Se não atenderem às condições muito próprias do interior, partindo aqui da ideia do meu colega, partilho de uma severa redução do valor das



portagens. Precisamente por causa destes danos colaterais, que estão a ser feitos numa economia muito frágil.

OP – O regime de exceção muito vocacionado para as empresas. Precisam de uma alavanca de crescimento.

NF – É uma espécie de punição.

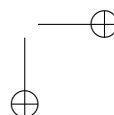
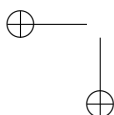
JB – Temos de fazer uma análise de custo-benefício. Até por tudo aquilo que já foi falado aqui, desde o custo das manutenções, a segurança, a economia os impostos. Tudo isso, provavelmente vão chegar à conclusão é melhor não pagar ou baixar os preços.

AG – Eu só queria dar uma justificação ali. Como a gente é visto desde o estrangeiro. É muito importante, aquilo que se passou no Algarve é inacreditável. Mas isso também tem a ver com a forma como nós fazemos as coisas. Nós queremos atalhar caminho e fazer rápido. E esta coisa de fazer os pór-ticos, que isto já existia no Canadá, não fomos nós que inventámos, que até funcional. Mas o Canadá tem autoestradas, com não sei quantos mil quilómetros, onde um “gajo” paga uma vez e não paga mais. Aqui não, aqui fizemos para não ter portageiros nas portagens, para não ter cabines, por que era muito caro. Mas se formos ver o preço iríamos ver que é muito mais o sistema do que por lá as pessoas e tínhamos lá emprego. Esta é uma questão objetiva e isto tem a ver com o lóbi da construção.

PN – O pagador em Portugal já paga o ar que respira.

AG – Ainda não. Ainda não.

PN – Já estão a preparar um aparelho, porque têm uns amigos que vão resolver isso. A quantidade de impostos que incide neste momento sobre os transportes públicos, o IBA sobre veículos, o imposto automóvel, o imposto sobre combustíveis. O pagador sente-se um pouco como aquele, começa a ficar chateado. Os vampiros não deixam nada, não deixam nada. Há uma questão que tem de se colocar também. Qual é o objetivo primacial que subjaz à construção destas estradas? Qual foi o objetivo primacial? Primeiro, porque é que elas foram construídas? Se eu penso que se construíram para resolver alguns dos problemas de algumas grandes macro empresas, que têm à frente exministros, então ai compreendemos toda a trapalhada. Mas se foram cons-



truídas para incentivar, estimular o desenvolvimento, então neste momento estamos a fazer uma marcha atrás, total, completa e absoluta.

M – Então não se devia pagar?

PN – Para mim neste momento e perante a situação, está-se a pagar, está a atrofiar uma economia que neste momento está completamente sufocada.

AG – Mas tem alguma dúvida sobre o objetivo da construção? Tem alguma dúvida?

PN – Não tenho. Mas então vamos aqui verbaliza-los.

AG – Mas eu posso.

PD – Aqui a questão no fundo e estamos todos de acordo, estamos é a dizer as coisas de maneira diferente. Eu acho que se deve pagar, que se deve pagar a utilização das autoestradas, mas a pior altura para se implementarem as portagens.

AG – E o pior modo.

PD – Os preços não são compatíveis com a situação que estamos a viver agora.

OP – Nem com o nosso nível de vida.

PD – Nem com o nosso nível de vida, precisamente. E em muitos casos não há alternativas. Eu acho que o litoral deve pagar e quando eu falo do princípio do utilizador-pagador eu acho que o Litoral deve pagar, isto numa visão utópica, para que o Estado possa ter mais dinheiro para ajudar quem está no Interior e não tem as mesmas condições que eu. É este o meu princípio, não é este o princípio do Estado Social? Ou não? Também.

JD – É o equilíbrio do território.

PD – Eu tenho duas autoestradas à porta de minha casa, uma ao lado da outra. Mas também tenho estradas nacionais e com alguma qualidade. Eu tenho uma oferta em termos de acessos viários que os colegas do interior não têm. E eu estou numa zona rica do ponto de vista empresarial, os colegas do interior não estão. Acho que o Estado tem de olhar para este equilíbrio e é aqui que tudo falhar. Por isso quando falo da estratégia dos transportes nacionais fico “banzada” pelas sucessivas asneiras que estão a ser cometidas.



A questão da ferrovia, a morte da ferrovia é uma coisa que a mim me deixa perplexa. Como é que é possível, sobretudo pelas questões ambientais que cada vez mais se levantam, como é que é possível que o Estado esteja a matar a ferrovia? E não esteja a utilizar a sua utilização.

M – Já agora aproveito a sua intervenção para lançar a sexta questão que tenho aí: “Pensam que o assunto foi objeto de discussão e de debate coletivo pelas populações abrangidas e pelas associações e instituições interessadas?” Já houve aqui um aflorar desta questão.

PD – O assunto das SCUTS?

M – O assunto das portagens nas SCUTS. Se foi discutido pelas populações afetadas, pelas instituições, Câmaras e tal.

OP – Na nossa região não.

M – Se houve discussão, se houve debate.

N – Houve mais uma reação, do que uma antecipação dessa questão. Eu acho que os portugueses estão anestesiados, já estão de tal maneira fustigados. Porque este discurso da crise, isto de facto deprime as pessoas deixa as pessoas com pouca vontade de agir ou reagir. Portanto a única reação que foi aqui encontrada foi fugir da autoestrada para as velhas autoestradas, que as pessoas utilizavam. Quer dizer as pessoas foi o único ato de insubordinação.

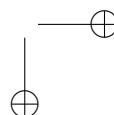
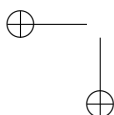
M – E não foi apenas tentar fugir.

NF – As autarquias locais, como sabemos não houve grandes movimentações nesse sentido. E portanto implementou-se ponto final e não me parece que tenha havido muito mais que isso.

OP – Eu concordo com o colega. Porque numa situação como esta em que nós somos massacrados com novos impostos. Penso que a população acabou por se conformar. Pelo menos ali na nossa região só esta Associação, porque tem um líder.

M – Associação de Águeda.

OP – Associação Empresarial de Águeda, porque tem um líder inconformado que reclama. Praticamente todas as semanas nos envia dos comunicados e cartas abertas ao Primeiro-Ministro, ao ministro da Economia etc., etc.. É



a única pessoa ali que ainda vai tendo coragem de tratar os bois pelos nomes, porque o que nós verificámos ali na nossa região de Aveiro para cima foram situações pontuais de marchas lentas, mas praticamente a população conformou-se, desviou o seu percurso. Quem pode, continua a ir pela Scut, mas a maioria das pessoas acabou por se calar. Pronto é mais uma medida conterà nós. Pronto, nós estamos a chegar à fase em que já não nos manifestamos, já deixamos de acreditar que o direito à greve ou à manifestação que tenha alguma consequência. Acho que estamos todos, eu pelo menos falo por mim, estamos anestesiados.

JD – Estamos anestesiados.

OP – Chega-se à conclusão por muito que eu faça, eu já fiz noutras ocasiões. Teve efeito, agora já não tem efeito. Portanto é mais uma medida contra nós, temos de a aceitar.

NF – A capacidade de resistência do povo português é absolutamente notável.

OP – Notável.

JB – O discurso dominante, das televisões e por todo o lado o da inevitabilidade das medidas todas. Seja esta, das auto-estradas, seja das freguesias da saúde e tudo. De poupar de cortar porque vivemos acima das nossas possibilidades. E porque as pessoas começaram a contar o sintoma e vão por aí abaixo até. Provavelmente os doentes deixaram de ir à consulta e morrerão em casa por aí. Os automóveis ficam em casa, também com tatos desempregados, porque precisam do automóvel. Por isso, tudo isto é uma pressão total, nem vale a pena debater, porque eles é que mandam em tudo isto. As freguesias vão fechar.

NF – Até as coisas corriqueiras a terem estatutos. O que é uma coisa espantosa. O emprego começa a ser luxo.

JD – E sobretudo o jornal regional não tem, vamos lá ver há realidades sobrepostas. Há uma realidade nacional que a televisão absorve a rádio amplifica também através quando a gente vai a conduzir e que é o mesmo discurso sistemático. E por isso a realidade local, que nós habitamos, a realidade regional que damos vós a dirigentes associativos, algumas rebeldias locais, elas não. O espaço que habitamos é um espaço evadido pela televisão.

M – Essa era precisamente a questão que vem a seguir e que está já a tocar nela. A questão, não mas pode continuar se a imprensa regional, dizem-me assim ok não houve o debate na sociedade civil foi relativamente, mais por a mão no bolso e tentar escapar por onde era possível, qual é o papel da imprensa regional? “Na vossa opinião, a imprensa regional contribuiu para o alargamento do debate em torno do tema?”

JD – Contribuiu, mas não adianta. Porque você, quando vê aquele programa que devia ser proibido que se chama Prós e Contras, que só tem Prós.

M – Eu concordo consigo. Já tive em duas sessões com a Daniela Santiago ligada à RTP e ela ficou muito escandalizada.

JD – Oh meu Deus, eu acho isso um crime público. Relativizam tudo. Relativizam tudo, todas as opiniões são boas, quer dizer isto é impossível lutar contra isto. Eu sou do tempo em que os jornais ainda faziam eco e debate em simultâneo com as elites locais e regionais e até nacionais, Neste momento há um discurso único.

AG – Até no tempo da ditadura havia mais opiniões contrárias.

OP – Isso toca noutro ponto na minha opinião. Já não temos líderes como tínhamos antigamente.

JD – Já não temos à muito tempo.

PN – Não houve de facto debate. E ele seria inócuo. Seria inócuo porquê? Porque o princípio do debate após a decisão estar tomada é uma forma pífida de fazer branqueamento. É fazer de conta que se debate um assunto que está pronto a ser debatido e pronto a ser implementado. E se a nível nacional houve o tal discurso da inevitabilidade, eu creio que a imprensa regional resistiu a esse discurso da inevitabilidade. E teve posições bastante claras e frontais nesta matéria. Porque nós se calhar a nível nacional temos o problema de shares e outras coisas, mas se calhar a nível regional nós temos o problema do país muito mais real. E algo consequentemente também o pulsar e sentir das populações.

AG – Queria dizer só uma coisa. A imprensa regional e eu concretamente fui contra a construção das SCUTS, fui contra a construção dos Estádios e a amplificação é zero. Portanto essa é que é a realidade. Agora já está. Eu fui

contra antes, porque já estava a prever o que isto ia dar, no que deu. Escrevi e escreveu-se e portanto a amplificação aqui é zero. Nós acabamos por nos concentrar em pequenas coisas do quotidiano, porque estas coisas passam-nos ao lado, não temos profundidade nenhuma. E portanto acabamos por nos preocupar com o leite que não é entregue nas escolas, com estas coisas pequenas porque é aquilo em que temos alguma intervenção.

OP – Permitam-me acrescentar. Nós, no caso concreto das portagens nas SCUTS não é uma situação que afete a população em geral, não estou a falar das empresas, a população em geral não é muito afetada na nossa região da Bairrada, daqueles concelhos da Bairrada. Mas mesmo os assuntos que dizem respeito diretamente àquela população como foi o caso em Oliveira do Bairro a passagem das Águas para a ADRA, para uma empresa intermunicipal, acabou por não ter eco nenhum. O Jornal da Bairrada teve o cuidado durante semanas a fio de chamar à atenção, este serviço vai mudar a sua Câmara Municipal que mudar este serviço. Esteja atento que a água vai subir quatro vezes mais nos próximos três anos e ninguém se manifestou, ninguém foi a uma Assembleia Municipal, dizer assim atenção que aos meus direitos.

M – Sente que a imprensa regional é uma voz a pregar no deserto?

PD – Eu concordo completamente com a Oriana.

OP – Acho que a população está amorfa. Completamente amorfa. As pessoas não se interessam.

JD – As elites são muito fracas.

M – De certa maneira, estamos pior que antes do 25 de Abril?

JD – Eu sou jornalista do pós. Comecei em 78, eu também vivi. Quando comecei como jornalista em 78 no Fundão o tema era outro. Havia ainda concelhos municipais. O Concelho Municipal, que era um órgão de aconselhamento da autarquia, o orçamento e o relatório e contas tinha de passar obrigatoriamente pelo Concelho Municipal. O Conselho Municipal é um órgão constituído por dirigentes associativos, desde coletividades a sindicatos, dirigentes empresariais. Quer dizer os chamados “homens bons” do concelho, isso foi extinto. O Cavaco, desculpem é um circuito rápido, conseguiu fazer do Presidente de Câmara um órgão unipessoal, porque até a essa data, à data

em que ele transforma isso num órgão unipessoal o Presidente é o primeiro interpares.

AG – Estou de acordo. O primeiro interpares.

JD – E por ai fora. O Guterres deu-lhes assessorias, chefes de gabinete e os Variadores não sei com quê. E hoje a geração de hoje dita, que já chegou à habitar estes costumes, não tem noção que as comissões administrativas que fizeram a transição do 25 de Abril pagavam do bolso para estar nas Câmaras.

AG – Ainda hoje vínhamos para cá a discutir isso.

JD – Quer dizer, vamos poupar nas freguesias, encerrando mil e pouca quando se podia propor ao Presidentes da Juntas que abdicassem das ajudas, durante quatro anos, tal como os funcionários públicos vão abdicar e poupam e escusam de estar a encerrar mais pais, mais interioridade, mais coisas que não estão pensadas sequer. Porque não é o Miguel Relvas que as pensa como sabemos. Porque os aconselhamentos que ele tira de la fora enfim.

AG – Sobre aquilo que perguntou não tenho dúvidas. Temos um exemplo objetivo, basta irmos ao Jornal da Bairrada. O Jornal da Bairrada lançou a discussão sobre a discussão da zona demarcada da Bairrada em 1950 e não sei o quê, ou 1960 e não sei o quê. E houve muito mais discussão nessa altura, no tempo do antigo regime e escritos acaloradíssimos de pessoas que nós depois do 25 de Abril que vimos que eram de esquerda, muito esquerda e de muita direita e houve discussões e escritos muito mais agregados, do que quando houve, aquilo que eu considero um crime, que é passar para as Águas de Portugal, as águas. Agora não sendo o jornal a dizer e a discutir o que se ia passar ninguém se interessou nada. E portanto eu nesse aspeto não tenho dúvida nenhuma – infelizmente regredimos.

PD – Eu gostava só de dizer que concordo com a Oriana. Acho que o jornal sozinho não consegue nada, mas se tiver à sua volta os tais líderes consegue mobilizar as pessoas. Mas eu acho que as pessoas precisam de estar permanentemente alfinetadas. E mesmo assim, de facto sozinhos não conseguimos. Uma das questões que mais se debate no nosso site, é uma questão desta semana é o estacionamento pago. Não sei como as pessoas acordaram agora, não sei têm de pagar.

AG – Têm de pagar. Mas não era pago? Era caríssimo, por acaso.

PD – Mas as outras coisas também têm de pagar, mas esta semana essa notícia está a deixar as pessoas em polvorosa. Há mais zonas a serem pagas agora. Mas lá está no caso da linha do Oeste. Porque nos não temos SCUTS esse debate não se fez ali. Mas no caso da linha do Oeste, nós estamos a preparar um suplemento, organizámos uma conferência, mas sentimos que mobilizámos as pessoas, porque sentimos que tivemos sempre ao nosso lado o presidente da Câmara da Caldas. E o que fez o presidente da Câmara das Caldas? Quando o Governo decidiu suspender o serviço de passageiros, encomendou um estudo para garantir a viabilidade do projeto. E aí sim, nós sentimos que ganhámos força e sentimos que as pessoas acordaram para esse assunto. Ao contrário, o jornal tem dificuldade em mobilizar as pessoas, em envolvlas.

NF – Eu estou aqui a ler o site do Jornal do Fundão. Fiz aqui uma passagem pelos comentários sobre a A23. E estão aqui duas opiniões a esta notícia e acho que ilustram bem aquilo que estamos aqui a falar. Um diz o seguinte “ninguém devia passar nesta via, apenas os donos. De mim nem um cêntimo”. E depois há outro comentário de alguém muito preocupado porque não sabe como pagar: “é triste que tenhamos de dar a volta por Espanha para chegar a Torres Novas, apenas porque não sei como pagar as portagens. Vivo no estrangeiro e uma das minhas viaturas tem matrícula internacional”. Ou seja a cedência, a tal anestesia. Epah como é que eu ei-de pagar isto e depois o esboço de uma pequena revolta.

PN – Eu já só quero pagar. Eu já só quero pagar.

NF – E outra pessoa a dizer que não dará nem um cêntimo. Não sei se dará ou não. Se passa ou não passa.

M – Pois, poder-se-ia perguntar se o problema é de uma população, que também não tem órgãos e para se pronunciar ou que tem normalmente um protesto um bocado inorgânico, a pessoa protesta aí estes filhos da mãe e depois não sabe como ade levar o protesto até ao fim, seja junto do presidente da Câmara. Das vossas respostas eu posso inferir que a imprensa regional contribuiu para as pessoas tomarem conhecimento do problema, das suas várias facetas. E já agora reúno isto a uma outra questão, que é: “que práticas ou que medidas foram tomadas pela Imprensa para aprofundar o conhecimento do problema?”” Reportagens, entrevistas e tal.

JD – Deixe-me fazer apenas uma pequena observação. Uma das coisas com que a imprensa regional, enfim tenho andado à 34 e tal anos nisto e depois, não dá isto não é linear para dizer em que ano é que as coisas mudaram. Esta coisa vai mudando quase imperceptivelmente, só quando olhamos para trás é que percebemos os grandes cortes. Mas uma das coisas por exemplo, que não acontecia à uns anos largos atrás é esperar que a imprensa regional, agora estou a falar do lado político da imprensa, é esperar que a imprensa regional cumpra o papel que a oposição autarca, que não cumpre habitualmente. A oposição autárquica à uns anos atrás, e desculpem voltar ao Cavaco é que aquele homem mudou muita coisa. Nesse tempo não havia vereador que não tivesse pelouro, eu sou do tempo em que os vereadores independentemente do partido que estivesse na presidência, tinham um pelouro. Claro que havia um que ficava com o pelouro das Feiras, cemitérios ou jardins. Bom, mas todos tinham pelouro, é com a primeira maioria do PSD, que há da parte da direção nacional do PSD, que os seus vereadores que estejam na oposição não aceitam pelouros. E então há um imediatismo que se transporta para as Câmaras, transformando estas em Governos e da política nacional, que se transporta para o local. Era como nas rádios locais que imitavam aquela voz “anazalada”, do António Sala. Bom, também a política herdou esses vícios. E por isso é possível calendarizar essas mudanças, que são mudanças culturais e estruturais. Ao ponto de chegarmos, hoje e quando digo hoje digo os últimos anos, há a expectativa dos leitores mais ativos na comunidade, há dirigentes desportivos e associativos etc, que por vezes vêm nos exigir o papel de oposicionistas ao poder vigente. Aquilo que antigamente o vereador fazia que era estudar os dossiês e a palavra dele ser uma palavra informada, e o jornal reproduzia. Hoje em dia este tipo é um ignorante.

M – Em relação aqui a este problema acha que o jornal contribuiu para a resolução do problema das SCUTS? Como é que o jornal fez? Foi sobretudo através de entrevistas editoriais.

JD – Sem dúvida. Houve de tudo, entrevistas, opinião. Há de tudo. No que eu insisto, no assunto das SCUTS, quem dominou o assunto foram as televisões. A concertação dos jornais regionais não é possível e ainda que de forma fragmentária, todos em cada um dos territórios tenham todos a mesma opinião, mesmo assim o peso seria inferior. Porque a televisão dominou esse debate e mais e tornou-o num debate mais genérico e tornou-o a demonizar o

Sócrates e todas as políticas do Sócrates onde se incluíam os empreiteiros amigos aqui do senhor Engenheiro. Quer dizer o debate estava viciado. Por isso é que todos estamos a chegar á conclusão que foi um debate em que a realidade habitasse. Era um debate político. Nós quando descemos á realidade percebemos as coisas. Já agora dou-lhe só uma curiosidade. À 20 anos atrás o jornal O Ribatejo foi uma espécie de motor/porta-voz de um debate que se tornou quase nacional e não atingiu a televisão, ficando apenas pelos jornais, que foi a última tentativa de navegabilidade do Rio Tejo. Que de resto é um projeto do Filipe II de Espanha de por o Tejo navegável até Madrid. Enfim, nós à 20 anos atrás temos um debate que envolve todos os municípios ribeirinhos, que aliás é um projeto lançado por um empresário João Mendes Godinho que contratou, engenheiros que tinham feitos os canais do Reno e do Danúbio, pronto com as aragens que eram necessárias de tornar o Tejo navegável até não sei onde até Abrantes. Esse estudo foi feito, os municípios também entraram, até Rodão e Castelo Branco se vieram a reunir enfim. Foi um debate que se estendeu por dois anos, envolveu ministros do tempo de Cavaco Silva e depois a opção foi o Alqueva. Porque a certa altura ponderava-se estes dois investimentos. Só para dizer que cada jornal em histórias. O Cavaco veio cá e prometeu abrir o túnel, então o António Palouro fazia um quadradinho semanal, na página 2 ou 3 já não me recordo. Na primeira não era, era a seguir à primeira, um quadradinho com uma legenda já estamos com 77 semanas depois. E a certa altura eu estava no jornal e cansado daqui e já achava aquilo ridículo. E um dia aquilo vai ao Parlamento e o Cavaco é enxovalhado por causa do Jornal do Fundão. Para percebermos como o homem (Fernando Palouro) ele também era algo visionário, eu era um jovem jornalista e pensava “o que é que este louco quer?”. Esta história é uma história metáfora do papel do jornal. Que permitiu que uma promessa, o projeto, não fosse esquecida pelo Primeiro-Ministro e que depois foi agarrada e levada ao parlamento pelo Sócrates. Fazendo uma intervenção pública e isso foi agarrado pelas televisões na altura.

M – Voltaria à questão se o jornal contribuiu para o conhecimento da questão das SCUTS?

OP – Neste caso das SCUTS, nós praticamente não tratámos o tema, porque é como eu digo a nossa população não muito afetada. A questão das empresas, que foi um movimento liderado pelo líder da Associação empresarial e depois foi mais ao nível de opinião e editorial foi onde esteve o foco.



PN – Bom eu quero-lhe dizer, para ser franco que o “Jornal do Centro” sobre esta temática fez uma capa, fez duas capas, fez três capas, fez duas contra capas, fez duas grandes entrevistas, escrevi cinco editoriais. E concretamente naquilo que reporta às atividades e iniciativas, nós informámos sobre todos os protestos, os horários dos protestos, de como fazer, só faltava levar uma garrafinha de água. Inúmeros artigos de opinião, questionamento direto do leitor e dos autarcas. Temos duas grandes entrevistas com os autarcas, que se vêm queixar amargamente das consequências que estão a sofrer nas suas regiões, nomeadamente o autarca de Mangualde e de Vouzela. Por isso, que fazer mais? Não lhe sei dizer.

M – Portanto estamos aqui com o site do Jornal do Fundão.

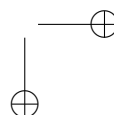
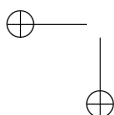
NF – Quer dizer que terá tido 18 ou 19 capas sobre isso. Eu fiz várias simulações de viagens, uma delas com uma delas para o Diário de Noticias precisamente com a temática das SCUTS. Eu fiz uma viagem para Lisboa, eu recuei cerca de 20 anos. Nas duas reportagens que fiz, fui pelas nacionais ou seja aquilo é uma coisa espantosa, recuei à 20 anos atrás. Fiz uma viagem entre a Guarda e Torres Novas que é a extensão da A23. Fiz várias temáticas, acerca do modo como estavam as vias alternativas em termos do asfalto e das condições para o tráfego. O nosso diretor Fernando Palouro fez vários editoriais sobre esta questão, frontalmente contra tal como todo o jornal. Após isto, temos tido diversos “feedbacks”, temos tido estes tipos de “feedback”, são cartas que recebemos são pessoas que nos dão os parabéns na rua por aquilo que fizemos, mas também não podemos fazer muito mais.

PN – O máximo que foi conseguido foi juntar 500 viaturas. Foi o máximo que conseguimos.

PD – Não. Nada de especial.

M – Mas isso também revela que há aqui uma atenção diferenciada da empresa em relação aquilo que são as preocupações das populações. Quando o problema, não é um problema da região o jornal por e simplesmente ou faz um editorial.

OP – Eu dava o exemplo do nosso jornal da Bairrada, que foi o caso das urgências de Anadia, que levou à queda do Ministro. Nós andámos semanas com um emblema a dizer “encerrado à não sei quantos dias” até o ministro



cair. E o Ministro caiu. Nós chamávamos-lhe o “dossier urgências” com chamadas à capa todas as semanas e o Ministro acabou por cair. Portanto foi um caso dos mais importantes da região da Bairrada.

M – Não está a dizer que tenha sido o jornal a levar a isso. Mas contribui.

OP – Não foi o jornal, mas ajudou muito.

AG – É pena não conseguirmos fazer isso com os presidentes de Câmara.

PN – Podemos ajudar.

AG – Eu só gostava de dizer duas coisas. E concordo com muita coisa que ele disse, apesar de estar longe ideologicamente. Eu sou frontalmente contra de existirem Assembleias Municipais não servem para nada. Sou contra os Presidente de Câmara receberem dinheiro, acho que deviam estar livremente e esse é um dos problemas de estarmos nesta situação. Quem está ali, está à espera de ir receber o ordenado maior do que tinha antes, portanto nunca vai mudar as coisas.

OP – E à espera de passar três mandatos e ter direito a uma reforma.

AG – Exatamente. Até já se chamam deputados aos deputados da Assembleia Municipal. Eu deixei de ser deputado municipal por causa disso, não gostava que me chamassem deputado. E portanto a verdade é que a maioria dos colegas abrem os papéis no dia em que vão para a Assembleia Municipal. Não ligam nada, não leram nada. Portanto, nós estamos a pregar no deserto. Temos este caso das urgências, mas temos o caso da Água da ADRA. A empresa chama-se ADRA, nós chamávamos-lhe ladra. A questão é exatamente isto, não tem a ver com as coisas, mas o modo como são feitas. Por muito que a gente pregue e há muitos sítios que as pessoas nem sabem o que vão pagar. O que nós não fizemos com as SCUTS, nós fizemos com as águas. Nós fizemos simulações, há pessoas que vão pagar três vezes mais. Mas há um concelho que é Vagos que vai aumentar e eles nem sabem.

OP – Repare na diferença, quando se tem um presidente de Câmara um líder de um movimento a trabalhar naquele tema, o jornal aí amplifica. No caso da água em que não houve esse envolvimento político, ninguém se interessou pelo assunto. Tivemos de fazer o papel da oposição. Pronto, e depois no caso



das urgências há outra situação, foi a dimensão a nível nacional e de televisão, a televisão também estava em cima do assunto, não é (...).

M – Daí conseguiu agendar o tema nacionalmente (...).

OP – Foi a agenda mediática a dominar.

JD – Conseguiram a proeza de ir até ao primeiro piso (...) estou a brincar (...) estou a brincar (...).

AG – Não, não é que eu não ache que o Sócrates não devesse ter ido muito antes, mas essa é outra questão.

JD – Olha, agora já temos saudades (...).

M – De certa maneira, de certa maneira há aqui uma (...).

AG – Não, não tenho saudades nenhuma.

M – Uma questão, uma questão que eu agora tenho aqui (...).

AG – Não tenho saudades. Eu nem do Cavaco tenho saudades.

PN – Enquanto português também não partilho consigo. Essa da saudade, sendo muito português não a partilho consigo (...).

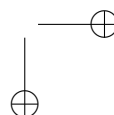
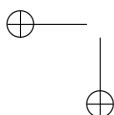
AG – Eu nem do Cavaco tenho saudades.

JD – Eu estou a fazer ironia, caramba (...).

M – Uma questão para dar seguimento que era saber sobretudo para o caso do “Jornal do Fundão”, para o “Jornal do Centro”, que era o que é que os jornais poderiam ter feito mais para aprofundar o conhecimento do problema. Quer dizer, assim à partida, posso ser levado a pensar que seria difícil (...).

NF – Em termos de tratamento jornalístico acho que fomos praticamente à exaustão, abordámos o tema de todas as maneiras possíveis e garanto-vos que usámos muita imaginação nesta questão. Acho que, em termos jornalísticos, que é a função do jornal, não podemos fazer muito mais do que fizemos, a nossa função, acho que, e neste campo estamos todos perfeitamente de consciência tranquila, tranquilíssima.

M – Pois, pois.



PN – Nós não poderíamos ter feito mais, porque senão entrávamos na teoria da redundância. Aquilo que é repetido agrada (...).

M – Chegaram a fazer mobilizações de população?

PN – Chegámos a fazer mobilizações de população e inclusivamente com um líder que nós lá tínhamos e temos, e que está aqui hoje, que é o Francisco Almeida, é que era sempre (...).

M – Que aparece várias vezes na televisão.

PN – (...) era, quase que tinha a antena toda do jornal, não é. E a certa altura não conseguimos mais. Começámos (...) começou-se a trabalhar em Abril de 2011, dizia à bocado, começou muito antes na ideia contrária e a alertar para as consequências, nós começámos em Abril de 2011 e até, até Fevereiro, nestes número todos, aquilo que nós conseguimos perceber foi uma mobilização das pessoas, porque finalmente já havia 500, 600 carros, com quatro pessoas em cada carro, mas no início juntava-se duas ou três, não é.

M – Portanto e aí foi o jornal que iniciou a mobilização, o jornal acompanhou uma mobilização que já vinha também da sociedade (...).

PN – Deu eco, deu eco a uma mobilização, até porque temos a especificidade de ter, como disse, este líder desta condição, que é muito ativo e nós damos-lhe todo o apoio, toda a cobertura. Fizemos (...) como dizia o meu colega, usamos toda a imaginação (...) o fotojornalista, dentro de uma camioneta a passar, a ver como se fazem as curvas, a camioneta a parar e estar a filmar aquilo tudo, recuar duas vezes, avançar para conseguir fazer (...) porque já não consegue passar ali, nomeadamente em alguma localidades, com as alterações sofridas, tudo isto foi mostrado. As pessoas foram alertadas, foram sensibilizadas. Entrevistas ao autarcas constantemente e eram todos contra.

AG – Só acho é que deviam ter feito uma coisa. Desculpe lá, agora é fácil falar, mas devia perguntar à população num inquérito se preferia rotundas ou a A25. Estou na brincadeira.

PN – Eu sobre as rotundas (...) eu, eu tenho uma rotunda à porta de minha casa, moro em frente ao Hotel Mote Belo, tenho logo ali uma rotunda e aquela rotunda é fantástica, é a única forma de limitar as extravagâncias dos nossos Fittipaldis, porque se eles entram ali a mais de quarenta, batem lá com os



queixos, não é, senão entravam a 120 e isso era extraordinário porque eu nas horas vagas passeio dois cães. Está a perceber. E estou a constantemente correr o risco de ser atropelado, por isso as rotundas são boas e quero-vos dizer que até em Viseu, neste momento, a pastelaria e a gastronomia está a ser implementada porque o Amaral já criou uns bolos novos que se chamam as rotundas que têm uma saída imensa, uma espécie de pastel de Tentúgal, ou de pastel de Bordela, com ovos-moles de Aveiro. É pouco inédito mas o nome faz jus. As rotundas são boas, agora (...).

OP – Eu também acho. Não tenho nada contra as rotundas.

AG – Não, estou na brincadeira, foi na brincadeira.

M – E agora uma pergunta que tem a ver com o vosso comprometimento, por um lado, e com a questão da objetividade por outro. Isto é, as escolas de jornalismo, não é, falam de princípio da objetividade e tal e tal. Eu vou formular como está aqui: acham que a imprensa regional ouviu todas as partes interessadas no problema, ou preferiu tomar uma opção clara comprometendo-se claramente com o sim ou não, em relação às SCUTS? E, concordam com essa estratégia? Parece-me que (...) esta pergunta tem, digamos, três partes (...).

PN – Ela tem várias nuances (...) convenhamos, mas se o jornal ouviu todas as partes, é essa?

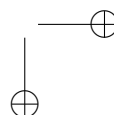
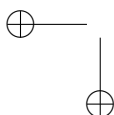
M – Sim. Isto é, a favor da Scut, contra a Scut (...).

PN – O jornal ouviu todas as partes (...) entrevistou, auscultou, falou com todas as pessoas envolvidas. Essa foi a primeira preocupação, não é. E depois, no interesse da região, no interesse da região, tomou partido. Porque nós percebemos, percebemos as consequências drásticas, trágicas, que isto vai trazer.

M – Portanto na sua opinião não é contraditório ouvir as partes e tomar uma posição.

PN – Não, não, não, não, as partes (...) pelo contrário, complementam-se. Como, como é que entende aí uma oposição entre as coisas?

M – Portanto, no sentido, por exemplo, do jornal ouvir quem defende o pagamento de portagens nas SCUTS (...).



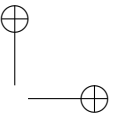
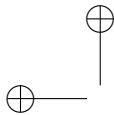
PN – Absolutamente (...) o Presidente da Câmara de Sernancelhe, o meu querido amigo José Mário Cardoso, que é um dos dinossauros da política autárquica nacional dizia-me assim: eh pá, eu sou a favor do pagador-utilizador em Sernancelhe, não há portagens nenhuma para Sernancelhe (...) je m'en fu, completamente (...) isto à mesa do café quando estávamos a tomar a bica, não é. É evidente que ele depois ele não vai dizer isso, mas foram ouvidas as pessoas e depois demos eco a essas audições e entretanto, quanto? (...) Quanto estão aqui estas capas todas, se tomámos partido, claro que tomámos partido, não é. Claro que tomámos partido, como dizia à bocado o colega, se calhar também porque as oposições também não tomam partido. As oposições só têm um objetivo na vida, é não ser oposições, não têm objetivo mais nenhum na vida. Não é para resolver nada, é ir para lá, porque há as mordomias (...) porque os senhores à bocado estavam a falar dos autarcas, eu lembro-me, desculpem esta referência, do meu avô ser Presidente da Câmara dezassete anos e termos que reunir a família toda para o tirar do lugar, porque estávamos todos a ficar pobres, mas uma pobreza quase franciscana, está a perceber. Porque não só não era remunerado como os bois do Sr. Dr. Hilário até ajudaram a construir a Câmara Municipal do Satão e foram lá gastos a transportar pedras. Eram outras perspetivas da autarquia, não é? Se calhar(...).

AG – Serviço público, desculpe lá. Do serviço, do serviço público?

PN – Do serviço público. Ok.

M – Ok. Obrigado.

JB – No início deste debate também houve ali (...) eu acho que foi inquinado o debate no início com a questão política que já foi falada aqui, porque era o Sócrates quer tinha andado a construir autoestradas para os amigos e para as empresas de construção, e tínhamos autoestradas paralelas e não precisávamos de tanta coisa e agora era preciso ressarcir o Estado no pagamento destas coisas (...) e depois estes discursos eram feitos em zonas, em Lisboa ou... em zonas onde as pessoas todas compreendiam e percebiam que isto (...) e este discurso a favor eram lá feitos só naqueles sítios, porque depois quando vinham aqui já se ouvia não, isto não é bem assim, isto é para estudar e para ver, e vamos ver, porque no Algarve ou na Beira Interior (...) e no início isto (...) o debate era muito ideológico e mais virado para o Sócrates ou (...).



PN – Mas já estava tudo decidido.

JB – Já estava decidido que era preciso pagar e que as coisas tinham que andar para a frente. Por isso nestas coisas de ouvir quem era a favor, não era bem assim. E às vezes até tínhamos que tirar (...).

M – Mas praticamente não havia ninguém a favor.

JB – Não, tínhamos que tirar os discursos a favor eram feitos em Lisboa ou (...).

JD – Não há ninguém a favor. Só um louco, não é. Nem sequer os tipos ideologicamente próximos, na nossa zona, defendiam (...) querem dizer, podiam defender à mesa do café, mal a gente quisesse citar, morria o assunto ali, ou nem sequer prestava declarações, ou aquilo saía enviesado para coisa nenhuma.

PD – Eu peço desculpa, sinto-me sempre a fugir do assunto, porque de facto, o facto de não ter levado Scut acaba por não (...).

M – Não tem estado a fugir. Não me cabe aqui apreciar as vossas intervenções, mas acho que não têm estado a fugir do assunto.

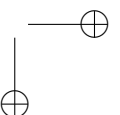
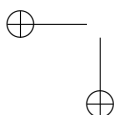
OP – É que as nossas regiões são as menos afetadas, pronto, nalguns aspetos.

M – Exato, exato, mas provavelmente foi por isso também que foram (...).

PN – Mas acabam colateralmente por ser afetadas.

PD – Claro. Mas para responder à sua pergunta, e olhando para aquilo que o Região de Leiria fez em relação à linha do Oeste, foi por exemplo promover um debate, não é, em que foram convidadas pessoas da CP e da Refer e o Secretário de Estado, isso mostra que existe da nossa parte interesse em ouvir, em ouvir todas as partes, essas pessoas não apareceram, não é, declinaram o convite. Mas lá está, ouvir sim, agora tomar partido no nosso caso em concreto (...) se por isso sistematicamente em agenda é tomar partido, então sim, não é, tomamos, mas procuramos sempre dar voz às pessoas e pronto, faze-las ver, faze-las ver que isso vai mexer com o dia-a-dia delas.

OP – Eu subscrevo, subscrevo.



NF – No caso do “Jornal do Fundão” e até o histórico que o “Jornal do Fundão” tem (...) mas tratando só da parte jornalística, nós fomos extremamente (...) quer dizer, a viagem pelas nacionais demora seis horas, não demora outra coisa (...) exatamente, é objetivo. Agora a escolha dos temas obviamente, foi escolhido pelo jornal para demonstrar às pessoas o prejuízo que a região ia ter com a tomada desta medida. Em termos objetivos eu não demorei mais de propósito para chegar a Lisboa, não. É um facto, e as pessoas fizeram essa viagem e há muita gente na região que fez e sabe que a viagem que demora seis horas. Sobre a questão de ouvir todas as pessoas, também já foi aqui falado, obviamente quem pensasse, quem defendesse as portagens e escrevesse para o jornal (...). Lembro-me (...). Mas esta questão, já na época do Durão Barroso, penso eu, e do Santana Lopes, se começou a falar da questão das portagens... Porque o “Jornal do Fundão” fez a primeira reportagem, a primeira reportagem sobre esta questão, penso que foi em 2004, fez a primeira viagem a propósito disto. Acho que nesta altura também, e até fui eu, ainda a propósito disto, entrevistamos o Engenheiro João Cravinho, precisamente para contrariar um discurso oficial que havia no país, que era precisamente o que estamos a ouvir hoje, não há dinheiro, é muito caro... e nós fomos falar com o Engenheiro João Cravinho (...) e o diretor das SCUTS, penso que um deles até é inglês, compara as SCUTS em Portugal e que não acrescenta nada de novo, exceto esta história...

AG – E agora os campeões são os Indianos.

M – Tem que explicar isso melhor daqui a pouco. Nuno continue.

NF – Não, é isso, é isso. Portanto, isto já vem muito de trás, e este discurso oficial que nós ouvimos que não há dinheiro para nada, nós já o tentámos contradizer, já há alguns anos quando falámos com o Engenheiro João Cravinho nessa entrevista, fizemos a questão da introdução de portagens nas SCUTS na A23 e na A25. Neste caso, fizemos exatamente o contrário, ou seja, havia o tal discurso oficial, que não havia dinheiro para sustentar aquela autoestrada gratuitamente e falamos com o Engenheiro João Cravinho precisamente para, para... ele contradisse esse tal discurso. Agora nesta questão já com a implementação das portagens, obviamente que, voltando ao mesmo, havendo mesmo autarcas ou associações que se defendessem o jornal ouviu.

M – Estava a falar dos Indianos.

AG – Vou dar um exemplo, a verdade é que não é disparate nenhum (...) quando estou a falar de SCUTS não foi SCUTS, foi os pareceres público-privados, foi um conceito anglo-saxónico, foi exportado, foi inventado em Inglaterra por Thatcher, foi exportado por Reagan para outros estados (...) mas rapidamente perceberam que aquilo não funcionava, pararam. Nós, como bons alunos, implementámos isto para tudo e mais alguma coisa. Em Aveiro até parques de estacionamento e remodelações de escolas se fizeram com parcerias público-privadas. O risco, o risco do investimento de fazer uma escola, aquilo pode cair em qualquer altura, portanto o risco é enorme, e portanto é fantástico. Agora (...).

PN – O risco é, mas não há consequências, porque entretanto as empresas faliram, já não existem, não as pode responsabilizar.

AG – Pois (...) mas, pronto, portanto, agora realmente o expoente máximo disto é a Índia que está a fazer tudo com parcerias público-privadas, não se (...) isto é um facto, como a gente aqui aconteceu, não tem problema nenhum. A única questão que eu acho que em relação a isto tem que ser discutida, portanto, não tenho nenhum drama, nenhum problema em achar que a parceria público-privada tem algumas virtualidades. Se só fizessem uma, se fizessem uma autoestrada para aqui e outra para Viseu, não é . Ou se fizessem o TGV de Aveiro (...) sem ser de Aveiro mas no sentido Madrid (...) o que está mal é fazerem trinta autoestradas, quarenta não sei quê, não sei quantos hospitais, isso é que está errado. E isso, o conceito é bonito, mas nem quem o inventou consegue contrapô-lo, e é isso que eu acho que os jornais de alguma forma talvez não tenham feito. ... eu não me retinha para fazer de uma questão nacional (...) Em relação ao tomar partido, que é objetivamente a questão, eu acho que os jornais regionais têm que tomar partido, muito sinceramente acho que têm a obrigação de tomar partido. E se isto era assim antes do 25 de Abril, em que havia um controlo absoluto sobre a (...).

PN — Unanimismo (...).

AG – Havia um controlo e não sei quê, censura e não sei quê, e eu dou-vos o exemplo da Bairrada, a região demarcada da Bairrada foi feita por pressão do Rui Tavares Rodrigues e outros, exatamente do contracorrente, e que escreviam artigos (...) e até ao 25 de Abril que o fizeram (...) o governo não queria na altura (...) mas com a discussão havia e havia tomar partido. E havia outras

coisas iguais, eh pá, mas que diabo, a gente agora não pode tomar partido? Eu acho é que nós antes de tomarmos partido temos de ouvir toda a gente e dar uma visão geral, agora não podemos tomar partido? Em Aveiro estão a fazer uma ponte absurda por cima de um canal, não podemos tomar partido? O nosso jornal não vai tomar partido, mas eu acho que o jornal da terra, que é um jornal importante, devia ter tomado partido, não toma. Alguém quer viver com (...). Nós temos que poder tomar partido, tomámos partido com... informámos sobre (...) que estão a fazer, que é uma coisa absurda lá no meio do caminho (...) às curvas, e vamos ter que tomar partido um dia destes. Quer dizer, não concordamos ou achamos mal ou não sei quê, nós devemos tomar partido porque é para bem das populações, não é. Devemos tomar partido e eu acho (...).

JD – E sobretudo devemos consciencializar as populações (...).

AG – Agora não devemos tomar partido só pelo que nos apetece, devemos tomar partido fundamentado (...).

JD – (...) Existem interesses ainda meio ocultos, e os jornais trazem obviamente muitas coisas... bom e todos nós temos histórias (...).

PN – Nós estamos a aproximarmo-nos de um tempo, com o fecho constante, continuado, sistemático da imprensa regional e em Viseu, ainda agora, com a (...) a televisão, a rádio, a RTP, estamos no tempo, que se chama o tempo do silêncio. E a quem é que agrada o silêncio? A questão é essa, a quem é que agrada o silêncio? Nós temos que dizer, nós temos que tomar partido, porque senão não percebo qual é o nosso objetivo editorial (...).

AG – O silêncio agrada ao poder (...).

PN – Como?

AG – O silêncio agrada ao poder.

PN – Claro. Sim, o silêncio agrada ao poder.

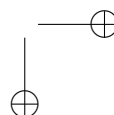
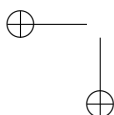
AG – Qualquer que ele seja.

M – Nós neste momento chegámos às nossas onze questões, e depois tenho aqui uma décima segunda que é em resumo (...) não é resumo, pode ser para nós concluirmos ou se quiserem (...).



CM – Se considerarem que ficaram todos os pontos perante os vossos meios na discussão, na promoção do debate público, nesta temática em particular.

M – Se me permitem concluir acho que foi uma discussão bastante rica, bastante participada, apesar de eu não estar diretamente envolvido no projeto, vim substituir aqui uma colega que adoeceu infelizmente, queria-vos agradecer em nome do projeto e desejar que o projeto continue e tenha bons resultados, de maneira que contribua quer para uma maior aproximação entre a imprensa e os cidadãos, quer para uma mobilização maior dos cidadãos, quer também para a sobrevivência e quem sabe desenvolvimento da própria imprensa, que eu acho que é um factor muito, muito importante no nosso país, a imprensa regional. Tem sido e vai continuar a ser. De maneira que muito obrigado.



TRANSCRIÇÃO DO GRUPO DE FOCO DAS FIGURAS PÚBLICAS**Moderadores**

Moderador – José Ricardo Carvalheiro [M]

Co-moderador – Washington José de Souza Filho [CM]

Participantes

Figura pública leitor do Jornal Região de Leiria – Domingos Carvalho [DC]

Figura pública leitor do Jornal da Bairrada – António Duque [AD]

Figura pública leitor do Jornal do Centro – Francisco Almeida [FA]

Figura pública leitor do Jornal do Fundão – Luís Veiga [LV]

Assistentes

Anotadora – Vera Taveira

Captação de imagem e som – João Nuno Sardinha

Transcrição

M – Vou moderar o debate sem intervir ativamente. Sendo este composto por pessoas especialmente atentas e interventivas na vida pública nas respetivas regiões de cada um. É também nessa condição que gostaríamos de ouvir as vossas intervenções acerca de um tema específico que é a questão das SCUTS. A introdução de portagens e as possíveis soluções. Por um lado, o problema em si, por outro lado a cobertura jornalística e o debate público que possa ter havido em torno desse assunto, nas respetivas reuniões especialmente órgãos de comunicação social. Em relação ao debate que vai decorrer, pedir-vos desculpa desde já porque o papel de moderador pode ser um bocadinho aborrecido, de por vezes ter de cortar a palavra, porque tem um tempo estipulado de 1h30, ainda que pudéssemos estar aqui a falar 3h ou 4h, mas temos de cumprir o tempo. Pelo que teremos de ser algo abreviados no discurso, o que se pode tornar algo aborrecido. Mas compreendam por favor e tentar orientar o assunto.

DC – Região de Leiria

AD – Jornal da Bairrada

FA – Jornal do Centro

LV – Jornal do Fundão

M – Feita esta introdução para nos conhecermos. Vamos ter 1h30, por isso vamos tentar não fugir muito ao tema. Não vamos dispersarmo-nos muito. Iniciando pelo senhor Domingos Carvalho perguntava-lhe: 1ª “Qual a vossa opinião sobre a introdução de portagens nas SCUT?”.

DC – Gostava começar por dizer, que este debate devia ter ocorrido à 20 anos. Obviamente que fiz uma breve análise da questão das Scut. Ficou o João Cravinho como pai das Scut, mas parece que primeira Scut foi a A23. Isto para vos dizer, que sendo claramente a favor da introdução de portagens nas Scut, neste tipo de estrada, por uma razão muito simples, porque não é possível ter outra forma de pagar. E com a pulverização de SCUTS, que foram criadas as justificações que estavam por trás deste tipo de medidas, morre pela base. Porque acabou por haver SCUTS por todo o país. E ao haver SCUTS por todo o país as justificações por trás deste tipo de vias morre pela base. Porque acabou por haver SCUTS por todo o país. E ao haver SCUTS por todo o país, nomeadamente de Aveiro para o Porto, toda a condição de necessidade de uma “ponte” para zonas menos desenvolvidas cai pela base. Devo-vos dizer que sou habitante de uma zona que é das poucas que nunca teve nenhuma das SCUTS. Nós somos servidos, eu ia dizer por duas, mas agora todas elas alia à volta de Leiria, todas elas são pagas. Isso nunca foi avesso a qualquer tipo de desenvolvimento. Não tenho qualquer tipo de dúvida para afirmar e isso é toda uma outra discussão, os custos, os preços, mas na verdade para quilo que me parece relevante, aquilo que hoje estamos a tentar solucionar um problema, que é o custo da introdução de portagens neste tipo de vias. Como é que o vamos resolver. Muito mais a analisar que tipo de vias, com que custos é que deviam ter sido construídos. E esse é que é o grande problema desfasada no tempo. Para mim estamos a ter uma discussão como resolver um problema que está criado. Está aí. E é dramático termos aí um conjunto de autoestradas que têm baixíssimos índices de tráfego, ou seja vamos ter um custo e nem sequer vamos ter o proveito disso. E portanto nós estamos perante um gravíssimo problema, um problema que está criado. E o que eu acho aqui relevante, percebendo obviamente ponto de vista de pessoas de outras zonas. Uma das autoestradas que eu agora percebi que não era preciso pagar era a A23, comprando a via verde, permite-nos passar 10 vezes por mês, acho isso uma coisa completamente abstrusa. Isto porque Leiria podia estar integrada

no Pinhal Litoral. E a A23 por qualquer razão, eu tenho direito. Portanto nós estamos aqui a falar de uma situação abstrusa e aquilo que eu acho relevante é que discutamos um problema que está criado e numa circunstância em que qualquer situação que possa existir de solidariedade, entre as diversas regiões tem a ver com os que têm a riqueza e os que têm menos riqueza. A verdade é que neste momento lamentavelmente não há riqueza em lado nenhum.

M – Sim senhor. Penso que está colocada a posição

AD – Ora vamos lá ver, a minha posição aqui tem a ver um pouco diferente dos dois colegas que estão aqui na mesa até porque eu sou de uma zona onde a Bairrada não é grandemente afetada pelas SCUTS. Passa encostada à Bairrada uma autoestrada que é a A1 e para seguir para Aveiro há um privilégio grande da zona da Bairrada. Eu provavelmente sou a pessoa aqui da mesa, que menos conhecimento tenho para falar sobre as SCUTS. Nós na minha perspetiva devemos começar por classificar o que entendemos por uma Scut, que é uma coisa que não está classificada, para vermos as alternativas. Uma Scut é uma autoestrada mas que para o utente e para o contribuinte deve haver mais do que uma alternativa, paga ou não paga. Se quiser andar comodamente numa autoestrada, eu sou da opinião que a autoestrada deve ser paga pelo utilizador, mas tem de haver outra alternativa. Ou seja, se nós olharmos para a aplicação das taxas na A25 com certeza que o senhor Francisco Almeida saberá muito mais disso do que eu sem sombra de dúvidas, eu não posso concordar, e isto é a minha opinião que não é técnica, não posso concordar com a aplicação de taxas na A25. E não posso concordar porquê? Porque, se entrar em Portugal pelo lado de Vilar Formoso e quiser chegar à Bairrada não indo pela A25 eu demoro 5 horas, demoro mais tempo do que demorava quase à 20 anos atrás. Quando vinha atrás das camionetas tinha de entrar no centro da Guarda para fazer tudo isso e eu tenho de fazer de novo tudo isso hoje. Por isso na minha primeira intervenção queria sobretudo, tal como disse o senhor Domingos Carvalho, classificar as SCUTS. Porque há SCUTS e há SCUTS. Não é querer dizer, há autoestradas que são quase obrigatórias. E depois também temos SCUTS ou autoestradas que passam encostadas umas às outras a 300 metros. Isto é a minha primeira intervenção.

M – Obrigado.

LV – Queria apenas fazer uma retificação. A Bairrada é servida pela A29, que é mais cara do que a A1. Não sei porque, mas é mais cara em 7 cêntimos. Isto faz com que estejamos a ajudar uma coisa privada, que se chama Brisa. Esta situação já vem do governo de 2010. Este governo que já lá está à mais de 6 meses solucionar a situação. Portanto há aqui um claro prejuízo do erário público. Nós estamos a pagar com os nossos impostos, uma conceção na qual não se circula. Antigamente saíamos na A29, que era à borla, para irmos para o Porto, agora ninguém sai por que é mais barato ir por Madrid. Este tipo de coisas acaba, chega-se a um ponto, em que aquela grande questão, que é a responsabilização dos políticos ao nível criminal. Porque as parcerias PPP já vêm desde a ponte 25 de Abril, desde a Lusoponte desde a parceria na Vasco da gama, na qual o Governo mete um ex-ministro no concelho de administração e neste momento, não vamos chamar o BPN que é uma empresa do PSD. E portanto este é que é o grande problema, esta grande promiscuidade entre a classe política e os grandes negócios que se fizeram neste país e o facto de não estarem presos alguns políticos e o facto de direito regresso que o Estado tem contra contratos responsáveis que assinaram contratos fraudulentos, contra responsáveis que beneficiaram terceiros, como é o caso e já vou explicar, leva a que haja estes índices de impunidade. E esta é que é a grande questão, como é que isto foi tudo construído todo este “elefante”? Como é que isto foi construído? Quem está a pagar tudo isto, somos nós. Portanto, podemos discutir se isto é bom ou é mau, mas temos de discutir se há alternativas. Podemos chegar à conclusão que é a região centro a mais prejudicada do país. Que a região centro está rodeada de SCUTS por todo o lado. Posso dar-lhe inúmeros exemplos no caso da hotelaria. Tivemos anteontem uma reunião, eu sou vice-presidente da HP da Associação Hotéis de Portugal, tivemos uma audiência ontem à tarde desde as 2h até às 4h30 na Comissão de Economia e Obras Públicas, no grupo de trabalho da Assembleia da República, que é presidido pela Hortense Martins, como sabem é deputada do PS pelo distrito de Castelo Branco. E nessa audiência foi tudo falado acerca do prejuízo que o turismo português, está neste momento, com a introdução de portagens, é um setor claramente prejudicado. Um setor que podia ser um cluster a nível nacional e que portanto devia ter e estar suportado por uma estratégia de consciência coletiva e não está. Está precisamente a ser prejudicado todos os dias com medidas que estão a ser impostas por uma Secretária de Estado não sabe, por medidas impostas por um Ministro da Economia, que não sabe para

que lado se ade virar. Realmente é um ministério monstruoso. E também por situações que têm a ver com a intervenção obscura dos Estrangeiros, naquilo que é a manutenção de três Secretários de Estado que lá estão e nas indicações que ele dá sem conhecimento do resto do Governo. Portanto há aqui com conjunto de circunstâncias leva a que neste momento que haja um grande branqueamento para limpar tudo o que foi feito para trás e é a isto que estamos a assistir neste momento. Este Governo não vai penalizar ninguém, portanto não havendo responsabilidade civil nem criminal. Neste momento, ninguém compreende os sacrifícios que está a fazer. Nem nós compreendemos porque estamos a pagar mais, porque as SCUTS pagam mais três cêntimos que a A1 por exemplo, quando nem sequer isto tem perfil de autoestrada. Como sabemos isto não é uma autoestrada europeia, nem comparável a uma A1, nem a qualquer outra autoestrada que se possa classificar como autoestrada. Portanto o interior do país e a nossa região está a ser fortemente penalizada com toda esta situação, tanto com a entrada de espanhóis neste momento, nomeadamente na Páscoa, com aquele lamentável momento que parecia a guerra civil espanhola, em que o pessoal, os espanhóis estavam a fazer “bicha” para pagar 10 euros por 3 dias. Pareciam que estavam à espera da ração na guerra civil espanhola. Foi aproveitado claramente pelos média espanhóis para denegrir o nosso país. E o Governo neste momento anda mais interessado em arranjar uma articulação com o Governo Espanhol, no sentido de arranjar um esquema que faça a leitura dos deles com o nosso. Essa é que é a preocupação do Governo. Sobretudo quando estamos a falar de toda uma região Andaluza e Castilla Leon só têm autovias gratuitas, portanto ninguém tem sistema de leitura como nós temos aqui. E o nosso mercado é claramente de Madrid para aqui que vem, portanto também é um erro crasso, que se está a praticar. Nós estamos a ver na área da Hotelaria, aliás Segunda-feira estarei novamente em Lisboa, que o Governo não responde à ajuda que é pedida. Este caus que existe na entrada das fronteiras que têm acesso a SCUTS, para não falar da falta de alternativa, que isto é inconstitucional. Tem de haver liberdade de circulação, tem de haver liberdade de escolha para um individuo cidadão europeu. E portanto essa liberdade de escolha está cerceada aos cidadãos da nossa região e a muitos que poderiam vir de Lisboa. E portanto há aqui um conjunto de circunstâncias que é prejudicial e isso só vem acentuar uma coisa que afeta a nossa região, que é a desertificação humana.

M – Muito bem. Eu peço desculpa por estar a cortar a palavra de vez em quando, para tentar distribuir os tempos. O Luís Veiga já aqui introduziu questões, que dizem respeito à responsabilização e ao impacto na economia da região. Portanto antecipou algumas questões. Convido o senhor Francisco Almeida a pronunciar-se sobre a questão da introdução das portagens e da estratégia do utilizador-pagador se é válida se não é. O que pensa sobre isso?

FA – Pois, isto sobre o utilizador-pagador é a minha opinião pessoal, não é a da Associação. Mas é a minha opinião pessoal, como se diz em bom português “alguém me explique o princípio do utilizador-pagador”, porque se o levamos até ao fim, deixamos de ter escola pública, quem quiser ir para a escola paga, deixaremos de ter saúde, se quer ter acesso á saúde paga. Deixamos de ter policias na rua a fazer a segurança dos nosso bairros e das nossas ruas. Cada um paga, cada um que utiliza e paga a uma empresa de segurança para fazer a segurança dos bairros e por ai fora. O princípio do utilizador pagador levado às últimas consequências é um disparate completo. Eu acho. Agora regressando a esta questão das portagens nestas autoestradas, nas A23, A25, na A24 que fica um pouco mais longe de nós, mas que também está envolvida neste caso. Aqui nós temos um posicionamento claramente contra as portagens, mas nós não discutimos aquelas coisas, que há uns espanhóis q querem discutir algumas soluções para mitigar o problema, mas nós recusamo-nos a isso, a aligeirar o problema, para ser mais baratos, para encontrar a solução do nosso amigo de mesa, Luís Veiga. A solução para os espanhóis pagarem ou deixarem de pagar, não está de acordo ou não, mas que é a posição do Governo que fazer um esquema qualquer para os espanhóis e tal. Nós á tempo tivemos numa situação de luta ali em Vilar Formoso e dizíamos aos espanhóis, quando eles passavam dávamos-lhes um papel eles assinavam e dizíamos-lhe, “marchas que não pagas”, “marchas que não pagas”. Vinham para aqui, outros para a zona de Aveiro, “marchas que não pagas” eles não têm forma de controlar. Nós não discutimos soluções para mitigar o problema, mas não o fazemos porquê? Não porque embirrámos com isto e não sei o que porque esta ameaça das portagens começou em 2004 temos de recordar com o Governo de Pedro Santana Lopes, que foi o primeiro a falar nisto. Mas nós dizemos isso não é porque embirrámos com as portagens. Não, nós temos razões objetivas, algumas já aqui foram focadas. A primeira das quais não há nenhuma alternativa à A23, A25 e A24. Ou seja, a A23, a A25 e a A24 são as estradas, não há outras,

mas é mesmo verdade. Qual é a estrada com padrões de qualidade, normais, razoáveis que permitam ligar toda esta região aqui da Cova da Beira? Qual é a estrada que permite fazer a ligação entre Vilar Formoso e Aveiro? Qual é a estrada que permite fazer a ligação para Vila Real, Chaves e não sei o quê? Podemos ir para a que está mais longe, pela ridícula coisa. A alternativa à A24 é a Nacional 2. Ok! Pronto! Então a Nacional 2 em Lamego é a principal rua de Lamego e tem um jardim ao meio, tem um jardim ao meio. Depois tem uma faixa deste lado. Eu agora gostava de ver camiões TIR a circular pelo centro de Lamego, carregado com 20 ou 30 toneladas em cima a fazer a circulação para a fronteira de Espanha em Chaves. Isto não tem jeito nenhum. Isto não são as autoestradas, isto é a Estrada. A A25 é a mesma coisa. O que é a A25? É uma estrada municipal e uma rua de Celorico da Beira, Fornos de Algodres, de Mangualde, de Viseu. Em Viseu a alternativa à A25 é a nacional 16 que vai desaguar, quase ao centro da cidade, passa em frente à casa de saúde de São Mateus, passa naquela rotunda. É um marco nacional, N16. Mas isto quer dizer, não tem jeito nenhum. Não há nenhuma possibilidade, não há nenhuma alternativa. Depois elas, também não são autoestradas por aquilo que o senhor Luís Veiga acabou de dizer. Estas autoestradas têm um traçado, que quem circula na A1 e na A25 percebe que aquilo não autoestrada. Uma agravante, o custo dos piores troços é o mais elevado. O troço Albergaria – Oliveira de Frades – Caramulo esse troço custa 0.10, custa 66% mais que os troços da A1. E o pior de tudo é o limite de 100km/h. Aquilo não é uma autoestrada é a estrada. Bem se por uma razão qualquer um dia as transportadoras começarem a passar pela zona de Sever do Vouga até a Oliveira de Frades e Pinheiro Lafões, naquela estrada, as pontes caem todas. Aquelas pontes são dos anos 40 do século XX. São de 1940, 1930. E aquilo não se aguenta. Portanto estas são as nossas estradas. Importa referir ainda outras coisas. Em 2006 o Governo encomendou a uma empresa de consultadoria chamada “EF Consulting consultores Financeiros, SA”. Um estudo, que pegando em duas ou três variáveis, calculou a distancia e o tempo da alternativa, se ela existisse, a disparidade do PIB entre as regiões e o poder de compra dos diversos concelhos. E esse estudo, da EF Consulting, conclui que não pode haver portagens na A25, na A23 e na A24. Por razões óbvias, porque o Governo lhe dava um trajeto alternativo que não podia ser 1.3 vezes mais extenso, mais prolongado. Mas não podia durar mais do que 1.3, do que nas autoestradas. Pois, qualquer um destes percursos demora mais do que 1.3 das autoestradas. Já fizemos o

percurso com ó rgãos de comunicação social Viseu e Aveiro e demora 2.5. Por ai estamos conversado. As alternativas a existirem demoram todas mais do que 1.3. Este estudo foi também publicado pelo Governo, foi pago. O Governo pagou á empresa para o fazer e o Governo depois deu-o como bom e publicou. Aliás está no sitio da internet, agora o ministério não se chama assim, como sabem, mas chamava-se Ministério das Obras Públicas e não sei o que. Agora é aquele da Economia, que tem aquelas coisas todas. E concluía dizendo mais algumas coisas. Concluía o Governo, “não pode haver portagens nestas autoestradas, porque o poder de compra per capita no conjunto destes concelhos fica abaixo de 90% da média nacional. Por exemplo Lisboa tem um poder de compra comparado com a média nacional de 235.74%. É duas vezes (2.3) mais que a média nacional, mas para um valor 100, Lisboa tem um poder de compra de 235.74%, mas sei lá Castro Daire tem 52.23, mas Celorico da Beira tem 55.72, Figueira de castelo Rodrigo tem 54.80, ou seja, esta região tem um poder de compra muito abaixo, nalguns casos metade da média nacional e 1/5 da região de Lisboa, 1/5. O outro indicador que o Governo dava àquela empresa de consultadoria, para aconselhar se devia haver portagens ou não, era o PIB per capita das regiões. Não podia ser menos de 80% da média nacional. Bem, o Governo até tinha uma posição bondosa, a União Europeia diz com o PIB per capita 75% abaixo da média nacional, a União Europeia considera isto uma região desfavorecida, quando tem um PIB per capita de 75%. Só para dizer uma coisa, na NUT Dão-Lafões o PIB per capita 63% da média nacional. Na NUT Serra da Estrela é de 55.8%, na NUT Pinha Interior é de 67.2%, na NUT Beira Interior Norte a média é de 70.6%, na NUT Douro 67.3% e na NUT Alto-Trás-Montes é 59.8%. Estes são números do Eurostat, portanto com estas três variáveis concluiu o Governo em 2006, que não devia haver portagens e nós a subscrevemos por baixo essa decisão.”

M – Gostaria de pôr outra questão. Há aqui pelo menos duas questões um pouco distintas. Algumas regiões que estão aqui presentes e que não são tão afetadas, ou não são tão servidas pelas SCUTS, não estão tão dependentes e também têm PIBs per capita um pouco mais altos, por outro lado existem regiões que são mais dependentes. Portanto o que eu ia perguntar, começando pelo senhor António Duque. O impacto na sua região?

AD – Eu descordo em parte com aquilo que apresentou o senho Luís Veiga, quando eu disse à pouco que a Bairrada não era afetada. Não era afe-

tada proporcionalmente, que é disso que queria referir, como é óbvio. Não tem qualquer comparação com a zona da Beira, a vossa. Quando eu referir que deveríamos classificar as Scut, era porque há as Scut que não deveriam de todo ser taxadas, que é o caso da A25. Eu penso que não há ninguém de bom senso, que concorde com a taxação da A25. Agora dizer que a Bairrada em si, precisa ou não precisa, ou está dependente é sempre muito ridículo. Se temos um habitante da Covilhã e quer ir comer leitão à Bairrada e se tem a A25 taxada, já não vai por causa disso é óbvio que a economia está a ser afetada.

M – Tem impacto na economia da região?

AD – É obvio que tem impacto na economia da região. Sem dúvida, as pessoas já não se deslocam com a mesma facilidade. Há pouco falámos em Castro Daire, as pessoas não entram, digamos na Scut para não gastarem. É verdade. Noutro dia estive com utentes como eu, que sou utente da Scut e dizem-me eles que é uma loucura o que se gasta agora, aquilo que nós gastamos de via verde, penso que todos termos via verde, é uma fortuna para quem anda de carro todos os dias. O problema da minha classificação é que sem duvida que há zonas do país que são grandemente afetadas com a taxação das Scut. Agora eu não vejo em termos de economia da região, eu falo da minha região, que fique afetada grandemente e comparativamente com outras regiões.

LV – Posso dar este exemplo da A29, que estamos a pagar todos. É escandaloso.

AD – Eu não estou a dizer o contrário. Agora eu quero referir é isso. Temos um utente, temos um residente em Vila Real que tem uma Scut paga. Para irmos a Vila Real pensamos duas vezes se vamos por um lado, ou se vamos. O custo, é ou não é. A zona de Vila Real é altamente afetada, na minha opinião pela taxação da autoestrada. A mesma coisa, Portugal inteiro em termos de entrada de espanhóis, como disse e muito bem. A entrada de espanhóis em Portugal. Até porque eu disso logo ao início se fizemos o trajeto na A25 e voltarmos atrás eu disse que demorávamos mais de 4 horas, mas até é normal que se demora mais, porque algumas das estradas estão horríveis, em termos de passar, como passávamos antigamente, na zona de Viseu, Mesão Frio.

FA – Na zona do acesso a Vila Real da A24 e a Nacional 2 ali na zona de Castro Daire e lamego, aquilo parece um caminho de cabras.

AD – Aquilo que eu á pouco quis dizer, foi exatamente isso. Nós lá somos menos afetados do que vocês aqui, não têm alternativa. Nós somos uns privilegiados, a região de Leiria é privilegiada, na minha opinião. Uma via de comunicação central à muitos anos. Somos afetados, somos. Mas na minha opinião devem ser pagas. O que estamos aqui a discutir é se as SCUTS devem ou não ser pagas, ou se há alternativa.

M – Voltando à mesma questão do impacto na economia. A mesma questão para Leiria.

AD – Peço desculpa. É só para dizer o seguinte e para finalizar por aqui.

M – Ok.

AD – Os habitantes que eu não represento. Que apenas represento a minha opinião pessoal são afetados pelas SCUTS A23. Só que não são tantos como a Covilhã, como os utentes da A25.

DC – Apenas para fazer uma declaração de intenções sobre esta questão. É que toda a gente tem toda a razão. E a partir do momento em que toda a gente tem razão o debate fica perfeitamente inquinado. Não é possível chegar a conclusões, a não ser que seja um rotundo disparate, tudo o que se possa aportar a este debate é verdadeiro. Nenhum dos argumentos aduzidos pelos senhores, tirando os considerandos que o senhor Luís Veiga, fez especificamente sobre alguns intervenientes do Governo atual, que enfim é discutível. Tudo o que disseram é verdade. Agora há uma coisa que eu vos quero dizer. Eu fui estudar para Lisboa em 1968, não me lembro, tenho apenas uma remota ideia, como é que era, já havia uma parte da autoestrada, a Nacional 1: Leiria – Lisboa. Isto é, chegava a Lisboa sem ser pela autoestrada. Tenho uma vaga ideia depois do Carregado para baixo, por Sacavém, mas uma coisa muito difusa. Há aqui uma questão que é fundamental, acho mal, negativo, pernicioso para qualquer região que se possa tentar estabelecer qualquer relação de causa-efeito entre desenvolvimento económico e social com estradas pagas ou não pagas. Acho que estamos a falar de coisas completamente diferentes e isto é muito mau.

LV – Mas isso tem uma relação muito clara. Já lhe explico porquê. Mas nós podemos mudar de opinião ouvindo outras pessoas.

M – Vamos deixar concluir.

DC – Não precisa de explicar que eu tenho a minha opinião. Nem eu, mas tenho uma opinião bem formulada sobre esta questão. Isso não tem nada a ver. Dou-vos exemplos de países, está aqui um senhor que é de um enorme país, em que as vias de comunicação são horrorosas. Angola tentos outros países têm crescimento fantástico e tem vias horrorosas. Acho que é perfeitamente redutor introduzir. Dou-vos um exemplo, quando a Irlanda, tinha de lá ir muitas vezes em trabalho estavam a fazer, estamos a falar de à 10 ou 12 anos atrás, estavam a fazer a autoestrada única, que ia ligar Dublin a Belfast. Estamos a falar de coisas que na minha opinião ao serem introduzidas são desculpas de mau pagador. É óbvio e isto é inquestionável, que desenvolvimento económico não tem a ver com sustentabilidade económica. É óbvio que quando falamos de economia instituída, como o turismo logicamente que a existência de portagens pode afetar, sobretudo num cenário de crise como aquele que estamos a viver. Eu não sei qual é a possibilidade de estabelecer ligações efetivas entre a utilização das Scut decorre da crise e o custo das Scut. Digamos que se estivéssemos noutro ambiente económico, qual era a realidade que estaríamos a viver? Portanto são coisas que estão demasiadamente intrincadas para serem separadas. Há aqui dois ou três pontos que queria discutir. A minha região, e que quando falo da Batalha, Marinha Grande, Leiria e Pombal à algum tempo teve algum crescimento económico. A Nacional 1 é a estrada com maiores dificuldades de circulação. Hoje até se anda mais ou menos em tirando às 6ª feiras. Não já se fez agora já está novamente muito complicado. Estamos a falar de um exemplo de ir de Leiria a Pombal, que são 35 quilómetros demorando três quartos de hora. Portanto a Nacional 1 era a estrada de todo o país. Portanto há a A1, que é a autoestrada que todos utilizamos, que é paga e sempre foi paga e não tem nada a ver com desenvolvimento. Acho que era uma questão importante para discutir, mas devo dizer uma coisa. Aqui nesta região e mais uma vez digo, a A23 foi feita para servir Lisboa e não qualquer outra região, é eminentemente para servir Lisboa. E aquilo que está aqui em causa é o seguinte, eu por exemplo devo-vos dizer, que sendo o senhor Luís Veiga uma pessoa ligada ao turismo aqui da região e tive o prazer de ficar no Hotel Sol Neve, cheguei à saída da Covilhã Sul eu

para chegar ao Hotel tive de ligar para o Hotel para lá chegar. No site do Hotel não há as coordenadas de GPS, não tem uma direção. Não peço imensa desculpa, mas o grau de desenvolvimento económico etc. É que nós estamos-nos a preocupar com questões que estão a jusante e aquelas que estão a montante não estão tratadas e isso preocupa-me porque eu acho que nós devíamos o aspeto. Reparem é óbvio, quando estamos a falar dos traçados das autoestradas, é rigorosamente verdade o que estão a dizer, nós não temos o traçado que os espanhóis chamam autovia, e não autopista na maior parte dos casos, por isso não são pagas. Agora também a questão do PIB, do PIB per capita é como aquelas coisas, eu como o frango, em média comemos meio frango cada um. O PIB per capita é fantástico para quem em determinadas regiões, porque à conta dos desgraçadinhos conseguem-se benefícios sociais importante e isto é uma realidade. Há muita gente nessas regiões. Permitam-me ainda que vos diga o seguinte, há um atual governante. Fiz parte de um gabinete, onde estava a atual senhora ministra Assunção Cristas e um belo dia num (...) numa reunião e a senhora doutora Assunção Cristas, isto porque a família dela, os avós são de Alvaiázere e ela diz-me que era muito importante, que desse com um responsável haver um verdadeiro investimento na zona de Alvaiázere no distrito de Leiria. O engenheiro Vieira olha para ela e diz-lhe “olhe senhora doutora eu para esse peditório já dei”. Em determinado momento, por exemplo em Castanheira Pera penso com o atual presidente Fernando Manata a ideia com que fiquei da questão, andou atrás de me para que eu constituição de uma farsa. Mas tem a ver com o tal desenvolvimento económico e vias de comunicação. E o que chegou à conclusão, foi a falência. Por uma questão muito simples, a questão da desertificação humana, tiveram de ir a Pombal buscar mão-de-obra e isso diminuiu a capacidade de ser competitiva dessa empresa. E portanto reparem, eu gostava que percebêssemos se vamos discutir passar, ou se vamos discutir a solução das coisas.

M – Vamos introduzir outra questão. Peço ao senhor José Veiga que faça a ponte entre o impacto na economia neste momento, como é que daqui a cinco anos prevê os impactos, se a situação continuar como está e as alternativas.

LV – O negócio normalmente faz sempre a rutura com o passado. Os negócios têm sempre números. O nome é este Mota Engil, outro é este Brisa estas é que são as empresas que estão a beneficiar. Mas temos de falar nisto.

DC – Eu não tenho nenhum interesse nessas empresas.

LV – Isto é o resultado no nosso estudo de impacto, isto é que foi o resultado. Menos 6860 empresas no distrito Viseu, Castelo Branco e Guarda e 17100 desempregados. Isto é o resultado do nosso estudo, que fizemos de impacto, a desertificação humana estamos muito preocupados com a nossa região. O mercado local sustenta em parte os nossos negócios. Não sei se sabem, mas isto para mim é tudo uma questão de desenvolvimento regional e não de obras públicas. Esta questão tem tudo a ver com o desenvolvimento regional, perda de rendimento regional, isto para mim é tudo uma questão de desenvolvimento regional. Não tem nada a ver com obras públicas, é tudo desenvolvimento regional, atrofia do desenvolvimento regional, perda de rendimento das pessoas, porque são as pessoas que circulam. Por exemplo no eixo norte-sul em Lisboa, as pessoas deslocam-se para trabalhar. Aqui é entre a Guarda e Castelo Branco e afeta inúmeras pessoas. Eu não sei se sabe que inclusivamente esta semana houve uma reunião entre o Alberto Moreno do Instituto das Infraestruturas Rodoviárias e o Paulo Campos, que digamos que é o pai de toda esta atrofia, que nós estamos neste momento, as imagens foram censuradas, porque houve quase vias de facto nessa comissão. Porquê? Porque o Rui Rio alertou para a má negociação das parcerias. O senhor está a falar da ligação leiria a Lisboa, eu não sei se é possível descrever a ligação entre Castelo Branco e Lisboa. Não sei se é possível descrever. Ou se é possível descrever o porquê da atrofia do interior, anos e anos e o desligar entre a Covilhã, Guarda e Castelo Branco que se acentuou. E eu posso-lhe dizer o que se acentuou neste eixo norte-sul. Porque empresas que estava dimensionadas para pequenas cidades, pior exemplo que só viviam na Covilhã, outras só de Castelo Branco e da Guarda, dimensionaram-se, nomeadamente empresas de distribuição alimentar, serviços dimensionaram-se para trabalhar para estas três cidades. E a partir do momento em que a A23 se instala até à A25, as empresas criaram filiais, criaram negócios começaram-se a projetar dentro da Beira Interior neste caso específico. Neste momento estão claramente a encolher. Primeiro porque há desertificação humana. E em segundo lugar porque não podem suportar os custos. Esta é uma clara situação que muitas empresas estão a batear, a maior parte delas nas áreas dos transportes de mercadorias. Transportes de mercadorias, mas não são aqueles que vão a Espanha. Os que vão a Espanha atestam com 1500 e 1800 litros.

LV – E essas filmagens desapareceram. Pode ver as filmagens no canal da Assembleia da República. Essas filmagens, essas discussões em que se levantaram (...) foram censuradas. Não as conseguem encontrar, foram censuradas, nós sabemos claramente que houve essa, que houve quase vias de facto nessa situação. Porquê? Porque este menino aqui, ele alertou para o mau negócio na negociação das SCUTS. Pronto, e o que é que isto (...) e nós, vamos lá ver (...) eu acho que para quem (...) o senhor está a falar na ligação de Leiria a Lisboa e eu digo-lhe (...) não sei se é possível descrever o que era a ligação entre a Covilhã, por dentro de Castelo Branco a Lisboa há vinte anos atrás ou antes. Não sei se é possível descrever, ou se é possível descrever porque é que houve uma atrofia na Beira Interior, anos e anos, e um desligar entre Guarda, Covilhã e Castelo Branco, pronto, que se acentuou. E eu posso-lhe dizer o que é que proporcionou realmente este eixo norte-sul. Porque empresas que estavam dimensionadas para pequenas cidades, por exemplo, empresas que viviam só na Covilhã, empresas que viviam só em Castelo Branco, empresas da Guarda, redimensionaram-se, nomeadamente empresas de distribuição, serviços, redimensionaram-se para trabalhar para estas três cidades. E a partir do momento em que a A23 se instala, tal como a A25, as empresas criaram filiais, montaram negócios nas cidades e começaram a abrir, começaram-se a projetar dentro da Beira Interior, neste caso específico. Neste momento estão a encolher, neste momento estão claramente a (...) primeiro porque há desertificação humana, há menos mercado, e em segundo lugar porque não podem suportar os custos de (...) portanto, esta é uma clara neste momento, esta é uma situação que é iludível neste momento e que demonstra claramente que muitas empresas estão a baquear, a maior parte delas na área dos transportes de mercadorias, mas eu vou-lhe dizer porquê (...) há explicação para tudo. Os transportes de mercadorias, mas não são aqueles que vão a Espanha, os que vão a Espanha têm depósitos de 1500 e 1800 litros (...) não sei se sabe isso (...).

DC – Claro, claro.

LV – Até porque nós devemos questionar, então porque é que os transportadores ainda não pararam o trânsito, ainda não fecharam as estradas em Portugal? Com o gasóleo mais caro (...) o comum dos mortais em Portugal deve questionar-se, então mas será que eles estão a suportar este gasóleo? Será que eles estão a suportar as portagens como estão? Isto é anormal, isto não é

de um país (...) normal é que não seria (...) eu no outro dia tive a oportunidade, no outro dia, foi à cerca de um mês, num almoço em que estavam (...) um almoço de empresários com o distinto Presidente do PS, tive a oportunidade de perguntar a um mega-empresário da área dos transportes de mercadorias, que faz muitos transportes internacionais, porque é que isto estava tão calmo. E ele disse-me, não há problema, nós, nós temos gasóleo espanhol muito mais barato e além disso tenho um pequeno escritório em Espanha que me permite ter acesso a desconto de gasóleo profissional e reduzir uma parte substancial do IVA. Está tudo explicado. O gasóleo fica a menos de um euro para os megatransportadoras que nós temos no nosso país, os pequenos que andam aí, que estão a fechar todos os dias, não sei se já têm a noção do que está a acontecer aos pequenos transportadores. Estão a fechar todos os dias porque têm andando a perder dinheiro sistematicamente de há um ano e meio para cá, ou de há dois anos para cá, não vão aguentar. E os grandes transportadores que também têm, que também têm a circular dentro do país e fazem transportes dentro do país têm estado à espera que os pequeninos caiam para eles absorverem o mercado deles. E têm estado à espera por uma razão, é que eles estão todos a circular com gasóleo espanhol dentro de Portugal. Vamos lá tentar explicar, vamos lá ver, isto é que é o distorcer do mercado completamente. Há uma distorção do mercado completa com o acordo tácito deste Governo e do anterior.

FA – Deixe-me só dizer uma coisa, só sobre o efeito dos custos das portagens nalgumas empresas. A mesma empresa que antes das portagens, antes, até ao dia 8 de Dezembro, pagavam, gastavam nos seus custos 50 mil euros de portagens em Portugal, por mês, com a introdução de portagens na A25 e na A23 passou para 250 mil euros por mês. 250 mil euros por mês, é um acréscimo de 200 mil euros. Eu gosto de falar isto em contos de reis, 40 mil contos.

LV – Eu até vou mais longe. Sabe a ANTP, a ANTP é dominada pelos grandes transportadores e a outra (...) e depois há uns tempos atrás, há uns tempos, dois ou três anos, criaram uma nova associação dos pequenos. Já foi absorvida pelos grandes. Mas podia-se perguntar, mas os pequenos estão calados? Não, os grandes já dominaram a outra associação. É verdade ou é mentira? Esta situação é calamitosa. Agora, o que nós não podemos entender é que todo este, todo este cambalacho que foi (...) digamos, que este mega

cambalacho que existe, e que depois com a (...) e que se tornou fácil, porque era dinheiro fácil, que é, vamos construir mais SCUTS porque temos mais comissões (...).

DC – Estamos todos de acordo, estamos todos de acordo (...).

LV – (...) e temos mais financiamento para o nosso partido, e temos mais comissões e temos mais umas offshore para abrir. Eh pá, isto não pode passar sem haver responsabilidade civil e criminal, quem assinou estes contratos e vou-lhe dizer mais, eu estava sentado (...) isto vai ficar filmado? E vai para onde?

M – É para uso académico.

LV – Uso académico. Nós, nós fizemos (...) nós empresários, numa reunião (...) até a Visabeira cá esteve (...).

FA – Sim.

LV – Portanto, empresários dos três distritos, fizemos este estudo, fizemos um estudo que eu por acaso tenho ali, apresentámos o modelo de subsistência para a Beira Interior, uma série de medidas para (...) na altura das eleições, falámos com os Deputados dos dois distritos da Beira Interior e apresentámos aqui uma série de medidas e nós tratámos isto como desenvolvimento regional. Falámos com a Beiraris, conheço bem, que eu já tive com a Beiraris, é do Nercab (...) portanto conheço bem (...) e sei bem o que é que nós fizemos numa determinada altura que ele está morto neste momento, aliás a (...) a nível nacional é zero, neste momento. Há uma dependência muito grande do poder central e (...) mas parece que está tudo dormente e que levaram uma injeção e estão todos a tentar safar os favores que ainda têm de vários governos anteriores. E quando o Governo (...) depois de termos feito uma ronda pelos Grupos Parlamentares, em Abril, antes da queda do Governo PS, fizemos uma (...) apresentámos estes (...) apresentámos os dados, isto vai acontecer (...) tenho aqui (...) isto vai acontecer, ou seja, vejam o que é que vão fazer. E a última reunião que fizemos com o Grupo Parlamentar do CDS-PP (...) nesse dia foi votada aquela lei (...) foi rejeitada aquela lei dos professores, que estava na Assembleia da República.

DC – Da avaliação.

LV – Exatamente, da avaliação. Foi no dia em que o PSD se juntou ao Bloco de Esquerda, estavam todos satisfeitos e bateram palmas juntos e, o que é que aconteceu? O Governo cai e diz toda a gente (...) nessas reuniões toda a gente decidiu: vamos deixar o próximo Governo decidir isto. Nós não queremos ser nós a decidir isto. Ok. O próximo Governo decidiu em Novembro na lei 111/11 e mandou cá para fora o que sabem, tenho-o aqui, e (...).

FA – Conversam com o Sr. Presidente da República (...).

LV – Conversam (...) o Sr. Presidente da República achou este (...) é só show off, quer demonstrar que está muito atento, quer demonstrar que é muito sensível, mas o Cavaco, os dez anos de Cavaco foram os dez anos piores que este país passou, portanto os dez anos de Cavaco foram a época de ouro perdida deste país. E portanto, este senil que é o Presidente da República, autenticamente senil, quer demonstrar que perante a sociedade civil está muito atento e está muito sensível a estas questões de desenvolvimento regional (...) o que é que modifica tudo isto? É esta fórmula que aqui está. Esta fórmula que aqui está, que é o artigo oitavo, “atualização das tarifas de portagem”, esta fórmula é utilizada em todas as portagens do país, as da Brisa (...) e foi esta fórmula que levou (...) e nós (...) o Dr. Miguel Relvas vem a dizer no congresso da APAP, em Outubro, eu tive com ele (...) enfim, tenho amigos em todos os partidos, não sou afeto a nenhum partido felizmente, estou à vontade para falar, falei com o Miguel Relvas e disse, eh pá nós temos que falar sobre isto, as portagens vão entrar dia 8, eh pá arranje lá maneira de falar com o Secretário de Estado das Obras Públicas (...) isto para mim não é construção civil, isto não é obras públicas, isto tem a ver com o desenvolvimento do país. E nós fomos a uma reunião e começou (...) ele como Secretário de Estado das Obras Públicas está aqui sentado, eu estou aqui, e ele diz-nos assim: “eh pá”, eu tinha aqui uma, tinha aqui de facto milhões de euros para pagar pórticos, e tinha aqui mais outra grande fatura de mudança de pórticos de sitio (...) quando os Presidentes de Câmara pediam, muda lá mais cem metros para a frente, mais cem metros para trás, porque chegou a ser este escândalo, milhões de euros para pórticos, mais milhões de euros de mudança de pórticos de sitio, depois de já estarem instalados e colocados mais milhões. E depois tínhamos uma coisa que realmente ninguém estava à espera, o contrato com a achega já estava assinado. Ou seja, no anterior Governo deixou o contrato com a achega,

de renda fixa, renda fixa, assinado em Abril, quando as portagens nem sequer estavam (...) as portagens entraram em Novembro, como sabe, em Dezembro, dia 8 de Dezembro (...).

AD – Isso não é má fé?

LV – É ou não é? Tem que ser, tem que ser.

AD – Alguém punir (...).

FA – Isso não é uma questão de má-fé. Algum de nós é ingénuo? Há gente que andou aqui a ganhar dinheiro com isto.

M – Deixem-me só (...).

LV – Eu estou aqui sentado no lugar do senhor, estou sentado no lugar do senhor e digo, então ó Sr. Secretário de Estado, então eu sou um concessionário, vou montar aqui um cenário para ver se o senhor está de acordo, eu sou a concessionária, eu recebo uma renda ao fim do mês, é ou não é ? E o gajo diz-me assim, não, nós pagamos de três em três meses. Eh pá, está bem, mas ó Sr. Secretário de Estado, tudo ok, de três em três meses. O senhor paga-me uma renda, eu pago aos bancos, a amortização de capital e em juros, e remunero os meus acionistas em dois dígitos, é verdade? É mais ou menos o que o senhor está a dizer. Pá, isto, nós eramos cinco empresários que estávamos à volta de uma mesa (...).

FA – Qual o negócio que tem dois dígitos e gera milhões (...).

LV – Exatamente. E portanto nós achamos (...) eh pá ó Sr. Secretário, eu perante uma coisa destas eu não sei o que é que lhe diga. Agora, só lhe posso é perguntar uma coisa: o senhor teve aqui uma oportunidade de ouro de, perante esta formula (...) isto é dividir o preço de consumidor vezes uma determinada. . . ponderar isto pelo PIB regional, e por exemplo em vez de nove cêntimos eventualmente se tivesse optado pela média do PIB na Beira Interior, é zero virgula, é 60%, se calhar punha isto por 0,60% vezes 9, dava 5,4 cêntimos e o pessoal até aceitava porque era um valor digamos (...) e se calhar na zona de Viseu ia para os 70, para os 70% do PIB, está dentro dos 70% e era um bocadinho mais caro, e no Algarve (...) o senhor teve aqui uma oportunidade, mas o senhor sabe porque é que não fez isto, porque o Sr. Secretário de Estado não tem tempo para olhar para o interior (...) essa é que é essa (...)

e esta questão das assimetrias, fica aqui, fica aqui nesta mesa (...) enquanto que quem está no litoral tem várias (...) tem oportunidade de tudo (...) tem alternativas de tudo sem portagens, com portagem mais barata e com portagem mais cara, neste caso da Bairrada, nós no interior não sabemos o que é isso, é a portagem mais cara do país (...) essa é que é a grande questão (...).

DC – Mas eu subscrevo (...).

LV – Eu não quero que o senhor me dê razão, eu só quero que o senhor releve que isto é muito importante para nós.

DC – Não, não, não. Sr. Luís Veiga, isto que acabou de dizer agora, no fundo e perdoe-me, face à situação atual, é assumir que as portagens são uma necessidade, uma necessidade nacional, são uma necessidade nacional, pode é ter que haver uma reformulação dos montantes, da forma de serem introduzidas etc., agora, é aquilo que me preocupa, e estou de acordo consigo (...) se tivesse almoço ou jantar, aquilo que eu chamo conversa de má-língua, ui, teríamos carradas de coisas para dizer. Agora (...) eu (...) sabe (...) e perdoe só que tenha tomado a palavra (...) a coisa que mais me entristece é se isto é para uso académico, face à sua atividade profissional, ao conhecimento que nós temos da vida política, eu tenho pena que os estudantes desta Universidade vão ter a perceção da leitura que nós fazemos de como se faz política em Portugal. Isso é a coisa que mais me entristece do que nós estamos a falar (...).

AD – Exato, e que é negativo para eles, e que é negativo para eles.

M – Bom (...) isso é outra questão. Eu queria pôr o seguinte, que o Sr. Luís Veiga já apresentou de certa forma, que é agora então, tomadas as posições, identificados os problemas de acordo com a visão de cada um, a solução que cada um apresenta, a alternativa. Creio que do Sr. Luís Veiga já ficou de certa forma clara uma alteração da forma em que se deve ouvir. Sr. Francisco Almeida, em relação a soluções ou propostas alternativas à existência de portagens, conforme, se é caso disso?

LV – Não é só uma alteração da forma. Nas zonas onde não há alternativas, não deve haver (...) os troços devem ser eliminados. Eu vou-lhe dar só um exemplo (...).

FA – A alternativa é arrancar os pórtilhos.



LV – (...) que é conhecido aqui deste homem, que é a questão da ligação de Aveiro a Ílhavo. Há lá um pórtico (...).

M – Havendo alternativa.

AD – Não funciona.

LV – (...) a pedido do poderoso, como é que ele se chama, o de Ílhavo?

AD – O Ribau Esteves.

LV – (...) do Ribau Esteves, a pedido especial do Ribau Esteves não está a funcionar.

AD – Não está a funcionar.

FA – Então e foi tirado um no Algarve. Foi arrancado, arrancaram um no Algarve.

AD – Arrancaram um de Aveiro-Barra.

LV – Alteração da forma de acordo com o PIB regional, já estamos a falar de uma média de NUTS III, o PIB regional numa média de NUTS III, num espaço que é percorrido pela A23, A24 e A25, e também anulação dos pórticos onde não há alternativa.

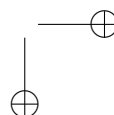
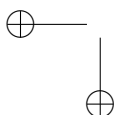
M – Sr. Francisco Almeida, sobre isto, por favor.

FA – Pois, a questão é, a questão é esta, é rigorosamente esta que acabou de ser colocada (...) se (...) onde não há alternativa é o problema (...) é desligar (...) se não os quiserem desligar, levem-nos e vendam o ferro ai ao lata, ai a quem (...) muitos têm sucata.

LV – Como está em Ílhavo, está lá o pórtico mas não está a funcionar.

FA – Deixem-no lá para tratar das coisas, para fazerem o que quiserem, agora, onde não há alternativa não pode haver portagens, aliás, isto que acabou de dizer, isto que acabou de dizer que alguns Presidentes de Câmara conseguiram fazer ali umas coisas, colocar um pórtico mais para ali mais para acolá (...).

AD – Isso acontece em todo o lado.



FA – (...) nalguns casos até com sentido (...) por exemplo, à volta de Viseu não sei, eu acho que (...) deve haver por aí algum Presidente de Câmara também com influência, à volta de Viseu na A24, à volta de Viseu não se paga, não há portagens (...).

LV – Castelo Branco – Alcains também não há.

FA – Deve haver algum Presidente de Câmara influente que conseguiu fazer isso, se calhar. Agora (...) onde há alternativa, mas onde há alternativa, está a perceber, não há portagens. Mas eu queria chamar a atenção (...) há coisas que foram aqui ditas (...) quer dizer, não podem, eu não me interessa nada saber se a malta nova na Universidade Interior, na Universidade da Beira Interior vai achar que é bonito, que agora é feito assim ou assado, mas se esta for a realidade, eu até quero mesmo que eles saibam, se essa for a realidade quer mesmo que eles saibam, gosto mesmo que eles saibam. É assim, é assim, há bocado aqui foi referido, o Luís Veiga trouxe aqui, tinha ali um recorte de jornais sobre os negócios nesta coisada toda, pois mas há mais, há mais, há mais (...).

LV – Há mais até.

FA – Ou como é que se explica (...) o que é que explicará esta coisa extraordinária de, depois de renegociado isto com as concessionárias, depois de introduzidas as portagens, as concessionárias ainda iam receber mais dinheiro do erário público do que recebiam antes. E eu faço esta pergunta, isto terá alguma coisa que ver com o facto de, do Almerindo Marques, que era Presidente das Estradas de Portugal, quando saiu das Estradas de Portugal ter ido para uma empresa do Grupo BES, que é aquela que detém o capital, que é a parte do Grupo BES que é detentora do capital da Ascendi e de uma série de outras concessionárias? Isto é uma coisa (...). Eu não sabia disto, dei-me conta no outro dia com um texto do Manuel António Pina no Jornal de Notícias e disse assim, não pode ser, não pode ser, isto é um caso de polícia. Então um tipo está nas Estradas de Portugal, faz os negócios com as concessionárias, com a Ascendi e não sei quê, tal e tal (...) acaba os negócios, sai das Estradas de Portugal e vai, e vai para a empresa do BES que é que aquela que detém os capitais na Ascendi, na NorScut (...) e dessa rapaziada toda e da Brisa e não sei quê.

M – (...) na sua opinião a solução passa também pela responsabilização (...).

FA – Tem que haver, tem que haver (...) pode-se perceber, pode-se perceber que eu hoje sou um (...) o Diabo seja cego, surdo e mudo (...) que eu hoje sou um Ministro e participo na decisão da construção de uma autoestrada, no caso concreto da A29, a famosa A29, e quando saio de Ministro vou para a empresa que vai construí-la. Isto é um caso de polícia. Eu hoje era Ministro decidi fazer esta autoestrada, saio de Ministro vou para a empresa que vai construir, a seguir vou para a empresa que a constrói, isto não pode ser. E depois há uma série de outras coisas por explicar (...) eu quero-lhe chamar (...).

M – Mas eu gostava que se centrasse nas soluções (...).

FA – As questões alternativas, as questões alternativas, a alternativa a esta situação é não pagar portagens, ponto. Eu chamo a atenção que em 2005 foi introduzida uma taxa de 2,5 cêntimos por litro de combustível para pagar as SCUTS (...) aqui no Diário de Notícias (...).

AD – Estamos todos a pagar.

FA – Toda a gente está a pagar.

LV – Estamos todos a pagar desde 2005.

FA – Desde 2005. Aumento de impostos sobre combustíveis vai para as SCUTS. Eram 2.5 cêntimos, 2,5 cêntimos em cada litro de combustível, era para pagar as SCUTS, aí que diabo, então mas pagamos nos impostos (...).

AD – Pagamos 2.5 e depois pagamos a portagem.

FA – Isto está aqui um negócio montado (...) há aqui qualquer coisa (...) eu aliás, achei uma coisa (...) há uma coisa (...) já não sei em que circunstância foi, que referi, referi neste, neste, oh, foi neste jornal, foi neste jornal, nesta entrevista ao “Jornal do Centro”, fiz referência a umas declarações que os empresários pela subsistência da Beira Interior tinham dito, havia aqui uma engenharia qualquer, que isto havia aqui grandes negócios, aliás, que depois vem no título do “Jornal do Centro”, “parece que estamos perante uma engenharia financeira que vai beneficiar os privados que hoje exploram as autoes-

tradas”. Havia (...) os senhores deixaram na altura a ideia que havia aqui (...) há aqui negócios, coisas complicadas, não estão explicadas.

LV – Estão praticamente explicadas.

FA – Tem que ser, tem que haver (...) e portanto não façam de nós parvos, os governantes, não é aqui ninguém à volta, é os governantes. Não façam de nós parvos, nós estamos a pagar uma taxa nos combustíveis para pagar as tais SCUTS, estas autoestradas (...) é assim, é assim, eu sou de uma região, eu sou de uma região, natural de uma região, não nasci na cidade de Viseu, eu nasci na encosta do Caramulo para o rio Vouga, no concelho de Vouzela, na encosta (...) o crescimento daquela região, a propósito do que disse aqui já várias vezes, o desenvolvimento empresarial, o emprego, o nível de emprego daquela região, Vouzela, Oliveira de Frades e não sei quê, tudo aquilo nasceu, cresceu, cresceu, quando passámos a ter vias de acesso de comunicação. O parque industrial de Oliveira de Frades já é uma empresa (...) o parque industrial de grande dimensão, com empresas muito grandes, por exemplo, o exemplo a Martifer, por exemplo, está lá localizada no parque industrial, empresas da área das madeiras, não sei quê, nas empresas (...) aquilo nasceu com o aparecimento de ligações rodoviárias capazes.

M – Uma chamada de desencravamento, não é

FA – Quando aquilo (...) exatamente, quando foi desencravado, com o IP5, na altura, é que nasceu a zona empresarial de Oliveira de Frades, de Vouzela, de Campia, Campia é exatamente a minha aldeia, onde eu nasci, todas (...) estão lá localizadas empresas internacionais da área dos têxteis, por exemplo, foram para ali quando as estradas permitiram a circulação das mercadorias e das matérias primas. E agora (...) quer dizer (...) e agora eu temo, temo, justificadamente, acho eu, que o pagamento das portagens possa fazer reduzir a atividade económica daquela região, possa fazer encolher a atividade económica daquela região. E até tenho dúvidas que o Estado, que alguém, a não ser as concessionárias, lucrem com isto. Porque repare (...).

LV – São as únicas.

FA – São os únicos que lucram (...).

LV – Têm a rede.

DC – Tudo bem, tudo bem.

M – Penso que já ficou (...).

FA – Porque repare, porque repare, se eu (...) se encolher a atividade económica, encolhe a receita dos impostos que o Estado arrecada.

DC – Mas isso não se vai discutir agora.

FA – (...) menos IVA, menos IRS, menos IRC (...).

AD – Mas eles não estão preocupados com isso agora.

FA – (...) se houver mais gente no desemprego, os 17 mil e não sei quantos, são mais 17 mil e tal pessoas que pagam para a Segurança Social, que pagam IRS, e que a seguir passam a receber, infelizmente agora menos, mas passam a receber apoios sociais (...).

M – (...) temos aqui mais meia hora, vamos tentar fazer a ligação aos *media*, à imprensa, à opinião pública (...).

FA – (...) com a redução do tráfego das autoestradas o Estado acho que deve perder (...) deve ganhar são os concessionários.

LV – Eu vou só (...).

M – Peço desculpa, peço desculpa, mas tenho que dar a palavra aqui, que está claramente deficitário que é (...) antes de passarmos à questão da opinião pública, do debate público, da imprensa, etc., ouvir primeiro o Sr. António Duque depois o Sr. Domingos Carvalho que ainda não se pronunciaram acerca do que é que preconizam em termos de soluções ou alternativas, se defenderem que há alternativa.

AD – Não, quer dizer, eu não minha opinião, como disse na minha primeira intervenção, eu só aceito, só concordo com a introdução das SCUTS, desde que haja alternativa. Se não houver alternativa está fora de questão. Porque se todos (...) eu acho que isto (...) e eu quero reforçar aqui uma coisa que é importante (...) nós estivemos para aqui a falar, e alguns elementos da mesa já falaram em crimes, em crimes, em crimes, por duas vezes, três ou quatro a palavra crime já veio, mas vocês conhecem alguma, alguma punição que tenha sido feita nos últimos vinte anos? Se conhecem, vamos falar dos crimes (...).

DC – Antes (...).

AD – (...) mas eu estou a falar nos últimos vinte anos porque antes eu tinha pouco voto na matéria e por isso, e agora também não tenho (...) pouco ou nenhum, mas nos últimos vinte (...) é que se conhecem (...) vamos continuar a falar nos crimes, porque senão conhecem não vale a pena estarmos a falar deles. Em termos de economia, em termos de economia, estamos a falar de desemprego, mas e, e uma redução em taxa económica, mas o que é que Governo tem vindo a fazer (...) eu não aprendi isso, nada disso na Faculdade. O curso de economia que é tirado hoje (...) não sei que curso de economia é que é tirado na Beira Interior, mas as noções de economia são diferentes, não sei se sabem, das noções de economia que se tiravam no meu tempo à trinta anos atrás. Estão a perceber? Porquê? Porque hoje gere-se um país, já que vamos falar por aqui, porque eu não vejo alternativas, percebo, para mim não tem alternativas, é tirar, no sítio onde não há alternativas de comunicação, essa é a minha opinião. Pronto, agora, hoje estamos perante algumas situações que são inéditas. Não se está a tentar criar riqueza ou preocupado com a riqueza da Beira. Ninguém está preocupado com a riqueza da Beira, então mas, ninguém está preocupado com isso hoje. Alguém está preocupado que a economia de uma região precisa, precisa que as pessoas tenham dinheiro para comprar? Ninguém está preocupado, ninguém, estou a falar do Governo, na parte governante, ninguém está preocupado com isso. Hoje só estão preocupados em fechar as empresas, as empresas fecham umas atrás das outras, a hotelaria cada vez tem menos, tem uma taxa mais reduzida, então mas se as pessoas não têm dinheiro para ir dormir ao hotel, onde é que vão criar riqueza em termos de restauração, etc.

M – Sr. Domingos Carvalho, a solução às portagens nas SCUTS, na sua opinião qual será?

DC – Eu já tinha aqui a nota do pagamento fiscal, porque eu não sabia exatamente quando é que tinha saído essa notícia, mas recordava-me que tinha sido criada uma taxa específica para fazer face a isso, não sei se é suficiente, se não é suficiente, obviamente que quando é suficiente também é fácil fazer um aditivo ao negócio de forma a que possa não ser suficiente, mas (...) eu creio que há aqui uma linha de consenso que me parece relevante e há uma linha que me parece preocupante que devemos também situarmo-nos nela. Em primeiro



lugar, e a sua sugestão da existência de portagens com o condicionamento do PIB, com um qualquer destes factores de correção parece-me relevante. Eu pessoalmente devo-vos dizer que na circunstância atual não creio que seja de todo possível, independentemente de eu estar plenamente de acordo com quase tudo o que referiu sobre as manigâncias, golpadas, roubos, etc., esses esquemas, mas acho que nos devemos concentrar em encontrar soluções e nesse aspeto eu não creio que na circunstância atual seja possível encontrar uma solução em que seja determinado onde é que não há alternativa para as SCUTS. Tenho a certeza que toda a gente vai achar que não tem alternativa (...) e este processo volta (...).

LV – Não (...).

DC – (...) é a minha opinião (...).

LV – Há claramente (...).

DC – Oiça, está bem (...).

LV – (...) se lhe disser da Guarda até à Covilhã, há alternativa neste momento.

DC – Se acha que isso é tão óbvio assim eu foco-me e gostava que (...) o meu conhecimento da situação não me permite dizer que seja tão claro. Eu tenho dúvida. Dir-lhe-ei o seguinte: na minha região é a Nacional 1, é a alternativa, não é usada, a não ser pelo trânsito local, claramente, é apenas para trânsito local, e portanto colocar-se-ia essa questão, eh pá isto não é alternativa, portanto não há (...) poder-se-ia colocar essa questão.

LV – Basta pegar naquela fórmula do 1,3 (...).

DC – Não, repare, poder-se-ia dizer isto (...).

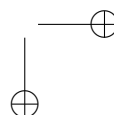
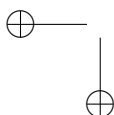
LV – Se a nível europeu é considerada não alternativa tudo o que está a 1,3 (...) o tempo da melhor alternativa é muito fácil (...).

DC – Eu acho, eu acho (...).

LV – Agora, não pode haver aí (...) mas eu vou, permite-me só (...) só vou, só vou interromper por uma razão, é que na maior parte das alternativas existentes, não há alternativa para pesados (...).

DC – Certo.

Livros LabCom



LV – (...) e nós não podemos obrigar os pesados a pagarem o valor, a barbaridade que estão a pagar (...) porque não há alternativa para eles (...).

DC – Mas isso é muito fácil (...).

LV – (...) tem que haver alternativa para os ligeiros e para os pesados. Ligeiros e pesados.

DC – Na Catalunha há muitos anos, como sabe, na Catalunha e em parte da região norte de Espanha, sabe, é a zona onde há mais taxação de portagens, entre as duas da manhã e as seis da manhã ou sete da manhã, depende agora das horas, os pesados têm uma bonificação muito elevada e passam, isso, há soluções que são fáceis de encontrar. Aquilo que para mim era relevante era que (...).

FA – Mas na Catalunha e no norte da Espanha, além das autopistas há umas autovias.

DC – Não há, em muito sítios não há.

FA – Não há?

DC – Não há.

FA – Oh, oh, oh (...) Eu conheço a Galiza a palmo, o País Basco, Cantábria, as Astúrias e a Catalunha e encontro sempre as autovias (...).

DC – Não, não tem, não tem, é exatamente (...) desculpem, da Cantábria para a Catalunha, há zonas onde têm apenas autopistas, não tem parque autovia alternativo (...).

FA – Acabaram?

DC – Nalguns sítios (...) nunca foram construídas, pronto (...).

M – Vamos centrar (...)

DC – Em termos de solução (...).

FA – Acabaram com a portagem, os Espanhóis por exemplo acabaram com a portagem na principal autoestrada que atravessa Espanha de norte a sul.



DC – Eu acho que, eu acho que a possibilidade dos pesados poderem circular durante um período, durante a noite, um período noturno com uma redução significativa, a possibilidade de haver esse, esse (...).

LV – Isso já está em vigor, isso já existe (...).

DC – Já?

LV – Desde que comprem à Brisa a via-verde (...).

DC – Não sabia. Mas isso é um factor que me parece relevante (...).

LV – É, é, 15% de desconto (...).

DC – Isso, 15% de desconto não é relevante (...).

FA – As empresas transportadoras dizem que isso não serve para nada, sabe porquê? Sabe porquê? Porque o camião de tiro que chega ali a Vilar Formoso, à hora que chega, tem que parar porque não tem horas (...).

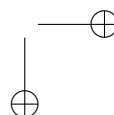
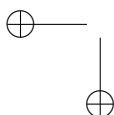
LV – Exatamente, mais de quatro horas (...).

FA – (...) o motorista não tem horas para poder circular e já não dá para fazer a ligação a Aveiro e portanto fica parado. Nas horas em que tem o desconto está parado.

AD – Mas os grandes conseguem, porquê? Porque têm dois choferes (...) os grandes são sempre os grandes (...).

M – Vamos deixar o Sr. Domingos Carvalho concluir em relação à solução que propõe.

DC – Estamos a falar de uma questão de gestão, de gestão de empresa e essa é uma outra questão. Mas acho que encontramos aqui alguns patamares que podem ser relevantes. A possibilidade da introdução das portagens com uma modulação que tenha a ver com um qualquer critério, seja o do PIB per capita local, seja o que seja, parece-me relevante. Embora, volto a dizer, ache que se vai introduzir injustiças, acho que deveria haver outros factores. Ia-vos dizer, e falaram em Oliveira de Frades, lá estamos nós outra vez numa coisa que não pode deixar de ser dita, nós saímos da A25 para chegar à zona industrial de Oliveira de Frades e temos um caminho de quase cabras, durante alguns quilómetros, faz todo o sentido, digamos que o trânsito de pesados continua-se a fazer durante uns quilómetros até chegar à zona industrial, até



chegar à zona industrial em circunstâncias complicadas, vocês que são da região sabem-no bem. Portanto, digamos que há muitos mais problemas nos (...).

FA – Peço desculpa, está em construção, está em construção (...).

DC – Pronto, ok.

FA – Para a zona industrial de Oliveira já está feita a variante.

DC – Eu ia lá muito vez e não estava (...) à dois anos que não vou de facto (...). Deixem-me citar agora aqui uma das novas autoestradas que foram criadas em Portugal que é a A19. E curiosamente sendo (...) era para ser uma Scut, não é, agora é uma autoestrada de portagem, é da minha região, e é um caso curioso e que sai um bocadinho fora deste parâmetro. A A19 foi construída para proteção do Mosteiro da Batalha (...) não, não foi a A19, foi definido construir uma via alternativa à Nacional1 na zona do Mosteiro da Batalha devido à danificação evidente que se está a ter o Mosteiro. A via que foi construída (...).

M – Mas ela Inspira alguma solução alternativa para as portagens nas SCUTS?

DC – Desculpe?

M – Se inspira alguma solução (...).

DC – Não, tem a ver aqui com mais uma situação em que repare a forma como foi, e a necessidade de criar de facto um qualquer modelo (...) este é um caso diferente e portanto cada caso tem que ter uma solução. Obviamente, aquilo que foi definido foi construir esta A19 e obviamente é portajada. Essa autoestrada foi aberta há meses. É portajada. Conclusão da história, não tem trânsito e o trânsito continua-se a fazer pela mesma estrada (...).

AD – (...) ela só apanha um bocado na Nacional1, era só um bocadinho (...).

DC – Só um bocadinho, está bem.

M – Tenho que introduzir o tema em questão do (...) já foi aludido (...).



DC – Ou seja, gastou-se dinheiro (...) deixe-me só concluir, só concluir (...) é que se gastou dinheiro a fazer a autoestrada e obviamente nem sequer compensou (...).

M – A questão do debate coletivo em termos das regiões, se consideram que isto foi objeto de debate suficientemente amplo e que a imprensa, a imprensa social, de uma forma em geral, teve aqui algum papel. Se foi no plano da localidade, no nível local e não no plano regional, porque isto até foi para regiões mais amplas, não é, até pelas questões das ligações (...). Se foi debatido, digamos com pessoas ligadas e especialmente implicadas e com conhecimento de causa como é o caso de um dos presentes não é, ou se teve um debate suficientemente amplo ao nível das populações para se gerar um movimento de opinião pública com algum peso, o que é que lhes parece e igualmente o papel da imprensa neste processo?

LV – Eu acho que o papel da imprensa está aqui bem demonstrado. Eu tenho muito mais, muito mais do que isto, em casa e no meu escritório.

M – Da imprensa regional especificamente.

LV – Da imprensa regional e da imprensa nacional, foi claro. Desde advertências, desde advertências de corrupção, desde uma advertência para o cambalacho daquilo que tem sido claro (...) olhe, “Tribunal Constitucional considera ilegais os pagamentos paralelos nas autoestradas, a auditoria ainda não está concluída, mas no financiamento deve ser (...) podem vir a ser abertos processos crime”. Está a ver, isto no Público, na Economia. Portanto, “Ameaça galega custa 25 mil euros”. Portanto todos os jornais e nós (...) eu até pedi à nossa agência de comunicação, que trabalha com o nosso grupo, para nos dar uma ajuda neste processo, nomeadamente para que saíssem vários artigos sobre o nosso movimento, também ao nível do, portanto, de outros movimentos que foram, nomeadamente os utentes, não é, foi tudo muito bem documentado e nós alertámos cinco razões para não portagens: que é mais desemprego a financiar, mais impostos não arrecadados, mais acidentes viários, mais despesas na saúde, maior poluição de proximidade, esta sensibilidade, esta sensibilidade, esta forte sensibilidade para a poluição é que está a condenar o ambiente das cidades. Agora não há sensibilidade para a questão da poluição de proximidade, quando os camiões passam no meio das cidades, já foi dito, eu conto uma carrada delas, passam pelo meio das aldeias, das vilas,



das cidades. E menor rendimento das famílias, porque, isto, nós alertámos na altura um encargo médio de mais ou menos 135 euros mês para quem circula nestas (...) em trabalho. Pessoas, nossos colaboradores, têm que se deslocar, moram em Castelo Branco e que vêm trabalhar para a Covilhã é um encargo médio à volta de 135 euros por mês. Portanto, isto são cinco razões mais que suficientes para isto ter que ser tudo revisto. A nível do turismo o que nós apelámos foi para a suspensão imediata das portagens, enquanto não houver um modelo credível para, e aceite pelos turistas, porque isto realmente vai ser, vai ser escabroso, digamos, continuar neste sistema, e manter este sistema em vigor como está (...).

M – Tem a sensação que as pessoas, o cidadão-comum, a opinião pública da região está ciente do, tem conhecimento sobre a questão ou (...) veiculou a informação, não é (...).

LV – Foi feita uma campanha clara de contrainformação, de desinformação por parte do Governo neste processo (...).

M – Através de?

LV – (...) dizendo que (...) tem a ver com o branqueamento deste processo todo, a montante, não é, dizendo que o utilizador-pagador, quer dizer, as autoestradas, isto começa tudo (...) temos que (...) eu tenho que voltar atrás um bocadinho para explicar como é que isto acontece (...).

M – Só perguntar se essa campanha que chama contrainformação foi através de que meios é que considera que foi feita?

LV – Foi através dos políticos, gente claramente que não (...) mas isso começa com o PSD, porquê? Porque o Orçamento Geral do Estado em 2010, em Setembro não foi aprovado, porque eles não tinham maioria o PS, e o PSD diz só (...) tem, tem que haver portagens nas SCUTS. Na altura o (...) só passou o Orçamento e o PEC, o PEC respetivo, por causa das portagens terem, terem colocado as portagens no norte do país, foram as primeiras, começaram em 2010, em Novembro de 2010. Mas o Rui Rio e o seu amigo do lado, do outro lado do rio, o Menezes, vieram a dizer que não, tem que haver universalidade das portagens no país, não é só no norte, tem que haver em todo o país. E portanto, a partir deste momento, esta intervenção política com mangas de alpaque ao Rui Rio levou a que este processo se arrastasse para



todo o país. É aí que o PS vem dizer, atenção no Interior e na Via do Infante temos que ter cuidado, são regiões muito sensíveis em questões económicas e questões de turismo, e portanto temos que ter cuidado, temos que arranjar um modelo de discriminação positiva que é o que existe neste momento e que vai acabar a partir do dia 1 de Julho no Algarve, porque o Algarve está com 100% da média nacional do PIB, portanto ultrapassa claramente os 80% ao contrário dos habitantes da A25, da A24 e da A23, que vão manter o sistema de discriminação, não sabemos até quando, mas vão manter. Portanto, este processo tem uma intervenção política muito forte, por parte de uma (...) e toda uma passagem de mensagem para a opinião pública que a universalidade das portagens era indiscutível (...).

M – E a imprensa também foi utilizada para passar essa mensagem?

LV – (...) era indiscutível e as pessoas começaram a ser sensibilizadas também, penso que o próprio povo começou a ser (...) começou a ser injetada esta ideia que era impossível não haver portagens nas SCUTS. Mas eu digo-lhe uma coisa, nós estamos com um dívida de 200 mil milhões de euros neste momento. É inconcebível pagar esta dívida face à situação em que o país está, é inconcebível pagar 200 mil milhões de euros, é perfeitamente, é virtual quem pensa, é entrar no domínio de quem não percebe nada disto, pensar que é possível o país pagar esta dívida. Só os mercados é que vão dizendo, eh pá, vamos deixar isto andar e tal, joga-se tudo para outro nível que não o nosso, não o nível desta mesa, joga-se num outro nível, e portanto há outros interesses por trás disto, são os interesses dos bancos, e porque é que o Estado não avança com uma anulação destes contratos? Porque estão os bancos por trás deste processo. O Estado, o Governo, o outro Governo anterior e todos os Governos anteriores, porque a dívida foi aumentando como sabem, desde Cavaco Silva, o Governo foi pedindo dinheiro emprestado aos bancos e o Governo anterior pediu mesmo dinheiro emprestado aos bancos nacionais porque os bancos estrangeiros já não emprestavam. Neste momento sabe que se rasgasse o contrato das SCUTS, ou se fizesse como a Argentina, vamos nacionalizar esta porcaria, os bancos (...) flipavam completamente. Porque primeiro os bancos andaram (...) estão numa dependência muito grande, financiaram imenso e continuam a financiar, continuam a financiar e se fizessem isso (...).

M – Isso tem ligação (...).



LV – (...) e nomeadamente um banco que foi aqui falado há bocado, isto era um prejuízo enorme. Portanto, ninguém tem a coragem de rasgar os contratos e de discutir indemnizações em tribunal, que era assim que devia ser feito, e depois irem de regresso contra os responsáveis que assinaram esses contratos, ninguém consegue fazer isto, não há Governo que consegue fazer isso, e eu próprio não sei, se tivesse no Governo ou se algum de nós tivesse no Governo conseguiria fazer isto, ok? Essa é que é a grande questão.

M – Peço desculpa, redirecionar, para aproveitarmos este último tempo (...).

LV – Agora, agora uma coisa é certa, nós não vamos conseguir pagar os encargos com portagens ao abrigo destes contratos. Nós não vamos conseguir pagar, não há receita para pagar isto. E porque é que há quase 40% de redução, quase 50% no Algarve na A22, porque o Algarve tem a 125 que funciona como uma alternativa. Nós, a redução não foi, foi na dos 30 e tal, por uma razão, é que nós somos obrigados a pagar, não temos alternativa.

M – Mas acha que a opinião pública regional tem escrito em relação a isso (...).

LV – E os jornais nisso não são capazes de dizer, os jornais limitam-se a dizer, 40% no Algarve, 38% na (...) os jornais não dizem porquê. Têm que dizer porquê, porque esta é uma questão que os jornalistas não têm sabido traduzir (...).

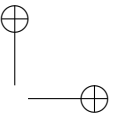
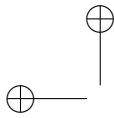
M – Essa é uma questão (...) os jornais e especialmente a imprensa regional, têm conseguido esclarecer a opinião pública regional?

FA – Só trinta segundos prévios a essa questão, mas é mesmo pouquinho. A questão de saber se na nossa, se no Algarve acabam as isenções no dia 1 de Junho, Julho, e na nossa região se vão manter, cuidado, pode não ser possível.

LV – O diploma é muito claro sobre isso.

FA – O diploma diz, “a partir de 1 de Julho de 2012, a aplicação do regime de isenções previsto no número 4, tal, tal, manter-se-á apenas para as autoestradas (...) que sirvam regiões, regiões, cujo Produto Interno Bruto PIB per capita regional seja inferior a 30%”.

LV – Que é o nosso caso.



FA – Não, não. Mas é que se lhe vou ler a definição de conceitos, logo no artigo segundo do decreto de lei, na definição de conceitos não está definido o que é uma região. Cuidado, que eu espero que assim seja, mas quero ver isso.

LV – O diploma tem muitas incorreções (...).

FA – Eu sei.

LV – Houve uma portaria a seguir (...).

FA – Isto está mal feito, isto foi feito com os pés, pronto.

LV – (...) mas eles querem dizer as NUTS III, regiões (...).

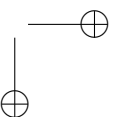
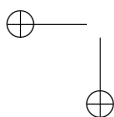
FA – Se eles quiserem dizer NUTS III já temos (...).

LV – Por isso é que esta hipótese de fazer uma média das NUTS III que atravessam, são atravessadas pela A23 dá a possibilidade de fazer ali uma ponderação à fórmula. É aquilo que eu falava há pouco (...).

FA – Agora, a questão que colocou da, da comunicação social (...).

LV – O esclarecimento da opinião pública em relação a isso.

FA – (...) a influência nisto e o esclarecimento da opinião pública. Eu acho que, eu estou neste combate contra as portagens desde 2004, desde 2004, desde essa altura que tenho me envolvido nisto e especialmente neste tempo mais recente, creio que em 2004 foi um pouco menos, um pouco (...) a comunicação social não teve a influência que teve neste processo mais recente, agora, 2010, 2011, 2012 até, já, mas neste último processo com o anterior Governo e com este, a comunicação social tem tido um papel determinante no esclarecimento das pessoas, no levar a mensagem (...) também é verdade, também é verdade que sobretudo os grandes órgãos de comunicação social nacional foram muitas vezes instrumentalizados e tal, por quem anda à volta do poder, do poder e por quem anda ali à volta, aquela malta dos negócios, aquela malta dos negócios com o poder, que o Estado é muito mau e tal e depois só sabem viver do dinheiro do Estado e dos contribuintes, é “porreiro” e tal (...) e se é verdade que os grandes órgãos de comunicação social nacional, essa gente conseguiu influenciar e fazer passar uma dada mensagem, também é verdade que nos órgãos de comunicação social local, nós, aqueles que lutamos contra as portagens, conseguimos ter, levar (...) através deles le-



var uma mensagem forte e importante à opinião pública. Eu como sabia que estas questões, quer dizer, trago aqui três ou quatro exemplos disso (...).

M – E acha que podiam ser tomadas mais algumas medidas pela imprensa regional para ainda aprofundar mais a questão?

FA – Os jornais mais importantes, por exemplo, da minha cidade de Viseu, quer dizer, são primeiras páginas inteiras, completamente, “Marcha lenta da revolta”, com uma fotografia da marcha lenta na A25, é uma entrevista comigo próprio, é (...).

LV – O jornal onde está essa entrevista qual é?

FA – É o “Jornal do Centro”, é o mais lido.

LV – E o “Diário de Viseu”?

FA – Podia ter trazido também, mas esse é um bocado mais pequeno. O próprio, o próprio, sei lá, o Correio da Manhã, páginas inteiras sobre essa matéria, um outro jornal o “Notícias de Viseu” chamadas com primeiras páginas, um título até com piada, num jornal que se chama “Via Rápida”, o jornal chama-se “Via Rápida” e tem, naquela altura que o Passos Coelho disse estas medidas são para aplicar custo o que custar, esse jornal titulava na primeira página, com um destes cartazes muito grandes que a gente faz contra as portagens, grande buzirão, e eles diziam: “não às portagens custe o que custar, não às portagens custe o que custar”. Portanto, eu acho que (...) eu tenho isto tudo, tenho muito mais lá em casa, trouxe esta meia dúzia para poder mostrar aqui, mas eu acho que a comunicação social de facto teve um papel determinante neste (...) esteve e está a ter, e está a ter (...).

M – Alguma mobilização da opinião pública mais vasta do que (...).

FA – Sim, sim, e também quero dizer outra coisa, os novos meios de comunicação, a Internet não sei que, é assim, nós por exemplo, com o site que temos na net, www.contraportagens.net, nós com esse espaço na Internet obtivemos uma base de dados com seis mil mails, pessoas, empresas, e quatro mil e tal telemóveis. Portanto, na subscrição da petição na Assembleia da República, havia dois campos para as pessoas porem, facultativamente, se quisessem, o mail e o telemóvel. E isso mostrou-se uma arma importantíssima de mobilização das pessoas no combate contra as portagens, porque ficamos



com forma de comunicação com seis mil pessoas por via correio eletrónico e três mil e tal por via de mensagens de telemóvel, depois com aqueles sistemas todos das operadoras, mandámos em trinta segundos (...) portanto, penso que a comunicação social teve um papel também, e acho que vai continuar a ter e digo porque é que acho que vai continuar a ter, porque a luta contra as portagens vai continuar, vai continuar, e vai continuar já (...).

M – Nos mesmo moldes ou imagina alguma forma inovadora ou (...).

FA – É como dizia aquele jogador do Futebol Clube do Porto há uns anos, prognósticos é no fim do jogo, portanto, com o aproximar das coisas a gente lá chegará. Uma coisa, temos, posso dizer-lhe (...) dá-la já como certa, a Cimeira Luso-Espanhola que vai realizar-se em Portugal, creio que a 9 de Maio, o que está anunciado nos jornais espanhóis é 9 de Maio, se vai ser ou não, logo vemos, a Cimeira Luso-Espanhola que vai decorrer em Portugal, não vai decorrer sem ter à porta o protesto das pessoas contra as portagens. Eu acho que será no Porto, e com muitos ou poucos, lá estaremos à porta da Cimeira Luso-Espanhola afirmando, pelo menos com os nossos vizinhos, nuestros hermanos ali do outro lado da fronteira (...).

M – Sr. António Duque, em relação à opinião pública e ao papel da imprensa regional no esclarecimento da situação.

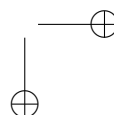
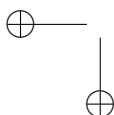
AD – Eu tenho uma opinião diferente. Eu tenho uma opinião diferente do colega. Eu vou classificar, eu gosto muito de dividir, desde a minha primeira intervenção, eu gosto muito de classificar e dividir. No que diz respeito à comunicação social escrita e audiovisual nacional eu penso que fez uma boa cobertura. No que diz respeito à regional eu não notei tanto isso.

M – Na sua opinião (...).

AD – Óbvio, não vou, não tenho o “Jornal do Centro”, não tenho o “Jornal de Leiria”, não é, e sempre falei da minha região, nunca falei (...) e como disse ao amigo Luís Veiga, eu falei da Bairrada como Bairrada, digamos, uma zona que limita Cantanhede, Mealhada, Anadia, Oliveira do Bairro e Águeda (...).

M – Mas acha que a informação (...).

AD – Não, chegou, eu não estou a dizer (...) agora, talvez não tenha sido tão mobilizadora a imprensa regional e isso fruto sem dúvida de uma



zona que numa primeira fase não está tão afetada. Porque se ela foi afetada, porque se Viseu precisa da A25 como o pão para comer, como é óbvio, e eu, e eu subscrevo, é óbvio que a mobilização regional toda dali é diferente de numa zona onde não há. Por isso, eu não estou a dizer que o “Jornal da Bairrada”, que foi quem me convidou para estar aqui, não tenha feito, penso que fez, segundo aquilo, a pesquisa que eu fiz, cinco ou seis anúncios de interior etc., não é, mas não é tão evidente devido à mobilização das pessoas fruto da região.

M – Em relação a Leiria Sr. Domingos Carvalho?

DC – A ocorrência é menor do que em determinadas zonas onde isto é um problema mais cadente, isso é lógico. Mas também não podemos esquecer que para todos os efeitos houve uma ampla divulgação destas matérias, quer a imprensa regional, na minha região falou-se disso, também por uma razão, nós estamos a falar de um campo que é fácil para a imprensa fazer, veicular as opiniões contra as portagens.

M – Vou-lhe perguntar, acha que a maioria ouviu todas as partes, proporcionou de facto um debate (...).

DC – Mas quais parte?

M – (...) nomeadamente quem é a favor e quem é contra, por exemplo, as portagens nas SCUTS.

DC – Repare uma coisa, esse tipo de trabalho eu acho que, eu acho que, como tudo em Portugal, só se faz esse trabalho depois de estar tudo feito. Repare, ninguém é a favor das portagens a não ser como solução do problema. Portanto, é que repara, não estamos a falar de ser a favor da introdução de portagens como uma questão de princípio, estamos a falar como a resolução de uma questão. Portanto, essa discussão de princípios devia ter sido feita à muito tempo.

M – Sim, mas aparecem pessoas a defender a introdução, nomeadamente o poder político, não é.

DC – Mas ouça, aqui ficou claro que vai ser necessário a introdução de portagens, elas poderão é ter uma majoração (...).

M – Sim, mas o que eu estou a perguntar é se houve isso na imprensa regional esse assunto foi traduzido (...).

DC – Oiça, esse assunto foi claramente debatido, foi anunciado (...) repare, veja uma coisa, a paragona básica de quem defende as portagens é o princípio do utilizador-pagador, foi o leitmotiv que mais passou e que é uma coisa fácil de entender. É evidente que sei que nós teríamos uma discrepância, eu e aqui o Sr. Francisco Almeida,

FA – Tínhamos de certeza.

DC – Porque eu acho, e perdoe-me, sem qualquer (...).

FA – Sim, sim claro.

DC – (...) vou dizer, a opinião que exprimiu é demagógica, o princípio do utilizador-pagador é uma questão que é inevitável e devo dizer que as coisas que mais me irritam neste país é nós pagarmos transportes públicos, é das coisas que mais raiva me mete. E estamos a falar, para todos os efeitos, eles também pagam, mas nós ainda os pagamos muito mais (...). E portanto, o que eu quero dizer é o seguinte, a imprensa deu o devido eco a isto, voltou-lhe a dizer que era um tema apetecível, porque era mais um custo e numa altura difícil, e portanto tem campo fértil para poder ter leitores, para poder (...) obviamente que numas zonas mais do que outras. Na minha, o “Região de Leiria”, o “Jornal de Leiria”, o “Diário de Leiria” falaram do assunto, referiram o assunto. Dou-vos como exemplo, quando foi da A8, a questão da introdução de portagens na zona entre as Caldas da Rainha e Bombarral, obviamente que foi um tema profundamente candente e que andou ali imenso tempo, prós, contras, não sei quê, não sei que mais, logicamente essa questão das SCUTS atual não teve o peso que teve essa porque realmente, nós já estamos habituados a pagar, não vale a pena protestar e essa é uma preocupação, é uma coisa que me preocupa profundamente, e já aqui foi referido, o sentimento de impunidade que a população começa a ter, que já não tem nada a ver com o estar esclarecida ou não. As pessoas acham neste momento, em relação a muitas matérias, que estão plenamente esclarecidas e informadas e (...) estão-se borrifando, desculpem a expressão, porque acham que não vai acontecer nada. E isso é uma preocupação que também devia ser factor (...).

M – Esgotado o tempo, não é, vamos para a última intervenção, em que eu pedia, começando pelo Sr. Domingos Carvalho, que fizessem uma conclusão e resumo, em relação a esta questão o que é que se pode dizer na opinião de cada um, sem demorar muitos minutos.

DC – Olhe, a primeira coisa que eu gostava imenso de dizer é que gostava, e perdoe-me que me dirija a si especificamente Sr. Luís Veiga, com todo o respeito pelo nível das suas intervenções, e pela sua função enquanto empresário de relevo aqui na zona, eu pedia-lhe que, porque acho que isso pode ser perigoso para a vossa região, confundir este assunto das SCUTS que é perfeitamente despiciente, com os problemas de desenvolvimento que a vossa região pode ter, acho que é profundamente redutor e acho que é uma questão que está a ser demasiadamente posta sobre os focos, eu acho que é claramente despiciente em relação a essa matéria. É uma perspetiva que gostaria de discutir consigo porque me preocupa, porque acho (...) acho que um dos factores (...) interrompendo (...) mas não quero fugir do tema, eu costumo dizer que daqui a cinquenta anos, o litoral, que é a zona mais desenvolvida de Portugal, vai ser uma zona periférica da Europa. E vocês vão estar muito mais próximos dos grandes centros de consumo do que está o litoral. Portanto, nós podíamos entrar aqui em questões de estratégias de desenvolvimento que são muito mais complicadas e que no futuro deviam ter outro enquadramento. Agora, acho que essa questão não tem nada a ver, folgo que tenhamos mais ou menos chegado a uma conclusão de que face à circunstância atual, a necessidade da introdução de portagens com a modulação que tenha que ser feita em função dos critérios que possam ser definidos, assusta-me a questão de não haver alternativas, acho que isso vai dar pano para mangas outra vez e é um grande brainstorming (...) e portanto, isso preocupa-me, mas portanto, folgo que tenhamos chegado a essa conclusão, de que há essa necessidade. Mas há uma questão também, que me parece que era relevante ser, ser imposta ao nosso Governo, não é a este Governo, é ao Governo de Portugal. O Governo não pode enganar as pessoas, e aquela questão de o Governo vir buscar dois cêntimos e meio em combustível, acho que é uma medida reivindicativa das populações que devia ser... e a imprensa devia ter tido um papel (...), eh pá, eu sabia que isto existia, por acaso o Sr. Francisco Almeida trazia aquele recorte (...) mas acho que isto é enganar as pessoas. E essas questões são cada vez mais as que têm que ser aportadas para consciencialização não tanto da

inevitabilidade do que tem que acontecer, mas daquilo é feito e que não pode ser feito.

M – Sr. Luís Veiga (...) não necessariamente para responder (...).

LV – Dois cêntimos e meio (...) antes das conclusões (...) dois cêntimos e meio aqui e foi decidido na Madeira agora, meio cêntimo. Como sabem, como não havia dinheiro para comprar pórticos, avançaram com um processo de meio cêntimo na Madeira, para além de terem aumentado totalmente os combustíveis, puseram lá meio cêntimo para as SCUTS da Madeira, também há SCUTS na Madeira e nos Açores, não é só em Portugal Continental e portanto... Mas esse era um processo, era um processo que havia (...) que o Secretário de Estado da Economia Almeida Henriques nos falou em Setembro quando estivemos com ele foi que, pensar nos vários pormenores e depois um elemento que nós levámos que era uma vinheta anual para andar nas SCUTS, para circular nas SCUTS e que podia ser lida pelos pórticos (...) mas como o esquema está todo feito para favorecer a Brisa, isso está fora de causa. Ou seja, essa vinheta anual (...) podia ser, digamos, tal como existe na Suíça, quarenta euros para toda a gente que anda na autoestrada, aqui seria para andar nas Scut, eventualmente até noutras vias rápidas com perfil de Scut, até se podia alargar, porque havia uma ideia também (...) a determinada altura para alargar isso a outras estradas, e não quer dizer que não venha a acontecer ainda, não são SCUTS, mas que podem vir a ser, que podem ter aquele sinalzinho a dizer que é preciso pagar eventualmente, e portanto aqui, o que resulta desta (...) no meu entender é que há aqui uma (...) é que a assimetria entre o litoral e o interior fica aqui evitada (...) nesta discussão não se notou, porque a atividade no litoral tem uma razão, é que no litoral já estão habituados a pagar, já estavam habituados a pagar e a ter alternativas e não pagar, pronto (...) para nós foi uma novidade completa o pagamento destes acertos, no interior do país foi uma perfeita novidade, e portanto o grande debate, acabou por ser um debate claramente de Viseu para cá, acabou por ser um debate de Aveiro para cá, da Bairrada para cá, de Leiria para cá e não um debate de Leiria, Bairrada, Curia, Aveiro, Santarém, portanto, dentro da região centro, este acabou por ser um debate limitado ao interior do país, porque efetivamente isto foi uma machadada que ninguém esperava e portanto este debate acabou por ser (...) e foi muito penalizador. Neste momento é penalizador, em nossa opinião, em todos os sectores de atividade, há uma (...) e aliás, os últi-

mos dados do desemprego, nos dois (...) nos três distritos revelam que há um aumento de desemprego neste primeiro trimestre muito grande já. Os dados que temos sobre o encerramento das empresas demonstram que continuam a encerrar empresas todos os dias na nossa região e esta, esta (...). Nós consideramos, eu sei que pode ser redutor estarmos aqui, mas nós também só viemos falar das SCUTS, eu estou preparado para falar de tudo, porque as Scut, neste momento as portagens são apenas um dos custos de contexto da nossa região, há muitos mais custos de contexto na nossa região. Este próprio Governo, o próprio Governo atual criou uma série de custos de contexto para o turismo e a hotelaria, foi o que estivemos a discutir. Uma enormidade de custos de contexto, portanto, falta de sensibilidade por um sector que é estratégico para o país e que o Primeiro Ministro Espanhol disse quando tomou posse que o turismo é estratégico para Espanha. Aliás, o turismo e a hotelaria, o turismo, a Espanha vai ser (...) é o país favorito dos Europeus para passar férias este ano. Vai tirar o primeiro lugar à Itália e é o terceiro maior destino mundial. Portanto, e nós nem isso sabemos aproveitar, essa é que é a grande questão. Portanto está tudo por fazer. E esta fronteira (...) e eu relembrei uma coisa na comissão, que se passou na Flórida à uns anos, que foi a grande discussão sobre o comboio de alta-velocidade na Flórida (...).

M – Peço-lhe que tente concluir.

LV – (...) que durou alguns anos e acabaram por abandonar precisamente porque Flórida é uma zona periférica dos Estados Unidos e sendo periférica nunca podia ser rentável um comboio de alta-velocidade na Flórida. Nós aqui, é óbvio que nós sabemos que por detrás da adjudicação do comboio de alta-velocidade estariam, apesar das comissões e uma série de benefícios indiretos para certas pessoas e para certos, para certos partidos, tal como a segunda, a terceira travessia e o novo aeroporto. Mas isto também criou uma fronteira física para quem nos visita, ou seja, a periferia tem esta desvantagem, cria uma barreira física, uma fronteira que não existia neste momento nas entradas em Portugal e que passou a existir. Portanto, o que é que isto resultou, e só para vos dar um dado muito importante, a nossa associação a HP decidiu fazer um levantamento a nível nacional da queda de turistas espanhóis na Páscoa. Na região centro aproximou-se dos 50% face à Páscoa do ano anterior, no Algarve foi de 22%, são os dois dados, os dois dados mais importantes que se conseguiram por parte dos empresários que responderam ao questionário.



Portanto, isto é, que são (...) porque estamos a falar de exportação e a exportação neste momento no turismo é de 8,3 mil milhões de euros. Portanto, este é claramente um dos sectores que está a ser mais prejudicado com esta questão das portagens, para além de outros sectores e por exemplo no agroalimentar (...).

M – Peço-lhe desculpa, mas nós temos que (...).

LV – Não, é só para dizer que neste momento como não há rumo e não há (...) e ninguém sabe para onde é que estamos a trabalhar, só sabemos que há um cobrador de impostos, que este Governo é um cobrador de impostos, que nem as empresas se podem modernizar porque o cash flow já é direccionado para pagar impostos, neste momento, só basta andarem de fraque, qualquer dia também andam de fraque, mas é que nós neste momento, como não há rumo, não há direccionamento, não há sector estratégico, não há uma definição clara para onde vamos caminhar, para que é que os sacrifícios estão, para que é que estão a ser (...) porque nós queremos tornar competitivos esta, este, este e este, portanto, como não temos esta noção clara, e como o povo não tem esta noção clara, nem os empresários têm, há aqui um (...) este elo que havia, este elo que havia de confiança entre o Governo, entre o Estado e os cidadãos está-se a desmembrar neste momento e quando isto acontece é (...) entra-se (...) quando isto acontece, este desmembramento entre a sociedade civil e o Estado é o fim, e o fim está próximo. Quer dizer, isto é inevitável que nós caminhamos para um abismo neste momento, em termos sociais.

M – É uma conclusão mais vasta, obrigado. Sr. Francisco Almeida.

FA – Vou ser muito breve. Uma nota para (...) se estivéssemos num estúdio de televisão, e que tivéssemos muita gente a ver, precisava de dizer, aqueles que nos veem neste momento, da Região de Lisboa e Vale do Tejo, e que às vezes nos dizem (...) eu recebo dezenas de emails por dia, sobretudo nalgumas alturas dezenas de emails sobre esta questão das portagens, e dizem, eh pá está bem, vocês (...) estou a perceber quais são os vosso argumentos, eu percebo, tal, tal, tal (...) mas nós aqui também pagamos, dizem eles, nós aqui também pagamos. E eu costumo responder, pois, pois, também pagam, mas em Lisboa, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, o poder de comprar das pessoas é 2,4, não é exatamente 2,4 é 2,3574, é 2,4, o poder de compra das pessoas de Lisboa e Vale do Tejo é 2,4 vezes mais do que a média nacional, do



que a média, mas se eu for comparar com Celorico da Beira que está a 55% da média, vejam lá quanto é que é? É três ou quatro vezes mais. Portanto, quer dizer, eu para esse peditório já dei, não há cá (...) não há lugar para portagens nesta região sem alternativas (...).

DC – Esse custo não tem Iva?

FA – Não, não, este é o poder de compra (...).

M – Não vamos recomeçar o debate.

FA – Isto é ponderado, é ponderado (...) é feito pelo INE, isto é do INE, é do INE. Isto é do INE. E agora termino mesmo, agora é que termino mesmo. E é novamente neste registo, se tivéssemos numa coisa dessas com muita gente a ver diria, um apelo forte toda a (...) a que haja unidade de esforços e convergência na ação, nesta vasta região toda que vai de Castelo Branco até Vila Real, porque a gente, nós vamos ser capazes de derrotar isto, nós vamos ser capazes de derrotar isto. Pode (...) eu não sei se demora três anos, quatro ou cinco, não sei, mas, mas vamos ser capazes de derrotar isto.

M – Obrigado. António

AD – O meu ponto final. Nós estivemos aqui, debatemos um tema, que conforme eu disse, tem mais interesse para uma zona, digamos, de que outras, eu acho que a comunicação social tem um papel importante, fundamental, digamos, na decisão. Eu digo decisão, nos termos em que é colocada a questão, digamos, a todas as pessoas, porque os órgãos de comunicação social têm o facto dominador também e bastante interventivo, e se não o fizerem, as pessoas por, por (...) acomodam-se e todos aqueles que não estejam em zonas devidamente (...) que são mais afetadas, por norma, por comodismo não ligam muito, digamos, a esse (...). Eu penso que nós tivemos aqui a falar sobre um tema interessante e que conforme eu disse desde o início, afeta mais umas regiões do que outras, embora a A25, conforme eu mencionei, sem dúvida que afeta toda a gente, porque se os Espanhóis não entram, a economia do país está toda, digamos, em causa, mas eu faço votos que a A25, que eu penso que é a Scut que é paga (...) há outras também, sem dúvida, mas a A25 é aquela que é a mancha negra (...), na minha perspetiva, mais a mancha negra na projeção, digamos, da taxaço das SCUTS.



M – Obrigado. Agradeço a todos e em nome da Universidade e também deste projeto especialmente, a vossa disponibilidade, o vosso interesse, o vosso contributo muito interessante para este debate. Espero que possamos continuar noutra ocasião.

LV – Só uma coisa, este assunto é tão importante para a região do interior, e para o Algarve, para o Algarve, veja que no prós e contras, embora ache que aquilo é um programa (...) aquilo é do piorio, eu recuso-me a ver aquilo, mas todo o país gosta de ver aquilo, o Zé Povinho gosta de ver aquilo, eu acho que faria todo o sentido se fizéssemos um grande debate sobre esta questão (...).

M – E numa perspetiva de solidariedade nacional, regiões vastas não local, não é (...).

LV – Esta questão e quando se perguntava às pessoas, então mas (...) não, então toda a gente tem que pagar (...) é óbvio que um gajo de Lisboa, o pessoal de Lisboa, eu conheço muito bem (...) e o pessoal do Porto, então nós pagamos por que é que não hão-de pagar?



TRANSCRIÇÃO DO GRUPO DE FOCO COM OS CIDADÃOS

Moderadores

Moderador – João Carlos Correia [JCFC]

Co-moderador – Ricardo Morais [RM]

Participantes

Assinante e leitor do Jornal da Bairrada – Fernando Silva [FS]

Assinante e leitor do Jornal Região de Leiria – Filipe Loureiro [FL]

Assinante e leitora do Jornal do Centro – Maria da Conceição [MDC]

Assinante e leitor do Jornal O Ribatejo – José Luís Latoeiro [JLL]

Assistentes

Anotadora – Sandra Matos

Captação de imagem e som – João Nuno Sardinha

Transcrição

M – É um guião de perguntas não é rígido, este tipo de grupos não funciona rigidamente, portanto agradecemos que mantenham mais ou menos uma certa ordem de intervenção, mas pode haver, ocasionalmente, portanto troca de (...) a inversão da ordem e, portanto, por vezes, independentemente do guião pode haver o lançamento de uma, perguntas de esclarecimento ocasionais, portanto, relacionadas com uma questão que tenha sido levantada pelos próprios durante a conversa. Portanto, as perguntas vão ser dirigidas a todos, mas podem ser acompanhadas de precisões, comentários e pedidos de esclarecimento adicionais. Ora, a primeira questão é: quais são, na vossa opinião, os prós e os contras da introdução das portagens. Começamos talvez por aqui.

FS – Muito bom dia, Fernando Silva, penso que ainda não nos tínhamos cumprimentado. Eu penso que estamos a viver, talvez o início desta nova experiência das ex-SCUTS portajadas e começamos agora a verificar alguns efeitos já, e outros que só iremos ver no futuro e com a maneira como as coisas (...). Mas em termos de benefícios eu penso que a única coisa que se pode efetivamente considerar é a receita adicional, só essa. Não me parece que seja por causa de haver, de essas novas vias serem portajadas que vão ser construídas novas, e portanto não pode, portanto, pensar-se que seria (...)

que pagar seria um benefício numa perspectiva de ser vir a construir outras. Portanto, resume-se pura e simplesmente a tapar um buraco orçamental e que, sem olhar aos contras que daí advêm. Como disse, os contras vão com o tempo notar-se cada vez mais, infelizmente, em áreas que nós, e propagar-se para áreas que nós ainda hoje não temos conhecimento. Todos os dias nos aparece nos jornais, aparece nos jornais hoje que o negócio do imobiliário com Espanha foi reduzido em 70%, devido à questão das portagens, mas o maior impacto é a questão do turismo, nós vimos agora aquilo, pelo que li, que as coisas para aqueles que nos visitam de Espanha no Algarve não correram nada bem. Nós, portanto o impacto no turismo no Algarve parece ser dramático, eu sou de Aveiro, nota-se, nós víamos nos fins-de-semana, a hotelaria estava completamente esgotada, não havia camas em Aveiro durante os fins-de-semana, eu que sou um frequentador de uma unidade hoteleira por causa do seu ginásio, e via que as unidades estavam a 100%, todas elas, e hoje isso já não acontece, viu-se agora na páscoa também na zona de Aveiro que toda a afluência de espanhóis já não é a mesma, vimos na área de imobiliária, nós tínhamos praias na zona de Aveiro em que o sector imobiliário se desenvolveu aceleradamente com a conversão da antiga IP5 em A25 sem portagens, e praias como a Vagueira, a Costa Nova, a Barra, a procura, para além das pessoas de Viseu, que começaram a comprar os seus apartamentos e vinham todos os fins-de-semana, também os Espanhóis começaram a adquirir, começaram a ter um grande impacto na, também nas vendas, especialmente na Barra e na Costa Nova, e foram responsáveis pela subida dos preços inclusivamente, e hoje o que se constata e já se fala, e portanto foi algo que ninguém pensou na altura de criar portagens e daí eu dizer que muitos dos impactos ainda não são conhecidos. Hoje há muita unidade já à venda na Vagueira de pessoas de Viseu e espanhóis que já não vêm com a mesma frequência e portanto já não se justifica terem esses apartamentos lá e portanto estão à venda, não naquela perspectiva de crise imobiliária como nós a conhecemos, mas em termos de aproveitamento de recursos não se justifica. E portanto, eu penso que nós vimos estradas, SCUTS como a A17 que foram construídas ou foram desenhadas inicialmente para desviar tráfego de vias que era o caso da 109 e ontem à tarde a 109 está completamente congestionada em Aveiro, onde para se entrar numa rotunda da 109 nós estamos 20 minutos só para entrar na rotunda. E portanto não vejo nenhuma vantagem a não ser tapar o buraco, em

termos de impactos negativos eu penso que já sabemos alguns e vão surgir muitos mais.

M – Portanto, sintetizando talvez, para os (...) portanto a receita orçamental, a receita vive do orçamento de estado, contra normalmente, nomeadamente o investimento económico no terreno e no negócio imobiliário e portanto o congestionamento de estradas que não eram, que não estavam em condições. Portanto, eu passava à seguinte.

FL – O meu nome é Filipe Loureiro, estou aqui em representação do Leiria. Aqui em relação ao Fernando, para mim ia se calhar um bocadinho mais longe, aquela questão do ponto positivo ser a receita em termos de orçamento de estado, eu acho que nem isso, porque isso, para nós utilizadores nem sequer vamos ver esse dinheiro a ser aplicado nestas vias, portanto é mesmo para tapar um buraco que ade surgir algures, eu acho que só tem coisas negativas. Eu posso dar o exemplo desta manhã, até fiz, vim na viagem a fazer estas contas, o caminho, portanto são 218 quilómetros entre Leiria e Covilhã. Fiz no percurso pela A1 e depois fiz 175 quilómetros pela A23 até cá chegar. Eu na A1 fiz 43 quilómetros e gastei dois euros e noventa, dá-me seis centimos o quilómetro, em termos de construção, eu para cá chegar passei por treze portagens e gastei quinze euros e sessenta, em 175 quilómetros, ou seja, aqui o quilómetro já vai em nove centimos. Agora para regressar o total, só em portagens, são trinta e um euros e vinte, ou seja, isto é um convite a não sair de casa, isto é um convite a não ir a lado nenhum, a não vir à Covilhã, a não ir a outros sítios, a não ir a Aveiro, a não ir a Viseu, porquê? Porque este valor, este dinheiro é um problema, por exemplo, uma pessoa podia inclusivamente pensar em colocar em combustível e depois fazer, ir ao local, e depois fazer a sua compra, ir almoçar, fazer a economia local funcionar, com estes valores nem pensar, não funciona, e aliás, não é exemplo, mas hoje é sábado de manhã estava mau tempo e vi poucos carros na estrada. O único ponto positivo que pode advir disto é com um pressuposto inicial errado, que é o facto de haver possivelmente menos acidentes. Não porque é mais seguro, mas porque há menos carros na estrada, há menos pessoas que querem gastar dinheiro, portanto é a única coisa que eu vejo que possa ser encarada como positiva, mesmo num pressuposto errado que é o facto de as pessoas não terem dinheiro para andar com o carro na estrada. Em termos de factores positivos sinceramente (...). E aqui o Fernando realçou uma coisa muito interessante



que é o facto desta introdução destas portagens, aliás, só nas quatro primeiras, em trinta e oito quilómetros eu já estava a pagar mais do que em quarenta e três quilómetros de autoestrada. São vias que não foram feitas de raiz, uma via feita nova diria que é paga sim senhora para nossa (...) sim senhora, eu não sou contra a questão do pagar para ter qualidade, não é isso que está em causa, não é isso que acontece claramente, não é claramente isso que acontece.

M – Muito Obrigado. Passávamos.

MDC – Eu venho de Viseu e sou assinante e leitora do “Jornal do Centro”. Eu corroboro das opiniões dos dois últimos intervenientes, pouco mais tenho a acrescentar. Está tudo dito claramente.

M – De qualquer forma, quer dizer, no caso específico de Viseu como é que isso se faz sentir?

MDC – Em Viseu, em termos de famílias, o que acabou agora de dizer, as pessoas não saem, acabam por não sair, e a sair utilizam as estradas secundárias, portanto vê-se um maior fluxo de trânsito nas estradas secundárias e não sei, portanto com prejuízo da restauração e de todas as outras partes. Por exemplo, eu falo dos meus pais, têm alguma idade, eles ao fim-de-semana era sagrado, iam, vão almoçar a um determinado restaurante em Fagilde, como há ali um pórtico deixaram de ir, deixaram de ir. E pronto, são pessoas que têm a sua reforma, não têm despesas e até têm o seu dinheiro, o seu mealheiro, mas deixaram de ir. Como eles, milhares de outros. E das vezes que vamos, o restaurante estava sempre cheio, porque era um restaurante familiar, com boa comidinha, e agora está sem ninguém, está às moscas, o proprietário diz que brevemente irá fechar o restaurante, que não consegue suportar as despesas porque as pessoas deixaram de ir.

JLL – Eu sou de Santarém e vi nascer a construção da A23, porque fazia Covilhã-Santarém quase todas as semanas. Portanto, vantagens e inconvenientes. Portanto, o meio de comunicação social regional, nomeadamente de paixão, eu sou desde a primeira hora e foi nessa base que fui convidado para aqui vir assinante do “Ribatejo” e também sou desde a primeira hora e portanto à mais anos assinante do “Jornal do Fundão”, e não só, em termos de comunicação social regional eu sou realmente um seguidor de primeira linha. Inconvenientes? Bem, eu só vejo inconvenientes, não consigo ver van-



tagens nenhuma, nem mesmo aquela que referiu, talvez menos acidentes. Eu penso que, pelo, contrário, haverão mais acidentes. E porquê? Pelo estado de abandono e de decadência em que estão as estradas agora alternativas à A23, que em muitos casos já não são alternativa sequer, e estão no poder, porque entretanto os interesses económicos instalados a isso levaram. Primeiro transferem-se estas estradas para o poder local, que até agora tem tido dinheiro para as vassouras com que punham o alcatrão, eu chamava aquilo reparações de museu ambulante, vinham um homenzinho varria os buracos, outro com uma vassoura molhada no alcatrão e depois um punha uma pazada e alguns até com um pé, coitados, e depois os carros faziam o resto. É claro que aquilo continuava esburacado e pior ainda (...). Entretanto isso passou para o domínio do poder local que qualquer dia não tem dinheiro, já hoje não tem dinheiro para mandar cantar um cego, o que fará para comprar hoje vassouras, já não falo no alcatrão. Portanto, essas estradas hoje de alternativa ou sem custos para o utente, a curto prazo são já impraticáveis e também elas se vão refletir nos custos porque as empresas utilizadoras, porque as estradas são vias que transportam produtos, têm a ver com o nosso consumo, acabam por ser mais penalizadas precisamente pela perda de tempo que têm nessas estradas que não correspondem, portanto, não dão escoamento mas que são um escape, para custos teoricamente mais baratos, mas que a curto prazo vão ser absorvidos pelo tempo que se perde, e em muitos casos têm que utilizar autoestrada e não sei quê, porque não tenho alternativas. Se eu quiser fugir, se eu quiser vir de Santarém para Lisboa é impensável eu ter que ir pela A1, porque a partir de Vila Franca eu demoro duas horas para chegar a Lisboa, ponto final parágrafo. Bem, relativamente a tudo isto, isto foi um insulto, um atentado e a forma, pese embora a maneira como os governos foram (...) isto jogou-se, como todos sabemos, em termos de captação de votos, há portagens, não há portagens, e nunca se aprofundou bem a questão por detrás disto, e se calhar se aprofundasse batíamos logo na primeira coisa: as parcerias público-privadas. E é aqui que surgem todas estas portagens que são abalos terríveis, que são coisas inconcebíveis e que estão também a contribuir para o estrangulamento das economias locais, nomeadamente na área do turismo, que é das poucas que eu vejo que neste país pode eventualmente ter captação de divisas e de circulação da economia. Eu por exemplo vim à Covilhã no último fim-de-semana de Páscoa e isto estava deserto. Porque realmente vir de Santarém à Covilhã, de Lisboa à Covilhã neste momento são 17 euros e como bem disse

a 0,90 cêntimos o quilómetro. Isto é um insulto é um roubo. E se juntarmos a isto, por exemplo, considerar isto uma autoestrada, isto é um crime, isto não tem condições nenhuma para ser considerada uma autoestrada, não é? E paga como tal, mais ainda, mais paga (...). Portanto, eu não vejo vantagens nenhuma, só vejo é desvantagens, e isto vai (...) por exemplo, quando agora se está regressar às vias de onde nós saímos para utilizar estas vias rápidas, elas entretanto degradaram-se. Todas as estruturas de apoio que tinham, como restauração, tudo aquilo envelheceu, e há casos que estão pura e simplesmente abandonados. Quer dizer, nem aí vamos encontrar os serviços que tínhamos até então. Portanto regressamos a utilizar aquilo que abandonámos em nome de melhoria, de progresso, etc., numa altura em que 70, de forma hipócrita, para ser brando na (...) para ser brando, tenta-se reduzir os custos de produção, esta introdução de portagens é uma coisa terrível, portanto os custos de produção que se tentam dar às empresas para terem mais capacidade de exportação etc., etc., apenas o usam naqueles que produzem a mão-de-obra que são os trabalhadores. Esses são as vítimas. Quer o trabalho cada vez mais mal remunerado, cada vez mais precário, cada vez mais não sei quê, e com mais custos também naquilo, também nas vias de circulação, e nas empresas, que aqui sim, deviam ter benefícios de circulação mais rápida, e não sei quê, não sei quê, pelo contrário é mais caro, mas isso não é só na circulação, a começar pelo custo dos combustíveis e com o resto, etc., etc.. Portanto eu não vejo vantagens nenhuma, e vou acabar porque senão (...).

M – É pertinente, mas teremos oportunidade de ir quase a cada um desses pontos. Mas há aqui uma questão que eu gostava de esmiuçar, que é a questão da (...) algumas pessoas normalmente argumentam em prol desta situação, portanto, costumam falar da reativação de economia local, portanto, inter-concelhia, digamos assim. Portanto, economia que tinha ficado esquecida, que tinha ficado periférica devido ao lançamento da (...).

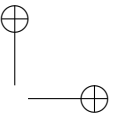
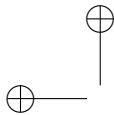
JLL – Definiu a maioria dela, pura e simplesmente.

FL – Mas claramente que quem pensa nisso devem ser as pessoas, os membros do Governo. Só pode. Ou do partido político que entretanto fez a introdução disso. Só pode. Não sim, claro.

M – Não me compete. Tenho de fazer de advogado do diabo.

FL – Sim, sim, claro, mas eu creio que só pode ser isso. Não pode ser, não podem ser outras pessoas.

FS – Eu penso que tem havido abusos. Acho que nós como cidadãos temos sido talvez (...) a introdução das portagens é talvez a violação mais clara dos direitos de todos nós como cidadãos, porque tem havido um abuso e continua a haver um abuso, agora pelas entidades que fazem a gestão. Eu sou da região de Aveiro, e peço desculpa, e sou assinante, leitor da comunicação social local, neste caso a convite do “Jornal da Bairrada” e portanto alguns exemplos que eu dou são aqueles que incidem mais na nossa área e penso que essa é a intenção. Eu posso mencionar esse tipo de abuso, para além daquilo que nós sabemos das multas que estão a ser aplicadas para as pessoas que passam nos pórticos, por vezes por razões, culpa deles mesmo, que todos nós estamos a ver que é inaceitável, alguns de vocês terão mais experiência nisso, mas tenho amigos que recebem faturas por algo que não pagaram no valor de dois euros, faturas de duzentos euros e coisas desse tipo. Eu acho que é um abuso. Em Albergaria, nós por exemplo, da Barra até Albergaria-a-Velha, já existia em perfil de autoestrada, quando era a IP5, já era perfil de autoestrada, desde a Barra até Albergaria-a-Velha, até à A1. Porque razão é que agora é introduzida uma portagem numa via que é urbana? E depois há todo o jogo político, há concelhos onde os pórticos foram colocados e nunca entraram em funcionamento, porque têm poder negocial perante o Governo que está no poder na altura, e noutras como em Aveiro, em frente à Frente Nova, uma via onde as pessoas são obrigadas a passar, obrigadas a passar no seu trajeto urbano, e põem portagem e esse município por não ser da cor, ou não ter o poder de influência que outro tem, já não consegue eliminar essa portagem. Eu saindo da autoestrada da A1, em Albergaria-a-Velha, querendo ir para Aveiro, não tenho uma via sem ser portajada para chegar a Aveiro. Tentem fazer-lo. Saiam da A1 em Albergaria-a-Velha, Aveiro IP5 ou A25, e tentem chegar a Aveiro sem pagar portagem. Eu não vejo como é que isto pode ser legal. Não vejo. Porque dizemos que é opcional. Não é. Em alguns casos não é opcional. E portanto é uma mentira, e portanto eu acho que há aqui toda uma questão política que ainda não está bem explicada e que precisa de efetivamente de ser discutida a nível local com muito mais rigor. Uma questão dos investimentos, é que também foram feitos muitos investimentos com base na existência destas novas vias não portajadas. E esses estão condenados. Portanto, eu penso que



não há de facto uma política coerente em nada disto, e o assunto como está, não está bem, e ele vai ter que ser revisitado, porque como disse, a questão da receita não vai resolver nada. Cada vez resolve menos. É confrangedor. Eu tenho estrangeiros que nos visitam e nós viemos de Lisboa para Aveiro, viemos pela A8, depois passa a A17. Nós vamos minutos na estrada sem ver um veículo (...).

FL – Ah, na A8 então

JLL – É um loucura.

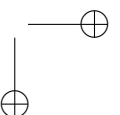
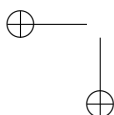
MDC – É verdade.

FS – (...) sem ver um veículo. Portanto, este assunto, isto não é solução para ninguém. Não é. Nem para as parcerias público-privadas, porque isto não vai resolver nada, isto é um buraco financeiro, em vez de estar a tapar em outras áreas.

M – Propositadamente, portanto, se alguém quiser avançar mais alguma questão sobre esta pergunta faça favor, isto era só mesmo para tentar esmiuçar um pouco, mas propositadamente, nós agora temos aqui uma mudança para uma pergunta, aparentemente de carácter mais filosófico, até porque já notei nuances, segundo me parece, nalgumas das vossas posições, há aqui um princípio, não é? Que é o princípio do utilizador-pagador. Que é uma questão diferente, é uma questão diferente da forma como foi implementado. Outra questão será portanto o próprio princípio em si. E eu gostava de saber exatamente esta questão de princípio, qual é a vossa opinião sobre a raiz, digamos, o fundamento invocado para (...).

JLL – O princípio do conceito de utilizador-pagador (...).

FS – O conceito do utilizador pagador, eu compreendo e aceito perfeitamente. Aceito. Agora, nós temos é que perguntar para onde é que vão os nossos impostos, não é ? Afinal nós pagamos impostos para quê? Os nossos impostos dão-nos direito a quê afinal de contas? Numa certa altura eles dão direito a termos vias de primeira linha, vias de segunda linha, já aqui foi frito que agora, nós agora se quisermos voltar a ter as estradas que tínhamos, que são as alternativas, nós aparentemente vamos ter que ter uma subida de impostos nas autarquias locais para eles poderem comprar as vassouras e o alcatrão. Então, mas antes nós tínhamos direito a essas gratuitamente, foram



construídas estas a pagar, agora que nós não podemos pagá-las vamos voltar às outras, e agora para ter as outras a funcionar, temos de as pagar outra vez. Portanto este conceito, eu penso que os governos são todos aldrabões, todos, independentemente da cor deles, porque as pessoas quando perdem o norte sobre o rumo, quando não há uma estratégia, sobre nada, têm que ser aldrabões, hoje dizem uma coisa amanhã dizem outra, porque os argumentos não são lógicos.

FL – Em relação à questão, ao conceito do utilizador-pagador, sim, claro, concordo. Acho que, aliás, ou melhor até compreendo que haja alguma reticência em Portugal, porque Portugal sempre foi um país que se dá mal com a questão do ter que pagar para ter alguma coisa. Eu agora começo a perceber isso melhor, porque na minha área, eu sou jornalista da área automóvel, então conheço bem o país, já andei por muito lado. Aliás, quando estava a tempo inteiro fazia centenas de milhares de quilómetros por ano, mas agora tenho uma empresa e agora tenho uma noção mais exata do que é trabalhar diretamente com o público e agora sinto essa dificuldade que as pessoas tenham que compreender que para ter um determinado produto, seja ele qual for, têm que pagar para o ter. Mas a questão do conceito do utilizador-enganado é que não, esse não pode ser, porque é exatamente isso que nos acontece agora. E pegando nesta ideia e voltando aquela questão das economias locais que algumas pessoas estão a defender, com, portanto, com a necessidade de nós termos de fazer poupança e de nós termos de cortar nos custos, agora há essa economia local, com as tais vias antigas que eram utilizadas, não faz qualquer sentido, quer dizer são claramente pessoas que estão no Porto e Lisboa e que não passam por lá diariamente, vão de metro para o parlamento, só pode. Porquê? Porque foi dito à pessoa o restaurante está aqui, mas a partir de agora ali a cinco quilómetros vai passar uma via principal, que era um IC, que era um IP, entretanto foi transformado numa via portajada, o negócio da pessoa que estava a cinco quilómetros perdeu-se, já não fazia sentido. E o que é que a pessoa faz? Provavelmente saiu dali ou recolocou-se noutra posição. Agora, essa via passa a ser portajada, as pessoas deixam de passar por ali. É aproveitar aquilo que acontecia antigamente, que era naquele sítio é que você estava bem. Mas vocês estão a brincar comigo? Há algum subsídio para isso? Não há, não há, ou seja, quer dizer, o conceito do utilizador-pagador sim senhor, sim senhor, o conceito do utilizador-enganado é que não, nem pensar.

M – A mesma questão.

MDC – Eu acho que as pessoas sentem, sentem isso mesmo, sentem-se desfraldadas, não é? As políticas são todas (...) não são a longo prazo, não aqui um política a longo prazo, a pensar no futuro, é tudo governo, e somos enganados, e vai para lá um diz uma coisa e pede uma coisa e vai para lá outro e faz outra. E vivemos nisto infelizmente, ad eternum e até quando nós aguentaremos? E portanto, eu sinto-me enganada, enganada.

M – Há aqui uma questão que de certa maneira vem aqui, só para esclarecer melhor. Por exemplo, as pessoas (...) portanto, eu coloquei a questão do utilizador-pagador também porque, ocasionalmente, se referiu aqui a questão das parcerias público-privadas e portanto isso já é uma questão que não tem diretamente a ver com a filosofia do utilizador-pagador, mas tem a ver com a forma como ela é implementada. Já agora, se puder aflorar isso.

JLL – Eu faço um aparte só para dizer o seguinte, eu não entendo porque é que tenho o privilégio, pela circunstância de viver em Santarém, no concelho de Santarém, sou um privilegiado na utilização específica da A23, porque tenho dez viagens gratuitas num sentido e noutro, porque moro no concelho de Santarém. Não consigo saber porque é que tenho este privilégio, por exemplo, em contraste com os cidadãos do Cartaxo ou de Almeirim, que estão apenas a sete quilómetros de Santarém e esses já não têm este privilégio enquanto utilizadores-pagadores. Bem, isto só para por à evidência, como o senhor referiu e bem, os privilégios que ainda existem, há sítios onde puseram pórticos, mas entretanto a pressão e os lobbies instalados, aquilo não funciona, portanto tudo isto é um caos até na implementação. E há coisas já, no pouco tempo de vigência que isto tem, que são autênticas monstruosidades. O que se passou agora na entrada em Vilar Formoso, de imigrantes e turistas que vinham de férias foi qualquer coisa terrível. Quer dizer que o negativismo que se reproduziu em Espanha, vão se ter que gastar muito milhões de euros para recuperar em termos de imagem, aquilo que esses cidadãos foram penalizados. Tiveram que estar em longas bichas para ultrapassar a fronteira, para conseguir pagar o acesso a Aveiro onde tinham dormidas marcadas, e que só por circularem nessa via tinham de pagar trinta euros, com bichas, porque as máquinas não funcionavam, estavam a encravar. Bem, no Algarve foi um crime. Mas passando isto de parte, utilizador-pagador. Eu (...) o que me é muito difícil,

porque estou à vontade, porque vejo a política como um serviço que devia de ser, enfim, a política devia de ser interpretada como uma coisa nobre que se presta um serviço de passagem aos restantes cidadãos, aos atores políticos, infelizmente isso não acontece, eu tenho muita dificuldade em não abordar isso, mas utilizador-pagador, isto é uma falácia, é um insulto, é um atentado a todos nós. Eu acho que nós todos quando nascemos começamos logo a ser pagadores sem ser utilizadores. Eu acho que paguei toda a vida e utilizei muito pouco tudo aquilo que tenho pago, enquanto cidadão. Agora vêm falar de utilizador-pagador, há tanta coisa que eu não utilizo e pago, roubam-me para tudo, roubaram-se para o selo automóvel, para reparação não sei quê das estradas, implementaram isto, roubam no IMI, roubam, roubam, deixa-me lá usar esta expressão, não gosto muito, porque ela até é muito (...). Eu quando digo roubam, gostava que dissessem, as pessoas que tentam falar em alternativas, que contrapusessem antes com as alternativas e não se usasse o roubo. Eu tenho realmente como outras coisas, se me perguntassem, se calhar, podendo ser válidas ou não, se calhar teria sugestões a dar como alternativa e portanto punha de parte o roubo. Mas realmente esta coisa que nos dizem utilizador-pagador, isto é um insulto, é uma maneira de mandar com pó para os olhos, porque se fossemos ver, então mas qual é o papel do Estado? Qual é o papel do Governo para quem nós pagamos, para onde vão os nossos impostos, para onde vai toda a nossa produção. Nessa base, qual é o papel deles? Portanto, se nós somos utilizadores-pagadores, há coisas que eu pago obrigatoriamente com os meus impostos que eu não utilizo nem pouco nem muito, mas pago, e devia pagar porque vivo em comunidade. Agora, estarem-me a dizer a propósito disto que porque utilizo tenho que pagar, então e aquilo que outros utilizam e que eu pago também? Como é que é isto? Quer dizer, isto levava-nos a uma discussão só sobre esta matéria, todos nós agora íamos dizer coisas, eu pago para imensas coisas que não utilizo.

FL – Era o Serviço Nacional de Saúde (...).

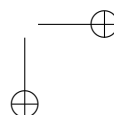
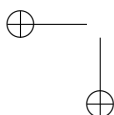
JLL – Nós temos custos globais que todos temos pagar por dever de comunidade, com sentido de fraternidade, que nós utilizamos, que são da comunidade, pagamos para uma comunidade mais forte em vários domínios, e nós pagamos podemos não utilizar. Eu pago os meus impostos para a escola pública, posso até não ter filhos a utilizar a escola pública, não sou utilizador,



mas é a comunidade em geral onde eu circulo, onde eu vivo (...) mas esta do utilizador, não brinquem comigo do utilizador-pagador.

FS – Para reforçar essa ideia, a questão do utilizador-pagador implica sempre uma opção. Eu só pago se utilizar, mas tenho a escolha de alternativas. E isso desapareceu completamente como está mais que visto, nós não podemos neste dias, no século XXI, utilizar vias do século XIX. Não pode, isso não é opção. Isto tudo, eu continuo a dizer aquilo que disse à bocadinha, é a trapalhada das pessoas. Porque repare, quando se faz um investimento, se é que vamos fazer um investimento numa via, têm que ser feitas contas, tem que haver massa crítica, se é para se pagar a via, alguém deve ter feito um estudo para saber se há trânsito necessário ou trânsito suficiente para pagar aquela via. Porque se vamos propor um modelo de parceria público-privada em que utilizador-pagador e que está implícito que foi feito um estudo que chega, que há mesmo, que não sendo toda a gente a utilizar, que há procura suficiente para pagar. Isso é básico, os estudos económicos dizem isso. Nós sabemos que há aqui muitas coisas a concorrer. Primeiro, os políticos, as vias constroem-se por influência política e para promoção dos próprios governantes. Nós vemos na escolha dos traçados, as guerras entre concelhos que há e se é o traçado A, B ou C, os técnicos são todos altamente condicionados na escolha que fazem dos pareceres, técnicos que teoricamente que dão, e depois às empresas de construção que precisam de obras, e portanto os estudos nem sequer são utilizados, e portanto as asneiras são sempre feitas da mesma maneira. As contas não são feitas e isto resume-se sempre ao mesmo, as pessoas que decidem estão a brincar com as pessoas que são (...) que (...) porque eles, continua a ser um uso abusivo do nosso dinheiro a todos os níveis, agora nas cobranças pelos governos que fizeram esta estrada, todos nós sabemos que todas estas vias portajadas eram alternativas a outras vias que já eram necessárias à 30, 40 anos e demoraram 30 ou 40 anos a fazer pelos interesses instalados em todas as áreas. E portanto eu acho que este principio do utilizadorpagador, pura e simplesmente tem buracos demais para ser aplicado para o caso destas vias.

M – Diga-me uma coisa. Exatamente colocou aí uma questão que me parece interessante que é, e que está associada com uma pergunta que nós selecionamos. É a questão da transparência, a questão da transparência associada à implantação, portanto de, à implantação de traçados, a questão da transparência associada à tomada de decisões na localização dos pórticos, por exemplo,



etc., etc., etc.. Aham que, portanto, houve um debate coletivo nas regiões suficientemente esclarecedor sobre esses assunto? Houve fornecimento de informação? Aham que os cidadãos tomaram conhecimento dela? Envolveram-se nessa questão, etc.?

FS – Não. Temos muitos exemplos de casos onde isso não aconteceu. Eu dou-lhe um exemplo. A28, paralela à A1, de Aveiro para o Porto, em Salmeu, há duzentos metros de distância entre uma via e outra, nós estamos a passar numa e a ver os carros a passar na outra e durante anos (...) só agora há um ano, há dois anos é que se terminou finalmente a ligação da A28 de Estarreja para Sul, Aveiro, por causa das guerras entre autarcas de Estarreja e da Murtosa. Porque havia o traçado da Murtosa, havia o traçado de Estarreja e aquela via ficou incompleta e nós todos tínhamos que sair em Estarreja e voltar à A1, por causa destas guerras. Portanto, e sabemos também que houve um técnico muito conhecido que quis fazer aquilo que era correto, que era pegar num corredor que já existia e por a via passar por lá e foi despedido pelo Governo. E soubemos das guerras entre, na altura o ministro, que era o Dr. Marques Mendes, do PSD, e os autarcas de, de (...) que por durante algum tempo foi interessante porque na Murtosa havia um autarca do PSD e em Estarreja havia um PS, e portanto era fácil a escolha, só que depois o PSD entra para o Governo, o Dr. Marques Mendes é Governo e têm dois PSDs, tem PSD em Estarreja e tem PSD também na Murtosa. E já tem uma guerra entre os autarcas do próprio partido. E portanto de transparente estes atos nada têm, nada. É como inclusivamente os dísticos para pagamento, a questão levantada da invasão da privacidade, dos chips, do pagamento automático, agora o controlo de velocidade através do chip, nós infelizmente, nós calamo-nos com tudo. Os Governos (...) nós somos abusados na violação do nosso direito da nossa privacidade, é continuamente abusada sob pretexto de interesse nacional, que não tem nenhum interesse nacional. E portanto, algum ponto isto não dá, em poder continuar, por isso os nosso jovens abandonam o país, os mais qualificados não querem fazer parte e uma república de bananas a todos os níveis, não é só das vias portajadas. Infelizmente, este país, com os governantes que temos, não tem futuro, não é viável, e as portagens é um dos problemas.

M – A questão da transparência e também do envolvimento das pessoas, isto é, por um lado, envolvimento tem sempre as duas partes, tem que haver

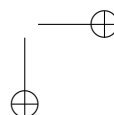


informação e tem que haver quem se interesse por ela. Portanto quando nós falamos desse debate é também saber se isso aconteceu.

FL – Eu talvez por trabalhar na área da comunicação desde cedo, acho que a comunicação que veio cá para fora foi exatamente a comunicação que quem a pós cá fora queria que viesse cá para fora, ou seja, não veio mais do que isso. Pelo menos, do meu ponto de vista, é como este processo agora da televisão digital. O que foi explicado às pessoas foi, atenção que a partir de determinada data é preciso comprar uma box para verem televisão. Só isso. Então toda a gente foi comprar, foi gastar trinta euros a comprar uma box para poder ver televisão. Antigamente tínhamos o sinal de graça. Não explicaram tudo o que esteve por detrás. Acho que neste caso, a questão das SCUTS, também foi um problema da comunicação que foi posta cá fora, foi um bocadinho nesse sentido também, é um bocadinho como, como (...) agora, neste momento também na educação, com a questão dos mega agrupamentos, isto vai-se fazer, nós só queríamos saber se (...) não vamos perguntar se vocês acham bem ou mal, se querem ou se não querem, não, isto vai-se fazer. Agora, como é que a gente faz isto? Pomos aqui, pomos ali, aquela questão (...) a questão da transparência interligada aos poderes políticos locais, eu acho que já nem sequer vale a pena ir por aí, porquê? Porque hoje o sistema político que nós temos cá e o sistema de representação que nós temos enquanto eleitores está assente nisso, portanto, ou se muda isto tudo por completo e então sim senhor deixamos de ter esses caciques locais, não é, como funciona. Porque até ver, ter caciques locais às vezes tem a suas vantagens para a população. Porquê? Porque enfoca naquele determinado órgão, o Presidente da Junta, o Presidente da Câmara, por exemplo, são as pessoas com quem ele passa todos os dias na rua.

M – É absolutamente perverso isso aí.

FL – É sim. Mas não é? É mesmo. É uma realidade local, aí é que está, e o que é nos interessa a nós (...) por exemplo, aqui o Fernando está a dizer, ele sai, portanto tem um percurso para fazer de A a B, e é-lhe colocada a questão de haver alternativa ou não, e neste caso não há alternativa, não há alternativa, mas se tivesse o Presidente da Câmara ou se tivesse um apoio político forte, que localmente pudesse ter feito chegar a mensagem a Lisboa, se calhar o Fernando já não tinha o problema mas tinha eu (2 - Concorde, concordo), ou



então eu não tinha e tinha Viseu (...) (peço desculpa como é que chama?) ou tinha a Maria da Conceição. A questão política nem sequer vou por aí, porque a questão política mudávamos tudo sim senhor, ou então é jogar com as armas que temos. Em relação à forma como a comunicação veio cá para fora, é óbvio, repito a ideia, acho que foi posta cá fora as ideias que o Estado queria justificar, que é, ter vias com qualidade, não sei onde, as vias não foram feitas de raiz, são vias que já existiam, portanto começaram a taxar uma coisa que já existia, pode-se por a questão da segurança (...) porque no entender do (...) e penso que esta raciocínio não estará errado (...) no entender do Governo também, dos Governos, que não só deste, a questão de haver menos carros na estrada para eles é sinónimo de maior segurança. Um disparate completo, é um disparate completo, mas tem tudo a ver com o quê? Tem tudo a ver com a forma, e agora também puxo a brasa à minha sardinha porque é a minha área, tem a forma como o automóvel, ou o mundo automóvel é visto pelo Governo português, desde sempre, que é a galinha dos ovos de ouro claramente. Começa no automóvel, na compra do automóvel que tem uma dupla tributação, que é o único país que faz isso, fantástico, tem o imposto automóvel e ainda pago o IVA, depois tem a questão dos combustíveis (2 - pago o IVA sobre o imposto automóvel), depois tem os combustíveis, ou seja, há uma série de coisas ligadas ao automóvel que é fenomenal, quer dizer, então aí (...) por isso é que eu acho que a forma como as SCUTS foram implementadas é um bocadinho o pensamento que o Governo, não sei se tem que ter ou não, que é cortar em direto, isto vai ter (...) nós temos que arranjar dinheiro e isto vai ter que se fazer, então eles põem a informação cá fora, sustentam-se na lei, têm que se emitir o decreto de lei, o decreto de lei é posto cá fora, sim senhor, é votado por quem? Na assembleia (...) portanto, em termos de transparência, eu acho que isto tudo até é transparente, transparente naquilo tudo que nós sabemos como isto funciona. Não há aqui, não há aqui um encobrimento, porque não é preciso, as leis foram feitas para isto poder avançar legalmente, nem preciso é andar aqui às escondidas.

M – Foi transparente o processo na sua região?

MDC – Nós temos lá o grande cacique que é o Fernando Ruas, não é?

M – Se me permite a expressão, já vamos ficando mais à vontade, o chefe dos (...).



MDC – (...) dos municípios não é? Pronto, eu, na mesma opinião dos colegas, não é, é transparente até determinada altura, nós sabemos como vai acontecer, e depois somos confrontados com a realidade, não é, e a realidade depois é nua e crua, não é.

M – Mas diga-me uma coisa, quer dizer, eu quando coloco esta questão da transparência e também do debate e não sei quê, é também a pensar um bocado nesta questão da (...) e os cidadãos como é que (...) como é que os cidadãos reagiram nomeadamente?

MDC – Em Viseu, sei que houve várias intervenções, foram até bastante divulgadas no “Jornal do Centro”, um representante desta comissão, sei que houve várias intervenções, mas depois ficou tudo na mesma.

M – Esse é um aspeto interessante. E diga-me uma coisa, acha que essas comissões de utentes são uma estrutura que as pessoas ficam como suas efetivamente, alguma coisa que sai, ou à s vezes as pessoas também não se sentem suficientemente motivadas para interagir com elas?

MDC – Pronto, há sempre aquela meia dúzia de utópicos que tem aquela vontade de agir e de fazer qualquer coisa com outros, mas depois também depois vão (...) vão até determinado ponto, depois não se consegue ir mais, não é, porque são cortadas. As coisas são assim, eles dizem que têm que ser assim, a maioria que (...).

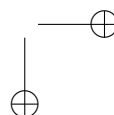
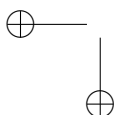
M – Este é um raciocínio um bocado circular, a questão da transparência, quer dizer, o governo não é transparente, opções locais, opções económicas não são transparentes, mas as pessoas também se acomodam a essa ausência de transparência.

MDC – Eu penso que sim, a determinada altura as pessoas deixam de lutar, neste momento (...).

FL – Porque é muito fácil dizer isto é assim, isto tem que ser assim, porque é assim (...).

MDC – As pessoas não têm alternativa, somos confrontados, foi como agora a reforma não é, não há a possibilidade de metermos a reforma, de um dia para o outro. Não foi nada discutido.

FS – Mas falámos aqui de duas cidades, Viseu e Aveiro (...).



FL – Ainda agora há reforma, quando chegar a minha altura nem isso.

FS – Eu não duvido, não posso duvidar que as pessoas que toma decisões não sejam pessoas de bem, não posso. E o que me leva a dizer que então são ignorantes ou não estão informados. Portanto, partindo do princípio que os nossos chefes de governo que são pessoas de bem, eles (...) e eu quero partir desse princípio, então são burros, são burros, porquê? Porque de facto se não quisermos usar uma via portajada para ir a Viseu, eu acho que eles deviam pedir a alguém, entre tantos assessores, oh pá mete-te no carro, sai de Aveiro e vai para Viseu sem pagar portagem e conta-me o que é que se passa. Eu acho que nós devíamos exigir isso a essas pessoas de bem. Porque são pessoas de bem, eu acho que o Dr. Passos Coelho, o Sócrates na altura, devia ter pedido a uma pessoa da sua própria confiança e dizer mete-te no carro e vai. E a senhora sabe que é impossível, eu demoro de Aveiro a Viseu, pelas vias antigas, com um trânsito normal, demoro três horas e meia. Então que alternativa é isto? E passamos pelo meio de todas as vilazinhas e aldeias, que agora essas vias foram colocadas (...) que os nosso grandes autarcas locais, também puseram a semaforização em todo o lado, e portanto nós estamos (...) e lombas (...) portanto, essas vias estão intransitáveis. Um individuo se não tem problemas de coluna, quando for lá de Aveiro para Viseu fica com problemas de coluna. Nós devíamos era começar a processar o Estado, que é outra coisa (...) é que nós infelizmente, a grande diferença que há entre o nosso país, e eu vivi vinte anos e estudei nos Estado Unidos, e os países anglo-saxónicos, é exatamente isso, ninguém é responsável, portanto nós mudamos gestores no privado, levamos gestores a tribunal ou os acionistas (...) e eles são, eles são chamados a contas e há aquilo a que se chama gestão danosa, mas os nosso autarcas dizem, não, as decisões que nós tomamos são decisões políticas e portanto nós não podemos ser responsabilizados por decisões políticas, porque o dia que houver um acidente e alguém processar o presidente da Câmara, não é a Câmara, o presidente da Câmara por ser responsável por aquele acidente, por aquele buraco já lá estar à mais de um mês e já o avisaram por cartas e isto e aquilo, e há provas que foi feito (...) e ele for processado e o património pessoal desse autarca responder, o país muda. E portanto os nossos governantes vão ter eventualmente que ser responsabilizados por muita coisa que hoje em dia eles não são.

MDC – Deixe-me só dizer uma coisa em relação ao “Jornal do Centro”. Eu sei que foi feito um debate com os representantes dessas tais comissões, e sei que siaram no jornal entrevistas, etc., etc.. Neste momento o JC é persona não grata da autarquia porque levanta estas questões. E portanto eles cortaram com a publicidade, etc.. Portanto, porque sei que o JC levanta estas questões e vai procurar resolver o problema, e de acordo até com o diretor, há pessoas que se dirigem ao JC para resolver problemas e levantar questões e para se falar, para chamar o assunto ao público, para tentar resolver, mas depois a coisa (...).

FS – Mas eu sugeria que a comunicação social local, que está aqui representada, que fizesse esse desafio ao autarcas, vamos numa boa, vamos almoçar, os cidadãos até (...) formamos um grupo de cidadãos, pagamos o almoço aos políticos que vêm connosco, mas que façam a viagem. Eu acho que o viver as coisas é fundamental, para nós tomarmos decisões importantes ou (...).

M – Vai-me permitir que retomemos, até porque aqui o nosso amigo de Santarém ainda não falou da questão da participação, da transparência (...).

JLL – Mas antes de mais nada um aparte. O senhor está a ser tão bonzinho para o Sócrates e para os governantes, e se me permitem, não leve a mal, vejo na forma como está, demasiado amor e honestidade em contraste com esta gente. Eles conhecem, não é preciso irem os assessores, circular para conhecer que eles sabem muito bem isso tudo. Eles não têm que responder pelos buracos, nem responder pelos acidentes pelos buracos, eles deviam responder é pelos roubos. Os Presidentes de Câmara, por aquilo que têm roubado, e por aquilo que têm contribuído para a degradação deste país a todos os níveis, por isso é que eles deviam responder. Porque nós estamos agora a comemorar a conquista, as conquistas de Abril e a Revolução, e aquilo para que Abril nos apontava já estamos numa, numa (...) eu enervo-me um pouco a falar disto (...) numa nova realidade, para qual toda esta gente contribuiu e empurrou a dita cidadania. Eu sou um defensor da comunicação social, porque vejo a comunicação social com um papel da maior importância para um país que desponta para o 25 de Abril num estado de analfabetismo incrível. E era a comunicação regional local que tinha que servir como mola aglutinadora e despoletadora da ignorância das pessoas, com aquilo como se dizia o genia-

lismo de sujar as botas, de trazer à sociedade o país real. É este trabalho da comunicação social que devia de fazer e ainda fez. No tempo da ditadura era percebida pela ditadura da PIDE, da censura, e hoje é bloqueada e atrofiada, pelo peso dos cifrões. É silenciada por isto, mas deixe-me só dizer isto.

M – A comunicação, mas a participação também?

JLL – Deixe-me só dizer isto. Quando há bocado o senhor dizia, então mas esta gente não projeta, quando nos põe no papel de utilizadores-pagadores, que contas é que eles fizeram para nos dizerem agora paguem. Estas contas foram feitas com suporte, com estudos de utilização, uma vez que éramos nós que temos que pagar? Não, as contas eram feitas, como o senhor disse para as empresas que constroem (...) as empresas que construíam enquanto empresa mas foram elas que alimentaram estas máquinas partidárias, que nos governaram ao longo dos anos cheias de corruptos que pensavam em tudo menos nos interesses da cidadania e do país no seu todo. Esta é que é a verdade que tem que se dizer. Não é por acaso que a comunicação social independente, como o caso do “Jornal do Fundão”, que no tempo da ditadura pagou e sofreu os custos da censura, e hoje a comunicação social que ainda há que diz a verdade e que tenta alertar o cidadão para a cidadania é pura e simplesmente bloqueada pelos vários poderes instalados, porque ninguém (...) Agora, todos nós cidadãos temos culpa. Todos nós cidadãos. Então qual é o nosso papel? Bem eles dão-nos futebol todos os dias já. Temos futebol todos os dias, e se não sai o Euro milhões à segunda-feira, sai o totoloto à terça, e se não sai, sai se deus quiser e depois podemos ir todos a pé até Fátima. Foi esta a cultura que está neste momento, e depois as pessoas, tu não te metas nisto, olha os nossos filhos, olha o vizinho, e quando aqui (...). Há muito pouco tempo quando se falava em limitar hoje o Estado ao todo nacional ao cidadão utilizador-pagador, dizia-se assim, epá, esperem aí, a ADSE tem entre aspas privilégios em termos de saúde que o resto dos cidadãos que tudo pagam, porque a ADSE era paga também por mim no regime geral, deixa-me só dizer isto. Eu que beneficiei da ADSE nos meus filhos, era paga também pelos comum cidadão que não tinha acesso, e quando à pouco tempo e um governo queria mexer um bocadinho, para uniformizar, puxar os que tinham menos direitos no âmbito da saúde igualando-os mais à ADSE, reduzindo alguns privilégios excedentários na ADSE, porque os outros tinham muito menos, “ai Jesus que cai o carmo e a trindade”. Mas quando a seguir lhe dizem baixam-te

os ordenados e tiram-te dois meses de salários, aí a cidadania ficou nas covas. Já vale mais isto do que nada. Portanto (...).

M – Pedia só que não se estendesse para muitos exemplos laterais, era só isso.

JLL – Portanto, quanto a isto, a questão ainda era do utilizador-pagador (...).

M – Não, não, não, estávamos na questão da transparência, na questão do debate e na questão da decisão.

JLL – A transparência está ofuscada em função dos regimes instalados, quer dizer e a partir daqui (...). E a comunicação social, toda ela coitada, porque depois quer-se que os diretores dos jornais e os jornais façam aquilo que os cidadãos não querem fazer. Um individuo vai ao jornal e exige o que é que ele publica? E acusa-o, porque é que não sei quê? Mas o diretor do jornal que entretanto para além de informar, tem de consciencializar, porque é um bocado este o papel da comunicação social, não manipular, informar, provocar o debate, mas fica a falar sozinho quando tem que responder por isso mesmo e é vítima da ditadura do poder económico. Ontem, o Diretor do “Jornal do Fundão”, Fernando Paulouro dizia, devíamos desdobrar tudo aquilo que pagamos através da fatura da eletricidade. Aí está um exemplo, toda a gente paga 2,2 euros por mês (...) 2,2% deve pagar (...) taxa de audiovisual, são 330 milhões por ano canalizados para o serviço público, ou dito serviço público de televisão, sobre esse imposto ainda pagamos IVA, sobre esse imposto, sobre essa taxa de 2,2 nós pagamos IVA, sobre essa parte pagamos IVA, pagamos IVA sobre um imposto e a cidadania... mas no dia em que o Fernando Paulouro desdobrar isto e alertar as consciências, a minha vizinha coitadinha que lhe cortam a luz se não pagar 17 euros em débito e depois para lhe ligarem tem que pagar quarenta, paga todos os meses dois euros para o serviço público de informação, mas quando o Fernando Paulouro fizer isto, se calhar os gajos da EDP, se calhar, espera aí, aquela página que ele tem todos os meses, ou dois em dois meses de publicidade temos que lhe tirar. E os Ruas e outros Ruas para aí, e os Flores e essa gente toda, olha para a comunicação social, ou é a voz da rua muito perto, ou então espera aí que esta gajo não leva nada. E depois os cidadãos apoiam o jornal, compram o jornal, divulgam o jornal, tentam abrir o debate com isso? Não. Por isso é que eu digo que a democra-

cia está em crise, e com ela o primado da democracia que são os órgãos de comunicação.

FL – É muito rápido, é muito rápido e é só pegando nesta ideia da questão da democracia, porque nem eu que sou jornalista me defendo como está a fazer. Eu acho fantástico, estar a defender assim a comunicação social.

JLL – Eu não estou a defender (...).

FL – Só uma ideia, só uma ideia muito simples. Eu não acho que a democracia está ou não está a ser (...) qual foi a expressão que utilizou ainda agora? Que a democracia estava a ser, não era territorial (...) mas era outra expressão, mas era aí que eu queria chegar. É que a nossa democracia (...) se eu não me engano nós temos quase, ou estamos quase a fazer 900 anos de existência, não é? O nosso país tem quase 900 (...) mas a democracia estamos a caminho dos quarenta, ou seja, ainda estamos naquela fase, não é embrionária (...) mas é naquela fase inicial em que, em que para além de obviamente uma questão simples, daquilo que falou, daquilo que há pouco falou, que é uma questão de educação, as tais pessoas que vão para lá e que teoricamente são pessoas de bem, que falham, parece-me que há cada vez menos pessoas de bem, nem é tanto a questão das pessoas de bem ou então que são boas, porque de facto vão fazer asneiras (...) Por exemplo, na faculdade estudei um autor que era o Noam Chomsky, que estudava nos Estados Unidos o porquê da pessoa ser uma pessoa como é aqui e depois ia para um estádio de futebol, no caso dele futebol britânico, e transformava-se completamente numa pessoa diferente. Eu também acredito que as pessoas lá, as pessoas de bem, também chegam a uma altura que deve haver um condicionamento qualquer, elas perdem um bocado as noções. Mas a questão da democracia acho que é isso, acho que nós temos, ainda na falta (...) além da falta de educação e de cultura, nós todos, portanto os cidadãos portugueses, depois é esta questão, nós ainda estamos nos primeiros passos da democracia, ainda andamos aqui a atirar uns aos outros e acertar pormenores e isto e aquilo e não sei quê (...) daqui a (...) 200 anos, está bem (...). Por exemplo, os Estados Unidos como eu conheço, gosto muito dos Estados Unidos, da forma como foi criado e tudo aquilo que os Estados Unidos como país conseguiram, porque em termos geográficos também tiveram uma grandessíssima sorte, questões (...) e em termos dos grandes acontecimentos mundiais foram sempre fora do continente, portanto do país deles, mas aquilo

que eles conseguiram nestes anos (...) é isto, e eles só têm (...) eu costumo dizer que eles não têm tanto porque tentavam (...) mas eles têm (...) Nós temos muito mais que isso. Mas eles já têm, já conseguiram chegar, acho eu, é um estado mais (...) apesar de ser um estado federal, um bocadinho mais puro que o nosso, que ainda só temos 40 anos de (...).

FS – Começaram num livro branco, e portanto é mais fácil (...) nós tivemos atrás de nós uma carga de 900 anos, que é difícil (...) Mas na questão da transparência eu acho que nós ainda não estamos de facto na democracia. Nós temos as leis e os processos têm que ser transparentes e há consultas públicas, todos os diplomas têm que ter parecer do Ruas, e estão 30 dias em consulta (...).

M – Exatamente o princípio da consulta. . .

FS – Agora tudo isto (...). Mas depois, mas depois (...) primeiro o nosso país em média também tem muito analfabetismo, e portanto as pessoas não (...) prestam mais atenção ao futebol do que aquilo que mexe de facto com a sua vida, por razões diversas que não vale a penas (...). Mas aqueles cidadãos que participam nesses processos de intervenção, a questão dos atos serem transparentes ou não, que reclamam, que escrevem, que participam, cansam-se, e cansam-se porquê? Porque sabem que quando um diploma vem para consulta pública, um diploma, um projeto, que aquilo é definitivo, ninguém vai mexer naquilo, independentemente das reclamações porque depois as reclamações chegam lá e há uma explicação para todas elas. E portanto nós também (...) eu não aceito que (...) aquilo que foi dito à bocadinho, que nós somos culpados. De facto, as pessoas (...) nós somos culpados, mas (...) somos culpados porque não temos auto-mecanismos de defesa, da própria cidadania, quer dizer, a nossa cidadania existe desde que numa forma colaborante (...) mas só para terminar, e então, então aparecem-nos os autarcas, qual foi o termo, não, não, esses, os caciques, que de facto se sobrepõem a tudo isto da igualdade, da democracia, e os caciques não são democratas, são os mesmos que cortam a publicidade à comunicação social local porque saiu um artigo que eles não queriam que saísse sobre o seu concelho, são em todos os concelhos, a comunicação social de facto vive uma vida que não é fácil, porque de facto eles são chamados no dia após o jornal sair, todos eles são chamados à Câmara, e é-lhes puxadas as orelhas e deixam de por a publicidade naquele

jornal para por no do concelho vizinho, só para os obrigar a pô-los na linha. E isto é o que se passa neste país.

FL – Mas a comunicação social (...) só um aparte muito rápido (...) é que também já mudou, porquê? Porque a comunicação social neste momento, neste momento não, de há uns anos a esta parte, ela está integrada em grupos económicos. O jornal local não é um jornal local, o jornal local é um negócio que a empresa tem, passo o exagero, como tem talhos, como tem uma coisa qualquer (...).

MDC – Uma empresa de automóveis (...).

FL – Exatamente. Portanto, essa questão do ser condicionado ou não, às vezes essa comunicação social local, que é muito meritória, é também utilizada pelas pessoas que vão lá pedir (...) porque essas pessoas que estão à frente do grupo não têm só o jornal, mas que têm as outras empresas todas estão ligadas ao projeto financeiro (...).

M – Vamos aqui dar a oportunidade (...).

JLL – Os grandes grupos económicos capturaram, e conseguiram capturar a informação e a comunicação. Mas deixe-me dizer como é que se captura (...). Não vamos abordar isto, isto é apenas o meu ponto de vista (...) como é que (...) vamos imaginar (...) estamos numa democracia com o medo instalado. A sobrevivência impede-nos de utilizar a democracia. Porque é que eles criaram a figura do contrato a prazo? Deixe-se só dizer isto (...).

M – Tem toda a lógica, mas (...).

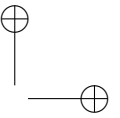
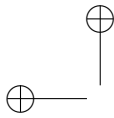
JLL – Portanto a democracia aqui está toda ela desvirtuada e agora outra coisa, quando o Dr. João Correia põe a questão: qual foi o papel, como é que a população em geral reagiu ao anúncio das portagens, o que é que se fez e o que é que não se fez. Portanto, o pouco que se fez em termos de informação foi a comunicação social, mais manipulada, mais a favor, mais contra (...) foi ela que o fez, ela própria é que lança o debate, entre aspas. A cidadania está amorfa, tem medo, não utiliza, eles vão lá de vez em quando, eh a gente paga, ah a gente quando lá vai também paga e tal, portanto à partida o grande grosso da malta só sente quando, só vai sentir quando pagar e nessa altura paga, coitado, não tem outro remédio, compra-se a lei, não é por acaso que eles lá na esquadra da polícia fazendo as leis no dia em que ele, ah es-

tou aqui em nome da liberdade de expressão, pumba, leva logo uma paulada, cumpre-se a lei, estamos aqui com o cassete (...). Mas para dizer, que a comunicação social, melhor ou pior avance com o debate. A ignorância, o medo e tudo o resto impede. Agora, quem é que se agita? São os grupos que eles próprios tentaram esvaziar, corrompidos por agitadores sem expressão e sem capacidade de admitir no debate. Porquê? Porque são os mesmos, são os dos sindicatos, são os que dão a cara aqui, são os (...) e conseguiram-nos por a nós cidadãos, que é uma coisa que me aflige, isto tem que ser posto como debate, eles conseguiram-nos (...) eu não me incomoda quando estamos a discutir as portagens, ou o serviço nacional de saúde, ou o sindicalismo, ou aquilo que for, é a minha postura desde sempre, quero lá saber se o senhor é de direita ou de esquerda, eu quero é saber, estamos aqui na mesma mesa, que estamos a lutar por um serviço de portagens ou não portagens, e depois o resto, cada um votava onde quer, isso é a nossa liberdade, isso é a maneira como utilizamos a democracia, mas eles conseguiram-nos por onde não há espaço a introduzir o direito à diferença, porque aí o nosso direito é (...) aí não temos diferença, porque queremos melhoria disto ou daquilo, nós conseguimos-nos sentar a discutir uma coisa de coletivo, onde não haja a di (...) onde não há espaço para a luta partidária, é disto que também estamos a falar, eles conseguem-nos por a defender o que é justo e injusto em função daquilo que nós dizemos que somos do partido x ou qual, quando o que está em causa é o interesse nacional e aí temos que deixar o partido à porta, porque temos que discutir o problema das SCUTS e não sei quê num todo nacional e que nos toca a todos por igual. Mas conseguiram-nos por a discutir as coisas que nos são queridas e que passam pela nossa sobrevivência num Benfica-Porto. Eu sou do Benfica defendo o Benfica, tu és do Porto defendes o Porto (...). O que temos de defender é o todo nacional e o concreto. Neste caso das SCUTS e como é que vamos fazer. À partida vamos todos, mas (...) eh pá, aqueles gajos são do PC, os gajos é que estão a conduzir a manifestação, eh pá, são sempre os mesmos (...) até têm medo de ser vistos (...). Eles conseguiram-nos dividir até na questão coletiva daquilo que nos diz respeito, conseguiram isso, e é importante isto, esta é uma coisa muito importante (...) e é aqui que bate a questão. Há muitas coisas que temos que sobrepor o amor à sobrevivência, à nossa existência coletiva, à melhoria daquilo que nos toca (...) eu posso admitir que se discuta por exemplo a segurança social ou a saúde em termos de partido, recua e não recua, a reforma da justiça, porque não se fazem mesas destas, no segredo dos

gabinetes, não com a comunicação social manipulada e manipuladora, porque é que não se fazem debates destes com representantes de todos os partidos, no silêncio dos gabinetes, em estudos comparados, como é que funciona a justiça aqui e acolá, acolá, acolá, e a partir daí surja um projeto, um todo nacional que depois seria discutido numa assembleia da república, porque é que isso não se faz? Porque tudo isto convém discutir em capelas fechadas.

M – Deixem-me só aqui lançar uma questão, portanto que é para (...). Vocês responderam, aliás estava justamente aqui o meu colega a chamar a atenção para esse facto, vocês responderam a uma série de questões que eu tinha aqui para colocar, antecipadamente, e de uma forma espontânea muito agradável, mas convém portanto agora aqui esmiuçar alguns problemas que também têm a ver com o nosso interesse neste tipo de debate. Portanto, genericamente, genericamente, no caso de cada uma das vossas realidades, gostava que vocês desenvolvessem mais esta questão da comunicação social regional, da forma como ela contribuiu para o conhecimento dos problemas envolvidos no tema. Ora, eu por acaso acho interessante esta ideia, que isto nunca pode ser um Benfica-Sporting, e uma das questões é : será que a comunicação social regional esclareceu? Porque há problemas que as pessoas muitas vezes não se apercebem, nomeadamente as pequenas faltas de transparência, para usar agora um termo que é o único que me ocorre, que às vezes ocorrem nestas questões, as subtilezas que têm a ver com as opções políticas e as opções técnicas, às vezes as pessoas não se apercebem disso, até porque nem sempre é fácil, nem sempre é fácil, já é uma certa dose, já existe uma certa dose de informação quando as pessoas se apercebem disso. Aham que a imprensa regional desempenhou esse papel? Conseguiu transmitir esse papel? Tanto me faz neste caso.

FS – Eu penso que a imprensa regional neste tema das portagens, que de facto, aquilo que as populações inicialmente souberam sobre a introdução das portagens foi através da comunicação social regional. Agora, neste tema mais alargado da transparência, eu continuo a dizer que a imprensa regional é altamente condicionada. E portanto nós (...) a maior parte das pessoas não questiona aquilo que lê. Lê. E aquilo que a maior parte das vezes está escrito, está escrito pela imprensa regional para não antagonizar ninguém. E depois aqueles mais esclarecidos conseguem, ao ler, ler entre linhas, não há censura hoje, mas continua a haver censura, há outro tipo de censura. E portanto penso



que não (...) eu tenho que criticar a comunicação social regional nesse aspeto, mas em termos dos condicionalismos (...).

M – Já agora, só uma curiosidade da minha parte, dado a experiência que tem, portanto, de lidar com outros países. Entende que uma discussão como esta no país, portanto, onde esteve emigrado, suponho, portanto, teria tido um comportamento diferente.

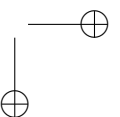
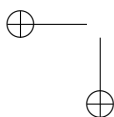
FS – Eu penso que a grande diferença é nos eleitos locais que de facto são muito penalizados e não há o caciquismo que aqui existe. Eu penso que a questão da cidadania, por muito incrível que pareça, e do voluntariado, é muito viva nessas culturas anglo-saxónicas, e portanto as pessoas são chamadas (...) respondem muito mais pelos seus atos e são julgadas no final do mandato de uma maneira muito mais concreta, mais incisiva, mais pragmática.

M – E isso reflete-se na atitude da imprensa local?

FS – E isso reflete-se, porque a imprensa local sabe que um cacique não vai durar muito tempo, e portanto está neste momento a tentar controlar, mas não vai lá estar. E tem de se pensar sobre a vida depois dele, e ele, enfim, é passageiro (...).

M – Transitoriedade do poder (...).

FS – Exato e portanto a comunicação social sabe que não tem lidar com Ruas e fulanos, porque sabe que a pessoa é castigada. E portanto esse pragmatismo (...). E depois há muito mais envolvimento das comunidades através do voluntariado, da cidadania, da própria (...) da diversidade religiosa, de mais capelinhas, que é bom nesse aspeto. A questão dos partidos talvez seja negativo, mas a diversidade de background das pessoas, das religiões, as pessoas estão mais habituadas às diferenças do que nós estamos no nosso país. Essa é uma questão, e é o pragmatismo. Nós, os latinos, temos uma grande dificuldade a todos os níveis, por vezes, em ser incisivos e decidir (...) ou temos medo de Deus, ou temos medo do inferno, temos medo de uma série de coisas, e portanto isso influencia. E nós vemos que nós somos muito cautelosos, o que dizemos, como dizemos, os vizinhos, olha os filhos e tudo isso. A cunha funciona neste país da maneira como todos vós sabeis e portanto os jovens não arranjam emprego somente porque têm boas notas na faculdade, tem que ter (...) está a ver (...) isso que é a grande diferença entre a nossa



sociedade, portuguesa em específico, e as anglo-saxónicas. Porque de facto há muito mais participação (...).

M – Isso foi só mesmo uma curiosidade, porque às vezes o contraste ajuda-nos a perceber (...).

FS – Porque repare mesmo a questão dos nossos impostos. Nós pagamos muito mais IMI, dez vezes mais, por exemplo. Mas sabemos que o nosso IMI, vai para a gestão de escolas do nosso concelho, somos nós que pomos a política no ensino nessa escola. E portanto se os alunos estão a ter más notas, nós temos que mudar a escola. Mas somos nós com os nossos impostos. Entende?

FL – Mas isso acontece porque o sistema político é diferente.

FS – O debate é diferente, completamente diferente (...). À bocado falou (...). Eu estudei (...) fui para os Estados Unidos estudar, fiz a universidade lá e depois trabalhei e depois vim. E portanto, eu uma vez, na questão dos políticos, uma vez ouvi uma pergunta, numa sessão de esclarecimento político local, em que um indivíduo levanta-se lá da plateia, coisa que aqui não fazia, porque seria logo conotado como alguém de outro partido, como é óbvio (...) ninguém teria coragem. Ele levanta-se e diz: oh amigo, se você for eleito, o dinheiro que vai ganhar nessa posição, é a melhor posição que já teve até hoje na sua vida? Ele ficou à rasca e ele deu a resposta sim senhor (...) Se for o melhor que você já teve ou o melhor vencimento, então o senhor não está a candidatar-se, está a candidatar-se para ajudar a si e não a nós. O voluntarismo, o voluntariado, eu acho que já alguém falou aqui à bocadinha (...) a política devia ser uma coisa nobre, e há gente que diz que temos maus políticos porque eles ganham pouco. Eu acho que eles não deviam ganhar nada. E deveria ser um serviço público transitório, transitório. Não, não é transitório, alguém que está na política 20 anos não é transitório.

FL – Só muito rápido, então em relação à questão da imprensa local, falou bem, neste caso concreto das SCUTS (...).

M – E quando digo informou e também o conseguir passar pequenas coisas que às vezes não se (...).

FL – Eu acho que sim e acho que sim e só por uma razão, porque à comunicação social não cabe ensinar, à comunicação social passa por fazer exa-

tamente o que há pouco estava a defender, que é lançar o debate, atenção que isto aconteceu, nós fomos falar com este, com este, com este, isto está a acontecer, e a partir daí ou dão no jornal e vão à procura (...) ou dão no jornal e vão à procura de saber mais. Portanto, neste caso ok, acho que sim, acho que a mensagem passou, depois depende de nós é (...) tenho que pagar porquê, onde é que eu vou ver disto, vou às SCUTS, vou à (...) quer dizer, eu ainda sou novo, mas eu ainda ia à biblioteca, não ia ao Google (...) portanto a partir daí as pessoas é que têm que ir à procura. O jornal noticiou, está aqui, isto aconteceu, falamos com este, com este, com este, estão aqui as opiniões, e agora vocês é que sabem. Neste caso concreto, acho que a imprensa local, no nosso caso, ali em Leiria, e o “Região de Leiria” que é a publicação que eu represento, acho que sim, acho que fez um trabalho muito bom, deu informação e depois a pessoa que lê é que tem que ir à procura de saber mais.

MDC – Em Viseu nem todos deram a informação fidedigna, não é. Aqueles ligados ao povo tem (...) há outros jornais que são mais independentes e tem mais qualidade, então esses sim, esses promovem o debate e chamam as pessoas responsáveis por esta luta. Foi o que aconteceu no JC. Houve jornais que passaram ao lado e o JC fez ali um jornal com várias páginas, uma entrevista com os representantes da tal comissão. É esse que eu leio por alguma razão.

M – E quando diz que o JC tomou uma posição mais firme, isso significa que de alguma maneira tomou partido.

MDC – Tomou partido do cidadão sim, tomou partido das pessoas que estavam na comissão sim, penso que sim. No que eu li sim, foi uma forma de apoiar a causa, sim.

M – A mesma questão.

JLL – O que aquele senhor disse eu subscrevo. Ou seja, a comunicação social fez neste, como em muitos casos, apesar de tudo e das limitações a que cada vez mais pressionada a todos os níveis, económica e não só, até legislativo, hoje não se fala e pouco se comenta as vezes que a comunicação social se senta no lugar dos réus, com a ausência de apoio direto. Diretores de jornais, etc., estão já condicionados de uma maneira e começam já a fazer coleção de réus e de (...) começa já a ser (...) portanto estão cada vez mais

limitados, e até pela precariedade e instabilidade que sentem no seu dia-a-dia para exercer a nobre tarefa de informar. E a partir daí apelar à participação consciente dos cidadãos. Eu penso que a comunicação social fez esse papel, mais colocado ou não politicamente, mas apesar de tudo vai (...) mas depois a cidadania não aparece, e quando aparece muitas das vezes é para dizer porque é que o gajo do jornal, e reclama, porque é que vocês não dizem, porque é que vocês (...) eu próprio (...) eh pá, porque é que vocês (...) eu que entendo e sei as limitações, de vez em quando esqueço-me e quero que o jornal me diga e pergunte aquilo que não diz o cidadão. Eu aqui à pouco tempo servi de intermediário junto do Joaquim Duarte, temos pegas terríveis, mas temos em comum os mesmos objetivos, dei-lhe uma informação autárquica de uma junta de freguesia, ele publicou-a e ele disse: pois é tu tiveste é a agradar aos dois, por um lado disseste ao poder constituído, atenção que eu tenho aqui o jornal, olha que eu divulgo mais, e por outro lado também deste a notícia, mas não fizeste as perguntas que aquela comunicação merecia que se fizessem. Ele disse-me assim: olha lá, porque é que o presidente de junta é que te deu isso, não fez ele a carta, eu publico-a. Ou seja, o cidadão está também a exigir que a comunicação social, que é composta também por pessoas, que lutam e trabalham para o seu dia-a-dia, para a sua subsistência, façam o papel que o resto não faz. Ou seja, isto é um bocado como os dirigentes dos clubes, lha aquele mafioso, querem que o árbitro seja sério (...) olha que eu dou-te com o chapéu e não sei quê, e eles na secretarias são desonestos. Ou seja, quer-se exigir à comunicação social um nobre papel de denunciar e que ela faz em muitos casos e já com ameaças, e já com perseguição, e já com o acesso do filho do jornal que até escreve (...) ou então de outra maneira, utilizam e têm o benefício de ser (...) mas na tentativa de considerar (...) e depois aqui vamos lá ver onde é que começa a honestidade e a não honestidade. Porque às vezes, esta coisa de querer ser um mestre com a subsistência em causa é uma carga de trabalhos (...). A maior honestidade possível, eu já digo esta coisa, já deixo uma margem (...) um indivíduo que tem que ser honesto, pois tem que ser honesto, mas quando a honestidade mexe com a nossa sobrevivência, aí se calhar somos um bocado cobardes. Se eu vou aqui a entrar em pormenores, eu às vezes eu digo, eu apetecia-me dizer aqui (...) e isto é muito complicado (...).

FS – No outro dia ouvi uma frase num filme que diz isso mesmo, que é de uma pessoa (...) quando tiveste na altura ocasião de fazer, de levantar (...) ou de dizer alguma coisa não disseste, porque eu agora sou pai e deixei de (...).

JLL – E aí, quando tomamos essa posição estamos a transferir para os nossos filhos que sejam eles a resolver aquilo que a conjuntura, tantas vezes a inseri-los enquanto cidadãos, estamos a criá-los, mas o que é verdade pelo nosso (...) mudámos tudo (...) temos os filhos, estamos a transferir para eles resolverem, para eles (...) assumam eles mais tarde (...) e aí, é isso que se está hoje a pedir às gerações mais novas, coitadas, que venham a assumir (...).

M – Vocês foram fantásticos, analisaram a questão das SCUTS, já analisaram a democracia, o papel da imprensa e de facto, portanto, tudo em torno da questão das SCUTS, mas há uma questão que tem de ser sempre posta, que é esta: qual seria a solução alternativa que proporiam? Todas estas questões passam sempre por isso, não é? Há um problema, há um problema, houve uma decisão, a decisão, portanto na vossa perspetiva tem (...) quer sob o ponto de vista, portanto, do princípio, quer sob o ponto de vista da concretização teve defeitos, portanto, qual seria a vossa alternativa?

FL – Já agora, o que é que esteve por detrás da implementação do pagamento nas antigas SCUTS? Qual foi a decisão, qual foi o factor decisivo? Foi em termos de receita para o Estado, foi isso. Depois vêm as razões que aliás em termos de governo são dadas em ordem inversa, de que é a segurança das pessoas, maior qualidade, sendo a medida que não se verifica. Qual é alternativa? Cria-se uma empresa ou criam-se empresas locais para a manutenção das estradas ou há um organismo que é responsável pela manutenção das estradas (...) como é que me explicam a mim que eu atravesso Espanha sem pagar portagens? E vias de igual ou melhor qualidade que as nossas?

FS – Vamos ver, as estradas estão feitas não estão pagas.

FL – Então seria isso, seria localmente criar um organismo ou então criar uma empresa que fosse responsável pela manutenção, porque é disso que nós estamos a falar (...).

FS – Mas é que elas estão por pagar ainda (...).

JLL – Mas essas empresas existem (...).

FL – Não, não, essas empresas ficavam responsáveis pela manutenção da via (...).

FS – Mas continuam por pagar. O problema é que foram construídas autoestradas, consórcios que, com um pressuposto (...) vai-se construir, o Estado não paga nada, e nós vamos (...) ao longo dos anos (...).

M – Qual seria a alternativa? Qual seria a alternativa?

FS – Como quê, como cidadão? Porque eu como cidadão não tenho que me preocupar com o facto de a autoestrada ter sido construída e dela não estar ainda paga. Eu nunca fui consultado, nunca me perguntaram, aliás, Fernando à pouco disse uma coisa que era saber se, eu até tomei nota, mas o Fernando estava a dizer para, se havia pessoas suficientes para se pagar a via (...) é mais do que isso, se havia pessoas suficientes para se justificar a via (...).

FS – Mas é isso que eu queria dizer (...).

FL – Porque há uma série delas, que realmente estavam à espera de um afluxo de quarenta mil pessoas dia e não estão a ter dez mil por semana, por exemplo, em termos económicos (...).

FS – Era isso que eu queria dizer (...).

FL – Eu a minha reação é, como cidadão não me preocupo, não me posso preocupar com isso, não posso, não posso preocupar com isso, agora, se for como membro do Governo, neste momento estou lá e se calhar foi uma coisa que eu (...) qual é a promessa que o meu partido fez, aí está, a leitura é o quê, eh pá vamos ter que arranjar dinheiro, a gente tem que arranjar dinheiro, vamos ter que deixar alguém em algum lado.

FS – Repare, a questão da manutenção é uma questão que eu duvido que o dinheiro que eles estão a receber dê para assegurar a manutenção destas vias ad eternum. Agora, a questão é que há aqui uma obra que foi feita não foi paga. E por não ser paga ela foi mal feita. Estas vias, eu sei, que muitas delas foram feitas a custo por quilómetro, coisas proibitivas, e só foi permitido, não porque (...) eu acho que a primeira coisa para resolver este problema era saber quanto é que esta obra de facto custou por quilómetro, quanto é que estas estradas custaram e chamar as empresas à pedra, porque elas cobraram ao erário público, três, quatro, cinco vezes mais e no governo ninguém quis



saber. Fizeram um contrato e (...) essas empresas encheram-se de dinheiro. E portanto, isto é um problema tão grave que eu acho (...) eu sei que é concursos, concursos públicos, que houve empresas (...) tanta empresa que se quis candidatar a esta coisa de fazer estradas sem receber nada, que depois ia receber ao longo dos anos, parcerias com a banca, empresas com o estado, a banca empresta o dinheiro à empresa de construção, depois o governo todos os anos vai pagando para amortizar (...) baseado no fluxo dessas estradas. Havia um incentivo fluxo, um incentivo. O fluxo de trânsito era só do incentivo. Portanto, meus amigos (...) os tempos estão difíceis para toda a gente, e portanto essas empresas estão no mercado, são cotadas e portanto era altura, isto não é caça às bruxas, mas é preciso nós chamarmos (...) para resolvermos os problemas (...) eu volto ao pragmatismo, porque a solução não pode ser, agente sobe impostos, as pessoas deixam de pagar e o governo vai passar a dar (...).

M – Mas está a falar de uma auditoria geral?

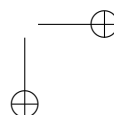
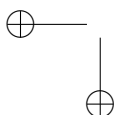
FS – Não falo em auditoria, porque nós fazemos auditorias, fazemos, há uma comissão de inquérito, e nada sai daquilo como sabe.

M – Mas uma auditoria bem-feita.

FS – Não, mas é que (...) é assim, o cidadão não pode pagar, a economia não pode pagar, o Estado não pode pagar, vamos ver o que é que temos a pagar aqui. Quanto é que custou a via? É fazer uma auditoria às contas da empresa que construiu aquilo. E vamos chegar à conclusão que a estrada, afinal que a margem de lucro foi (...) ponto de houve lucros dados para todo o mundo para se aceitar aqueles, aquelas condições, não é? E então aí a empresa ia perder. A Grécia ainda agora não chegou ao pé dos seus credores e disse assim, olhe tem que perdoar 70% da dívida.

M – Portanto a proposta, a renegociação geral dos contratos mas eventualmente acabava em Tribunal.

FL – Nem sei se legalmente se podia fazer. Só um exemplo, fazia uma auditoria às empresas, via a margem de lucro, o primeiro entrave logo ali. A margem de lucro, a margem de lucro não tem nada a... é um assunto que diz respeito à empresa, mas diz respeito à empresa. A empresa apresentou isto, a empresa apresenta isto e o Estado, sim senhor (...) no final vai ver, mas estes gajos ganharam 150% e o que é que vai fazer, vai pedir esses 150%?



FS – Mas não é por aí que vou, não, não. Eu mantenho as mesmas condições (...) eu mantinha as condições contratuais e só ia verificar foi por causa dos (...) da quantidade ou (...) é um problema das medições, em vez de por 8 centímetros, meterem quatro e em vez de usarem produtos desta qualidade usarem da outra e não ia furar nada, eu não ia denunciar aquilo que assinei. Todas as obras públicas, se houvesse fiscalização, os empreiteiros iam ter que devolver muito dinheiro (...).

FL – Mas como é que ia conseguir fazer isso? (...) a questão do empreiteiro, é com um cálculo, e dava um valor, dava um x, certo, mas esse valor é quê, então se tinha que devolver (...) mas o senhor ainda não acabou de os pagar.

FS – Está bem, mas então abate à dívida.

M – Exatamente.

FS – Abate à dívida. Se soubermos hoje na nossa vida privada... eu só quero levar ao extremo agora esta (...) nós se soubermos hoje que na nossa vida privada, passado dez anos foi roubado, eu tenho direito (...) o crime (...) eu posso processar a pessoa igual (...) porque é que nós achamos que está tudo bem. Eu, eu (...) no cadernos de encargos, no mapa de medições está lá (...) está lá (...) um milhão de metros cúbicos de betão (...) agora dá para (...) não se tirar de lá e não se medir (...) as especificações do ferro e tudo isso está lá (...).

MDC – Eu concordo com o Fernando, não por amor de deus, é tão profícuo. Eu concordo consigo, realmente uma vez que nós não podemos mexer no contrato, é ir por aí, fazer uma pré-fiscalização, ver com quem sabe e pegar isto, não está bem vamos, vamos, remediar, e depois negociar o pagamento, não é? Vamos reduzir. Uma vez que elas não estão pagas, alguém tem que as pagar (...).

JLL – Dão-me licença, eu gostava de situar isto nesta circunstância (...). O Dr. João Correia dizia auditorias bem-feitas. À 25 anos, quando se estava a construir a A23, eu tinha relações pessoais com um alto funcionário a prestar serviço na junta autónoma do distrito de Castelo Branco. (...) não vos posso dar muitos detalhes (...). Sabem como é que eram feitos os concursos públicos para construir troços da A23 (...) era assim, no caderno de encargos, ouçam

isto, portanto qual auditoria, era tudo preso, não podemos estar a brincar com isto. O procurador geral da república, disse à dias que não teve meios para investigar quem é que assumiu o arame dos submarinos em Portugal. A justiça alemã já condenou uma empresa que, não devendo nada ao estado alemão, e dois altos funcionários porque foi corrompida, ou foi corromper lá os responsáveis portugueses e gregos. Os alemães condenaram uma alta empresa que não devia nada ao Estado alemão, foi condenada porque se provou que veio arame para Portugal e para a Grécia pela porta do Cavalo, como consequência os gregos já está preso, está preso um ex-ministro do exército ou da defesa grega. Em Portugal está tudo à solta e o Procurador Geral da República à dias abanado, apesar de tudo pela comunicação social, e pela boca da deputada, eurodeputada Ana Gomes, abanou com isto... e vem o Procurador, a gente gostava andar e não anda (...) isto não anda (...) o primeiro ministro agora voltou a nomear para presidente da coisa (...) e o Sr. Dr. Paulo Portas. E então o Sr. Procurador veio logo, porque a comunicação social abanou com isto, porque ela pôs a boca no trombone, desculpem a expressão, e então diz, a gente não teve meios, saltou a nossa brilhante ministra da justiça, a gente até deu logo uma tradutora de alemã (...). Eu penso que quem recebeu o dinheiro em Portugal para a venda dos submarinos foram os empregados da fábrica de pastéis de nada de Belém. Esses gajos é que têm o arame. Mas passando aqui à auditoria bem-feita. Os concursos para fazer estes lances concretamente da A23, o caderno de encargos era autoestrada, com tantos metros de largo e não sei quê (...) tudo aquilo era logo feito... às vezes o separadores e as margens eram piores, tapados por uma camada preta, que era tudo menos alcatrão, que era passados uns anos se proceder ao alargamento. Mais arame. O senhor era impossível ir ver se ganhou 150 ou 140, porque pelas margens até ganhou pouco, às vezes até apresentam quase número a perder dinheiro. Onde é que eles ganhavam? Nunca roubavam na aplicação, porque entretanto mantinham os fiscais de acompanhamento permanente (...) com viaturas, mas espera, mas o próprio concurso público, atenção a isto, não brinquem comigo, o próprio concurso público era feito assim, construção de tantos quilómetros, com tanto de largo, para os lados, para as laterais e quatro viaturas, porquê? Porque o orçamento de estado, que foram toda a vida manipulados e jogos, números e coisas assim, incrível (...) daqui nada aparece-me aí a Dra. Manuela Ferreira Leite, toda a (...) a virgem ofendida, porque não se (...) não se (...) e não sei quê (...) ah, por causa das fundações, então não se mexe (...) o Estado

não sabe quantas fundações têm esses mil milhões, e isenções, apetecia-me perguntar, a senhora não foi ministra das finanças, então nessa altura onde é que esteve? Bem, mas voltando a isto, os concursos públicos, como não havia dotação orçamental, ministerial, para compra de viaturas para as juntas ou estradas distritais, não havia verbas, as verbas eram roubadas para outras coisas e tal, não havia verba e ao fim do ano sobrava verba, e depois gastava em tudo, que era para no ano seguinte terem a mesma verba, comprava-se automóveis e coisas (...) eram coisas do arco da velha (...) que toda a gente sabe. Bem, e então era, metia-se logo viaturas, como eles não tinham verba para viaturas, vocês fazem isto, mas a gente quer quatro viaturas, e a partir daqui é assim, são quatro para vocês, e uma para o senhor Diretor, o gajo que aprova ou que diz pela porta do cavalo como é que é. Porque essa coisa dos concursos e as admissões por concurso coisa, tudo isso é uma falácia. Eu com 17 anos de idade concorri para uma grande empresa de Aveiro, fiz um concurso, um concurso, que nem havia... então dizem os senhores, então mas não havia, havia mais honestidade, como se pudesse haver mais ou menos honestidade ou não, mas havia mais honestidade, e portanto as pessoas eram apesar de tudo, em concurso. Os concursos eram abertos nas camaras municipais, com envelopes lacrados (...) agora, mande-me por e-mail, ou mande-me por fax e depois a tipa, tira menos dez escudos olha que o gajo mete mais dez escudos, eh pá, mas eu não posso que já estou à pele, então mas depois para dizer que é para fornecer sessenta coisa e tal, e depois ao cimo da caixa vêm essas e depois por baixo vêm outras de pior qualidade. Tudo roubou, tudo sacou. Mas é o povo que agora se concluiu que andava a viver acima das suas possibilidades. O povo tem que (...). Os desgraçados que toda a vida produziram riqueza, têm que empobrecer porque (...) até já tinham luxo nas habitações e não sei quê. Mas toda a gente vive com esta corrupção generalizada, nos poderes locais e não sei quê, em todo o lado. À vinte e tal anos, quando começaram os fundos da Comunidade, começaram a aparecer gabinetes para fazer projetos, para aprovar em Bruxelas, tantos como hoje aparecem a comprar (...) qualquer dia hão de aparecer casas a comprar-nos cuecas. E quando começaram a fazer esses primeiros projetos de candidatura para Bruxelas, aquilo era meio por meio, tudo (...). Eu conheço casos, e vou aqui dar um por exemplo, um indivíduo em Santarém, capital do Ribatejo, que fazia cursos de formação para uma área em que estávamos carentes, forradores de cavalos. Então um fulano ia ao liceu de Santarém recrutar vinte putos em Maio, olhem lá, vocês querem

ir em Junho fazer um curso e não sei quê, os putos que andavam a estudar com 17, 18 anos (...) bilhete de identidade e não sei quê, passem lá (...) andavam um mês a fazer um curso de forradores de cavalos, jantar, com entrega de diploma, o país todo sabe disto, os gajos iam um dia antes de acabar o curso, e antes do jantar de encerramento e receber o diploma, iam ao canto, um gajo com um avental e coisa, para ferrar os cavalos, E depois em agosto levavam o arame e um papel e continuavam a estudar. Roubou-se uma coisa incrível, para o país não sobrou nada. Cursos não sei quê, cursos de hotelaria (...) tudo sacou, tudo roubou (...) esta história, quando aqui o Dr. João Correia poe a questão, alternativas, primeiro, se calhar sem querer prender ninguém, porque senão não havia prisões, era tudo preso, uns por ignorância, coitados, e outros que trabalhavam, primeiro tínhamos que fazer o ponto desta realidade e a partir daqui dizermos, temos que construir um país novo, com boa comunicação, com direito à diferença à cidadania de cada um, não somos obrigados todos a ter as mesmas opiniões, mas temos que ter amor ao país, e projetar um país novo assente numa nova realidade. Agora, num país onde tudo se destruiu (...) a produção, a consumir ai os vinhos de França, alfaces, e toda a gente assistiu a isto, o senhor dizia mandem pessoas a ver o que é que se passa, eles não atravessam o caminho de Lisboa para o Algarve, a ver aquele deserto ali alentejano, nunca reparavam, quando não havia autoestrada, naqueles aldeiazinhas (...) um povo, coitadinho, que trabalhou de sol a sol, por isso se diz que os alentejanos são lentos, eles iam a temperaturas de quarenta graus, aos seis anos com um bocadinho de bacalhau cru trabalhar para os campos, e aqui de neve a neve, vinham dos Teixosos trabalhar para as fábricas, meus senhores, onde o avô ao fim de cinquenta anos numa fábrica, atrevidamente esperava o senhor da fábrica e dizia, a minha neta acabou, podia ir lá para fábrica. Brinca-se com este povo, com uma mão-de-obra excepcional, que se fez pouco, e agora estamos todos na penúria. . . e até agora me dizem, a gente até se porta bem, nós Governo somos cumpridores e o povo é humilde, não se manifesta, a gente pôs as Scut e o povo não vem para a rua. Estou convencido e espero que o povo há-de acordar (...) a começar por mim que sou vítima terrível, que comecei a trabalhar com 10 anos e trabalhar 56 neste país de gatinhos onde tudo isto, fomos todos convivendo com isto. E as pessoas coitada começaram a consumir, a consumir, e agora estão na dependência dos banqueiros, o negócio deles (...) bem, vou-me calar, mas isto devia ser debatido,

a cidadania passa pela discussão destas coisas, infelizmente por isso é que a gente (...).

M – Ora portanto (...).

FS – Mas fazer as medições do alcatrão e ver o que é que foi roubado, e subtrair aquilo que se deve (...).

JLL – Aquilo já era remendado, já era mal feito para depois haver novamente concurso (...) vou só contar isto e acabo já (...). Quando se estava a cumprir o primeiro lance de autoestrada em Portugal, foi entre Lisboa e Vila Franca, e depois aos poucos foi-se alargando. E deu-se esta coisa espantosa, portanto nós não tivemos (...) isto é uma palhaçada (...) com os nossos netos e filhos (...) e nós também já estamos a pagar, continuou-se a construir a autoestrada, que se concluiu à uns anos. E já se estava a alargar de Lisboa para Vila Franca e ainda se continuava a construir com a mesma dimensão de Vila Franca, para depois mais tarde se começar a alargar (...) portanto, medir o que lá está, mas medir o quê? Oiça, eu sou de um país, e nós todos, eu ainda me lembro, neste caso, eu quando saí da Covilhã, aliás saí, mas depois vinha cá por razões familiares, e uma vez no Fundão entrei em debate via (...) com o Ministro da Educação. Nessa altura contestei, quando inauguraram aqui o ciclo do Teixoso e do Tortosendo, já não tinha, acho que não tinha pavilhão gimnodesportivo e um ano depois, aquilo que era suposto ser biblioteca já estava utilizado para não sei quê, ou seja, o que é que eu quero dizer com isto, os edifícios já eram construídos e quando eram inaugurados já eram pequenos.

FS – Outra questão dos curtos, é que o Governo, nem sequer se deu ao trabalho de fazer estudos para isto, que é projeção, projeto e construção. Quer dizer, a empresa fazia o que queria. Quem fazia o projeto destas autoestradas, era o próprio consórcio que ganhava. Vocês lembram-se da ponte Rainha Santa Isabel em Coimbra, que é feita sem concurso... e as autoestradas era a mesma coisa. Foi darem a estes vigaristas o dinheiro que eles queriam.

FL – Mas quem é que foi, sabe quem foi. Nem sequer foram (...).

M – Estava-me a levantar precisamente para vos agradecer, realmente tocaram nas questões todas e até desenvolveram de forma muito interessante (...).